

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL

Secção I

EXERCICIO DE 1938

Por conveniência, não smente dos senhores subscritores, como da Imprensa, não se farão inscrições de assinantes snto pelo prazo de um ano.

— As assinaturas comearão em 1º de janeiro, para terminar em 31 de dezembro, ou em 1º de julho, para terminar em 30 de junho do ano seguinte.

Alinda para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes snto serão aceitas quando realizadas até o ltimo dia do ms anterior áquele em que comeca a assinatura, isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

Pede-se ás repartições arrecadadoras que não aceitem pedidos de assinatura, snto dentro dessas condições quer para particulares, quer para funcionários.

Preços de assinaturas anuais de "Diário da Justiça ou de cada uma das Secções do "Diário Oficial".

Repartições publicas ou assinantes particulares	No interior	70\$000
	No exterior	110\$000
Funcionários publicos	No interior	56\$000
	No exterior	83\$000

Numero avulso de dia, 400 réis, até o limite de dez cadernos com quantidade folhas e mais 100 réis pelos seguintes cadernos de quatro folhas (oitavo) ou fração.

Por ano decorrido, mais 500 réis sobre o preço do dia.
O preço de numero de hoje está fixado na ultima página.

OBSERVAÇÕES

Dentro do ano não se aceitam pedidos de assinaturas.

— A Redação não fornecerá gratuitamente aos assinantes numeros seguintes, extraviados ou anteriores á data da assinatura.

— Convém, por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente, afim de não ficarem com as suas coleções prejudicadas.

— As assinaturas para funcionários publicos que descontam em folha de pagamento devem ser anualmente requisitadas pelas respectivas repartições pagadoras.

— Os preços fixados para os funcionários publicos não extensivos aos estaduais e municipais, desde que, provada a quantidade, façam o pagamento adiantadamente.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das companhias federais, mesas de rendas e alfandegas, poderão ser encaminhadas diretamente á Imprensa Nacional sem interferência das delegações fiscais.

— As assinaturas não pagas ou cujas consignações não forem comunicadas pelas repartições pagadoras dentro dos primeiros 15 dias do novo periodo, serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

Nos dias 10 e 25 de cada ms será publicada, em fasciculos apensos ao "Diário da Justiça", a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Supremo Tribunal Militar e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

H. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redação, e no interesse publico, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria paga constatada pelos interessados a existência de erros ou omissões devem ser feitos das 16 ás 19 horas e, no máximo, até 48 horas após a saída dos órgãos officiais.

ANO LXXVII

SUMARIO

N. 194

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto-lei n. 637, de 19 de agosto de 1938.
Decreto n. 2.949, de 8 de agosto de 1938.
Ministério da Educação e Saúde — Decretos de 15 e 16 do corrente.
Ministério das Relações Exteriores — Decretos de 19 do corrente.
Ministério da Marinha — Decretos de 19 do corrente.
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Decretos de 19 do corrente.
Conselho Federal do Serviço Público Civil.
Departamento Administrativo do Serviço Público.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Portarias — Expediente das diretorias da Justiça e do Interior e de Contabilidade e da Imprensa Nacional.
Ministério da Educação e Saúde — Expediente do Serviço do Pessoal, das Divisões dos Ensinos Secundário e Comercial, da Inspeção dos Centros de Saúde, da Divisão de Assistência Hospitalar e do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal.
Ministério das Relações Exteriores — Portarias — Expediente.
Ministério da Fazenda — Expediente do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, das Diretorias das Rendas Internas, das Rendas Aduaneiras, da Câmara de Reajustamento Econômico, da Recebedoria do Distrito Federal, da Diretoria do Imposto de Rendas e da Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante.
Ministério da Marinha — Expediente do Sr. ministro.
Ministério da Guerra — Apostilas — Portarias — Despachos — Expediente do Sr. ministro e da Diretoria de Intendência da Guerra.
Ministério da Viação e Obras Públicas — Portarias — Expediente da Diretoria Geral de Contabilidade, do Serviço do Pessoal, da Comissão de Eficiência e dos Departamentos dos Correios e Telegrafos e de Aeronáutica Civil.
Ministério da Agricultura — Expediente do Conselho Florestal Federal e do Instituto de Biologia Vegetal.
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Portarias — Expediente do Departamento Nacional do Trabalho, do Serviço de Identificação Profissional, dos Departamentos Nacionais da Propriedade Industrial e de Seguros Privados e Capitalização, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e do Serviço de Comunicações.
Termos de contrato — Noticiário — Parte comercial — Rendas públicas — Editais e avisos — Sociedades anônimas — Sociedades civis — Anúncios.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 637 — DE 19 DE AGOSTO DE 1938

Transfere para o Ministério da Educação e Saúde o Colégio Militar do Ceará

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido para o Ministério da Educação e Saúde, com todos os bens moveis e imoveis que o compõem, o Colégio Militar do Ceará, ora dirigido pelo Ministério da Guerra.

Parágrafo único. O Colégio Militar do Ceará, uma vez efetivada a transferência, passará a denominar-se Colégio Floriano.

Art. 2.º Será ministrada, obrigatoriamente, no Colégio Floriano, a instrução militar, de modo que os alunos terminem o curso secundário como reservista de 2.ª categoria.

Parágrafo único. O ministro da Guerra designará os instrutores necessários ao ensino militar no Colégio Floriano.

Art. 3.º Os professores vitalícios militares serão aproveitados em outros estabelecimentos de ensino do Ministério da Guerra.

Art. 4.º Todo o pessoal civil efetivo será transferido para o Ministério da Educação e Saúde. O pessoal extranumerário passará a ser administrado pelo Ministério da Educação e Saúde.

Parágrafo único. Aos atuais professores civis efetivos ficam asseguradas as vantagens que lhes confere o art. 14 do decreto-lei número 103, de 23 de dezembro de 1937.

Art. 5.º O Colégio Floriano concederá matrículas gratuitas nos mesmos termos em que as concede o Colégio Pedro II.

§ 1.º Serão reservadas, com gratuidade, a orfãos de militares, 20 % das matrículas.

§ 2.º Os filhos de militares, bem como os filhos de pais pobres e os que pertencem a prole numerosa, terão direito a um abatimento nas matrículas, pela forma que for estabelecida em regulamento.

Art. 6.º Os alunos do Colégio Floriano poderão continuar a usar o uniforme atual.

Art. 7.º O ministro da Guerra e o ministro da Educação e Saúde assinarão um contrato que regule, em todos os seus pontos, a transferência de que trata o presente decreto-lei.

Art. 8.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, mas o estabelecimento transferido entrará a ser dirigido pelo Ministério da Educação e Saúde a partir de 1 de janeiro de 1939.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 638 — DE 19 DE AGOSTO DE 1938

Suspende a execução do decreto n. 23.794, de 23 de janeiro de 1934

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica suspensa, até o fim do corrente ano, a execução do decreto n. 23.794, de 23 de janeiro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra

DECRETO N. 2.949 — DE 8 DE AGOSTO DE 1938

Aprova o projeto e orçamento provável, na importância de réis 391:243\$573, para construção dos tanques OCA-5 e OCA-6, destinados a depósito de óleo de caroços de algodão, na ilha de Barnabé, porto de Santos.

O Presidente da República:

Atendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos e de acordo com a informação prestada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, em ofício n. 2.296, de 4 de julho de 1938, decreta:

Artigo único. Ficam aprovados o projeto e orçamento provável, na importância de 391:243\$573 (trezentos e noventa e um contos, duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e três réis), os quais com este baixam, rubricados pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, relativos à construção dos tanques OCA-5 e OCA-6, para depósito de óleo de caroços de algodão, das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, incluindo muros de recinto, plataforma, casa de bombas, encanamentos e pertences, na ilha de Barnabé, porto de Santos.

Parágrafo único. A importância efetivamente despendida com as obras a que se refere o presente decreto, terá de ser comprovada, mediante apresentação de documentos autênticos, para sua incorporação à conta de capital adicional da Companhia Docas de Santos, nos termos do art. 2º, inciso 3º, do decreto n. 658-A, de 21 de fevereiro de 1936.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

(C. 6.078 — 22-8-938 — 39\$800)

Ministério da Educação e Saúde

Por decreto de 15 do corrente, foi designado, sem onus para a União, o Dr. Alvaro Porto Moitinho para representar o Brasil no VII Congresso Internacional de Organização Científica, a realizar-se em Washington no corrente ano.

Por outro de 18 do corrente, foi nomeado Antônio Joaquim de Oliveira Campos Junior, inspetor sanitário, em disponibilidade, do extinto Serviço de Saneamento Rural no Estado do Ceará, para exercer o cargo de médico clínico, da classe I do quadro I.

Ministério das Relações Exteriores

Por decretos de 19 de agosto corrente:

Foram designados para exercerem as funções de membros da Comissão de Eficiência desta Ministério, os primeiros secretários: Lúcio Guimarães Fernandes Pinheiro, Carlos Maximiliano de Figueiredo e Fernando Lobo.

Ministério da Marinha

Por decretos de 19 do corrente:

Foi exonerado:

O contra-almirante engenheiro naval Alfredo Bernard Colônia, das funções de Diretor Geral de Engenharia Naval

Foram nomeados:

O contra-almirante engenheiro naval, Júlio Regis Bittencourt, para exercer as funções de Diretor do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras;

O capitão de mar e guerra engenheiro naval Luiz Augusto Pereira das Neves, para exercer, interinamente, as funções de Diretor Geral de Engenharia Naval.

Foram nomeados:

Por merecimento, no Corpo de Engenheiros Navais, ao posto de contra-almirante o capitão de mar e guerra, engenheiro naval, Júlio Regis Bittencourt.

Por antiguidade, de acordo com o art. 33 da lei n. 281, de 28 de outubro de 1936, Gilberto Fernandes Barata, do cargo da classe "I", da carreira de "oficial administrativo" do quadro I, do Ministério da Marinha, para o cargo da classe "J" da mesma carreira e do mesmo quadro.

Foi transferido, de acordo com o art. 35 da lei n. 281, de 28 de outubro de 1936, João Lucas da Costa, do cargo da classe "L" da carreira de fogaista, do quadro I, do Ministério da Marinha, para o mesmo cargo e quadro da carreira de "maquinista marítimo".

Foram transferidos para a reserva remunerada:

De conformidade com os artigos 11 letra b, 32, parágrafo único e 33 do decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936, o contra-almirante do Corpo de Engenheiros Navais Alfredo Bernard Colônia, conforme pediu, no mesmo posto e com o soldo de vice-almirante, percebendo duas (2) quotas de cinco por cento (5 %) sobre o dito soldo, visto contar quarenta e um (41) anos, três (3) meses e dias de serviço.

De conformidade com os artigos 11, letra a, 14, II e 32, do decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936, o primeiro-tenente do quadro de cirurgiões dentistas do Corpo de Saúde da Armada, Irineu Vieira de Sousa, compulsoriamente, no mesmo posto, percebendo vinte e três (23) vigésimas quintas partes do respectivo soldo, visto contar vinte e três (23) anos, nove (9) meses e dias de serviço.

De conformidade com os artigos 12 e 32 do decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, art. 1º, do decreto-lei n. 437, de 20 de maio de 1938, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936, o primeiro-tenente do quadro de professores do ensino elementar Gonçalo Augusto Batista Vieira, compulsoriamente, no mesmo posto, percebendo oito (8) vigésimas quintas partes do respectivo soldo, visto contar oito (8) anos, cinco (5) meses e dias de serviço.

De conformidade com os artigos 11, letra a, 14, II, e 32 do decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, decreto n. 22.893, de 5 de julho de 1933, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936, o segundo-tenente encarregado e conservador do Gabinete de Radiologia do Hospital Central da Marinha, Fábio Sanchez Soares, compulsoriamente, no mesmo posto e com o respectivo soldo, percebendo mais duas (2) quotas de cinco por cento (5 %) sobre o dito soldo, visto contar vinte e seis (26) anos, oito (8) meses e dias de serviço.

De conformidade com os arts. 11, letra b, e 32 — parte final — do decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, art. 2º, letra b, do decreto n. 21.887, de 29 de setembro de 1932, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936, o sub-oficial mestre prático de 2ª classe do Corpo de Práticos dos Rios da Prata, Baixo Paraná e Paraguai, Luiz da França Campos, conforme pediu, no posto de segundo tenente, com o distintivo de sua especialidade, percebendo dois terços (2/3) da soma dos vencimentos deste posto e das vantagens de que trata a letra a do art. 2º acima citado, e mais dez (10) quotas de dois por cento (2 %) sobre o total das importâncias mensais, visto contar trinta (30) anos, um (1) mês e dias de serviço;

De conformidade com os arts. 11, letra b, e 32 — parte final — do decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, art. 8º do decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931, art. 2º, letra b, e §§ 1º e 2º do decreto n. 21.887, de 29 de setembro de 1932, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936, o sub-oficial escrevente do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, José Monteiro da Silva Filho, conforme pediu, no posto de segundo tenente, com o distintivo de sua especialidade, percebendo dois terços (2/3) dos respectivos vencimentos e vantagens integrais de que trata a letra a do art. 2º acima citado, e mais treze (13) quotas de dois por cento (2 %) sobre o total dos vencimentos e vantagens integrais da ativa, visto contar trinta e dois (32) anos, nove (9) meses e dias de serviço;

De conformidade com os artigos 11, letra b e 32 — parte final — do Decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, art. 8º do Decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931, letra b e parágrafos 1º e 2º do art. 2º, do Decreto n. 21.887, de 29 de setembro de 1932 e Lei número 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de números 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o sub-oficial telegrafista do Corpo de Sub-Oficiais da Armada Rodolfo Coelho Ribeiro, conforme pediu, no posto de segundo tenente, com o distintivo de sua especialidade, percebendo dois terços dos respectivos vencimentos e vantagens e mais treze (13) quotas de dois por cento (2 %) sobre o total dos vencimentos e vantagens integrais da ativa de que trata a letra a) do art. 2º acima citado, visto contar trinta e dois (32) anos, sete (7) meses e dias de serviço.

De conformidade com os arts 11 letra b e 32 — parte final — do Decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, art. 5º letra a) — parte inicial — do Decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931 e Lei número 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de números 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936: O primeiro, sargento auxiliar especialista maquinista, n. 8.855, do Corpo de Marinheiros, Firmino Basilio da Silva, conforme pediu no mesmo posto e com o soldo de segundo tenente, visto contar mais de vinte e cinco anos de serviço;

O primeiro sargento auxiliar especialista artilheiro, n. 10.747, do Corpo de Marinheiros, Aristides Correia Pinho, conforme pediu, no mesmo posto e com o soldo de segundo tenente, visto contar mais de vinte e cinco (25) anos de serviço;

De conformidade com os artigos 11 letra b e 32 — parte final — do Decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, arts. 4º e 5º letra a) — parte inicial — do Decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931, e Lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de números 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o primeiro sargento auxiliar especialista motorista de Aviação, número 10.519, do Corpo de Marinheiros, Josino Ferreira de Santana, conforme pediu, no mesmo posto e com o soldo de segundo tenente, visto contar mais de vinte e cinco (25) anos de serviço, e

De conformidade com os artigos 11, letra b e 32 — parte final — do Decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938, artigo 14, do Decreto n. 20.371, de 3 de setembro de 1931, tornado extensivo aos sargentos e praças da Armada, pelo art. 4º, do Decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931 e Lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de números 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o segundo sargento auxiliar especialista artífice de convés (carpinteiro), n. 9.006, do Corpo de Marinheiros, Maurício Mota, conforme pediu, no mesmo posto e com o respectivo soldo, percebendo mais duas (2) quotas de dois por cento (2 %), sobre o dito soldo, visto contar — vinte e dois (22) anos, quatro (4) meses e dias de serviço.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Por decretos de 19 do mês corrente, foram designados, de acordo com o art. 16, do decreto-lei n. 579, de 30 de julho último, Adalberto Darcí, fiscal de seguros, classe "L"; Aguiraldo Queiroz de Oliveira, tecnologista, classe "K", e Bernardo César de Berredo Carneiro, oficial administrativo, classe "I", todos do quadro único deste Ministério, para exercer as funções de membros da respectiva Comissão de Eficiência.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO DESPACHADO PELO SR. PRESIDENTE

José Romulo Pifano, candidato inscrito sob o n. 48 no concurso para consul de 3ª classe, em seu nome e no nome de muitos outros candidatos, solicita que as provas do referido concurso sejam realizadas à noite. — De acordo com o estabelecido no artigo 19 das Instruções Gerais (ato 45), dirija-se, oportunamente, à Banca Examinadora. Em 22-8-38. (Proc. n. 56).

Divisão do Funcionário Público

Expediente despachado nos dias 1, 12, 13 e 15 do corrente mês. (Retificação por ter sido publicado com incorreções).

N. 1.891-87 — Saturnino de Pádua, diretor do quadro "I", cargo em comissão, do quadro I do Ministério da Justiça, pede melhoria de classificação. — Onde se lê: "... No caso invocado, a título de precedente, a situação do funcionário era outra; ele, juntamente com quatro outros funcionários, percebiam, antes, ...".

Vocado, a título de precedente, a situação do funcionário era outra; ele, juntamente com quatro outros funcionários, percebia, antes do Reajustamento".

N. 4.243-38 — Fernando Batista e outros, escriturários, classes F e G, Quadro III, Ministério da Viação, recorrem da decisão do Conselho, tomada em sessão de 20 de maio de 1937, considerando como final da carreira de escriturários, classe G. — Onde se lê: "... em revogá-lo ou contra o mesmo decidir-se que não é possível". Leia-se: "... em revogá-lo ou contra o mesmo decidir-se o que não é possível".

N. 2.776-37 — Aldovrando Carlos Pires, radiotelegrafista da Polícia Civil, pede a sua inclusão na classe "I" da respectiva linha de carreira. — Onde se lê: "... Pretender-se dar ao "para efeito de vencimentos", que se lê nos decretos de nomeação, a elasticidade que a petição quer equivaie é dar ao entendimento da expressão uma extensão que ela não comporta. Só para efeito de vencimento". Leia-se: "... Pretender-se dar ao "para efeito de vencimentos", que se lê nos decretos de nomeação, a elasticidade que a petição quer equivaie a dar ao entendimento da expressão uma extensão que ela não comporta. Só para efeito de vencimento".

Expediente despachado nos dias 18, 19 e 20 do corrente mês

Processos:

N. 4.186-38 — Cesar Sales, funcionário efetivo da Secretaria do Extinto Tribunal Eleitoral de São Paulo, pede aproveitamento e promoção. — "De acordo com o parecer. Restitua-se à C. E. do Ministério da Justiça". O parecer a que alude o presente despacho é o seguinte: "O peticionário alega haver sido preterido na promoção a oficial da Secretaria do Tribunal Eleitoral de São Paulo pelo colega José Martins de Siqueira. Conclui o seu requerimento, pedindo que, "na hipótese do não aproveitamento do oficial da Secretaria do Tribunal de Justiça Eleitoral de São Paulo, José Martins de Siqueira, seja, em face do exposto, considerado o suplicante automaticamente promovido ao referido cargo de oficial da Secretaria, e seu aproveitamento em cargo equivalente com todas as vantagens das mesmas funções". O requerimento é dirigido ao senhor ministro da Justiça, que é a autoridade competente para apreciar a pretensão do peticionário, desde que escapa à alçada da DASP. a decisão do assunto de que se trata. No meu entender, porém, desde que a esta D.F. foi encaminhado o processo, deve-se salientar que o requerido não tem amparo legal, sendo mesmo estranhável que pretenda um funcionário em disponibilidade ser "automaticamente promovido" e dentro de um quadro extinto, pelo critério de merecimento. E, mais ainda pretende o requerente: que se o aproveite, depois, em cargo equivalente ao de oficial, com todas as vantagens das mesmas funções. O peticionário, a meu ver, deverá, a juízo do Governo, ser aproveitado em cargo equivalente ao seu na disponibilidade, indeferindo-se-lhe o requerimento". — Paulo Lyra, diretor da Divisão.

N. 4.220-38 — Américo Celestino da Mota, contabilista, classe J, Quadro XII, Ministério da Fazenda, pede retificação de classificação por antiguidade. — "Indeferido, à vista do parecer. Restitua-se à C. E. da Fazenda". O parecer a que se refere o presente despacho é o seguinte: "O requerente pede que seja contado, como tempo de classe, o período em que, como perito-contador, prestou serviços profissionais à Recebedoria do Distrito Federal, examinando e fiscalizando livros comerciais, na forma do decreto n. 19.958, de 1931. Fê-lo, porém, o requerente como um estranho ao quadro de funcionalismo e, por isso, não pode ter deferida a sua petição. A contagem de sua antiguidade está certa, como se a fez, a partir da data de seu ingresso, como funcionário, no quadro da Diretoria do Imposto de Renda. Sou pelo indeferimento". — Paulo Lyra, diretor da Divisão.

N. 5.693-38 — Rosita Fontoura Braga, escrevente em disponibilidade dos extintos Cartórios Privativos do Serviço Eleitoral, do Distrito Federal, pede seu aproveitamento. — "A requerente foi nomeada para o cargo de escrevente juramentado, classe F, Quadro VI, Ministério da Justiça, por decreto de 30 de julho de 1938, publicado no Diário Oficial, de 6 de agosto de 1938, nada havendo, portanto, a providenciar. Arquite-se". — Paulo Lyra, diretor da Divisão.

N. 5.764-38 — Ivo da Silva Oliveira, marinheiro da classe D, do Quadro I, do Ministério da Marinha, pede transferência para a classe inicial da carreira de "Maquinista-Marítimo" do mesmo quadro. — "Nada ha a opôr, à vista do parecer. Submeta-se à apreciação do senhor Presidente da República". O parecer a que alude o presente é o seguinte: "O requerente, juntando a "carta" de habilitação, que lhe foi expedida pela Capitania do Porto do Rio de Janeiro, pode ser, como pede, transferido". — Paulo Lyra, diretor da Divisão.

N. 5.944-38 — José Fernando Rodrigues de Figueiredo, guarda aduaneiro, classe F, Quadro VIII, Ministério da Fazenda, pede retificação de classificação por antiguidade. — "Indeferido, à vista do parecer. Restitua-se à C. E. da Fazenda". O parecer a que alude o despacho supra é o seguinte: "O requerente, em 4 de março de 1936, foi nomeado, a pedido e por permuta, guarda aduaneiro da Alfândega de Recife e dessa data é contada a sua antiguidade de classe desde que, para esse efeito, de acordo com a legislação anterior ao Reajustamento, não se contava o tempo de serviço prestado na Alfândega, de onde se afastou. Sou, por isso, pelo indeferimento". — Paulo Lyra, diretor da Divisão.

N. 5.971-38 — Luiz Basile, escrivão da coletoria federal em Itapetininga, no Estado de São Paulo, pede sua promoção. — De acordo. Arquite-se

O parecer com o qual concorda este despacho é o seguinte:

"Escapa à competência do DASP a apreciação do assunto de que trata a petição, desde que lhe não está afeto o processamento de promoções. Sou, por isso, pelo indeferimento". — Paulo Lyra, diretor da Divisão.

Encaminhamentos:

N. 956-37 — Benedito Cláudio de Oliveira e outros, Patrões, Maquinistas Marítimos e Foguistas do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, pedem retificação de classificação. — "A C. E. do Ministério da Educação, pedindo juntada do processo n. 956 e parecer".

N. 3.543-37 — Gustavo Machado de Almeida, guarda civil, afastado do exercício de suas funções, pede sua reintegração. — "De acordo. Volte à C. E. J. para que fique esclarecido:

1º si o abandono da emprego foi constatado mediante os trâmites estabelecidos em lei;

2º o tempo de serviço público do peticionário e si foi nomeado em virtude de concurso, à vista do disposto no artigo 156, c), da Constituição".

O parecer com o qual concorda o presente é o seguinte:

"O requerente, em 29 de novembro de 1937, dizendo-se impossibilitado de exercer as funções de seu cargo, pelas alegações e razões que apresenta, pede, apelando para o antigo C. F. S. P. C., que se apure a sua veracidade.

2. Solicitada a audiência da C. E. da Justiça, essa opinou pelo arquivamento do processo, alegando ter sido o requerente exonerado, por decreto de 6 de janeiro último.

3. O antigo C. F. S. P. C., à vista disso, solicitou a juntada do processo de demissão, o que fez aquela Comissão.

4. Nesse processo está a proposta de demissão, que se declara amparada pelo n. 1, do artigo 603, do Regulamento da Polícia, combinado com o artigo 571.

5. Propunha-se, então, a demissão a bem da disciplina e por abandono de emprego, com fundamento nos dispositivos citados.

6. O Sr. chefe de Polícia, mandou, então, que se lavrasse o "decreto de exoneração por abandono de emprego".

7. Foi contado, para isso, o tempo em que o exonerado, afastado, aguardava despacho na petição em que requerera licença.

8. Esse despacho foi dado em 13 de setembro de 1937, de quando, então, se deveria contar o tempo do afastamento, procedendo-se, durante o seu tempo, na conformidade do § 1º, do artigo 14, do decreto n. 14.663, de 1921.

9. Assim sendo, não houve, no sentido legal, o afastamento determinante de abandono de emprego.

10. Mesmo que se verificasse o afastamento, era preciso, para a sua verificação, que fossem utilizados os meios consagrados pela praxe e pela jurisprudência administrativa.

11. Sendo assim, parece-me que o assunto merece ser considerado, para novo estudo pela C. E., afim de que fique esclarecida, definitivamente, a situação do requerente". — Paulo Lyra, diretor da Divisão.

N. 4.545-38 — Cesar Dragonero, inspetor de imigração, classe H, Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pede retificação de classificação por antiguidade. — "A C. E. do Ministério do Trabalho, pedindo esclarecimentos".

N. 4.963-38 — Sofia Monteiro de Barros, oficial administrativo, classe I, Quadro Único, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pede retificação de classificação por antiguidade. — "A C. E. do Ministério do Trabalho, pedindo informações".

N. 4.981-38 — Sebastião José Ribeiro, prático de engenharia, da letra C, da Inspetoria Geral de Iluminação do Ministério da Viação, pede retificação de classificação por antiguidade. — "Ao S. C. para arquivar, com o seguinte parecer:

"A vista da aprovação e publicação da nova classificação, nada mais ha a providenciar. Arquite-se".

N. 5.656-38 — Mario Barbosa Carneiro e outros, diretores do Tesouro Nacional, Tribunal de Contas, diretores gerais dos diversos Ministérios e sub-diretores e diretores de Secção dos mesmos Ministérios, aposentados, pedem para receber, na inatividade, gratificação adicional. — "A C. E. da Fazenda, solicitando parecer".

N. 5.692-38 — Antônio Emílio Romano, agente de Polícia Marítima, classe H, pede efetivação no cargo da classe J, da carreira de defetive, Quadro II, do Ministério da Justiça. — "A C. E. do Ministério da Justiça, solicitando parecer".

N. 5.741-38 — João Maximino Alves Filho, escriturário, classe G, Quadro I, Ministério da Guerra, pede acesso à classe inicial da carreira de Oficial Administrativo. — "A C. E. do Ministério da Guerra, solicitando parecer".

N. 5.768-38 — Esdras de Sousa e Silva, compositor, padrão F, Quadro III, Ministério da Justiça, pede transferência para cargo da classe F, da carreira de Defetive, do Quadro II. — "A C. E. do Ministério da Justiça, pedindo informações".

N. 5.827-38 — Vigo Holck, Chanceler-Intérprete da Legação do Brasil em Copenhague, consulta sobre direito à aposentadoria e benefícios do Montepio e Pecúlio. — "A C. E. do Ministério das Relações Exteriores, solicitando parecer".

N. 5.876-38 — Antônio Marques da Silva, servente, classe D, Quadro I, Ministério da Educação, pede retificação de classificação.

— "A. C. E. do Ministério da Educação e Saúde, solicitando parecer".

N. 5.898-38 — Eufrosina Ataíde de Oliveira, professora, interiorina, do Curso de Desenho, padrão G, Quadro IV, Ministério da Educação, pede efetivação. — "A. C. E. do Ministério da Educação e Saúde, solicitando parecer".

N. 5.915-38 — Oscar Gonzaga Coelho, servente, classe D, Quadro VIII — Alfândegas — Ministério da Fazenda, pede transferência para o cargo de Guarda Aduaneiro da mesma classe e quadro. — "A. C. E. do Ministério da Fazenda, solicitando parecer".

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO PUBLICO CIVIL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N. 6.100 — Em 29 de julho de 1938. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — Ao prestar a prova de português do concurso, que ora se realiza, para provimento do cargo de datilógrafo de qualquer Ministério, o candidato Altivar Côrtes Pires, inscrito sob n. 204, foi mandado retirar da sala, após um incidente com um auxiliar da Banca Examinadora, sendo, consequentemente, excluído daquela prova e das restantes do concurso, por determinação do Presidente da referida Banca.

2. O interessado recorreu desse ato para este Conselho, pedindo sindicância dos fatos que motivaram sua exclusão, e sua mãe se dirigiu por seu turno, a Vossa Excelência, solicitando autorização para que o filho continuasse a prestar as provas do concurso.

3. Ambas as reclamações foram encaminhadas ao Presidente da Banca Examinadora, o qual, em informação constante do processo, declarou ter sido a exclusão em apreço motivada por ato de incorreção e descortesia do candidato para com um fiscal da prova.

4. A providência tomada impunha-se, assim, como necessária, no momento, e a decisão da Banca Examinadora não exorbitou dos dispositivos das instruções que regem o concurso.

A falta cometida pelo examinando se enquadra no parágrafo único do artigo 28 das Instruções baixadas por este Conselho com o Ato n. 35, de 9 de novembro de 1937, combinado com o parágrafo único do artigo 21 das Instruções Gerais para Concursos, baixadas com o Ato n. 45, de 9 de fevereiro do corrente ano, que determinam a exclusão, "por ato irrecorrível da Banca Examinadora", do candidato "que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com os examinadores ou seus auxiliares".

6. Diante dos termos categóricos desse dispositivo, que regem o assunto, este Conselho, examinando o caso em sessão realizada a 28 do corrente, não pôde tomar conhecimento da reclamação em apreço, por visar ato expressamente irrecorrível.

7. Nesta conformidade, tenho a honra de, ao restituir a Vossa Excelência a carta anexa, opinar no sentido de que o interessado não deve ser autorizado a continuar a prestar as provas do concurso.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Luiz Simões Lopes, Presidente. — Arquivo-se. Em 16-8-1938. — G. VARGAS.

N. 6.114 — Em 29 de julho de 1938. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — Encaminhou Vossa Excelência à apreciação deste Conselho o incluso processo, no qual o Senhor Ministro da Guerra expõe a situação dos candidatos às vagas existentes na classe "H" da carreira de "Oficial Administrativo" do mesmo Ministério, e submete o caso a Vossa Excelência, para decisão definitiva.

2. Do exame do assunto ressalta dividirem-se os referidos candidatos, constantes das relações encaminhadas pelo Senhor Ministro, em duas categorias bem diversas: de um lado, os que, havendo obtido aprovação em concurso realizado anteriormente à lei 284, tiveram o seu aproveitamento assegurado pelo disposto no artigo 14 das Disposições Transitórias da mesma lei; de outro lado, os que têm possibilidade de aproveitamento, em virtude do decreto-lei n. 145, de 29 de dezembro de 1937.

3. Não cabe, pois, nenhuma dúvida quanto à legitimidade da pretensão de uns e de outros; ambos os grupos de candidatos encontram-se igualmente amparados pela legislação em vigor.

4. Ocorre, porém, que o aproveitamento dos candidatos amparados pelo referido decreto-lei 145 só se poderá verificar após o cumprimento das exigências ali contidas, conforme foi exposto a Vossa Excelência na Exposição de Motivos n. 6.111 desta data.

5. Não se trata, portanto, de uma "promoção", como julga o Senhor Ministro da Guerra, que lavrou decretos mandando "incluir" "por merecimento" e "por antiguidade" escriturários, classe "C", como oficiais administrativos, classe "H".

6. Esses decretos contrariam disposições expressas da legislação em vigor, pois não há "promoção" de uma carreira para outra. O que o decreto-lei n. 145 estabeleceu foi o "aproveitamento" de funcionários pertencentes à última classe de determinadas carreiras na classe inicial de outras carreiras, mediante o cumprimento de exigências expressamente determinadas naquela lei.

7. Não merecem, portanto, a assinatura de Vossa Excelência os decretos inclusos, referentes aos funcionários beneficiados pelo decreto-lei n. 145.

8. Si esses funcionários só poderão ser "aproveitados" após a satisfação das condições estatuídas em lei, o mesmo não acontece com os candidatos do outro grupo, que poderão ser nomeados imediatamente, na ordem de sua classificação em concurso, pois, como se disse acima, estão amparados pelo artigo 14 das Disposições Transitórias da lei n. 284.

9. Pensa, pois, este Conselho, que podem ser nomeados os candidatos habilitados em concurso, ficando o "aproveitamento" dos escriturários classe "G" na dependência da satisfação de todas as condições exigida pelo decreto-lei n. 145.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Luiz Simões Lopes, Presidente. — Assinado os decretos em 12-8-1938.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

PORTARIA N. 974, DE 11 DE AGOSTO DE 1938

O ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em nome do Presidente da República:

Resolve designar o oficial administrativo, classe J, do Quadro I deste Ministério, Adalberto de Sousa Braga Neto, para exercer, interinamente, as funções de oficial de Gabinete, durante o impedimento do respectivo titular, Alexandre Abadie Faria Rosa, que se acha à disposição do Ministério da Educação e Saúde, servindo como diretor do Serviço Nacional do Teatro.

Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1938. — Francisco Campos.

Diretoria da Justiça e do Interior

DESPACHOS DO SR. MINISTRO

Segunda Secção

Expediente do dia 22 de agosto de 1938

Requerimento de Domingos Galante, pedindo a autorização constante do art. 37, n. I, letra A, do decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, para a "Revista Brasileira de Importação e Exportação", "Guia do Comprador", que se edita na capital do Estado de S. Paulo. — Despacho: Sim, a título precário. Em 16 de agosto de 1938. — F. Campos.

Na mesma conformidade e data foram despachados pelo Sr. ministro os seguintes idênticos requerimentos — Editora Mineira S. A., para o jornal "Gazeta Comercial", que se edita em Juiz de Fora, Minas Gerais; Luiz Nelson Junqueira, para o jornal "Correio de Uberlândia", que se edita em Uberlândia, Minas Gerais; Turibio da Rosa Tinoco, para o jornal "A Comarca", que se edita em S. Gonzalo, Rio de Janeiro; Bartolomeu Lisandro de Albernaz, para o jornal "Folha do Comércio", que se edita em Campos, Rio de Janeiro; Hostílio C. de Sousa Araújo, para "Diário Oficial" do Estado do Paraná.

Requerimento de Joaquim Soares Maciel, pedindo a autorização constante do art. 37, n. I letra A, do decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, para o jornal "A Gazeta Mineira", que se edita em Belo Horizonte, Minas Gerais. — Despacho: Sim, a título precário. Em 17 de agosto de 1938. — F. Campos.

Diretoria da Contabilidade

ATOS DO SR. MINISTRO

Exposição de motivos

Expediente de 8 de agosto de 1938

Ao Exmo. Sr. Presidente da República:

N. 138 — Solicitando autorização para execução de melhoramentos, orçados em 3:530\$000, afim de se completar a instalação do Serviço do Pessoal deste Ministério, criado pelo decreto-lei n. 204, de 25-1-1938. O Exmo. Sr. Presidente da República exarou o seguinte despacho. — "Autorizado." Em 8-8-1938. G. VARGAS.

Segunda Secção

Avisos:

Ao senhor engenheiro chefe do Escritório de Obras deste Ministério:

N. 177 — Autorizando a entrega de cerca de 300 cortinas em tecido kaki, que eram destinadas às antigas cabines indevassáveis, aplicadas nas eleições, ao Instituto Sete de Setembro, onde o referido tecido poderá ser utilizado em roupas para os menores.

— Ao senhor diretor do Lloyd Brasileiro:

N. 83 — Solicitando o fornecimento de 1 passagem em primeira classe a Manuel Cardoso, auxiliar da secretaria do extinto Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, do porto do Rio de Janeiro ao de Porto Alegre, em objeto de serviço.

ATOS DO SR. DIRETOR

Offícios:

Ao senhor engenheiro chefe do Escritório de Obras deste Ministério:

N. 179 — Transmitindo a primeira via do pedido n. 45, na importância de 3:765\$000, extraído em favor de Lima, Borsani e Oliveira, para execução de serviços nos elevadores do Pretório.

— Ao senhor diretor secretário do Tribunal de Contas:

N. 214 — Transmitindo a segunda via do pedido n. 45, empenho n. 18, nos termos do art. 232 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Imprensa Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados.

Dia 18 de agosto de 1938

Alfredo Borges Gonçalves (M-70.634-38). — Como requer.
Horácio Dias Pais Leme (M-70.638-38). — Encaminhe-se.

Ministério da Educação e Saúde

Serviço do Pessoal

Cópia — 6.041 — Em 29 de julho de 1938 — Sr. diretor: Levo ao conhecimento de V. S. que, tendo em vista o zelo, a dedicação e a assiduidade com que se conduziram no desempenho das tarefas que lhe foram atribuídas, resolvi elogiar os funcionários desse Ministério — Murilo Braga de Carvalho, Bento Alves da Silva Carvalho, Astério Dardeau Vieira, João Alberto da Silva Júnior, Newton Correia Ramalho, Lígia Pita, Arminio Peixoto de Lima, Milton Acácio de Araújo, Ana Maria Ribeiro de Cerqueira Lima, Neusa Lima e Castro e Elvira Sá, que servem neste Conselho.

Assim, solicito as devidas providências de V. S. no sentido de passar a constar da fé de officio desses funcionários o elogio que ora lhes faço.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S. os protestos de minha perfeita estima e consideração. — Luiz Simões Lopes, presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Ao Sr. Dr. Alvaro Alves de Sá, diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Educação.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Apostila: 17 de agosto:

No decreto pelo qual foi transferido, por conveniência de serviço, Rúbens Assunção do cargo do padrão J, de diretor, do quadro VII, para o cargo do padrão J, de diretor, do quadro IV, foi declarado que o nome do funcionário é: Rúbens Klier Assunção.

Requerimentos despachados:

Américo Lino de Andrade. — Averbese-se (18.953-38).

Oscar Ferreira Nunes. — Certifique-se. (30.163-38).

Dia 19 de agosto de 1938

Oscar Damaso da Silva Santos. — Certifique-se (31.568, de 1938).

Jandira da Silva. — Retifique-se. (19.697-38).

Jeni Gartner Roslino. — Retifique-se. (22.402-38).

José Lopes Soles. — Já tendo sido feita averbação não há o que deferir. (15.573-35).

Dia 20

Ana Benedita Dutra e filhos. — Compareçam ao Serviço do Pessoal. (23.281-38).

Adelino Rangel Lopes de Sousa. — Cumpra-se a exigência do parecer. (5.193-38).

Dr. José Paranhos Fontenele. — Cumpra a exigência do parecer. (31.598-36).

José Marques. — Dirija-se, querendo, à Diretoria de Despesa Pública do Tesouro Nacional. (30.032-38).

Portaria:

Dispensando Hamilton Pedro de Farias das funções de secretário de seu Gabinete, de acordo com a determinação do Sr. diretor geral, de mandar regressar às respectivas repartições os extranumerários em exercício no referido departamento.

Dia 22

Requerimentos despachados:

Arnaldo Sodoma da Fonseca. — Certifique-se. (19.046-38).
Alberto Bernardino. — Cumpra a exigência contida na informação. (31.438-38).

Na relação nominal dos cargos da carreira de atendente, publicada no *Diário Oficial* de 15 de agosto corrente, devem ser feitas as seguintes retificações:

Página 16.301 — Suprima-se o n. 20 — Maria da Conceição Pralon de Carvalho, na letra E.

Página 16.305 — N. 201 — Leia-se: Lindolfo Caldeira.
Idem, idem — N. 256 — Leia-se: Miriam de Oliveira Chrockatt de Sá Gluck.

Idem 16.306 — N. 303 — Leia-se: Estela Mercês Correia Alvares.

Idem, idem — N. 319 — Leia-se: Umbelina Ferreira

Idem, idem — Suprimam-se os ns. 340 e 345.

Departamento Nacional de Educação

DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Dia 22 de agosto de 1938

N. 40.424-37 — Ginásio Nilo Peçanha, Niterói, Estado do Rio, inspeção preliminar. — Concedo a inspeção preliminar por dois anos. 13-8-938.

N. 943-36 — Ginásio Carneiro Leão, João Pessoa, inspeção preliminar. — Concedo a inspeção. Promova-se, no prazo de 90 dias, o registro que falta, 13-8-938.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Designando, os inspetores:

José Alves de Azevedo, para o Colégio N. S. Auxiliadora, de Campos, a partir de 20 do corrente;

Hélio Correia Lima, para o Ginásio S. Francisco de Sales, em Terezina, a partir de 20 deste;

Paula Pedro Moacir, para o Colégio Mallet Soares, desta Capital, a partir de 1 do corrente;

Marina de Campos Vergueiro, para o Mackenzie College, (1ª e 2ª séries), da Capital do Estado de São Paulo, a partir de 15 deste;

José Chaer, para o Ginásio Municipal São Borja, no Rio G. do Sul, a partir de 10 deste;

Alberto Zironi Neto, para o Ginásio Associação de Ensino, de Ribeirão Preto, a partir de 20 de agosto;

José Gerardo Ferreira Gomes, para o Ginásio Santana, em Sobral, Ceará, a partir de 15 deste.

Transferindo, os inspetores:

Pe. Abelardo Falcão, para o turno da tarde do Colégio Salesiano de Santa Rosa, de Niterói, a partir de 20 deste;

Luiz Moliterno, para ter exercício também no Ginásio de Miracema, Estado do Rio, a partir de 17 de agosto;

Sebastião de Moura Bittencourt, para o Ginásio do Estado, em Ribeirão Preto, S. Paulo, a partir de 20 deste;

Luiza Alice Arrais Moreira, para o Colégio Farias Brito, de Fortaleza, a partir de 20 do corrente;

Antônio da Silveira Sales, para o Colégio Plínio Leite, de Petrópolis, a partir de 20 último;

Flávio Bortoluzzi de Sousa, para o Ginásio de Teresópolis, de Teresópolis, a partir de 20 deste;

José Campelo, para o curso fundamental do Ginásio Osvaldo Cruz, de Recife, a partir de 20 do corrente.

N. 160-38 — José Teles de Carvalho, pedindo férias. — Concedo nos termos do parecer, 12-8-38.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO

N. 25.342-38 — Acioline Pereira de Lima Paiva, 2ª via. — Declare a série a que se refere o certificado, 19-8-38.

N. 15.521-38 — Fernando Markan, 2ª via. — Deferido, 16-8-38.

N. 31.210-38 — Regina Helena M. A. Lavorinha Falcão, autorização para se tornar extensiva ao fundamental uma concessão concedida ao curso complementar. — Deferido, 19-8-38.

Ministério das Relações Exteriores

Por portaria de 16 do corrente:

Foi contratada, a partir de 16 de agosto corrente, Dulce Fonseca, pelo prazo de cinco meses, para exercer as funções de auxiliar de 3ª classe

— Por outra de 22 do corrente:

Foram concedidas férias extraordinárias de quatro (4) meses, de acordo com o art. 7º das Disposições Transitórias do decreto número 24.113, de 12 de abril de 1934, ao auxiliar de Consulado Alberto do Rêgo Rangel.

Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Mapoteca

Requerimento despachado

Dia 22 de agosto de 1938

Gracinda Matila Arelano. — Deferido.

Ministério da Fazenda

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 13 de agosto de 1938

Despacho:

N. 53.455-38 — Requerimento da S. A. Les Ateliers Metallurgiques de Nivelles, pedindo reconsideração de anterior despacho que lhe negou isenção da taxa de 3 %, de que trata o decreto-lei n. 97, de 23 de dezembro de 1937, nas remessas de câmbio para o exterior, destinadas ao pagamento de material fornecido à Rede de Viação Cearense. — Indeferido, tendo em vista o parecer da Carteira Cambial.

Dia 18

Ofícios:

Ao Sr. ministro do Trabalho:

N. 29 — De acordo com o disposto no art. 127 do decreto número 24.563, de 3 de julho de 1934, o Instituto Nacional de Previdência está isento do pagamento de fóros enquanto o imóvel, objeto da enfiteuse, estiver incorporada ao seu patrimônio.

Desincorporado que seja, restabelecido ficará o vínculo obrigacional e, em consequência, sujeito o comprador ao pagamento do fóro. Nestas condições, e para se evitar dúvida quanto à obrigação de efetuar esse pagamento, tenho a honra de encarecer as necessárias providências de V. Ex. para que, nas vendas de imóveis a prestações realizadas pelo referido Instituto, conste da respectiva escritura, cláusula expressa sobre o restabelecimento do fóro, quando transferido o domínio útil ao adquirente, toda vez que o domínio direto pertença à Fazenda Nacional.

Idêntico, sob o n. 64, ao Sr. ministro da Guerra, com relação às vendas de imóveis realizadas pela Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra.

N. 55 — Restituindo o processo relativo ao pedido feito pela viúva do ministro aposentado da Corte Suprema, Joaquim Xavier Guimarães Natal, no sentido de ser-lhe restituído o imposto pago pelo mesmo, em virtude do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e comunicando haver o Sr. Presidente da República resolvido mandar arquivar o aludido processo, por não ter o pedido fundamento legal.

N. 56 — Comunicando que, atendendo à solicitação feita pelo Ministério da Justiça, autorizou a cessão ao Governo do Rio Grande do Norte do próprio nacional onde funcionou a extinta Justiça Federal do mesmo Estado, para nele serem realizadas as audiências e inquirições do juiz criminal que vai cumprir as precatórias do Tribunal de Segurança Nacional, obrigando-se o aludido Governo a conservar o imóvel e restituí-lo assim que se torne desnecessário aos referidos trabalhos.

Ao ministro da Viação:

N. 105 — Restituindo o processo relativo ao pagamento de desapropriações feitas em virtude do decreto n. 15.561, de 12 de julho de 1932, visto haver sido aberto pelo decreto-lei n. 632, de 18 do corrente mês, ao crédito especial de 175:004\$, destinado a atender ao referido pagamento.

— Ao Sr. ministro-presidente do Tribunal de Contas:

N. 562 — Remetendo cópia do decreto-lei n. 631, de 18 do corrente mês que abre o crédito especial de 500:000\$ para despesas extraordinárias com a arrecadação da receita, e solicitando providências no sentido de ser o mesmo crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

N. 563 — Enviando cópia do decreto-lei n. 628, de 18 do corrente, que abre o crédito especial de 3.000:000\$ para pagamento de juros de apólices da Dívida Pública Interna, e solicitando providências no sentido de ser o mesmo crédito distribuído à Caixa de Amortização.

— Ao Sr. presidente do Banco do Brasil:

N. 455 — Autorizando a pagar ao Sr. Abílio de Sousa a importância de 662\$700 relativa a fornecimentos feitos à antiga Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DO GABINETE

Dia 17 de agosto de 1938

Ao Sr. presidente do Conselho Superior de Tarifa:

N. 219 — Comunicando que o Sr. ministro proferiu o seguinte despacho, no processo em que são interessados Loureiro, Costa & Comp., estabelecidos em Santos, e relativo ao recurso interposto pelo senhor representante da Fazenda, da decisão constante do acórdão n. 2.470, publicado no "Diário Oficial" de 1 de abril de 1937:

"Nego provimento ao recurso do senhor representante da Fazenda para confirmar o acórdão recorrido, por seus fundamentos."

Dia 19

Ao Sr. diretor da Recebedoria Federal em São Paulo:

N. 45 — Comunicando que o Sr. ministro resolveu, em face dos esclarecimentos prestados pela Recebedoria Federal de S. Paulo, mandar arquivar o processo originado do requerimento em que Alberto Cuper, estabelecido na mesma cidade, pediu relevação da multa que lhe foi imposta pela referida repartição, em 1936, por infração do regulamento do imposto de consumo.

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

APOSTILA

No decreto, de 11 de agosto de 1938, que nomeia o Dr. Antenor Rangel Filho, para exercer, durante um ano, as funções de membro da 1ª Câmara do Conselho Superior de Tarifa, foi feita a seguinte apostila:

"Chamra-se Antenor da Fonseca Rangel Filho, e não Antenor Rangel Filho, o nomeado por este decreto.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1938. — A. de Souza Costa.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DISPENSA

Dia 15 de agosto de 1938

Portaria n. 31 — O diretor geral da Fazenda Nacional, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, alínea b, do decreto número 24.036, de 26 de março de 1934, resolveu dispensar, a pedido, o oficial administrativo, classe K, quadro I — Tesouro Nacional — Manuel Rosendo de Andrade Luna, das funções de chefe do Serviço de Comunicações. — Romero Estelita.

DESIGNAÇÃO

Dia 19 de agosto de 1938

Portaria n. 32 — O diretor geral da Fazenda Nacional, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 do decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934, resolveu designar o oficial administrativo, classe I, quadro III (Recebedoria do Distrito Federal), bacharel Fernando Medeiros, para exercer as funções de secretário da 2ª Câmara do Conselho Superior da Tarifa. — Romero Estelita.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO PESSOAL

POSSES

Dia 19 de agosto de 1938

Doutor Cipriano Cornélio Gomes dos Santos, das funções de chefe da Seção de Assistência Social do Ministério da Fazenda. Manuel Rozendo de Andrade Luna, das funções de chefe da Seção de Controle.

Dia 20 de agosto de 1938

João Lídio Barbosa Filho e José Sebastião Pedro, no cargo da classe G, da carreira de contínuo, do quadro V — Casa da Moeda. Gilvan Fonseca da Costa Alecrim, do cargo da classe D, da carreira de escriturário, do quadro III — Recebedorias Federais

OFÍCIOS

Dia 18 de agosto de 1938

Ao Sr. diretor da Seção de Fiscalização do Exercício Profissional:

N. 217 — Solicitando seja submetido a inspeção de saúde, para efeito de posse, Henrique Macedo Soares, nomeado para o cargo de auditor, padrão J, do quadro IV — Caixa de Amortização.

— Ao Sr. delegado fiscal em Minas Gerais:

N. 200 — Restituindo o decreto, apostillado, que removeu o escrivão da Coletoria Federal em Cachoeiras, Joaquim Ferreira Leite Júnior, para idêntico cargo, em Guaraná, no mesmo Estado.

Dia 20

Ao Sr. diretor da Casa da Moeda:

N. 116 — Comunicando a concessão do crédito destinado a atender ao pagamento de gratificação devida a funcionários da mesma repartição, por serviços extraordinários prestados fora das horas do expediente, durante o mês de junho último.

— Ao Sr. diretor da Seção de Fiscalização do Exercício Profissional:

N. 220 — Solicitando seja submetido a Inspeção de saúde, para efeito de aposentadoria, o estatístico da classe K, do quadro I — Alvaro de Azevedo Marques, com exercício na Diretoria de Estatística Econômica e Financeira.

— Ao Sr. delegado fiscal em Alagoas:

Ns. 68 e 69 — Remetendo o decreto que nomeia Tomaz Giabert, para o cargo da classe A, da carreira de servente, do quadro VIII, deste ministério, e o que promove, por merecimento, Alvaro Leite, do cargo da classe F, da carreira de guarda-livros, do quadro I, ao cargo da classe G, da mesma carreira e do mesmo quadro, e autorizando a dar aos referidos funcionários a posse dos seus respectivos cargos, sendo que, quanto ao primeiro, com observância do item 9, da circular deste Serviço, n. 3, de 21 de fevereiro último.

— Ao Sr. delegado fiscal no Amazonas:

N. 107 — Remetendo o decreto que nomeia Vilar Fluzza da Câmara, para o cargo da classe G, da carreira de engenheiro, do quadro XIII, para ter exercício na Administração do Domínio da União junto à mesma delegacia, e autorizando a dar ao nomeado a posse do respectivo cargo, com observância do item 9, da circular deste Serviço, n. 3, de 21 de fevereiro último.

— Ao Sr. delegado fiscal na Bahia:

N. 116 — Remetendo o decreto que nomeia, a pedido, o agente fiscal do imposto de consumo no interior do Estado do Paraná — Manuel Lopes Ferreira Pinto Júnior, para idêntico lugar, no interior do mesmo Estado, e autorizando a dar ao funcionário a posse do respectivo cargo.

— Ao Sr. delegado fiscal no Espírito Santo:

Ns. 65 a 68 — Remetendo os decretos que nomeiam Antônio Américo da Silveira, para o cargo de agente fiscal do imposto de consumo, no interior do mesmo Estado; Luiz de Freitas Borges, para o cargo da classe F, da carreira de desenhista, do quadro XIII, para ter exercício na Administração do Domínio da União junto à aludida Delegacia; Marinho dos Santos e Olivério de Sousa Campos, para o lugar de agente fiscal do imposto de consumo, no interior do mesmo Estado, e autorizando a dar, aos referidos funcionários, a posse dos respectivos cargos.

— Ao Sr. delegado fiscal no Estado do Mato Grosso:

Ns. 78 a 80 — Remetendo os decretos que nomeiam Francisco Benedito Loureiro e Zildo Pessoa Barreto, para o lugar de agente fiscal do imposto de consumo no interior do aludido Estado, e Augusto Ribeiro, para o cargo de coletor de Santo Antônio do Rio Abaixo, no mesmo Estado, e autorizando a dar aos respectivos funcionários a posse dos referidos cargos.

— Ao Sr. delegado fiscal em Minas Gerais:

Ns. 202 a 207 — Remetendo os decretos que promovem, Manuel Arcanjo de Araújo, do cargo da classe F, da carreira de Guarda-livros, do quadro I, ao cargo da classe G, da mesma carreira e do mesmo quadro; o escrivão da coletoria das rendas federais em Grão Mogol, Demóstenes Roriz Filho, a coletor da coletoria das rendas federais em João Pinheiro; o escrivão da coletoria das rendas federais em Carmo do Paranaíba, Ataíde da Cruz Fernandes, a idêntico lugar na coletoria das rendas federais em Araxá; o escrivão da coletoria das rendas federais em Santa Maria do Suassui, João Damasceno Peroba, a coletor da coletoria das rendas federais em Jequeri; e Alberto Machado Rangel, do cargo da classe F, da carreira de guarda-livros, do quadro I, ao cargo da classe G, da mesma carreira e do mesmo quadro; o que remove o escrivão da coletoria das rendas federais em Aimorés, Fábio Henriques Mendonça, para idêntico lugar na coletoria federal em Alfenas; e autorizando a dar aos referidos funcionários a posse dos respectivos cargos.

— Ao Sr. delegado fiscal na Paraíba:

N. 59 — Remetendo o decreto que nomeia, a pedido, o agente fiscal do imposto de consumo, no interior do Estado do Espírito Santo, Luiz Corerla de Sousa, para idêntico lugar, no interior do mesmo Estado, e autorizando a dar ao referido funcionário a posse do respectivo cargo.

— Ao Sr. delegado fiscal no Paraná:

Ns. 114 e 115 — Remetendo o decreto que nomeia, a pedido, o agente fiscal do imposto de consumo, no interior do Estado de Sergipe, Belarmino Fernandes da Silva Tavares Filho, para idêntico lugar, no interior do mesmo Estado, e o que promove, por merecimento, Rui Gomes da Veiga, do cargo da classe F, da carreira de Guarda-livros, do quadro I, ao cargo da classe G, da mesma carreira

e do mesmo quadro e autorizando, a dar aos referidos funcionários a posse dos respectivos cargos.

— Ao Sr. delegado fiscal em Pernambuco:

Ns. 111 a 113 — Remetendo o decreto que remove o coletor da coletoria das rendas federais em Altinho, Pantaleão Alves da Costa, para idêntico lugar na coletoria das rendas federais, em Belo Jardim; o que nomeia, a pedido, o agente fiscal do imposto de consumo, no interior do Estado da Paraíba, Fenelon de Albuquerque Montenegro, para idêntico cargo no interior do mesmo Estado; e, ainda, o que promove a agente fiscal do imposto de consumo, na Capital do Estado de Pernambuco, o do interior do mesmo Estado, Domingos Alves Feitosa; e autorizando a dar aos referidos funcionários a posse dos respectivos cargos.

— Ao Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Norte:

N. 70 — Remetendo o decreto que promove, por merecimento, Pedro Augusto do Nascimento, do cargo da classe F, da carreira de guarda-livros, do quadro I, para o cargo da classe G, da mesma carreira e do mesmo quadro; e autorizando a dar posse do cargo a aludido funcionário, que tem exercício na Alfandega de Natal.

Diretoria das Rendas Internas

CIRCULAR N. 48

De conformidade com o resolvido no processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 55.657, de 1938, declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este Ministério, para seu conhecimento e devidos fins, que, de acordo com o disposto no artigo 11, § 12, do vigente regulamento do imposto de consumo, resolvi conceder, ao Centro dos Varejistas de Santos, S. A., com sede em Santos, S. Paulo, sucessor da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, Centro dos Varejistas de Santos, os favores de que trata o decreto n. 21.839, de 11 de maio de 1932, regulamentado pelo de n. 22.480, de 20 de fevereiro de 1933.

Em 22 de agosto de 1938. — Alvaro Dantas Carrilho, diretor das Rendas Internas.

CIRCULAR N. 47

De conformidade com o resolvido no processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 82.424, de 1937, declaro aos Srs. Chefes das repartições subordinadas a este Ministério, para seu conhecimento e devidos fins, que, quando consultados sobre o disposto na tabela B, § 1º, n. 2 e 3, do regulamento baixado com o decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936, mandem adotar a praxe seguida pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio, que, não contrariando a lei, é a que maior segurança oferece para a arrecadação do tributo de que se trata:

1º, que os interessados, no ato de dar entrada aos papéis sujeitos a arquivamento, depositem a importância relativa ao selo devido, devendo-lhes ser entregue uma ficha numerada, com especificações do referido depósito.

Caso lhes seja negado arquivamento, deverão receber, contra a entrega da respectiva ficha, a quantia depositada;

2º, que a prova, à disposição dos interessados, depois de feito o arquivamento, é a 2ª via do documento, devidamente selada e legalizada, podendo ser dada, também, certidão do mencionado arquivamento, de relatório ou de inteiro teor;

3º, que as estampilhas correspondentes ao selo de arquivamento devem ser apostas na 2ª via do documento, devidamente inutilizadas com o carimbo da repartição e assinatura do funcionário encarregado do serviço, com o "visto" do respectivo chefe.

Em 22 de agosto de 1938. — Alvaro Dantas Carrilho, diretor das Rendas Internas.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de agosto de 1938

Ao Sr. presidente do Banco do Brasil:

N. 408 — Comunicando que de conformidade com o resolvido no processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 62.097, de 1938, que a firma Andrade Cabral & Comp. Ltda. já pode ser restituída a importância de 5:000\$000 (cinco contos de réis), depositada nesse Instituto em 28 de julho último, de vez que pela carta-patente número 1.787, de 2 do corrente, a referida firma está autorizada a praticar operações bancárias.

— Ao gerente de "The Yokohama Specie Bank Ltd." — Nesta:

N. 406 — Comunicando que tendo presente o processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 51.875, de 1938, que tem por base vosso requerimento datado de 9 de julho último, proferiu, em 11 do corrente, o seguinte despacho:

"Responda-se no sentido da informação".

A informação referida foi prestada pelo escriturário, em comissão no Quadro Móvel, Antônio Carlos de Barcelos, nos seguintes termos:

"Consulta o 'The Yokohama Specie Bank Ltd.' se na hipótese de aumentar de um mil para nove mil contos de réis, o seu capital de

País e de obter para esse aumento, na forma da lei, a aprovação governamental — lhe será permitido escriturar o "quantum" dessa operação a débito de sua Matriz em Yokoama, já que ficará impossibilitado de fazê-lo a "acionistas" pelo fato de só a referida matriz entreter relações com estes.

Esclarece, outrossim, que a parte do capital a ser aumentada já se acha realizada e invertida em operações no País, deixando de haver, por isso, necessidade de suprimento pela sua matriz.

Ao meu ver, a consulta pode ser respondida afirmativamente.

Desde que fique provado, em processo regular: A) que a importância de oito mil contos do aumento já se acha invertida em transações; B) que esse aumento mereceu a aprovação Governamental devida e, C) que a Matriz autorizou o lançamento que se pretende fazer, parece-me que o banco postulante pôde sem inconveniente para a fiscalização, levar aquela importância a débito da conta "Matriz — Capital", cabendo a esta última, por seu turno, creditá-la a seu favor na conta de "Acionistas".

A consideração superior".

— Ao Sr. presidente do Banco do Brasil:

N. 407 — De conformidade com o resolvido no processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 62.175, de 1938, comunico-vos que aos socios da Casa Bancária Sul Americana Ltda., já pode ser restituída a quantia de 200.000\$000, (duzentos contos de réis), depositada nesse Instituto em 12 de julho último, de vez que, pela carta-patente número 1.788, de 9 do corrente, o referido estabelecimento está autorizado a praticar operações bancárias.

— Ao Sr. Marcelino Moreira Ramos. — Agente da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 318 — Com referência à vossa carta datada de 13 de junho último e fichada no Tesouro Nacional sob n. 45.957, de 1938, comunico-vos, para os devidos fins, que, de conformidade com os esclarecimentos prestados pela Companhia Auxiliar de Crédito Imobiliário S. A., transcritos na cópia anexa, escapa competência a esta diretoria para intervir no caso reclamado, de vez que se trata de matéria regulada nas cláusulas de escritura pública hipotecária que acceitastes, voluntariamente, com a aludida companhia.

— Ao Diretor do Departamento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura:

N. 320 — Transmitindo o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 18.040 de 1938, em que Manuel Alcantara de Carvalho, proprietário de minas de diamante e carbonadas do município de Lenções, Estado da Bahia, pede restituição da quantia de 712\$600, referente à taxa criada pelo art. 2.º do decreto n. 24.673, de 1 de julho de 1934, solicita audiência a respeito.

N. 423 — O diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, tendo presente o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 90.922, de 1937, em que o fiscal federal junto à matriz da "A Promotora da Casa Própria S/A., em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Mário Santos Neto, apresenta o relatório do mês de outubro do ano passado, resolve recomendar, ao mesmo fiscal, a mais estrita observância sobre a escrituração dos fundos depositados pela sua fiscalizada e correspondente aos direitos dos prestamistas.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul:

N. 186 — Comunicando que, tendo presente o vosso ofício número 1.108, de 26 de outubro de 1937, fichado no Tesouro Nacional sob n. 82.424, do mesmo ano, relativo à consulta formulada pela Junta Comercial desse Estado sobre a penalidade que deve ser imposta à parte, que só depois de decorridos 30 dias do despacho, procura pagar o selo de arquivamento de seus documentos e a quem cabe aplicar essa penalidade, expediu, para conhecimento dos interessados, a circular n. 47, de hoje datada.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo:

N. 378 — Comunicando que, tendo presente o processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 55.657, de 1938, de interesse do "Centro Varejistas de Santos, S.A.", proferiu, em 12 do corrente, o seguinte despacho:

"De acordo com o disposto no art. 11, parágrafo 12, do vigente regulamento do imposto de consumo, concedo ao "Centro dos Varejistas de Santos, S.A.", sucessor da "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Centro dos Varejistas de Santos", autorização para o fabrico de vinhos compostos.

Expeça-se circular e, feita a devida comunicação, vá o processo à 1.ª Subdiretoria, para os devidos fins".

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais:

N. 342 — Comunicando que, tendo presente o processo, fichado no Tesouro Nacional sob o n. 55.113, de 1938, em que o coletor federal em Ouro Preto consulta se estão sujeitos ao pagamento de algum imposto as vendas efetuadas pelo "sistema crediário", proferiu, em 15 do corrente, o seguinte despacho:

"Aprovo. Comunique-se".

A decisão dessa Delegacia, que resolvi aprovar, está assim formulada:

"Responda-se:

No cartão que instrue a consulta figura o total da compra. Fígura, também, o restante a ser pago em prestações semanais. Desde que o cartão seja assinado pelo comprador, será um documento que encerra, para todos os efeitos, uma obrigação de pagamento, sujeito o documento, por conseguinte, ao selo proporcional previsto no número 24 da Tabela A, do regulamento anexo ao decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936.

A consideração da Diretoria das Rendas Internas".

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais:

N. 341 — Comunicando que, tendo presente o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 57.558, de 1938, em que o agente fiscal do imposto de consumo, Manuel Gomes Batalha, consulta, por intermédio da Coletoria Federal em Itajubá, nesse Estado, qual a base para pagamento do imposto de consumo de especialidades farmacêuticas, em doses de 3 cc., acondicionados em ampolas de capacidade útil de 5 cc., resolveu, por despacho de 4 do corrente, aprovar a decisão que proferistes a respeito.

Foi a seguinte a decisão dessa Delegacia, aprovado por esta Diretoria:

"Responda-se, por intermédio da Coletoria Federal de Itajubá, ao agente fiscal Manuel Gomes Batalha:

a) que a selagem dos produtos da classe VII, do § 8º, do art. 4º, do decreto n. 301, de 24 de fevereiro de 1938, aliás vigente desde o advento do decreto n. 22.262, de 28 de dezembro de 1932, conforme claramente expressa a "nota" 5ª ao citado parágrafo e já entendeu o Segundo Conselho de Contribuintes, no acórdão 3.337, publicado no "Diário Oficial" de 14 de janeiro de 1937, deve ter por base, em 1º lugar, a capacidade do recipiente e, em 2º, o número de unidades contidas em cada embalagem; e

b) que, dessa forma, o produto de dose medicamentosa até 3 cc., mas acondicionado em ampolas da capacidade útil de 5 cc., fica sujeito às taxas de \$400, \$800, 1\$200, 2\$000 e 6\$000, si a sua embalagem for, respectivamente, de 1 unidade, de 2 a 6, 7 a 12, 13 a 30 e de 31 a 400 unidades, cobrando-se, daí por diante, mais 1\$200 por grupo ou fração de 12 unidades excedentes de 100.

Comunique-se e encaminhe-se o processo à Diretoria das Rendas Internas, à cuja consideração submeto esta solução".

— Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Ceará:

N. 62 — Comunicando que o Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, a quem foi presente o processo fichado no Tesouro Nacional sob o n. 37.175, de 1938, em que é interessada a Casa Bancária Crédito Popular, S. A., sediada em São Benedito, nesse Estado, proferiu, em 30 de julho último, o seguinte despacho:

"À vista do parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Pública, indeferido.

O parecer em questão está assim formulado:

"Diz-se a requerente uma sociedade anônima em que se transformou antiga cooperativa de responsabilidade limitada, organizada no regime da lei n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907.

Mas do processo não consta provada a personalidade jurídica dessa cooperativa, nem se sabe que ela houvesse satisfeito as condições enumeradas no art. 16 da mencionada lei.

Essa transformação já se operou na vigência do decreto número 24.647, de 10 de julho de 1934, cujo art. 34 dispõe:

"As cooperativas constituídas durante a vigência do decreto número 1.637, de 5 de janeiro de 1907, e do de n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, poderão continuar a reger-se por seus atuais estatutos, mas não lhes é permitido reformá-los, nem prorrogar o prazo de sua duração, sem que observem os dispositivos do presente decreto."

E o art. 31 estabeleceu que só em uma assembléia geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, pôde ser deliberada a dissolução da sociedade, prescrevendo o § 4º desse artigo:

"A deliberação que vise a mudança de forma jurídica da sociedade importa em dissolução da mesma e subsequente liquidação, a juízo da Diretoria de Organização e Defesa da Produção."

Na conformidade das deliberações constantes das atas de fls. 35 a 47, teria deixado de ser a suplicante uma cooperativa de responsabilidade limitada, preferentemente transformada em sociedade anônima.

Exquisitamente, não se juntou ao processo um só exemplar do jornal que houvesse publicado o edital de convocação para as assembléias de 22 de novembro de 1937 e 28 de dezembro de 1937, cujas atas se encontram às folhas que ficaram indicadas. Entretanto, a folhas 28 v., 54 v. e 58 v. se leem os editais de convocação para a assembléia que não se realizou em 11 de novembro daquele ano.

Mas, esta última convocação ou melhor a convocação para a assembléia não realizada em 11 de novembro mesmo assim não foi feita

de modo regular, em face dos estatutos de fls. cujo art. 24 exigia oito dias de antecedência e os convites ou editais não foram publicados com essa antecedência.

Dessas considerações resulta concluir que não merece deferimento o pedido de autorização para funcionar a suplicante como casa bancária, se a sua organização está afastada da lei."

FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Dia 19 de agosto de 1938

N. 59.845-1938 — Aarão Seabra Barcelos. — Deferido. Expeça-se a necessária carta-patente.

N. 41.243-1938 — Sociedade Anônima Crédito Industrial e Mercantil — Solicitando cancelamento de carta patente. — A vista do parecer da Diretoria das Rendas Internas, indeferido.

O parecer a que se refere o despacho da Diretoria Geral, foi emitido pelo subdiretor interino, Antônio Dustachio Coelho, acorde com a informação prestada pelo escriturário Antônio Carlos de Barcelos, nos seguintes termos:

"A S. A. "Crédito Industrial e Mercantil" (casa bancária), com sede em Entre Rios (Estado do Rio de Janeiro), solicita cancelamento de carta-patente sob a alegação de haver cessado suas operações por motivo de sua incorporação ao "Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais."

A pretensão em causa, tal como se acha formulada e instruída, não deve merecer deferimento, porque:

1.º — Não foi feita a prova do cancelamento do registro da firma, nos termos do art. 9.º do decreto 916, de 24 de outubro de 1890, que diz:

"Cessando o exercício do comércio, dissolvida e liquidada uma sociedade, a inscrição da firma será cancelada."

Essa prova é tanto mais exigível quando, por força de doutrina firmada pelo Sr. Presidente da República, o registro em apreço, dos estabelecimentos bancários, passou a ser posterior à expedição da carta-patente, por este Ministério.

2.º — Não consta do processo a prova de quitação da requerente com o imposto de renda que, em conformidade com o resolvido pela superior autoridade em processos outros, de idêntica natureza, deve ser realizada com certidão negativa da repartição competente.

3.º — Não foi anexado o balanço geral da liquidação nem a cópia autêntica das partidas de encerramento da escrita, como dispõe a circular n. 25, de 14 de fevereiro de 1923, da antiga Inspetoria Geral dos Bancos:

4.º — Não se fez prova de que as convocações para a assembléa que deliberou a incorporação se efetuaram pelo modo previsto nos estatutos e no decreto n. 434, de 1891.

5.º — De acordo com o disposto no art. 21, § 1.º, da lei interna da requerente, a realização das assembléas gerais ordinárias foi fixada para o mês de março de cada ano, enquanto a de que se trata se reuniu e deliberou em 28 de fevereiro último, segundo se declara na publicação de fls. 2, contrariando, portanto, aquele mandamento estatutário.

6.º — Não foi observado o art. 91 do referido decreto, com a publicação e arquivamento da ata respectiva na forma dos seus artigos 79 e 80.

7.º — A resolução da incorporação de que se fala a fls. foi tomada em assembléa geral ordinária, quando tal mistér é da competência da extraordinária, segundo opinião de várias autoridades no assunto, inclusive Carvalho de Mendonça (Direito Comercial — vol. IV, pg. 8).

A consideração superior."

N. 55.029-1938 — Banco de Itajubá — Solicitando transferência da agência de Maria da Fé para a cidade de Cristina, Estado de Minas Gerais. — Deferido de acordo com o parecer.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

N. 58.189-38 — Antônio Rodrigues Germano, solicitando transferência da carta-patente n. 1.750, expedida à firma M. Braga & Comp. — Satisfaça as exigências.

N. 53.189-1938 — Banco Autocastro. — Deferido, de acordo com o parecer, expeça-se a necessária carta-patente.

N. 60.618-1938 — Banco Central do Comércio S. A. — Solicitando entrega de documentos. — Deferido.

N. 44.005-1938 — Sociedade Comercial Sul Brasil Limitada. — Satisfaça a exigência.

N. 55.186-1938 — Associação dos Comissários de Despachos. — Em face do que informa o Banco do Brasil (Fiscalização Bancária), nada ha que providenciar.

FISCALIZAÇÃO DAS PEDRAS PRECIOSAS

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 19 de agosto de 1938

N. 57.022-1938 — João Dias Ramos. — Solicitando prazo de seis meses para satisfação de formalidades. — Indeferido, uma vez que o processo não se acha devidamente instruído como exige a lei.

N. 61.898-1938 — Manuel Torrilhos Biel Baldez. — Satisfaça as exigências.

N. 60.582-1938 — Pedro Martins de Moraes. — Sele os documentos de fls. 2, 3, 5, 6, 9 e 10.

Diretoria das Rendas Aduaneiras

PROCESSOS DESPACHADOS PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dia 10 de agosto de 1938

N. 61.518/38 — Em que o Sindicato dos Comerciantes de Batatas e Cebolas de São Paulo reclama contra o fato de o decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro último, só ter concedido isenção de direitos para os tubérculos de batatas aos sindicatos agrícolas. — Arquive-se.

O parecer prestado pelo Sr. ministro é o redigido nos seguintes termos:

"O Sindicato dos Comerciantes de Batatas de São Paulo reclama contra o fato de o decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro último, só ter concedido isenção de direitos para os tubérculos de batatas aos sindicatos agrícolas, com prejuízo dos comerciantes desses produtos.

Reza o art. 12, inciso 13, do decreto-lei citado:

"Será concedida isenção de direitos de importação para consumo: 13 — às sementes para agricultura ou horticultura, rizomas, tubérculos e estacas, importados por agricultores, associações ou sindicatos agrícolas, excetuadas as destinadas a jardins, mediante requisição do Ministério da Agricultura."

A medida teve em vista amparar a agricultura nacional, resguardando a Fazenda Pública de possíveis prejuízos. Não procede, a meu ver, a reclamação."

N. 62.403/38 — Em que a Comissão Central de Compras solicita providências a respeito de entregas de carvão estrangeiro, proferiu, em data de 12 da corrente mês, o seguinte despacho: "Aprovo o parecer".

O parecer de que se trata está assim redigido:

"A Comissão Central de Compras pretende a dispensa da obrigação de aquisição da quota de 20 % de carvão nacional, correspondente a uma partida de combustível estrangeiro, importado pela mesma comissão, com destino, segundo diz, a indenizar duas empresas ferroviárias de São Paulo e o Lloyd Brasileiro, no total de 12.000 toneladas, do material tomado por empréstimo para atender às necessidades urgentes da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Alega a Comissão Central de Compras, em justificativa de seu pedido, que as empresas que cederam o carvão, já adquiriram a quota do produto nacional, quando da importação daquele, parecendo, assim, desnecessária a aquisição da quota de 20 %, na importação agora feita.

Não procede o pedido. V. Ex., em despacho recente, proferido sobre o processo encaminhado com o parecer deste ministério, n. 786, de 18 de maio último, assim determinou:

"Aprovado. Nenhuma importação de carvão estrangeiro poderá ser dispensada da aquisição da percentagem de carvão nacional."

PROCESSOS DESPACHADOS PELO SR. MINISTRO DA FAZENDA

Dia 3 de agosto de 1938

N. 7.657/38 — Em que a Companhia Gropp S. A., do Estado de Santa Catarina, alvitra providências fiscais no tocante à importação de máquinas de costura:

"O assunto já está resolvido pelo despacho deste ministério, de que trata a circular da Diretoria das Rendas Aduaneiras, n. 12, de 19 de março último. — Arquive-se".

Dia 10

N. 26.023/38 — Em que, pelo aviso n. 21-V, de 16 de fevereiro de 1938, o Ministério da Agricultura solicita a inclusão do incêndio "Arseniato de Chumbo Viana", de que são importadores Artur Viana & Comp., Limitada, de São Paulo, no art. 16, do decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934, por se encontrar recomendado pelo mesmo ministério como eficiente no combate às moléstias e pragas que infestam as plantações de algodão e outros.

"O assunto já está resolvido pelo decreto-lei n. 595, de 4 de agosto de 1938, que modificou as taxas tarifárias do arseniato de chumbo".

Dia 16

N. 56.093/38 — Em que Hachiya, Irmãos & Comp., estabelecidos nesta capital, solicitam lhe seja concedido um período de seis meses de prorrogação para vigorar a circular que proíbe a exportação de aparas de folhas de Flandres. — "Indeferido".

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 28 de agosto de 1938

Ofícios

Ao Sr. Inspetor da Alfândega de Santos:

N. 270 — Comunica, para os devidos fins, que no processo fls. 34.420, deste ano, de interesse de Alonse

Mena Ximenes e referente a reclamação contra a guarda-moria dessa cidade, o Sr. ministro da Fazenda, proferiu, em data de 10 do corrente mês, o seguinte despacho:

"Indeferido, de acordo com os pareceres".

Os pareceres foram os prestados respectivamente, por esta diretoria e pelo sub-diretor da 1ª sub-diretoria, Odilon da Silva Conrado, nos seguintes termos:

De acordo. Aberto o precedente, teria a Alfândega de Santos de atender a inúmeros pedidos idênticos, o que não é aconselhável".

A informação com a qual concordou o subdiretor, foi a prestada pelo guarda-mór da Alfândega de Vitória, Henrique Lopes Vale, a seguir transcrita:

"No presente processo, Alonso Mena Ximenes, que se diz vendedor ambulante de frutas no costado dos vapores atracados no cais do porto de Santos, reclama contra o ato da guarda-moria dessa cidade, que lhe cassou a licença para esse comércio.

Dispõe o art. 316 da Consolidação:

§ 4º. Depois da visita de entrada até o completo desembarço, só será permitido atracar aos navios sujeitos à fiscalização, qualquer que seja o ancoradouro, ou lugar em que esteja:

1º — Os escaleres, ou outra qualquer embarcação destinada a receber passageiros;

2º — Os escaleres dos navios de guerra da nação a que pertencer o navio;

3º — Os que apresentarem permissão ou licença do respectivo chefe da repartição fiscal;

4º — Os dos navios de guerra brasileiros, na forma da respectiva legislação;

5º — Os dos capitães dos portos e dos seus delegados e os da polícia e saúde dos portos.;

Dispõe o art. 317º — A licença a que se refere o § 4º, n. 3, do artigo antecedente, será concedida unicamente:

1º — Aos compradores que precisarem ir a bordo examinar o carregamento, quando dele não possam vir a terra amostras suficientes para seu exame;

2º — Aos trabalhadores e operários de que a embarcação carecer para qualquer conserto ou obra, ou para benefício da carga; tomando-se nesse caso as cautelas necessárias para serem examinados na ida e volta;

3º — Aos consules, quando tenham de exercer ato de sua jurisdição, etc.

Além dessas licenças, expressas nos dispositivos acima, está estabelecido, nas Alfândegas por autorização dos dispositivos orçamentários, ou conceder-se licença para ir a bordo com fins de natureza exclusivamente social, acompanhar e receber amigos ou pessoas de família, mas não existe lei alguma, dando a quem quer que seja o direito de comerciar em torno de embarcações sujeitas ao regime de fiscalização aduaneira.

Essas licenças são concedidas sempre a título precário pelas guarda-morias, e constituem verdadeira inconveniência em portos frequentados por grande transatlânticos estrangeiros, dado o escasso pessoal de que ora se dispõe para a fiscalização dos portos.

A recusa oposta pela guarda-moria de Santos à pretensão do requerente tem apoio na lei e na necessidade do serviço público, devendo por isso ser aprovada".

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Precatórios despachados:

N. 31.085-938 — Juízo da 1ª Vara Criminal — entrega de 300\$ (trezentos mil réis), a favor de Ernani Correia. — Cumpra-se.

N. 31.083-938 — Juízo da 1ª Vara Criminal — entrega de 1:000\$ (um conto de réis), a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 31.084-938 — Juízo da 1ª Vara Criminal — entrega de 300\$ (trezentos mil réis), a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 27.216-938 — Juízo da 1ª Vara Criminal — entrega de réis 592\$700 (quinhentos e noventa e dois mil e setecentos réis) a favor de Dr. Pedro Timoteo. — Idem.

Requerimentos:

N. 21.997-938 — Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha. — Proceda-se à cobrança de acordo com a informação e o parecer. Intime-se para efetuar o pagamento no prazo de oito dias, sob as penas da lei.

N. 29.380-938 — J. Saboia & Comp. — Idem.

N. 23.020-938 — Correia & Fernando. — Idem.

N. 23.981 — Alberto Francisco Duarte. — Idem.

N. 26.272-938 — Custódio José da Silva. — Idem.

N. 28.243-938 — M. B. Pereira. — Idem.

N. 28.648-938 — Oliveira Mala & Irmão. — Idem.

N. 28.826-938 — Murias & Comp. — Idem.

N. 28.880-938 — Ana V. da Silva. — Idem.

N. 29.379-938 — J. Saboia & Comp. — Idem.

N. 3.150-938 — Sociedade Mercantil Técnica Ltd. — De acordo com a informação e o parecer, imponho ao requerente a pena de revalidação correspondente ao selo devido.

N. 29.904-938 — Gurgel Luck & Comp. — Cumpra-se a ordem de fis. 2, fazendo-se a entrega de 7:644\$900.

N. 29.625-938 — Radios Acratone Ltd. — Imponho de acordo com o parecer a pena de revalidação correspondente ao selo devido. Publicado o despacho e decorrido o prazo legal, remeta-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, para a inscrição da dívida.

N. 29.625-938 — Antônio Cerqueira Lopes. — Idem.

N. 30.003-938 — Vitor Emanuel Pareto. — De conformidade com o disposto no § 1º do art. II do regulamento expedido com o decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936, intime-se para efetuar o respectivo pagamento no prazo de trinta dias. Decorrido o mesmo prazo sem que tenha sido realizado o pagamento, encaminhe-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, para a inscrição da dívida.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Dia 28 de agosto de 1938

Certidões:

N. 31.010 — A. E. G. Companhia Sul Americana de Eletricidade. — Certifique-se o que constar.

Ns. 31.011 e 31.012. — Idem.

N. 31.013 — J. Rodrigues & Costa. — Idem.

Ns. 31.024 e 31.025 — Ferreira Passarello & Comp., Ltda. — Idem.

N. 29.492 — Badih Assad Chehin. — Em face da informação prestada pela 1ª Subdiretoria, dirija-se, o requerente, querendo, ao Serviço de Águas e Esgotos.

N. 23.256 — Cipriano Justino. — Certifique-se o que constar.

Ns. 31.110 a 31.114 — José Silva & Comp., Ltda. — Idem.

N. 31.147 — Anibal Antônio de Moraes. — Idem.

Ns. 31.173 a 31.177 — Venerando Alvarez Coelho. — Idem.

N. 31.021 — Francisco Xavier Pacheco. — Idem.

Requerimentos:

N. 28.617 — Walson Barbosa da Rocha. — Ordene a baixa requerida, a partir de 1939, de acordo com a informação e o parecer.

N. 15.588 — Zilá Manhães da Silva. — Transfira-se, *ex-officio*, para o nome de Maria de Sousa Braga, e, em seguida, para o de Zilá Manhães da Silva. Imponho a primeira a multa de 125\$000, médio da lei. Em seguida, vá o processo às 1ª e 3ª Subdiretorias, para aizerem se existe dívida por parte das firmas sucedidas.

N. 28.113 — Américo Veloso. — Em face da informação e do parecer, reconsidero o despacho de 2 de julho de 1938, para torná-lo de nulo efeito.

N. 23.105 — Fernando Pereira Pedrosa. — Transfira-se. Imponho a Fernando Pereira Pedrosa a multa de 50\$000, mínimo da lei. Em seguida, vá o processo à 3ª Subdiretoria, para dizer a razão pela qual considerou a transferência requerida no prazo regulamentar.

N. 28.293 — Dante Ravagnani. — Inscreva-se a presente coleta, com a nota de "isento", de acordo com a informação e o parecer.

N. 14.076 — Futrina Polillo. — Inscreva-se a coleta de fis. 2, com a nota de "isento".

N. 20.781 — Costa Ferreira & Marques, Ltda. — Transfira-se para o nome de Costa Ferreira & Marques, Ltda., a quem imponho a multa de 50\$000, mínimo da lei. Em seguida, vá o processo às 1ª e 3ª Subdiretorias, para apurarem o débito da firma sucedida.

N. 28.385 — Olegário Alvariz. — Idem.

N. 28.270 — José de Almeida e outro. — Idem.

N. 36.811 — A. Reis Lopes. — Em face do documento de fis. 4, inscreva-se a coleta, em nome de A. Reis Lopes, e dê-se a baixa no lançamento existente, em nome de Olhon Madureira Pinto, a quem imponho a multa de 125\$000, médio da lei.

N. 29.745 — N. Beider. — Proceda-se a inscrição, nos termos do parecer. Imponho a firma N. Beider a multa de 100\$000, mínimo da lei.

N. 18.146 — Carlos Alberto Ferreira Antunes. — Ordene a baixa requerida, de acordo com a informação e o parecer.

N. 26.253 — Coachman Carbone & Comp., Ltd. — Averbese a mudança requerida. Imponho a Coachman & Comp., Ltd., a multa de 50\$000, mínimo da lei.

N. 25.925 — Antônio José Pimenta. — Transfira-se, *ex-officio*, para Antônio José Pimenta, a quem imponho a multa de 125\$000, médio da lei. Em seguida, vá o processo à 1ª Subdiretoria, para apurar o débito da firma sucedida.

N. 17.657 — José Castanheira. — Averbese a mudança proposta. Imponho a José Castanheira a multa de 125\$000, médio da lei.

N. 21.681 — Moacir Pereira de Sousa. — Transfira-se. Imponho a Moacir Pereira de Sousa a multa de 50\$000, mínimo da lei.

N. 21.681 — Moacir Pereira de Sousa. — Transfira-se. Imponho a Moacir Pereira de Sousa a multa de 50\$, mínimo da lei. Em seguida vá o processo às 1ª e 3ª Subdiretorias para aizerem se existe dívida por parte da firma sucedida.

- N. 6.461 — Confeitaria Pascoal S. A. — Indeferido, de acordo com a informação laudo e parecer.
- N. 28.535 — Olívia de Azevedo Fonseca. — Cobre-se o imposto pela forma indicada na informação.
- N. 28.094 — N. Mercantis. — Idem.
- N. 25.821 — Agilbolo Muniz Peixoto. — Idem.
- N. 19.836 — Rádio Difusora Porto Alegrense. — Indeferido, de acordo com as informações e pareceres.
- N. 6.615 — Domingos Fernandez & Fernandez. — Transfira-se. Imponho a Domingos Fernandez & Fernandez a multa de 50\$, mínimo da lei. Em seguida vá o processo às 1.ª e 3.ª Sub-diretorias para dizerem se existe dívida por parte da firma antecessora.
- N. 23.295 — Manuel Antônio Ribeiro. — Autorizo a transferência "ex-officio" de Cesar Braga, para Joaquim Francisco Marques. Imponho a este último a multa de 125\$, médio da lei. Em seguida inscreva-se a coleta de fls. 2 nos termos propostos e dê-se baixa no lançamento em nome de Joaquim Francisco Marques a partir de abril próximo findo de acordo com a informação e o parecer.
- N. 26.759 — F. Domingos da Costa. — Inscreva-se a coleta de fls. 2 nos termos propostos. Dê-se baixa "ex-officio" a partir do segundo semestre a qual imponho a multa de 125\$000, médio da lei.
- N. 27.644 — Antônio Ramos. — Imponho a Antônio Ramos a multa de 100\$, mínimo da lei.
- N. 30.150 — Antônio Henrique de Aguiar. — Proceda-se a inscrição nos termos do parecer. Imponho a Antônio Henrique de Aguiar a multa de 100\$, mínimo da lei.
- N. 44.453 — Xavier de Matos. — À vista do que consta do presente processo, reconsidero o meu despacho de 13-8-38 para torná-lo de nulo efeito.
- N. 15.244 — Francisco Rodrigues de Camargo. — Ordeno a transferência de nome, bem como a baixa requerida de acordo com a informação e o parecer.

Notificações:

- N. 1.288 — João Mendes de Oliveira — 1.º de-março n. 117 — Multa de 280\$000, mais a importância de 280\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 1.367 — José Pita — Multa de 150\$000, mais a importância de 60\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 22.695 — Produtos Evans Ltd. — Não havendo o auto sido despacho pelo Sr. diretor, indeferido.
- N. 1.298 — Modesto Dias Valadão — Praça Mario Valadares, 8 — Multa de 210\$000, mais a importância de 210\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 484 — Orlando Ferreira — Avenida Suburbana n. 3.088 — Multa de 190\$000, mais a importância de 190\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 1.295 — Moisés Jacob Zacarias — Coronel Agostinho n. 57. — Idem.
- N. 1.293 — Francisco D. Império — Coronel Agostinho n. 29 — Multa de 250\$000, mais a importância de 250\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 1.313 — L. do Prado — Conde de Bomfim n. 790-C — Multa de 150\$000, mais a importância de 100\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 1.312 — Antônio Afonso — Conde de Bomfim n. 877-B — Multa de 160\$000, mais a importância de 160\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 1.299 — José Garcia Lema — Av. Amaro Cavalcante n. 633. — Idem.
- N. 1.297 — Adelino Patrício — Praça Mario Valadares n. 18 — Rio da Prata. — Idem.
- N. 1.300 — Domingos Leite Bastos — Praça do Encantado n. 11 — Multa de 150\$000, mais a importância de 60\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 1.290 — Jacob Drebtchisky — Assembléa n. 14. — Idem.
- N. 1.310 — Novelo Escote — Visconde de Maranguape n. 32 — Multa de 150\$000, mais a importância de 120\$000, relativa a emolumentos de registro. Prazo de 20 dias. — Intime-se.
- N. 1.294 — Mourão & Costa — Coronel Agostinho n. 45. — Idem.
- N. 1.296 — Diva Corrêa da Costa — Campo Grande n. 98. — Idem.

Diretoria do Imposto de Renda

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 2 de agosto de 1938.

Offícios expedidos:

- N. 198 — Sr. Agente da Estação D. Pedro II — Requisitando passagem para um funcionário desta Diretoria.
- N. 199 — Sr. diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. — Solicitando informações.
- N. 473 — Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal. — Idem.

- N. 474 — Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal. — Remetendo guia de conversão referente ao contribuinte Jorge da Silva Oliveira.
- N. 900 — Sr. Distribuidor do 8.º Ofício. — Reiterando offcio solicitando informações.
- N. 901 — Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Marinha. — Idem.
- N. 902 — Sr. Diretor Geral dos Correios e Telégrafos. — Idem.
- N. 903 — Sr. diretor dos Serviços de Fundos do Ministério da Guerra. — Idem.
- N. 904 — Sr. diretor do Tribunal de Contas. — Transmitindo empenho n. 49 (2.ª via).
- N. 905 — Sr. chefe da Sub-Contadoria Seccional da República. — Transmitindo 3.ª via do empenho n. 49.
- N. 906 — Sr. diretor da Comissão de Tabelaamento da Produção Animal. — Solicitando informações.
- N. 908 — Sr. Inspetor da Polícia Marítima. — Idem.
- N. 909 — Sr. general diretor Provisório das Armas de Artilharia, Cavalaria e Infantaria. — Idem.
- N. 910 — Sr. diretor do Corpo de Saúde da Armada. — Idem.
- N. 911 — Sr. Dr. 3.º Procurador da República — Restituindo processo de executivo fiscal movido pela Fazenda Nacional contra, Otávio Gomes e prestando informações.
- N. 1.356 — Sr. chefe da Secção de São Paulo — Remetendo processo em que é interessado Odilon Ernani Noronha Feital.
- N. 1.357 — Sr. chefe da Secção de Niterói — Idem, em que é interessado Osni Caldeira.
- N. 1.358-59 — Sr. Delegado Fiscal e Chefe de Secção de Minas Gerais. — Fazendo comunicações.
- N. 1.360 — Sr. Delegado Fiscal em Minas Gerais. — Apresentando um funcionário desta Diretoria.
- N. 1.361 — Sr. Chefe da Secção de Manaus. — Reiterando offcio solicitando informações.
- N. 1.362 — Sr. Chefe da Secção de Pará — Reiterando offcio solicitando informações.
- N. 1.363 — Sr. Chefe da Secção do Ceará. — Idem.
- N. 1.364 — Sr. Chefe da Secção de Paraíba. — Idem.
- N. 1.365 — Sr. Chefe da Secção de Goiás. — Idem.
- N. 1.366 — Sr. Chefe da Secção de São Paulo. — Solicitando informações.
- N. 1.367 — Sr. Chefe da Secção de Santos — Solicitando informações.
- N. 1.368 — Sr. Chefe da Secção de Santos. — Solicitando informações.
- N. 1.368 — Sr. Chefe da Secção do Maranhão. — Remetendo informação prestada pelo Serviço Holerith referente ao Sr. Prescilio J. Rego Pires.

Telegramas expedidos:

- N. 137-138 — Sr. Delegado Fiscal e Chefe da Secção de Minas Gerais. — Fazendo comunicações.

Dia 22

Offícios:

- N. 2.220 — Provedoria de Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Joaquim Mendes José dos Santos.
- N. 2.221 — Primeira Vara de Orfãos — Prestando informações sobre o espólio de Maria Lopes dos Santos.
- N. 2.222 — Primeira Vara Civil — Prestando informação sobre o espólio de Ambrósio de Amorim.
- N. 2.223 — Quarta Vara Civil — Prestando informação sobre o espólio de Antônio Olímpio da Fonseca Coutinho.
- N. 2.224 — Provedoria de Resíduos — Prestando informação sobre Bernardo Correia Bento.
- N. 2.225 — Segunda Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Margarida de Novais Viana.
- N. 2.226 — Primeira Vara de Orfãos — Prestando informação sobre o espólio de Juvenal José de Queiroz.
- N. 2.227 — Provedoria de Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Alexandre Alves Torres.
- N. 2.228 — Quinta Vara Civil — Prestando informação sobre o espólio de Artur Parente da Costa.
- N. 2.229 — Provedoria de Resíduos — Prestando informação sobre o espólio de Joaquim Maria Lagunilla y Diaz.
- N. 2.230 — Sexta Vara Civil — Prestando informação sobre o espólio de Américo de Medeiros Pereira.

Requerimentos despachados

Dia 22 de agosto de 1938

- N. 4.513/38 — Banco Nacional Ultramarino. — Não tendo sido cumprida a exigência do despacho de 19 de abril de 1938, não pode ser passada a certidão. Arquite-se.
- N. 7.398/38 — Floriano de Lemos Guimarães. — Indeferido. De acordo com o parecer, mantenho o lançamento.
- N. 12.637/38 — Buskell & Comp. — Certifique-se o que constar.
- N. 13.032/38 — Indústria Reunidas Mauá Ltda. — Prove o alegado.

Câmara de Reajustamento Econômico

Expediente de 22 de agosto de 1938

Foram mandadas protocolar as petições de pedidos de reconsideração referentes aos processos de ns. 29.701 e 2.895.

Mandou-se dar as certidões pedidas de referência aos processos de ns. 29.312, 30.022, 29.632, 17.295, 7.760 e 15.816.

O Sr. presidente despachou favoravelmente as petições em que os interessados nos processos ns. 30.062, 27.513 e 23.081, pediam a juntada de documentos.

Foram mandados notificar para cumprimento de formalidades indispensáveis os interessados no processo de n. 28.976.

Foram mandados notificar para cumprimento de formalidades indispensáveis os interessados nos processos de ns. 16.426 e 16.478.

Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante

Relação dos processos julgados na sessão de 5 de agosto de 1938.
Relatado pelo Dr. Felizardo Leite Filho:

Processo:

N. 2.355-1929 — 682:793\$100 — Cia. Industrial B. Portela, S. A. — Procedente 503:209\$500, não tendo sido tomado conhecimento do restante da reclamação, em face do disposto no art. 1º do decreto n. 20.848, de 23 de dezembro de 1931.

Relatado pelo Dr. Alvaro Bomilcar:

Processo:

N. 10.154-1923 — 112:708\$000 — Felix Guerra. — Procedente 91:218\$000 e improcedente 21:490\$000.

Relatado pelo Dr. Floriano Reis:

Processo:

N. 891-1926-29 — 26:729\$200 — Marques Couto & Cia., M. P. de Magalhães & Cia., e Manuel Tomaz Serpa. — Procedente.

Relação dos processos julgados na sessão de 8 de agosto de 1938:

Relatado pelo Dr. Felizardo Leite Filho:

Processos:

N. 41-1929-30 — 4:222\$000 — J. G. Pereira & Cia. — Procedente.

N. 51-1930 — 13:822\$000 — J. G. Siqueira & Cia. — Procedente.

N. 57-1929 — 353\$000 — A. Coelho Branco Filho. — Procedente.

N. 61-1930 — 1:950\$000 — Luiz Mendonça & Cia. — Procedente.

N. 63-1929 — 2:630\$000 — Cia. Eletrolux, S. A. — Procedente.

N. 65-1929 — 3:878\$000 — George Hirth & Laubisch & Cia. — Procedente.

N. 67-1930 — 22:620\$000 — Carlos Laubisch & Hirth. — Procedente.

N. 69-1930 — £ 244-5-9 — Harrison & Sons Ltda. — Procedente.

N. 79-1929 — 25:350\$000 — Atlantic Refining Co. Of. Brasil. — Diligência.

N. 2.549-1930 — 35:509\$500 — Angelo Janot & Cia. — Procedente.

Relação dos processos julgados na sessão de 10 de agosto de 1938:

Relatado pelo Dr. Felizardo Leite Filho:

Processos:

N. 2.505-1930 — 23:800\$000 — Rolando Davids & Cia. — Procedente.

N. 2.525-1930 — 6:000\$000 — José da Silva Noronha. — Procedente.

N. 11.703-1923 — 1:047\$000 — Luiz Faccio. — Procedente 1:000\$000 e improcedente 47\$000.

Relatados pelo Dr. Floriano Reis:

Processos:

N. 2.453-1936 — 10:250\$000 — José de Sousa Nogueira. — Procedente.

N. 12.459-1923 — 11:430\$000 — Antônio Garbis Scheleder. — Procedente 9:900\$000 e improcedente 1:530\$000.

Relatado pelo Dr. Alvaro Bomilcar:

Processo:

N. 2.474-1929 — 15:044\$600 — Fontes Garcia & Cia. — Procedente.

Ministério da Marinha

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 20 de agosto de 1938

Ao Sr. ministro da Guerra:

N. 1.242 — Agradece o comunicado que se dignou S. Ex. fazer, de não serem mais necessários ao Exército, os terrenos e edifícios da antiga Escola de Aprendizes Marinheiros, em Pirapora, Estado de Minas Gerais, e solicitando a designação de um representante daquele Ministério, devidamente autorizado, para assinar na Diretoria de Fazenda da Marinha o respectivo termo de desistência.

Ministério da Guerra

APOSTILAS

Por decreto de 29 de julho findo, foi declarado que o licenciamento do 2º tenente da reserva, convocado, João Luiz Falkembach por decreto de 18 de novembro de 1937, de quem trata esta carta-patente, se enquadra no art. 3º, letra b, 1ª parte, do decreto número 24.221, de 10 de maio de 1934. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — General Eurico G. Dutra.

— Por decreto de 9 de fevereiro de 1938, foi promovido ao posto de capitão, o capitão graduado Oscar de Sousa Bezerra, de quem trata esta carta-patente.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — General Eurico G. Dutra.

O 1º tenente de cavalaria Joaquim de Melo Camarinha, de quem trata esta carta-patente, reverteu ao serviço ativo do Exército, em virtude do decreto n. 23.674, de 2 de janeiro de 1934. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — General Eurico G. Dutra.

— Por portaria n. 205, de 22 de agosto de 1938, o Sr. ministro de Estado da Guerra, em nome do Sr. Presidente da República, resolveu nomear, na conformidade dos artigos 38, do anexo II, e 11, do anexo I, do Regulamento n. 91, o 3º sargento Francisco de Oliveira Luzzi César Leme, radiotelegrafista de 2ª classe do Quadro do Serviço de Rádio do Exército (1º sargento).

Por despacho de 15 de agosto de 1938, o Sr. Ministro da Guerra mandou que se publicasse no Boletim do Exército e no "Diário Oficial" a seguinte relação:

DIRETORIA DE ENGENHARIA

COMISSÃO DE COMPRAS

Relação do material do grupo — EN-06 — Madeiras, organizada segundo as instruções publicadas no "Diário Oficial" de 11 de fevereiro de 1938.

Discriminação — Unidade

Prefixo — EN-06:

A-1. Aduelas para portas, em peroba de Campos, de 35 x 115 m/ms, metro linear.

A-2. Idem, idem, com rebaios de 10 m/ms., metro linear.

A-3. Idem, idem, em peroba rosa, metro linear.

A-4. Alizares para portas e janelas, em peroba de Campos, de 2 x 7 cms., metro.

A-5. Idem, idem, de 3 x 10 cms., metro.

A-6. Idem, idem, em canela, de 2 x 7 cms., metro.

A-7. Idem, idem, de 3 1/2 x 6 cms., metro.

A-8. Idem, idem, de 3 x 10 cms., metro.

A-9. Assoalho em tacos, de peroba de Campos, roxinho ou massaranduba, prontos para assentar, de 21 x 7 cms., metro quadrado.

A-10. Idem, em frisos, de peroba de Campos ou roxinho, de 23 x 100 m/ms., metro linear.

A-11. Idem, de 2 1/2 x 10 cms., metro linear.

A-12. Idem, de 3 x 10 cms., metro linear:

F-1. Forro em peroba de Campos, taboas de 1 x 10 cms., macho e fêmea, 2 bites, metro linear.

F-2. Idem, em peroba rosa, metro linear.

F-3. Idem, em frisos de peroba de Campos, de 1 x 10 cms., metro linear.

F-4. Idem, em peroba rosa, metro linear.

M-1. Marco de peroba de Campos, de 35 x 70 m/ms., metro linear.

M-2. Idem, idem, de peroba rosa, metro linear.

M-3. Idem, de canela, metro linear.

M-4. Idem, de peroba de Campos, de 7 x 45 m/ms., metro linear.

M-5. Idem, de peroba rosa, metro linear.

M-6. Idem, de canela, metro linear.

M-7. Marco de peroba de Campos, com bite, de 35 x 75 m/ms, metro linear.

M-8. Idem, de peroba rosa, metro linear.

M-9. Idem, de canela, metro linear.

- M-10. Marco de peroba de Campos, com cantos redondo, de 4 x 15 cms., metro linear.
- M-11. Idem, em peroba rosa, metro linear.
- M-12. Idem, em canela, metro linear.
- M-13. Idem, de peroba de Campos, com rebaixo, metro linear.
- M-14. Idem, em peroba rosa, metro linear.
- P-1. Pranchão de óleo vermelho, de 12 x 12 cms., metro linear.
- P-2. Idem, idem, de 15 x 50 cms., metro linear.
- P-3. Idem, de peroba de Campos de 4 1/2 x 60 cms., metro linear.
- P-4. Idem, idem, de 5 x 60 cms., metro linear.
- P-5. Pranchão de peroba de Campos, de 5 x 50 cms., metro linear.
- P-6. Idem, idem, de 5 x 30 cms., metro linear.
- P-7. Idem, idem, de 30 x 50 cms., metro linear.
- P-8. Idem, idem, de 25 x 50 cms., metro linear.
- P-9. Idem, idem, de 15 x 50 cms., metro linear.
- P-10. Idem, idem, de 10 x 50 cms., metro linear.
- P-11. Idem, idem, de 6 x 50 cms., metro linear.
- P-12. Idem, idem, de 2 1/2 x 30 cms., metro linear.
- P-13. Peças de peroba de Campos, de 76 x 76 m/ms. (2" x 3"), metro linear.
- P-14. Idem, idem, em peroba rosa, metro linear.
- P-15. Idem, idem, em canela, metro linear.
- P-16. Idem, idem, de pinho do Paraná, de 1ª qualidade, metro linear.
- P-17. Idem, idem, de 2ª qualidade, metro linear.
- P-18. Idem, idem, de 3ª qualidade, metro linear.
- P-19. Peças de peroba de Campos, de 76 x 152 m/ms. (2" x 4"), metro linear.
- P-20. Idem, idem, em peroba rosa, metro linear.
- P-21. Idem, idem, em canela, metro linear.
- P-22. Idem, em pinho do Paraná, de 1ª qualidade, metro linear.
- P-23. Idem, idem, de 2ª qualidade, metro linear.
- P-24. Idem, idem, de 3ª qualidade, metro linear.
- P-25. Peça de peroba de Campos, de 76 x 114 m/ms. (3" x 4"), metro linear.
- P-26. Idem, idem, em peroba rosa, metro linear.
- P-27. Idem, idem, em canela, metro linear.
- P-28. Idem, em pinho do Paraná, de 1ª qualidade, metro linear.
- P-29. Idem, idem, de 2ª qualidade, metro linear.
- P-30. Idem, idem, de 3ª qualidade, metro linear.
- P-31. Peça de peroba de Campos, de 50 x 76 m/ms. (2" x 3"), metro linear.
- P-32. Idem, idem, de 38 x 76 (1 1/2 x 3"), metro linear.
- P-33. Peça de peroba de Campos de 1 x 5 cms. (ripa), metro linear.
- P-34. Idem, idem, de 1/2 x 5 cms. (ripa), metro linear.
- P-35. Peça de peroba de Campos, de 76 x 228 m/ms. (3" x 9"), metro linear.
- P-36. Idem, idem, em peroba rosa, metro linear.
- P-37. Portas de cedro, com almofadas, de uma folha, de 35 m/ms. de grossura, metro quadrado.
- P-38. Idem, em canela, metro quadrado.
- P-39. Idem, em peroba rosa ou de Campos, metro quadrado.
- P-40. Idem, de cedro, com duas folhas, metro quadrado.
- P-41. Idem, em canela, metro quadrado.
- P-42. Idem, em peroba rosa ou de Campos, metro quadrado.
- P-43. Idem, de cedro, com 4 folhas, metro quadrado.
- P-44. Idem, em canela, metro quadrado.
- P-45. Idem, em peroba rosa ou de Campos, metro quadrado.
- P-46. Porta de cedro, folha de 3 x 12 cms., dividida ao centro no sentido da altura, cantos boleados sendo as folhas centrais de 1 1/2 cms., de espessura, metro quadrado.
- P-47. Portas de madeira compensada, de 4 cms., de espessura, metro quadrado.
- P-48. Porta de embuia compensada, de 3 1/2 cms. de espessura, metro quadrado.
- P-49. Idem, idem, de 4 cms. de espessura, metro quadrado.
- T-1. Taboa de pinho do Paraná, de 1ª qualidade de 25 x 304 m/ms. (1" x 12"), metro quadrado.
- T-2. Idem, idem, de 2ª qualidade, metro linear.
- T-3. Idem, idem, de 3ª qualidade, metro linear.
- T-4. Idem, idem, de 1ª qualidade de 25 x 203 m/ms (1" x 8"), metro linear.
- T-5. Idem, idem, de 2ª qualidade, metro linear.
- T-6. Idem, idem, de 3ª qualidade, metro linear.
- T-7. Taboa de cedro de 25 x 254 m/ms (1" x 10"), metro linear.
- T-8. Idem, idem, de 12 x 200 m/ms (1/2 x 8"), metro linear.
- T-9. Taboas de peroba rosa de 25 x 254 m/ms (1" x 10"), metro linear.
- T-10. Idem, de peroba de Campos, idem, idem., metro linear.
- R-1. Rodapé em canela, de 100 x 23 m/ms., metro linear.
- R-2. Idem, em peroba de Campos, metro linear.
- R-3. Idem, em peroba rosa, metro linear.
- R-4. Idem, em sucupira, metro linear.
- R-5. Rodapé em canela de 150 x m/ms., metro linear.
- R-6. Idem, em peroba de Campos, metro linear.
- R-7. Idem, em peroba rosa, metro linear.
- R-8. Rodapé em canela de 200 x 23 m/ms., metro linear.
- R-9. Idem, em peroba de Campos, metro linear.
- R-10. Idem, em peroba rosa, metro linear.
- S-1. Soleira de roxinho de 35 m/ms., metro quadrado.
- S-2. Idem, em peroba de Campos, metro quadrado.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938. — Salvador de Mello Cardoso, tenente-coronel presidente da Comissão de Compras.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Dia 20 de agosto de 1938

Ao Sr. ministro da Fazenda, solicitando o pagamento pela Delegacia do Amazonas da quantia de 763\$200 ao soldado Manuel Pinheiro. (Aviso n. 964).

DESPACHOS DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Dia 13 de agosto de 1938

Foi mandado publicar o presente parecer do S. T. M., bem assim o despacho de fls. 9, exarado no pedido de nomeação para cargo na Justiça Militar, que o provocou.

Parecer a que se refere o presente despacho

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

Sr. ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Submetestes à consideração deste Tribunal os inclusos papéis, em que o bacharel Henrique Infante de Castro, 1º suplente de auditor interino, da 6ª Região Militar, no exercício do cargo de auditor, pede sua efetivação no lugar de 1º suplente. O Código da Justiça Militar, dispondo sobre a nomeação dos auditores, membros do Ministério Público e outros funcionários, prescrevia no art. 33: "Os suplentes de auditor serão graduados em direito e nomeados pelo ministro por prazo de dois anos". O decreto n. 24.803, de 14 de julho de 1934, que alterou aquele Código, em retificação posteriormente publicada, dispõe, no art. 31: "... e para os cargos iniciais, de advogado, promotor, suplente de auditor e adjunto de promotor, haverá concurso de documentos, entre os bachareis em direito com quatro anos de prática forense. Não suprimiu o referido decreto o art. 33 citado, como não o fez também em outros casos, donde tem resultado dúvidas e dificuldades em sua execução, pela colisão de disposição. Mas, é evidente que o intuito do autor do decreto n. 24.803, era modificar a forma de investidura dos cargos. Assim sendo, o provimento do cargo de suplente de auditor terá que obedecer a formalidade do concurso de documentos, cuja forma se acha prescrita nos parágrafos do art. 31, do Código de Justiça Militar, mantidos pelo dito decreto. Nessas condições, deverá o suplicante aguardar a abertura do concurso. Supremo Tribunal Militar, 29 de julho de 1938. — General P. R. de Andrade Neves, presidente — João V. Bulcão Vianna, relator. — Gilahy de Alencastro. — Raymundo Rodrigues Barbosa. — Amphilóquio Reis. — Pacheco de Oliveira. — Raul Tavares. — General Deschamps Cavalcanti. — Salgado Filho.

Despacho de fls. 9.

"Aguarde a abertura de concurso, na forma do parecer do S. T. M., devendo restituir-se ao interessado, para fazer prova oportunamente, os documentos com que instruiu o presente pedido de nomeação.

Dia 16

Foi aprovado o ato do chefe da Usina de Bicas do Meio, accedendo ao pedido do Sr. Prefeito de Itajubá, no sentido de ser permitido que funcione no recinto da Escola Profissional da Usina, (sala do Casino de Operários) uma escola primária.

Dia 17

Foi transferido o coronel de Infantaria, José da Silva Pereira, do cargo de chefe da 10ª para a chefia da 21ª Circunscrição de Recrutamento.

Foi nomeado o coronel de artilharia, Gentil Falcão (do quadro suplementar), para chefe da 10ª Circunscrição de Recrutamento.

Foi mandada publicar, para conhecimento da 8ª Região Militar, a seguinte circular n. 224, de 25 de julho do corrente, que o Sr. interventor no Estado do Maranhão dirigiu ao Sr. ministro da Guerra:

"Senhor ministro:

Em resposta ao officio circular de V. Ex., datado de 4 do corrente, tenho que esclarecer a V. Ex. que o Estado possui apenas um prédio destinado à reclusão dos sentenciados comuns. Entretanto, pode reservar um dos salões do edificio para o fim a que se refere o officio aludido."

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Companhia Brasileira de Produtos de Aço, em organização, pedindo lhe seja concedido em comodata um terreno pelo prazo de 99 anos, pertencente ao Ministério da Guerra, com uma área de 160.000 metros quadrados e localizado entre as estações de Bento Ribeiro e Marechal Hermes. — Indeferido.

José Durval de Vasconcelos, pedindo certidão. — Forneça-se, por certidão, na forma da lei o que constar sobre sua situação perante o serviço militar.

José Reis Dias, 2º tenente médico de 2ª classe da Reserva da 1ª Linha, pedindo a expedição de carta patente. — Deferido.

Louival Vilega Viana, ex-aluno do 2º ano do C. P. O. R., 1ª Região Militar, pedindo lhe seja passado um certificado de reservista de 2ª linha. — Indeferido, por falta de amparo legal.

Lourival Ferraz de Campos, sorteado para servir no Estado de Mato Grosso, pedindo transferência para um dos corpos da 2ª Região Militar. — Deferido. A 2ª R. M. para os devidos fins.

Luiz Barbosa Lima, capitão, pedindo modificação dos termos do decreto de 30-7-37, que o reformou administrativamente, no interesse do serviço público. — Arquite-se.

Manuel da Cruz Júnior, pedindo restituição de importâncias que diz terem sido descontadas dos vencimentos do falecido 1º sargento reformado Manuel Alves do Nascimento. — Arquite-se, em face do parecer da 1ª R. Militar.

Manuel Almeida d'Albuquerque Cavalcanti, capitão, ex-aluno da Escola Técnica do Exército, consultando sobre o direito de regressar na referida Escola. — Concedo para o ano próximo vindouro e nos termos propostos pela Inspetoria Geral de Ensino do Exército.

Marcos de Andrade, 3º sargento reformado, adido ao Pelotão Extra do 4º Regimento de Infantaria, pedindo transferência do 4º Regimento de Infantaria para o 19º Batalhão de Caçadores. — Deferido, correndo as despesas de transporte por conta do interessado.

Oscar Ribeiro Saldanha, capitão de Administração, reformado administrativamente, pedindo sejam suspensas as cargas em dinheiro e notas que lhe foram aplicadas, bem como, sua imediata reversão ao serviço ativo do Exército. — Indeferido. O recorrente nenhuma prova fez das suas alegações; subsistem os motivos da sua reforma.

Pedro José de Carvalho, correeiro de 1ª classe do Estabelecimento de Material de Intendência da 7ª Região Militar, pedindo reconsideração do despacho que indeferiu um requerimento anterior no qual pedia transferência para a Capital Federal, para tratamento de saúde. — Mantenho o despacho anterior. O requerente deverá recolher-se ao Estabelecimento a que pertence, findo o prazo que lhe foi concedido para ficar adido ao E. C. M. I.

Pedro Resende de Andrade, Pantaleone Arcuri Neto, segundos tenentes médicos da 2ª classe da reserva da 1ª linha e Pedro Cardoso de Andrade, reservista, pedindo, os dois primeiros, devolução do diploma de médico e o último, atestado de exames. — Restitua-se, mediante recibo.

Silvio Alvarenga, advogado de officio interino, da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, pedindo efetivação no cargo. — Indeferido, devendo o requerente submeter-se, oportunamente, a concurso conforme pareceres do S. T. M. e do C. F. S. P. O.

Diretoria de Intendência da Guerra

ATOS DO SR. DIRETOR

Por ato de 19 do corrente:

I. Retificação de Classificação:

Foi retificada, em nome do Exmo. Sr. ministro da Guerra, e em vista da indicação do Sr. comandante da 7ª R.M., a classificação do capitão administrador, Sebastião Calixto da Silva, para o E.M.I., da 7ª R.M., e não para o S.F., da mesma Região, como publicou o D.O. de 28 de junho do corrente ano.

II. Transferências de oficiais:

Foi transferido, em nome do Exmo. Sr. ministro da Guerra, e em vista da indicação do Sr. comandante da 7ª R.M., o capitão administrador, Oscar Ciriaco Mafra de Magalhães, do E.M.I., da 7ª R.M., para o S.F. da mesma Região.

Foram transferidos em nome do Exmo. Sr. ministro da Guerra: 1º tenente adm., Eugêlio Pinto Paca, do E.S. da 9ª R.M., para o R. Mixt Art.; e 1º tenente adm., Enéas Benedito da Cruz, do R. Mixt Art. para o E.S. da 9ª Região Militar.

Ministério da Viação e Obras Públicas

PORTARIA N. 212

O ministro do Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Atendendo ao que solicitou o Governo do Estado de Pernambuco, concessionário do porto de Recife, e de acordo com o parecer do Departamento Nacional de Portos e Navegação, em officio n. 1.325, de 25 de abril do corrente ano,

Resolve autorizar a modificação, declarada abaixo, na tabela I da tarifa em vigor, no porto de Recife, aprovada pela portaria número 746, de 23 de setembro de 1935:

Taxas gerais:

1 — por metro cúbico de água fornecida às embarcações, por meio de canalizações dos eais e pontes de acostagem, 3\$000.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1938. — João de Mendonça Lima.

(C. 6.071 — 22-8-38 — 20\$400).

Diretoria Geral de Contabilidade

PORTARIA N. 394

O ministro do Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República, tendo em vista a solicitação constante do officio n. G-142, de 11 de agosto de 1938, do Diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação,

Resolve, na forma do art. 18 do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, delegar poderes ao engenheiro Silvio Lopes do Couto, chefe da Comissão de Estudos e Obras da Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul, para requisitar isenção de direitos para o material que for importado para os serviços da aludida Comissão.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — João de Mendonça Lima.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 19 de agosto de 1938

Avisos:

N. 2.809 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando pagamento da importância de 111\$800 ao atual agente da classe "E", da E. F. C. B., Aniceto Alcindo Medeiros Filho, referente ao abono dos dias 14 a 31 de outubro de 1936 a que fez jús quando praticante de agente de 2ª classe. 11.536-38.

N. 2.810 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 255\$500 ao maquinista da classe "I" da E. F. C. B. Gustavo Peres Barbosa referente à gratificação adicional de 10% sobre a diária de 7\$ a que fez jús no período de janeiro a dezembro de 1935. 11.010-38.

N. 2.811 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 664\$, ao zelador de agudes da I. F. O. C. S. Isaias Tomaz Lourenço por seu procurador Cícero Silveira Brito, correspondente a 7\$ a que fez jús no período de janeiro a dezembro de 1935. 10.751-38.

N. 2.812 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 182\$500 ao maquinista da classe "H" da E. F. C. B. Quirino Machado de Lima, relativa à gratificação adicional de 10% sobre a diária de 5\$ a que fez jús no período de janeiro a dezembro de 1935. 9.867-38.

N. 2.813 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 1:300\$, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do T. N. no Estado de Mato Grosso, ao condutor de malas da D. R. dos Correios e Telégrafos naquele Estado, Eduardo Hipólito de Siqueira, correspondente aos seus salários do mês de dezembro de 1936. 9.305-38.

N. 2.814 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 383\$300, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Piauí ao telegrafista de 1ª classe atual telegrafista da classe "J" da D. R. dos Correios e Telégrafos naquele Estado, Francisco Augusto de Sousa Medeiros, correspondente à gratificação provisória do decreto n. 8, de 3 de agosto de 1934, a que fez jús no período de 6 de setembro a 31 de dezembro de 1935. 8.750-38.

N. 2.815 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 45\$, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Ceará à Maria Batista da Cunha, por seu procurador José Rego de Menezes, proveniente de alugueis do prédio ocupado pela agência de S. Pedro de Cariri, naquele Estado, no período de outubro a dezembro de 1934. 8.571-38.

N. 2.816 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 600\$, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco ao telegrafista da classe "I" do D. C. T., Américo Pinto Leitão, correspondente à gratificação a que fez jús no período de janeiro a dezembro de 1935. 8.566-38.

N. 2.817 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 45\$900, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais ao ex-tesoureiro da agência de Lavras, naquele Estado, Manuel Augusto Vieira, correspondente à diferença de vencimentos a que fez jús no mês de dezembro de 1931. 6.110-38.

N. 2.818 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 36\$, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais, a José Otávio, proveniente de serviços que, como pedreiro prestou à construção da estação de Oliveira, da E. F. Oeste de Minas, no mês de fevereiro de 1930. 17.080-37.

N. 2.819 — Ao mesmo — Solicitando pagamento da importância de 132\$, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais, a Joaquim Neves, proveniente de serviços que, como pedreiro, prestou à construção da estação de Oliveira, da E. F. Oeste de Minas, nos meses de março e abril de 1930. 17.079-37.

— Ao Ministério da Fazenda:

N. 2.820 — Solicitando pagamento da importância de 1:014\$000, mediante distribuição de crédito à Delegacia Fiscal do T. N., no Estado de S. Paulo, à D. Emília Pereira da Silva, viúva do mensageiro da D. R. dos Correios e Telégrafos naquele Estado, Roque José da Silva, relativa à gratificação adicional a que fez jús.

no período de 1 de janeiro de 1931 a 10 de outubro de 1933. (17.075, de 1938.)

N. 2.821 — Solicitando pagamento da importância de 35\$000, mediante distribuição de crédito à D. Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais, ao trabalhador de tração da E. F. Oeste de Minas, José da Costa Maia, proveniente de serviços extraordinários prestado fora das horas, às oficinas de Lavras daquela Estrada, em setembro de 1930. (17.085/37.)

N. 2.822 — Solicitando pagamento da importância de 236\$800 ao graxeiro da E. F. C. B., Achilles Prado, correspondente à diferença entre as diárias de 10\$000 e 11\$259, a que fez jus, no período de abril a dezembro de 1934. (17.108/38.)

N. 2.823 — Solicitando pagamento da importância de 182\$800, ao guarda-armazém de 1ª classe da 2ª Divisão da E. F. C. B., Luiz Moreira da Cruz, relativa à diferença entre a diária de 9\$333 para a de 10\$000, que deixou de receber no período de abril a dezembro de 1934. (17.100/38.)

N. 2.824 — Solicitando pagamento da importância de 978\$400 ao artífice de 3ª classe da E. F. C. B., Luiz Alves, relativa a 2/3 dos vencimentos que deixou de receber, no período de 3 de outubro a 31 de dezembro de 1936, em que esteve suspenso preventivamente. (17.090-38.)

N. 2.825 — Solicitando pagamento da importância de réis 1:095\$000, mediante distribuição de crédito à D. Fiscal do T. N. no Estado de Sergipe, ao mensageiro, atual mensageiro de 2ª classe, contratado, da D. R. dos Correios e Telégrafos naquele Estado, Felisberto José da Silva, relativa à gratificação adicional a que fez jus, no período de 1 de janeiro de 1931 a 31 de dezembro de 1935. (17.076, de 1938.)

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 18 de agosto de 1938

Offícios:

A Inspeção Federal das Estradas:

N. 3.701 — Restituindo projeto e orçamento transmitidos com o seu ofício n. 610/S, de 25 de junho de 1934, relativos à construção do novo edifício da estação de Palmeiras, na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. (17.6234/38.)

N. 3.702 — Remetendo processo, referente ao recolhimento da renda da E. F. Goiás. (17.443/38.)

N. 3.703 — Remetendo projeto e orçamento, na importância total de 121:601\$259, que foram transmitidos com o seu ofício número 536/S, de 6 de julho de 1938, relativo à construção de um depósito para carros motores, na estação de Rio Grande, situada no km. 599+411, da linha de Casequí a Rio Grande, na Rede de Viação F. F. do Rio Grande do Sul. (17.639/38.)

N. 3.704 — Devolvendo o projeto e orçamento, na importância total de 27:251\$700, transmitidos com o seu ofício n. 475/S, de 20 de junho último, relativos à construção de um desvio morto e de um girador, na esplanada da estação de Floresta dos Leões, na linha Norte, de The Great Western of Brasil Company, Limited. (7.640, de 1938.)

N. 3.705 — Comunicando a publicação, no *Diário Oficial* de 2 do corrente mês, do decreto n. 2.907, que prorroga por cinco meses o prazo para conclusão dos trabalhos relativos às instalações sanitárias na casa do mestre de linha e na estação de Serval, da linha de Casequí ao Rio Grande, na Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul. (17.636/38.)

N. 3.706 — Devolvendo orçamentos, encaminhados a este Ministério com o ofício n. 1.078/S, de 27 de outubro de 1937, dessa Inspeção. (17.587/38.)

N. 3.707 — Comunicando a assinatura do decreto n. 2.906, de 1 do corrente, que foi publicado no *Diário Oficial* do dia 2 do mesmo mês, relativo a prorrogação de prazo, para a construção de casas destinadas à moradia de guarda-fios, nas estações de Recreio, da linha de Itaqui a S. Borja, e na de Ibicuí, na linha de Quaraim a Itaqui. (17.635/38.)

N. 3.708 — Comunicando a publicação no *Diário Oficial* de 30 de junho último, do decreto n. 2.899, de 29 do mesmo mês, que desapropria o terreno situado no quilômetro 358+049 da linha de Santa Maria a Marcelino Ramos, na Rede de Viação F. F. do Rio Grande do Sul. (17.572/38.)

N. 3.709-Circular — De ordem do Sr. ministro e, tendo em vista a solicitação constante do telegrama n. 2.014, de 29 de julho último, da Secretaria da Presidência da República, declaro-vos, para os fins convenientes, que ficais autorizado a providenciar junto às estradas de ferro administradas por essa Inspeção ou por ela fiscalizadas, afim de serem concedidas, aos membros da Comissão Organizadora do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I. P. A. S. E.) e seus delegados, as facilidades de transportes que cabem aos funcionários que viajam em objeto de serviço público. Idêntica às seguintes repartições: D. N. P. N., E. F. Madeira, E. F. Madeira-Mamoré, E. F. N. B., E. F. Central do Brasil, Rede V. Paraná-S. Catarina, Lloyd Brasileiro e Rede de V. Cearense. (16.862/38.)

— Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação:

N. 3.710 — Devolvendo o projeto e orçamento transmitidos com o seu ofício n. 2.335, de 7 de julho de 1938, relativo à construção da sub-estação transformadora e distribuidora de energia elétrica da ilha de Barra, no porto de Santos. (17.432-38.)

N. 3.711 — Ao Dep. N. de Portos e Navegação — Comunicando que a publicação no *“Diário Oficial”* de 2 do corrente mês, do decreto n. 2.918, do mesmo mês, relativo à aprovação do projeto e orçamento para a construção de uma ponte de atracação na ilha de Bom Jesus, no Estado da Bahia. 17.486-38.

N. 3.712 — Ao Dep. dos Correios e Telégrafos — Comunicando solução referente ao seu ofício n. 13.802, de 4 do corrente mês. 17.309-38.

N. 3.713 — Ao Dep. de Aeronáutica Civil — Remetendo processo, relativo ao pagamento de ajuda de custo devida ao engenheiro desse Departamento — Georg Frederico Stoký Júnior. 17.207-38.

N. 3.714 — A Despesa Pública — Remetendo a 1ª via dos papéis apresentados pelo chefe da Portaria do D. N. P. N., Mário Raimundo da Silva, com o fim de comprovar a aplicação dada ao adiantamento de 3:000\$000. 14-476-38.

N. 3.715 — Ao presidente da Junta Admin. da Cx. de Aposent. e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway — Informando não ser possível atender a solicitação, referente ao seu ofício n. S-31 de 7-7-38, tendo em vista a informação do D. C. T. 16.967-38.

N. 3.716 — Ao presidente da Soc. Nacional de Agricultura — Agradecendo o exemplar dos Anais, relativo à II Conferência Nacional de Pecuária. 17.508-38.

N. 3.717 — Ao Sr. Juvenal de Queiroz Vieira, síndico da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos — Comunicando que, não pode ser concedida a franquia solicitada, de acordo com as informações prestadas pelo D. C. T. 17.332-38.

N. 3.718 — A Rede Mineira de Viação — Comunicando que a Comissão Encarregada da Liquidação da D. Flutuante, julgou improcedente a dívida de 210\$700, cujo pagamento era pleiteado por José Scheid. 15.937-38.

N. 3.719 — A E. F. Noroeste do Brasil — Comunicando que o Sr. Presidente da República autorizou a aquisição de um avião para os serviços dessa ferrovia. 16.931-38.

N. 3.720 — Ao presidente do Congresso Sul-Americano de Ferrocarrís, Buenos Aires — Comunicando que a Inspeção F. das Estradas, mantém correspondência com esse Congresso. 17.361-38.

N. 3.721 — Ao secretário da Viação e Obras Públicas de S. Paulo — Agradecendo o exemplar do relatório, concernente aos trabalhos dessa Secretaria no ano de 1935. 16.892-38.

N. 3.722 — Ao Sr. Guerino Rigolon — Cornélio Procópio — Paraná — Comunicando que a Diretoria Técnica dos Correios, reconhece o extravio do registrado, referente ao seu ofício n. 13.765 de 2 do corrente mês. 17.221-38.

N. 3.723 — Ao provedor do Asilo Agrícola Conselheiro Lafayette em C. Lafayette — M. Gerais — Comunicando que não pode ser atendido o seu pedido referente ao aviso s/número de 23-5-938. 17.517-1938.

Serviço do Pessoal

PORTARIA N. 393

O ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República, tendo em vista o disposto no artigo 1º do decreto n. 19.695, de 12 de fevereiro de 1931,

Resolve delegar poderes ao diretor do Pessoal do Ministério, para assinatura de apostilas nos atos relativos a pessoal, expedidos por intermédio desta Secretaria de Estado, desde que não afetem a sua substância.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — João de Mendonça Lima.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 18 de agosto de 1938

Offícios:

N. 3.724 — Ao diretor do Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — Comunicando que o Sr. Presidente da República em despacho de 12 de dezembro de 1938, determinou o arquivamento do processo, referente ao auxiliar de escrita da Estrada de Ferro Central do Brasil, aposentado, José Ferreira dos Santos Júnior. (13.920-38.)

N. 3.725 — A Despesa Pública. — Restituindo processo, relativo à habilitação ao montepio de Guilhermina Constantino Barbosa. (15.791-38.)

Dia 19

N. 3.726 — Circular — A todas as repartições subordinadas a este Ministério. — De ordem do Sr. Ministro, deverão ser observadas as seguintes normas com relação a pessoal diarista, tarefeiro e de obras, quando acidentado em serviço: a) licenciamento do acidentado, na forma do artigo 27 do decreto n. 24.637, de 1934, em ato da autoridade competente; b) prazo máximo de um ano para esse licenciamento; c) abono de dois terços do salário durante o período do licenciamento; d) atendimento da despesa pela verba própria destinada a “indenização por acidentes no trabalho” (Verba 3ª — Serviços e Encargos, Sub-consignação n. 1 — Indenizações, inclusive por acidentes no trabalho, reposições e restituições). Outrossim, deveis indicar, com urgência o “quantum” necessário, para ser consignado na rubrica própria do orçamento para o próximo exercício. (15.903-38.)

N. 3.727 — A Estrada de Ferro Central do Brasil. — Comunicando que ficou solucionado o assunto referente ao seu ofício nú-

mero 2.981, de 14 de julho de 1938, pela expedição da circular número 3.728 desta data. (15.903-38).

N. 3.728 — A Inspetoria de Secas. — Pedindo informações, si a tabela de gratificações por serviços prestados fora das horas do expediente, é extensiva ao "pessoal para obras" dessa Inspetoria. (Número 11.751-38).

N. 3.729 — A Despesa Pública. — Remetendo processo, referente à habilitação ao montepio de Dulce Dutra de Almeida. (Número 16.677-38).

N. 3.730 — A mesma. — Transmitindo processo, relativo à habilitação ao montepio de Maria de Araújo Cardoso e outras. (Número 15.292-38).

N. 3.731 — A mesma. — Restituindo processo, em que é interessado Antônio de Medeiros Paz, aposentado no cargo da classe "D" da carreira de "guarda-fios" do quadro III deste Ministério. (Número 17.055-38).

N. 2.732 — A mesma. — Remetendo processo, em que é interessado João Batista da Luz, aposentado no cargo da classe "G", da carreira de "agente", do quadro XXIII deste Ministério. (Número 16.841-38).

N. 3.733 — A mesma. — Remetendo processo, em que é interessado Pedro Guilherme Deocleciano, aposentado no cargo da classe "G", da carreira de "inspetor de linhas telegráficas", do quadro III deste Ministério. (16.842-38).

N. 3.734 — A mesma. — Remetendo a declaração de família de João Ferreira Soares Júnior. (17.551-38).

N. 3.735 — Ao Departamento dos Correios e Telégrafos. — Comunicando que, Artur de Sousa Canto, por decreto de 21 de janeiro de 1937, foi exonerado, a pedido, do cargo de agente postal de Lagoa do Carro, na D.R. dos Correios e Telégrafos de Pernambuco. (Número 143-37).

N. 3.736 — Ao mesmo. — Remetendo cópia do decreto de 6 do corrente mês, que concedeu aposentadoria a Rafael Ribeiro de Navarro, no cargo da classe "G", da carreira de "escriturário", do quadro IV deste Ministério. (15.596-38).

Departamento dos Correios e Telégrafos

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 22 de agosto de 1938

Determinando em caráter transitório, a fusão dos serviços da 4ª e 5ª Seções da Diretoria Regional de Uberaba. (Port. 1.006, de 20 de agosto de 1938).

Elevar de 480\$000 para 720\$000, afim de que sejam, também, transportadas as malas conduzidas pelos aviões militares, o custeio anual da linha de Coroadá à estação, subordinada à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Maranhão (Port. 1.007, de 20 de agosto de 1938).

Requerimentos despachados:

Erzeles Papi que usou o nome de Erzeles Barbosa, pedindo o pagamento da importância mensal que menciona pelos motivos que alega. — Deferido, tendo em vista a certidão junta. (Req. 48.329, de 1938).

Joaquim dos Santos Botelho, telegrafista da classe "H" da Diretoria Regional de São Paulo, solicitando seis meses de licença-prêmio. — Indeferido. (3.089-38).

Lucas Proença Filho, telegrafista da classe "G" da Diretoria Regional de Minas Gerais, solicitando dois meses de licença-prêmio. — Indeferido. (35.895-38).

Euclides Pereira da Conceição, telegrafista da classe "G" da Diretoria Regional da Bahia, solicitando um ano de licença-prêmio. — Indeferido à vista da informação. (16.568-37).

Zózimo Lima, telegrafista da classe "I" da Diretoria Regional de Sergipe, solicitando um ano de licença-prêmio. — Aguarde oportunidade. (43.791-37).

Mário Alcides dos Santos, telegrafista da classe "F" da Diretoria Regional do Estado do Rio de Janeiro, solicitando seis meses de licença-prêmio. — Aguarde oportunidade. (13.730-37).

Baselissa Ferraresi de Almeida, agente de Carlos de Campos, da Diretoria Regional de São Pedro, pedindo licença. — Aguarde oportunidade. (43.125-38).

Pedro de Palma, condutor de malas de Dourado a Rio Claro, na Diretoria Regional de São Paulo, pedindo licença. — Aguarde oportunidade. (14.544-38).

Bento Moreira da Silva, condutor de malas de Taubaté à Estação, na Diretoria Regional de São Paulo, pedindo licença. — Indeferido. (43.126-38).

Rubens Mendes de Lara, carteiro de classe C, da agência de Santos, na Diretoria Regional de São Paulo, pedindo licença. — Indeferido. (92.868-38).

Licenças concedidas:

José Acioli de Vasconcelos, guarda-fios da classe D do quadro III do Ministério da Viação, classificado na Diretoria Regional do Distrito Federal, dois meses, com todos os vencimentos, nos termos do art. 4º do decreto n. 42, de 15-4-1935, para tratamento de saúde, a qual deverá ser iniciada dentro do prazo de 30 dias. (27.835-38).

Ari Pereira de Andrade, condutor de malas, de Niterói a Visconde de Itaboraí, na Diretoria Regional do Estado do Rio de Janeiro, três meses, sem vantagens pecuniárias, nos termos do art. 15, do decreto n. 14.663, de 1-2-21, para tratamento de saúde, a partir de 10 de maio último. (35.897-38).

Nair Brandão Costa, escriturária da classe D, de Ouro Preto, na Diretoria Regional de Minas Gerais, três meses, com vencimentos, nos termos do art. 156, letra "h", da Constituição Federal, a partir de 29 de junho último. (38.234-38).

Adélia Nesi Simoneti, escriturária de classe E, da Diretoria Regional do Rio Grande do Norte, 3 meses, com vencimentos, nos termos do art. 156, letra "h", da Constituição Federal, a partir de 1 de julho último. (39.976-38).

Letícia Hortência Mon Jardim, agente de Jucutuquara, na Diretoria Regional do Espírito Santo, dois meses, com 2/3 da gratificação, para tratamento de saúde, a partir de 25 de junho último. (45.783-38).

Américo França Júnior, escriturário da classe G, da Diretoria Regional de Minas Gerais, dois meses, em prorrogação, com ordenação, para tratamento de saúde, a partir de 23 de junho último. (34.353-38).

Norberto de Moura Brito, carteiro de classe F, da Diretoria Regional do Distrito Federal, seis meses, com vencimentos, nos termos do art. 1º, parágrafo único do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a partir de 11 de março último. (37.337-38).

Herclia de Paiva Lemes, escriturária da classe C, da Diretoria Regional de Campanha, 17 dias, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 14 de junho último. (38.243-38).

Isac Leite, carteiro de classe D, da Diretoria Regional de São Paulo, um mês, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 24 de abril último. (21.820-38).

DIRETORIA DO PESSOAL

Requerimento despachado:

Luiz Arruda, servente de 4ª classe, da Diretoria Geral, pedindo restituição de certidão de idade. — Indeferido. (Proc. 40.742-33.).

Ministério da Agricultura

Departamento Nacional da Produção Vegetal

INSTITUTO DE BIOLOGIA VEGETAL

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 8 de agosto de 1938

Ofício:

Ac Sr. presidente do Conselho Florestal Federal:

Acuso o recebimento do vosso ofício n. 145, de 6 de julho próximo passado, em que expuzestes a minha situação de membro desse Conselho, na qualidade de representante do Jardim Botânico, considerado resignatário em face do disposto no art. 13 do seu Regimento Interno.

Em resposta, devo esclarecer-vos que até o mês de maio do corrente ano achava-me inteiramente ocupado com os trabalhos de restauração do Jardim Botânico, o qual, como é do vosso conhecimento, foi grandemente danificado e, em parte, destruído, por ocasião da enchente do rio dos Macacos, ocorrida em princípios do ano de 1936.

Terminados esses trabalhos, passei a tratar da organização da 1ª Reunião Sul Americana de Botânica que deverá ser levada a efeito nesta Capital, em outubro vindouro.

Além disso, os múltiplos serviços de caráter urgente e inadiável, a cuja execução tenho de atender, quer na Diretoria do I. B. V., quer na presidência da Comissão Organizadora do Parque Nacional de Itatiaia, ou ainda na presidência do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, entidade sediada no Jardim Botânico, além de outros afazeres comuns da administração pública — absorvem todo o tempo de que disponho, impedindo-me, por conseguinte, de exercer qualquer atividade no Conselho Florestal Federal.

Cumpre-me, outrossim, declarar-vos que, quando não bastasse a razão acima indicada, o meu afastamento desse importante órgão técnico estaria claramente ordenado pelos termos do artigo 22 da lei n. 284, de outubro de 1936, que dispõe:

"Os diretores dos órgãos componentes das Secretarias de Estado, bem como os diretores dos demais serviços integrantes de cada Ministério, devem dedicar todo o seu tempo às respectivas repartições, não podendo exercer nenhuma outra atividade pública remunerada, respeitadas as disposições constitucionais".

Diante disso, desnecessário afigura-se-me acrescentar que a função de membro do Conselho Florestal Federal, nas condições em que teria eu de exercê-la, isto é, durante as horas do expediente normal do Instituto de Biologia Vegetal, importaria também em flagrante inobservância ao espírito do artigo 1º do decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937.

Esses, em síntese, Sr. presidente, os motivos que não me permitem, nem a qualquer dos funcionários em exercício no I. B. V., tomar parte nos trabalhos do Conselho Florestal Federal.

Desejo, entretanto, assegurar-vos que com a máxima boa vontade estarei sempre disposto a prestar toda a colaboração no serviço reconhecimento útil para o país, que o Governo houve por bem confiar à sábia orientação do Conselho sob vossa competente presidência, inclusive aceitando a incumbência de representar junto ao mesmo o Jardim Botânico, desde que o cumprimento das obrigações daí decorrentes tenha lugar fora das horas do expediente regulamentar das repartições.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Serviço de Comunicações

Primeira Seção

Por portarias de 5 do mês corrente, foram nomeados, nos termos do artigo 16, parágrafo 1º, do regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, para exercerem as funções de membros da Comissão de Salário Mínimo:

Na Primeira Região, com sede na Capital do Amazonas: José Lopes de Matos e Adolfo Pires, como representantes dos empregadores, e Francisco Batista de Oliveira e Luiz Paulo Sarmiento, como representantes dos empregados (portarias ns. 15 — 16 — 17 e 18);

Na Segunda Região, com sede na Capital do Pará: Manuel Vicente Nasto, Custódio de Araujo Costa e João de Deus Santos, como representantes dos empregadores, e João Ewerton do Amaral, Tibúrcio Filomeno Costa e Moacir Batista de Miranda, como representantes dos empregados (portarias ns. 19 — 20 — 21 — 22 — 23 e 24).

Na Terceira Região, com sede na Capital do Maranhão: Eduardo Aboud, José Evaristo da Silva Vieira e Manuel Cabral, como representantes dos empregadores, e José Ribamar Menezes, João Damasceno Correia e Marcionílio de Jesus Lima da Silva, como representantes dos empregadores (portarias ns. 25 — 26 — 27 — 28 — 29 e 30).

Na Quarta Região, com sede na Capital do Piauí: José Camilo da Silveira e Ney Ferraz, como representantes dos empregadores, e Amadeu Hugineo de Souza e Leônidas Alves da Silva, como representantes dos empregados (portarias ns. 31 — 32 — 33 e 34).

Na Quinta Região, com sede na Capital do Ceará: José Ramos Pinto, Pedro Filomeno Ferreira Gomes e José Ramos Torres Melo, como representantes dos empregadores, e Solon Frota, Minervino de Castro e Manuel Aprígio Nobre, como representantes dos empregados (portarias ns. 35 — 36 — 37 — 38 — 39 e 40).

Na Sexta Região, com sede na Capital do Rio Grande do Norte: Ubaldo Bezerra de Melo, Dr. Paulo Fernandes e Manuel Gurgel, como representantes dos empregadores, e Aníbal Calmon Costa, Manuel de Castro Leitão e Raimundo Pereira Junior, como representantes dos empregados (portarias ns. 41 — 42 — 43 — 44 — 45 e 46).

Na Sétima Região, com sede na Capital da Paraíba: Antônio Muibeca, José Aires Carneiro e Francisco Lianza, como representantes dos empregadores, e José Ramalho da Costa, Aloísio Spinola Navarro e Leonel do Vale Melo, como representantes dos empregados (portarias ns. 47 — 48 — 49 — 50 — 51 e 52).

Na Oitava Região, com sede na Capital de Pernambuco: Carlos Alberto de Andrade Medeiros, Luiz Rios, Manuel Gonçalves Gomes Chaves, Alvaro Celso Uchôa Cavalcanti e Diniz Perillo de Albuquerque Melo, como representantes dos empregadores, e José Manuel de Queiroz, Ozias Burgos, João Marques Cabral Junior, Alexandre Gomes da Fonseca e Ademar de Oliveira, como representantes dos empregados (portarias ns. 53 — 54 — 55 — 56 — 57 — 58 — 59 — 60 — 61 e 62).

Na 9ª Região, com sede na Capital de Alagoas: Esperidião de Farias Junior, Gustavo Paiva, Joaquim Leão e Erasmo Porongaba, como representantes dos empregadores, e Nelson Oliveira Menezes e Amílrio Paula Noblat, como representantes dos empregados (portarias ns. 63 — 64 — 65 — 66 — 67 e 68).

Na 10ª Região, com sede na Capital de Sergipe: Augusto José Couto de Faria, Ariovaldo Barreto e Celso Vieira Leite, como representantes dos empregadores, e Heráclito Lemos, Paulo da Cruz Guimarães e Odilon Soares de Melo, como representantes dos empregados (portarias ns. 69 — 70 — 71 — 72 — 73 e 74).

Departamento Nacional do Trabalho

Dia 1 de agosto de 1938

N. 204-C/1938 — Companhia Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcantara, remetendo relação de menores que trabalham na mesma companhia. — Arquite-se.

N. 18.165/35 — Sindicato Brasileiro de Bancários, reclamando contra o Banco Português do Brasil, pela suspensão imposta ao seu associado José Salgado da Cunha. — Cumpra-se a lei do selo

termo de verificação n. 3.840, de 14 de setembro de 1935, lavrada N. 23.674/35 — Júlio Monteiro Gomes, apresentando defesa ao por inobservância do art. 32, alíneas a e b do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932. — De acordo com o parecer da Procuradoria, imponho à firma Júlio Monteiro Gomes, estabelecida à rua Chile n. 22, a multa de 100\$, prevista no art. 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por inobservância do preceituado no art. 32, alíneas a e b, do mesmo decreto. (O parecer a que se refere o despacho supra é o seguinte: "Tendo em vista a informação do fiscal autuante, de que o estabelecimento da firma autuada era apenas depósito de mercadorias destinadas a leilão" (fls. 6), e levando ainda em consideração que esses depósitos de mercadorias, embora pertençam a leiloeiro, não podem ser regidos pelo decreto n. 22.427, de 1 de fevereiro de 1933, que regulamenta a dita profissão, opino pela validade do auto de fls. 2 e consequente aplicação da multa.")

N. 23.582/35 — Casemiro Conde, apresentando defesa ao termo de verificação n. 6.868, de 12 de setembro de 1935, lavrado por inobservância dos arts. 1.º e 3.º do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932. — Por infração ao disposto nos arts. 1.º e 3.º do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, imponho à firma Casemiro Conde, de acordo com o art. 13 do referido decreto, a multa de 200\$000, de conformidade com o parecer da Procuradoria. (O parecer a que se refere o despacho é o seguinte: "O Sr. fiscal autuante, no termo de fls. 2, declara ter verificado, na visita que fez à fábrica de calçados estabelecida à rua Luiz de Camões n. 89, haver infração, por parte da firma individual que a explora — Casemiro Conde — do disposto nos arts. 1.º e 3.º do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932.")

Foi lavrado o referido termo em duas vias, sendo uma entregue à firma, que ficou intimada a apresentar defesa à Inspeção, no prazo de 48 horas. Dentro do prazo, foi apresentada a defesa constante da petição de fls. 4, assinada por todos os operários da fábrica, que afirmam ser de 8 horas de trabalho o horário do estabelecimento. A fls. 6 o Sr. fiscal autuante informa que a firma autuada estava exigindo nove horas de serviço dos empregados referidos nos termos de fls. 2. E' fora de dúvida, pois que o quadro do horário afixado não estava sendo observado por ocasião da fiscalização ou, melhor, não dizia a verdade tanto assim que, como informa o Sr. fiscal, foi corrigido.

Assim, em face do exposto e do que consta dos autos, opino pela aplicação da multa estatuida pelo art. 13 do decreto n. 21.364, de maio de 1932, no grau mínimo, isto é, 200\$000, por não ser a firma infratora reincidente, como consta de fls. 2.º).

N. 8.903/35 — José Pessoa, apresentando defesa ao termo de verificação lavrado pelo Sindicato dos Trabalhadores em T. Terrestres, por inobservância do art. 16, letra e, do decreto n. 23.766, de 1934. — Notifique-se.

N. 14.204/35 — Osvaldo Schuback, recorrendo da multa que lhe foi imposta, por inobservância do art. 16, letra e, do decreto n. 23.766, de 1934. — Cobre-se o selo e, em seguida, recolha-se o processo ao Arquivo Geral.

Dia 12

N. 21.481/34 — Centro Operário de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, reclamando deste Departamento providências a favor de seus associados Paulo dos Reis Cruz. — Encaminhe-se o processo à I. R., para os devidos fins.

N. 18.171/36 — Natanael Biato, solicitando uma certidão. — Como proposto. (A proposta é no sentido de ser remetido esse processo à Recebedoria do Distrito Federal, por não ter o interessado comparecido, até a presente data, a esta seção.)

N. 2.915/38 — Sindicato dos Condutores de Veículos, de São Paulo, reclamando contra a Empresa Auto Ônibus São José do Belem, do mesmo Estado, sobre horário de trabalho. — Encaminhe-se o processo ao D. E. T., para os devidos fins.

N. 53.548/36 — Antônio José da Fonseca, apresentando defesa ao termo de verificação n. 2.582, de 10 de dezembro de 1936, lavrado por inobservância do art. 16, alínea c, do decreto n. 23.766, de 1934. — Por infração do art. 16, alínea c, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, e em face do resolvido pelo Sr. ministro no DNT n. 2.416/36, imponho à autuada a multa de 500\$, grau médio previsto em o art. 15 do referido decreto, de acordo com o parecer retro.

N. 53.546/36 — V. Alves Lamas, apresentando defesa ao termo de verificação n. 2.560, de 7 de dezembro de 1936, lavrado por inobservância do art. 16, alínea c, do decreto n. 23.766, de 1934. — Por infração do art. 16, alínea c, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, e em face do resolvido pelo Sr. ministro no DNT n. 2.416/36, imponho à autuada a multa de 500\$, grau médio previsto em o art. 15 do referido decreto, de acordo com o parecer retro.

N. 52.843/36 — José Pinto Mendes, apresentando defesa ao termo de verificação n. 2.499, de 1 de dezembro de 1936, lavrado por inobservância do art. 16, letra e, do decreto n. 23.766, de 1934. — Estando o auto de fls. 2 revestido das formalidades legais, imponho, nos termos do art. 15, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, à firma José Pinto Mendes, a multa de 500\$, por infração do art. 16, letra e, do referido decreto.

N. 52.558/36 — Olga Viggiani, apresentando defesa ao termo de verificação n. 2.511, de 28 de novembro de 1936, lavrado por inobservância do art. 16, alínea c, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934. — Por infração do art. 16, alínea c, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934 e em face do resolvido pelo Sr. ministro no DNT n. 2.416/36, imponho à autuada a multa de 500\$, grau médio previsto em o art. 15 do referido decreto, de acordo com o parecer retro.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 11 de agosto de 1938

Justiniano Gonçalves, requerendo registro como químico licenciado, SIP. 14.638 — DNT. 14.180-38 — Não tendo sido satisfeitas as exigências legais, indefiro o pedido.

3ª Inspeção Regional, remetendo guia (DNT. 5.193-38 — SIP. 5.193-38 — SIP. 14.630-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

Coletoria Federal, remetendo guia (DNT. 10.308-38 — SIP. 11.009-38). — Archive-se, de acordo com o parecer. Alude o despacho ao seguinte: Já tendo sido retirada a guia para os devidos lançamentos, na Contadoria, cabe ser arquivado o processo.

Operários de Novo Horizonte, reclamando ao Sr. diretor geral do D. N. T., a não observância do dec. 22.035, de 29 de outubro de 1932 (DNT. 5.424-38 — SIP. 12.580-38). — Archive-se, de acordo com o parecer. Alude o despacho ao seguinte: Tomadas as providências que cabiam a este Serviço, submeto o presente à consideração do Sr. diretor, parecendo-me caber arquivamento.

Dia 12

Ethel Niedrig Dorfman, requerendo certidão (DNT. 11.545-38 — SIP. 13.240-38). — Defiro o pedido de fls. 2.

Cia. de Perfumarias Beijaflor, consultando sobre a substituição de livros por fichas individuais para registro dos empregados (DNT. 4.087-38 — SIP. 10.211-38). — Archive-se, de acordo com o parecer. Alude o despacho ao seguinte: A autoridade competente, nos termos da portaria do Sr. ministro, era, naquele tempo, Sr. Clodoveu de Oliveira. A única dúvida que existe é quanto ao fato da requerente não ter enviado, em três vias, o modelo contendo as alterações que lhe convem, consoante o disposto no art. 3º da aludida portaria. Proponho que seja indeferido o requerimento de fls. 2, sob o fundamento de não ter sido feito em termos, devendo a requerente agir de conformidade com a portaria de 20 de julho de 1935.

Dia 13

Gastão Muniz de Aragão, requerendo certidão (DNT. 11.263-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

M. Costa & Valério, solicitando transferência de local (DNT. 4.726-38). — SIP. 14.775-38). — Defiro o requerido, de acordo com o parecer retro e supra. Alude o despacho ao seguinte: Opino no sentido de ser deferido o requerimento de fls. 2.

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 11 de agosto de 1938

Emília da Costa Rodrigues, solicitando entrega da carteira profissional 665, 2ª série, pertencente a seu finado marido (SIP. 11.143-38). — Archive-se.

Elpidia Grão, solicitando entrega de sua carteira na sede do SIP. (SIP. 10.501-1938). — Archive-se.

Manuel Lopes de Sousa, solicitando entrega de sua carteira na sede do SIP. (SIP. 8.685-38). — Archive-se.

Alvaro Figueiredo Camargo, solicitando substituição da fotografia em sua carteira 27.770, da 2ª série.

José Maria da Silva, solicitando expedição de outra carteira (SIP. 9.351-38). — Archive-se.

Maria Costa, solicitando nova carteira profissional (SIP. 11.100-38). — Archive-se.

André Nepomuceno, solicitando nova carteira profissional (SIP. 9.552-38). — Archive-se.

Luiz de Almeida Carvalho, solicitando nova carteira profissional (SIP. 10.149-38). — Archive-se.

Othény Batista Lopes, solicitando nova carteira profissional (SIP. 8.903-38). — Archive-se.

Antônio da Silva Oliveira, solicitando nova carteira profissional (SIP. 9.416-38). — Archive-se.

Guimomar Lemos, solicitando nova carteira profissional (SIP. 10.284-938). — Archive-se.

Guilherme de Almeida, solicitando nova carteira profissional (SIP. 9.462-38). — Archive-se.

Castorina Neves da Silva, solicitando nova carteira profissional (SIP. 9.296-1938). — Archive-se em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: Para o devido arquivamento, retirei desta a ficha acima citada.

Manuel Gonçalves Martins, solicitando 2ª via da carteira profissional n. 6.740, da série 24ª (SIP. 8.194-38). — Archive-se.

Departamento Estadual do Trabalho, solicitando entrega da carteira profissional 24.915, da série 9ª, pertencente ao Sr. Manuel Bastos (SIP. 610-38). — Archive-se em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: Fiz a devida anotação na ficha 24.915, da 9ª série.

12ª Inspeção Regional, remetendo ficha (SIP. 10.700-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

José G. Araújo, encarregado do SIP em Porto Novo, remetendo fichas (SIP. 8.457-1938). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

Ataliba de Almeida, encarregado do SIP em Juiz de Fora, remetendo fichas (SIP. 8.453-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

Ataliba de Almeida, encarregado do SIP em Juiz de Fora, remetendo fichas (SIP. 9.153-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

12ª Inspeção Regional, remetendo fichas (SIP. 10.701-38). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

12ª Inspeção Regional, remetendo fichas. (SIP 10.702-38.) — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

12ª Inspeção Regional, remetendo fichas. (SIP 10.714-38.) — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

12ª Inspeção Regional, remetendo fichas. (SIP 10.719-38.) — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

Luiz A. Vasconcelos, remetendo fichas. (SIP 11.899-1938.) — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

4ª Inspeção Regional, remetendo guias e fichas. (SIP 9.409-38.) — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

Firmino M. Santos, identificador do SIP em Cachociro de Itapemirim, remetendo guia e fichas. (SIP 9.504-38.) — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

5ª Inspeção Regional, remetendo guias. (SIP 12.730-38.) — Archive-se.

Sindicato dos Operários Estucadores, comunicando mudança de sede. (SIP 10.013-38 — DNT 9.675-38.) — Archive-se.

2ª Inspeção Regional, remetendo balancete referente ao movimento do Serviço de Identificação profissional, naquele Estado, durante o mês findo. (SIP 13.321-38.) — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

15ª Inspeção Regional, remetendo balancete referente ao mês de junho findo. (SIP 10.956-38.) — Archive-se.

16ª Inspeção Regional, remetendo demonstrativo da renda arrecadada durante o mês de junho de 1938. (SIP 13.343-38.) — Archive-se.

Dia 12

Henrique Reichert, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte da Companhia Cervejaria "Princesa". (SIP 5.008-38.) — Prossiga-se, em face dos documentos apresentados.

Dia 16

Brandino José da Silveira, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte de José Pinto (SIP 10.536-38.) — Archive-se, em face do parecer. Refere-se o despacho ao seguinte: "Em cumprimento ao despacho do Sr. intendente, compareceu ao local indicado a fls. 2 pelo reclamante, afim de autuar a firma José Pinto, verificando, no entanto, ter havido engano do reclamante ao formular a sua reclamação, pois a firma ali encontrada é J. Pinto & Irmão, a qual mostrou desejos de esclarecer a situação do reclamante, razão pela qual foi-lhe entregue a notificação de fls. 8, tendo ela comparecido nesta Divisão perante o funcionário informante, anotando devidamente a carteira, a qual foi entregue ao seu titular, conforme recibo acima, ficando, deste modo, atendida a reclamação. Isto posto, parece-me caber arquivamento do presente processo, salvo se de outras forma julgar a autoridade superior."

João Guerra Duarte, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte da firma Teixeira & Comp. (SIP 10.304-38.) — Archive-se, em face da informação. Refere-se o despacho ao seguinte: "compareceu a reclamada, anotando a carteira do reclamante, exceto na parte do ordenado, que ficou constando 400\$ e não 500\$, conforme ficou esclarecido na informação supra. Em 11 de agosto de 1938 compareceu o reclamante; o qual concordou com as anotações feitas, recebendo a sua carteira, conforme recibo supra. Isto posto, opino pelo arquivamento deste processo, salvo determinação em contrário da autoridade superior."

Artur Paiva, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte da firma Ferreira & Aleixo (SIP 12.420-38.) — Archive-se, em face da informação. Refere-se o despacho ao seguinte: "compareceram ambas as partes, tendo a reclamada, de acordo com a relação de 2/3 de 1937, de n. 34.993, e ainda, conforme consta da carteira do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, sob número 629.317, da qual consta o desconto da quota de 7\$200, sido consignado o aumento de salário e a saída do reclamante; deixa portanto de persistir a reclamação inicial, e tendo a carteira sido entregue ao seu titular, opino pelo arquivamento deste."

Angela Vaz Dias, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte de José de Andrade (SIP 12.568-38). — Archive-se, em face do parecer. Refere-se o despacho ao seguinte: "compareceu a reclamada, anotando devidamente a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue, conforme recibo acima. Cumprido o que determina o art. 10 do decreto 22.035 de 29 de outubro de 1932, penso caber arquivamento ao presente processo, salvo determinação em contrário da autoridade superior."

Olavo de Oliveira, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte da Fábrica Aurea (SIP 12.792-38). — Archive-se, em face do parecer acima. Refere-se o despacho ao seguinte: "Atendendo à notificação de fls. 4, compareceu a reclamada, exibindo o livro de registro de empregados, onde consta o mesmo como trabalhando por empreitada e não como diarista. Em face da prova feita, parece-me insubsistente a reclamação de fls. 2, fazendo-se notar que com isso concordou implicitamente o reclamante, que recebeu a sua carteira, conforme recibo a fls. 5. Isto posto, opino pelo arquivamento deste processo, salvo melhor juízo da autoridade superior."

João Develí, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte da Auto União Brasil Ltda. (SIP 13.455-38). — Arquite-se, em face do parecer. Refere-se o despacho ao seguinte: "Compareceu a reclamada, representada pelo procurador constante de fls. 6, anotando devidamente a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue, conforme recibo supra. Tendo sido cumprido o que determina o artigo 10 do decreto n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, opino pelo arquivamento deste processo, salvo determinação em contrário da autoridade superior".

Germano José da Silva, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte de Domingos Otero Abelenda (SIP 13.216-38). — Arquite-se, em face da informação. Refere-se o despacho ao seguinte: "Compareceu o reclamado, que anotou a carteira profissional de acordo com a reclamação".

André Isabadi, pedindo restituição da sua carteira profissional por parte da firma J. Dreblchinsky & Comp. (SIP 13.459-38). — Arquite-se, em face da informação. Refere-se o despacho ao seguinte: "Compareceram as partes interessadas, tendo sido pela reclamada devolvida a carteira, a qual lhe foi entregue mediante recibo ao pé deste; assim, deixando de subsistir a presente reclamação, opino pelo arquivamento deste".

Erécilia Maria Bovi, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte de A. S. Marques (SIP 13.458-38). — Arquite-se, em face da informação. Refere-se o despacho ao seguinte: "Tendo comparecido a reclamada, por seu procurador, conforme documento a fls. 6, anotou devidamente a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue, conforme recibo a fls. 5. Deixando de subsistir a reclamação, opino pelo arquivamento do processo, salvo determinação em contrário da autoridade superior".

José Pinto Resende, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte de Alfredo Lima (SIP 13.457-38). — Arquite-se, em face do parecer acima. Refere-se o despacho ao seguinte: "Atendendo à notificação de fls. 4, compareceu nesta Divisão a reclamada, que anotou devidamente a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue, conforme recibo supra. Assim, deixando de subsistir a reclamação de fls. 2, parece-me caber arquivamento do presente processo, salvo determinação em contrário da autoridade superior".

José Rufino de Aguiar, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte de Batista Ribeiro & Comp. (SIP 13.588-38). — Arquite-se, em face do parecer. Refere-se o despacho ao seguinte: "Compareceu a parte reclamada, a qual anotou devidamente a carteira do reclamante, a qual lhe foi entregue, conforme recibo acima. Cumprido o que determina o art. 10 do decreto n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, opino pelo arquivamento deste processo, salvo determinação em contrário da autoridade superior".

Dia 13

Gracie & Comp. Ltda., solicitando registro de livros (SIP 13.950-38). — Deferido.

Francisco de Lima, solicitando registro de livros (SIP 13.958-38). — Deferido.

Luiza Brissac de Lucena, solicitando registro de livros (SIP 13.962-38). — Deferido.

Sociedade Técnica e Construtora Ltda., solicitando registro de livros (SIP 13.987-38). — Deferido.

Valdemar Warolo Messeder, solicitando registro de livros (SIP 13.991-38). — Deferido.

Júlio Rego, solicitando registro de livros (SIP 13.992-38). — Deferido.

C. R. Mendonça, solicitando registro de livros (SIP 13.999-38). — Deferido.

Jaime Gorberg, solicitando registro de livros (SIP 14.000-38). — Deferido.

Eduardo & Agostinho, solicitando registro de livros (SIP 14.001-38). — Deferido.

R. E. G. Brasileira Sociedade Anônima, solicitando registro de livros (SIP 14.005-38). — Deferido.

Tarcísio Medeiros Avila, solicitando registro de livros (SIP 14.007-38). — Deferido.

L. F. Campos & Comp. Ltda., solicitando registro de livros (SIP 14.008-38). — Deferido.

Davi Rodrigues de Almeida, solicitando registro de livros (SIP 14.009-38). — Proceda-se como proposto. Alude o despacho ao seguinte: O peticionário requer registro de livros. Acontece que o mesmo já anteriormente registrou seus livros, segundo consta do seu prontuário. Assim sendo, proponho que o requerente esclareça, mediante novo requerimento, o que foi feito dos livros anteriores.

A. Revelo, Irmão & Comp. Ltda., solicitando registro de livros (SIP 14.010-38). — Deferido.

Tordo & Ferrero, solicitando registro de livros (SIP 14.018-38). — Deferido.

Kaufman Janovsku & Comp. Ltda., solicitando registro de livros (SIP 14.072-38). — Deferido.

Zeferino de Azevedo, solicitando registro de livros (SIP 13.910-38). — Preste os necessários esclarecimentos. Alude o despacho ao seguinte: A firma requerente registrou seus livros em 19-12-13, sob o n. 0-3.154 para a Estrada do Olaviano n. 155. Penso deve ser apurado se trata-se de transferência de local ou registro para filial.

José Gomes de Lemos, solicitando transferência da firma (SIP 13.817-38). — Deferido, nos termos da informação. Alude o despacho ao seguinte: Comprovando as suas alegações, o requerente apresentou os conhecimentos ns. 2.459 e 2.457 expedidos em 30 de

maio de 1938 pela Sub-Diretoria do Imposto de Licença a favor de José Gomes Lemos. Diante do exposto, proponho o deferimento do presente.

16ª Inspeção Regional, remetendo fichas datiloscópicas. (SIP 13.734-38). — Arquite-se.

5ª Inspeção Regional, devolvendo ofício e relação (SIP 13.341-38). — Arquite-se.

Dia 15

Diretoria Geral de Investigações da Polícia Civil do Distrito Federal, informando sobre a ficha 13.246 da 29ª série. (SIP 8.764-38). — Arquite-se.

Armando Barbosa, solicitando nova carteira profissional. (SIP 9.294-38). — Arquite-se.

Luiz Duarte da Silva, solicitando reconstituição da carteira profissional n. 8.443 da 1ª série. (SIP 9.497-38). — Arquite-se.

João Marques Henriques Filho, solicitando nova carteira profissional. (SIP 9.818-38). — Arquite-se.

Diretoria Geral de Investigações da Polícia Civil do Distrito Federal, comunicando que na secção competente daquela Diretoria Geral nada consta contra Davi Tomas Morley. (SIP 9.342-38). — Arquite-se.

João Afonso, solicitando nova carteira profissional. (SIP 9.305-38). — Arquite-se.

3ª Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal, informando em resposta ao ofício 4.249-3, de 20 do corrente, que poderá ser expedida a carteira em nome de Antônio Joaquim Vitorio. (SIP 8.299-38). — Arquite-se.

Diretoria Geral de Investigações da Polícia Civil do Distrito Federal comunicando nada constar a respeito de José Vaz Miranda. (SIP 7.915-38). — Arquite-se.

Diretoria Geral de Investigações da Polícia Civil do Distrito Federal, comunicando nada constar naquela Diretoria Geral, a respeito da Sra. Sara Golech. (SIP 7.914-38). — Arquite-se.

Diretoria Geral de Investigações da Polícia Civil do Distrito Federal, comunicando, em resposta ao ofício n. 3.500-S, de 25 do corrente, nada constar a respeito de Manuel Moreira. (SIP 6.940-38). — Arquite-se.

Manuel de Andrade, solicitando entrega de carteira. (SIP 3.908-38). — Arquite-se em face da informação. Alude o despacho ao seguinte: Tendo sido a carteira profissional n. 57.534 da 26ª série, entregue ao peticionário de fls. 2, v. na sede deste Serviço em 20-6-1938, conforme recibo passado na respectiva declaração, proponho que seja arquivado o presente processo.

Ataliba Almeida, encarregado do SIP em Juiz de Fora, remetendo fichas. (SIP 11.608-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquite-se.

16ª Inspeção Regional, remetendo fichas. (SIP 12.843-38). — Arquite-se.

Wilson Martins Perciany, encarregado do SIP em Campo Grande Mato Grosso, devolvendo relação de remessa de carteiras. (SIP 13.398-38). — Arquite-se.

Ladislau Lima, encarregado do SIP em Aquidauana — Mato Grosso, devolvendo relações de remessa de carteiras. (SIP 13.106-38). — Arquite-se.

Juvenílio Alves de Melo, encarregado do SIP em Campo Grande — Mato Grosso, devolvendo relações de carteiras. (SIP 13.399-38). — Arquite-se.

Laudelino R. Vasconcelos, identificador do SIP em Bicas, comunicando sobre a renda arrecadada durante o mês de julho, próximo findo. DNT-12.022-38 — SIP-13.809-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquite-se.

Aldemiro Bittencourt, solicitando 2ª via de carteira. (SIP 11.052-38). — Arquite-se.

Heitor Toledo, identificador em Miranda, enviando relação em duas vias dos processos de carteiras profissionais, processadas naquela secção. (SIP 13.945-38). — Arquite-se.

Wilson M. Perciany, identificador em Campo Grande, 20ª Inspeção Regional, remetendo acompanhada da 4ª via da Guia de Recolhimento n. 10, na importância de 35\$000, que foi recolhida na Coletoria Federal daquela cidade, sete declarações para emissão de carteiras profissionais, ns. 7.751 a 7.757 pertencentes ao livro de declarações 156. (SIP 13.897-38). — Em face da informação, arquite-se. Alude o despacho ao seguinte: Registrada e arquivada nesta secção a guia n. 10 no valor de 35\$000 a que se refere o presente, passo-o à Secretaria opinando pelo seu arquivamento, tendo-se em vista nada mais haver a ser proposto.

Wilson M. Perciany, identificador em Campo Grande (20ª Inspeção Regional, remetendo devidamente acompanhada da 4ª via da Guia de Recolhimento n. 12, 43 declarações para emissão de carteiras profissionais, ns. 7.758, a 7.800 do livro 156 — Final. (SIP 13.904-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquite-se.

2ª Inspeção Regional, comunicando que foi recolhida aos cofres da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional daquele Estado, para crédito do Departamento Nacional no Trabalho, a quantia de noventa mil réis (SIP 13.912-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquite-se.

José G. Araujo, identificador em Porto Novo, 18ª Inspeção Regional, remetendo 50 fichas, e a 4ª via da guia n. 6/38, na importância de 250\$000 (SIP 10.718-38). — Nada mais havendo a providenciar, arquite-se.

Termo de infração n. 368, lavrado contra a firma Moreira & Batista por infração do art. 10 do decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932 (SIP 3.320-38). — Não procedem as alegações da defesa. Imponho à firma Moreira & Batista, estabelecida à rua Senador Dantas n. 14, a multa de 1:000\$ (um conto de reis), prevista no parágrafo segundo do artigo 10 do decreto 22.035 de 29 de outubro de 1932, por ter a mesma se negado a fazer a devida anotação na Carteira Profissional n. 29.923, da 24ª série, pertencente ao seu ex-empregado Alfredo Modestino Dourado, conforme ficou apurado nos presentes autos.

Termo de infração n. 299, lavrado contra a firma Moreira & Batista por infração do art. 10 do decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932, (SIP 3.319-38). — Não procedem as alegações da defesa. Imponho à firma Moreira & Batista, estabelecida à rua Senador Dantas n. 14, a multa de 1:000\$ (um conto de reis), prevista no parágrafo segundo do artigo 10 do decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932, por ter a mesma se negado a fazer a devida anotação na Carteira Profissional n. 56.593 da 21ª série, pertencente ao seu ex-empregado Murilo Vasconcelos Miranda, conforme ficou constatado nos presentes autos.

Manuel Fonseca Melo, pedindo anotação em sua carteira profissional por parte da firma Manuel Ferreira de Almeida (DNT 8.364-38). (SIP 8.921-37). — Arquite-se tendo em vista a informação supra. Refere-se o despacho ao seguinte: "em face da informação da Inspeção, nenhuma providência depende deste Serviço, além das já tomadas.

Notificações expedidas:

Dia 18

Ao Sr. Antônio Afonso Alves:

N. 6.426 — Solicitando comparecimento às 13,30 horas do dia 26 de agosto afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Francisco Duarte. (SIP 13.804-38).

— Ao Sr. Antônio Augusto Veiga:

N. 6.427 — Solicitando comparecimento às 12 horas do dia 25 de agosto afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Diamantino Rodrigues de Araujo. (SIP 13.797-38).

— Ao Sr. Luiz Vieira:

N. 6.428 — Solicitando comparecimento às 13,30 horas do dia 26 de agosto afim de retificar a carteira profissional de seu ex-empregado Lourival dos Santos Vargas (SIP 13.796-38).

— Ao Sr. Jorge Kasen:

N. 6.429 — Solicitando comparecimento às 13 horas do dia 25 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Crispim Teixeira (SIP 13.469-38).

— Ao Sr. J. R. Magalhães:

N. 6.430 — Solicitando comparecimento às 13 horas do dia 25 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Rodolfo Tolentino dos Santos (SIP 13.460-38).

— Ao Sr. M. Pereira Rosa:

N. 6.431 — Solicitando comparecimento às 13,30 horas do dia 25 de agosto afim de anotar a carteira profissional de seu empregado Francisco Henrique (SIP 13.583-38).

— Ao Sr. Carlos Passos Nobre:

N. 6.432 — Solicitando comparecimento às 14 horas do dia 25 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Francisco Otávio de Azevedo (SIP 13.805-38).

— Ao Sr. Francisco Gomes:

N. 6.433 — Solicitando comparecimento às 12,30 horas do dia 25 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Manuel Fernandes de Oliveira (SIP 13.879-38).

— Ao Sr. Batista Peroni:

N. 6.434 — Solicitando comparecimento às 13 horas do dia 29 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Ismar José de Freitas (SIP 14.827-38).

— A firma Loureiro Mota & Comp.:

N. 6.435 — Solicitando comparecimento às 14,30 horas do dia 25 de agosto afim de retificar a carteira profissional de seu ex-empregado Valdevino Fernandes (SIP 14.828-38).

— Ao Sr. Luiz Honigstein:

N. 6.436 — Solicitando comparecimento às 15 horas do dia 25 de agosto, afim de substituir a carteira profissional de sua empregada Maria Puroza Ferreira (SIP 14.829-38).

— A firma Hotel Estrangeiros Ltda.:

N. 6.437 — Solicitando comparecimento às 14 horas do dia 26 de agosto, afim de retificar a carteira profissional de seu empregado João dos Santos Barreiro (SIP 14.830-38).

— A firma Fraifeld & Gleizer:

N. 6.438 — Solicitando comparecimento às 13 horas do dia 29 de agosto afim de retificar a carteira profissional de seu empregado Antônio Cocelli. (SIP 14.831-38).

— A Casa Leandro Martins, S. A.:

N. 6.439 — Solicitando comparecimento às 13,30 horas do dia 29 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Francisco Dias de Oliveira. (SIP 14.832-38).

— A firma João Souven & Comp. Ltda.:

N. 6.440 — Solicitando comparecimento às 12 horas do dia 29 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado José Alves de Oliveira Sousa. (SIP 14.833-38).

— Ao Sr. Antônio Rocha:

N. 6.441 — Solicitando comparecimento às 14 horas do dia 30 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Diogo Rebelo Maia Júnior. (SIP 14.834-38).

— A firma Pinto Fernandes & Brites:

N. 6.442 — Solicitando comparecimento às 14,30 horas do dia 25 de agosto, afim de anotar a carteira profissional de seu empregado Eustáchi Lourenço. (SIP 10.263-38).

— Ao gerente da S. A. Companhia Cervejaria Princesa:

N. 6.443 — Solicitando comparecimento às 12,30 horas do dia 29 de agosto, afim de prestar esclarecimentos. (SIP 5.008-38).

Dia 19

Ao Presidente da União dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres:

N. 6.472 — Solicitando comparecimento com a brevidade possível, afim de tratar do assunto relativo ao processo SIP 11.017-38.

— Ao Sr. José Afonso Lima:

N. 6.490 — Solicitando comparecimento às 12,30 horas do dia 30 de agosto afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado João Correia dos Santos. (SIP 13.881-38).

— A firma Pring Torres & Comp.:

N. 6.491 — Solicitando comparecimento às 14 horas do dia 30 de agosto afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Antônio Lopes Barbosa. (SIP 14.917-38).

— A firma Martins do Amaral & Comp.:

N. 6.492 — Solicitando comparecimento às 14 horas do dia 8 de setembro afim de retificar a carteira profissional de seu ex-empregado Ricardo Monteiro da Veiga e Silva. (SIP 14.918-38).

— Ao Sr. Carlos F. Rodrigues:

N. 6.493 — Solicitando comparecimento às 13,30 horas do dia 8 de setembro afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Armindo José Pinheiro. (SIP 14.919-38).

— Ao Sr. Abílio Barrigas:

N. 6.494 — Solicitando comparecimento às 12,30 horas do dia 24 de agosto afim de anotar a carteira profissional de sua ex-empregada Nair Silva de Oliveira. (SIP 14.920-38).

— A firma Modas Sport Ltda.:

N. 6.495 — Solicitando comparecimento às 15 horas do dia 29 de agosto afim de substituir a carteira profissional de sua empregada Letícia Simões Mendonça. (SIP 14.921-38).

— A firma Massas Alimentícias Aimore:

N. 6.496 — Solicitando comparecimento às 14,30 horas do dia 29 de agosto afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Lourival Fernandes de Sá. (SIP 14.922-38).

— A firma Electro Frigo Ltda.:

N. 6.497 — Solicitando comparecimento às 12 horas do dia 25 de agosto afim de substituir a carteira profissional de seu empregado Carlos Adriano Correia. (SIP 14.923-38).

— A firma Lakolite Ltda.:

N. 6.498 — Solicitando comparecimento às 12 horas do dia 25 de agosto afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado Firmino dos Santos. (SIP 14.924-38).

— A Sociedade Espanhola de Beneficência:

N. 6.499 — Solicitando comparecimento às 12,30 horas do dia 30 de agosto afim de anotar a carteira profissional de sua ex-empregada Elvira Carício de Barros. (SIP 14.925-38).

— Ao Sr. Maximino Pereira:

N. 6.500 — Solicitando comparecimento às 12 horas do dia 30 de agosto afim de anotar a carteira profissional de seu ex-empregado José Manuel de Araujo. (SIP 14.926-38).

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

5ª Região — Distrito Federal, Rio de Janeiro e Espírito Santo

Processo n. 4.797 — Autuado, J. Leite — Relator, o Conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes.

Parecer — J. Leite, arquiteto construtor, licenciado com escritório à rua São Pedro n. 348, sobrado, sala 5, foi autuado por ter assinado planta para os Srs. Alípio Barbosa & Comp. construírem, sem que estes se achassem legalmente habilitados na forma do art. 8º, do decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e, também, porque não constava da respectiva placa a palavra "Licenciado", como ordena o parágrafo único do art. 7º do mesmo decreto.

Estas infrações foram verificadas na obra em construção à rua Raja Gabaglia n. 19, antes do n. 29.

Intimado da multa que lhe foi imposta, e no prazo da lei, ofereceu o autuado a defesa de fls. 9, onde alega: primeiro, que a obra em apreço constituiu obrigação contratual sua, diretamente com o proprietário, e, segundo, que deixou de fazer constar da tableta a palavra "Licenciado", em face das razões expedidas em um mandado de segurança concedido a outros licenciados. Para provar a sua primeira alegação, juntou o defendente um contrato de empreitada firmado com o proprietário Valdemar Meth.

Isto posto:

O art. 8º, do decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, estabelece que as firmas que exerçam ou explorem, sob qualquer forma, algum dos ramos de engenharia, ou a seu cargo tiverem alguma seção dessa profissão, só poderão executar os respectivos serviços, depois de provarem, perante a CREA, que os encarregados da parte técnica são

exclusivamente profissionais habilitados e registrados. O mesmo decreto, no art. 38, pune os profissionais que infringirem o art. 8º com a multa de 500\$000.

Ora, o que se verifica deste processo é que a firma Alípio Barbosa & Comp., sem estar registrada no CREA, e sem ter provado que o encarregado da sua parte técnica era um profissional habilitado, deu execução a serviços de engenharia na obra da rua Raja Gabaglia. A mesma firma colocou uma taboleta onde aparece como responsável J. Leite, C-L.

A infração do art. 8º está, assim, perfeitamente caracterizada. O contrato de empreitada oferecido a fls. 10, onde a referida firma aparece como executora apenas de serviços não compreende na enumeração do aludido artigo, é um documento que nos parece gracioso, feito a última hora para burlar a fiscalização moralizadora do CREA. Não tem as firmas reconhecidas, nem foi devidamente registrado, elementos de segura convicção, sem os quais não é possível afirmar-se que o dito contrato foi assinado realmente aos 5 de fevereiro de 1938. É muito fácil antedatar-se um documento, ninguém entretanto, poderá registrá-lo com data anterior. Por outro lado, como se explica a circunstância de ter a firma uma placa no local da obra com a declaração do arquiteto responsável, si ela não executa serviços de arquitetura?

A prova não convence e assim, deve ser mantido ao profissional faltoso a multa do art. 38, letra b, combinado com o art. 8º do citado decreto n. 23.569.

O próprio autuado J. Leite confessa a infração do parágrafo único art. 7º, do já mencionado decreto. São estas as suas palavras: "O suplicante deixou de fazer constar da respectiva taboleta a palavra "Licenciado".

Pretende, entretanto, o autuado justificar-se invocando em seu favor as mesmas razões expeditas no mandado de segurança concedido a diversos colegas seus, pelo Juízo da 1ª Vara Federal e confirmado pela Corte Suprema no recurso interposto pelo Conselho Federal.

Não reproduziu, como era de seu dever, as razões do invocado mandado de segurança. Não declarou sequer o número desse recurso nem o nome dos recorrentes. O CREA não pode levar em conta uma alegação assim destituída de provas.

Contudo, ainda mesmo que se admita a existência de um mandado de segurança, cujos fundamentos sirvam para justificar o procedimento do autuado, cumpre observar o seguinte:

a) As decisões judiciais não podem ser generalizadas, de modo que uma sentença proferida em determinada causa aproveite a terceiros que não foram parte na demanda. Contra esse princípio elementaríssimo do direito processual, pretende o autuado alegar aqui, em sua defesa, as razões — nem mesmo são as conclusões — de um mandado de segurança em que ele não foi parte.

b) Tanto mais improcedente é esta defesa, quanto, com apresentá-la, pretende o autuado elidir a aplicação do dispositivo claro do parágrafo único do art. 7º; para obterem um mandado de segurança que os desobrigasse do cumprimento da aludida disposição legal, era necessário certamente, que os colegas do defendente, que o requereram, se achassem em situação toda especial e particular. Isto não sucede com o defendente.

Em conclusão.

Prova ficou a infração por parte de J. Leite do art. 8º do decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e confessada por ele está a infração do parágrafo único do art. 7º do mesmo decreto. Impõe-se, deste modo, a confirmação das multas, nos precisos termos do art. 38, letras a e b, ainda do dito decreto, ou sejam 500\$000 (quinhentos mil réis) pela primeira infração e igual importância pela segunda.

Rio, 15 de agosto de 1938. — L. O. Pinheiro Guedes.

Processo n. 4.797 — Requerente, J. Leite :

Decisão

Visto, examinado e relatado este processo número quatro mil setecentos e noventa e sete, em que é autuado J. Leite, por infração dos arts. 8º, 17º e 7º, parágrafo único do decreto n. 23.569, como consta do respectivo auto de constatação de infração número trezentos e trinta e seis junto ao processo. Considerando que no processo foram observadas todas as formalidades legais, que o referido auto foi remetido ao infrator pelo Correio, sob registro, e devidamente publicado no *Diário Oficial*, que, dele teve conhecimento e se defendeu pela petição a fls. 9, resolveram os membros deste C. R. E. A., por unanimidade, em sua sessão desta data, julgar subsistente o referido auto número trezentos e trinta e seis e bem aplicada a multa de um conto de réis de acordo com o art. 38, letras a e b combinado com os artigos oitavo (8º) e sétimo (7º), parágrafo único, todos do citado decreto n. 23.569, pelos fundamentos do parecer do Senhor Conselheiro Relator que por isso fica fazendo parte integrante desta decisão. Lavre-se o competente auto de multa e façam-se as notificações e publicações necessárias.

Rio, 15 de agosto de 1938. — A. Junqueira Ayres, presidente. — L. Pinheiro Guedes, relator. — J. G. Marques Porto. — L. Soudy. — Antonio H. M. Fragozo. — Paulo Thedim Barreto. — Paulo Pires. — Ulisses de Alcantara. — Adolpho Murinho. — Victor Hugo da Costa.

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE

Dia 18 de agosto de 1938

Offícios:

Srs. F. Todesco & Comp., Ltda.:

N. 370 — Comunico-vos que este Conselho Regional, em sessão plena de 15 do corrente, tomando conhecimento de vossa petição de defesa datada de 12 de agosto de 1937, relativa ao auto de flagrante n. 204, resolveu julgar insubsistente o referido auto cancelando a multa que nele vos foi imposta.

Aproveito a oportunidade para vos cientificar que em sessão de 28 de junho de 1937 de acordo com o parecer do Senhor Conselheiro Relator, foi mantida a multa de quinhentos mil réis (500\$000) do auto de constatação de infração n. 151.

Convido-vos a, no prazo de 10 dias, a contar da data da publicação do presente no *Diário Oficial*, vir pagar amigavelmente a referida importância, sob pena de não o fazendo ser a mesma enviada a Juízo para cobrança executiva nos termos do art. 41, § 1º.

— Srs. Adelino Mota & Comp.:

N. 371 — Comunico-vos que este C. R. E. A., em sua sessão de 15 do corrente, tomando conhecimento de vossa petição de defesa do auto de constatação de infração n. 330, resolveu, de acordo com o parecer do Sr. Relator, cancelar, por equidade, o referido auto.

— Srs. Ramos Pereira & Comp.:

N. 372 — Comunico-vos que este C. R. E. A., em sua sessão de 15 do corrente, tomando conhecimento de vossa petição de defesa do auto de constatação de infração n. 340 que contra vós foi lavrado, resolveu de acordo com o parecer do Senhor Relator cancelar a multa, que vos foi imposta no referido auto.

— Sr. Avelino Domingues Gomes:

N. 373 — Comunico-vos que o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, tomando conhecimento de vossa petição de defesa relativa ao auto de constatação de infração n. 341, em sua sessão de 15 de agosto corrente, achou justas e verdadeiras as alegações feitas e resolveu cancelar a referida multa.

— Srs. R. Rebecchi & Comp.:

N. 375 — Comunico-vos que o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura tomando conhecimento de vossa petição de recurso do auto de constatação de infração n. 90, de 12 de fevereiro de 1937, resolveu manter a multa imposta de 1:000\$000, confirmando assim o julgamento deste C. R. E. A. em sessão de 1 de março de 1937, que manteve a multa de um conto de réis (1:000\$000) já depositada.

Conselho Nacional do Trabalho

CONSELHO PLENO

Processo n. 10.709-38 — Vistos, relatados e discutidos os autos do presente processo em que o Exmo. Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio submete à manifestação deste Conselho o anteprojeto de lei que define "os associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, estende o regime dessas instituições a determinados empregados e dá outras providências".

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aconselhar a aprovação do anteprojeto, com as modificações a seguir:

Ao art. 1º:

Substituir a alínea a pela seguinte:

a) os empregados como tal definidos nos decretos ns. 20.465, de 1 de outubro de 1931, modificado pelo de n. 21.081, de 24 de fevereiro de 1932, e 22.096, de 16 de novembro de 1932, observadas as condições previstas nesses decretos e as alterações neste estabelecidas;

Substituir a alínea c pela seguinte:

c) os empregados dos sindicatos ou de associações dos profissionais das empresas vinculadas às mesmas Caixas, tanto de empregados como de empregadores;

Suprimir o parágrafo único passando as alíneas a fazer parte das do artigo.

Modificar a alínea a do parágrafo único que passa ater a denominação de d do artigo, com a alteração seguinte:

d) os empregados das Cooperativas das empresas vinculadas às mesmas Caixas;

Modificar a alínea b do parágrafo que passa a ter a denominação de e do artigo.

Ao art. 2º:

Substituir a alínea g pela seguinte:

g) todos que prestem serviços na indústria de pesca (pescadores e profissões conexas);

Acrescentar as novas alíneas seguintes:

h) o presidente e os funcionários ou empregados do Instituto;

i) os empregados dos sindicatos ou de associações dos profissionais compreendidos neste artigo, tanto de empregados como de empregadores;

Suprimir o parágrafo único, passando as suas alíneas para o próprio artigo, com as novas denominações seguintes:

A alínea a passa para j.

A alínea b para k.

Evidentemente os nobres Srs. Senadores que propugnaram a aprovação da emenda não quiseram isso. Seus discursos ali estão, nos números já referidos do "Diário do Poder Legislativo", afirmando o contrário dessa consequência lógica a que os levou o descuido da redação aprovada.

Haveria, pois, de corrigir tal descuido com uma, das duas seguintes medidas:

1ª, ou passar o parágrafo único proposto, do art. 2º para o artigo 1º do projeto, onde o equívoco apontado já se não poderia dar; 2ª, ou substituir as expressões "deste artigo", na emenda proposta por estas outras "do artigo anterior".

Como, entretanto, com qualquer dessas medidas se teria de devolver o caso ao Senado, nos termos do art. 44, § 1º da Constituição Federal, parece mais curial rejeitar por desnecessária a emenda.

E ela o é, de fato, não só em virtude da já aludida "irretroatividade das leis", irretroatividade essa que toparia no caso em apreço com o "direito adquirido" das Caixas, as joias em móra tais eram segundo a lei anterior (apud. art. 3º, § 1º da introdução ao Código Civil, combinado com os arts. 2º e 13 do decreto n. 20.465, já citado), como também em virtude dos artigos 1º, 2º, 13, 58, § 1º, letras a, b e c, e 62 do decreto n. 20.465, citado.

Esses artigos estabelecem com efeito: a obrigatoriedade da constituição das Caixas (art. 1º), a compulsoriedade dos benefícios e dos onus delas (art. 2º), a responsabilidade do desconto, pelas empresas, nas folhas de pagamento do pessoal, das quantias devidas às Caixas, e do depósito dessas quantias a disposição das mesmas Caixas (art. 13), a multa de 1 a 10 contos de réis para as empresas que deixarem de cumprir a lei (art. 58, § 1º, letra a), a abrigação da denúncia dessa infração da lei, para as juntas administrativas das (art. 52, § 1º, letras b e c. Diante dessas disposições, não se pode deixar (art. 62) sob pena de destituição dos membros das mesmas compreender como haja associados das Caixas em móra de pagamento de suas joias, a menos que devamos confessar uma incúcia absoluta dos fiscais encarregados de fazer cumprir a lei, das juntas administrativas das Caixas, dos associados destas, e das empresas interessadas, além de uma auréola sem limites destas empresas e daquelas juntas administrativas confiantes na impunidade de tantas infrações cometidas. A ser assim, a termos de admitir semelhantes hipóteses, mais valeria então revogarmos toda essa legislação social, reconhecendo nossa incapacidade de aplicar".

Como se vê, a emenda foi rejeitada por desnecessária, porque a lei em elaboração não podia ferir o princípio da irretroatividade sem prejudicar o direito da Caixa, às importâncias de joia ainda por pagar.

O relator, admitiu ainda, a hipótese de não se haver verificado tal móra, *ex-vi* dos arts. 1º, 2º, 13, 58 e 62, do decreto n. 20.465. É que S. Ex. não atentou, certamente, para a impossibilidade legal de obrigar materialmente a empresa a operar o desconto, para a carência de meios legais capazes de obrigá-la, ao menos, a revelar a importância das joias não descontadas, e, finalmente, para a liberalidade das instâncias administrativas que conduzem à demora da final solução dos processos de infração.

Como quer que seja, do exposto se depreende que os efeitos da lei n. 477, não alcancem as joias em vias de pagamento ou as joias em débito. Aliás, sustentar o contrário seria irrogar ao nosso Poder Legislativo a suprema injúria de haver elaborado uma lei para premiar os falcosos, em detrimentos dos cumpridores da lei. Assim sendo, parece-nos que estão de pé os itens c e d do acórdão por cópia à fls. 12.

Se a lei n. 477, não se aplica às joias superiores a 2:000\$000, devidas antes de sua vigência, so a mesma lei também não isentou as empresas da obrigação de descontá-las mensalmente dos vencimentos de seus empregados, parece que, enquanto a empresa denunciada se recusar a fazê-lo caberá a imposição da multa pela falta de cumprimento da lei.

Mesmo que se entenda que tal isenção decorre implicitamente da lei, pelo menos até a sua publicação ficou mantida a obrigação, pelas razões já expostas neste parecer.

Nestes termos, a nossa opinião é, no que toca ao presente processo, que se refere, a infração praticada no mês de junho de 1936, que se imponha à empresa a multa sugerida no parecer de fls. 19 verso.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1937. — *Geraldo Augusto de Faria Baptista*, 1º adjunto do procurador geral.

Rec. 2.337/37. — Vistos e relatados os autos do presente recurso, em que são partes, como embargante, Olímpio Vilarins, e, embargada, a 3ª Câmara deste Conselho que, por acordo de 24 de agosto de 1937, publicando no "Diário Oficial" de 13 de novembro de 1937, reformou a decisão da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rede Viação Cearense, afim de ser negada a averbação do tempo de serviço militar prestado ao exército pelo associado Olímpio Vilarins:

Considerando que com essa decisão não se conformou o interessado e, com assento no § 4º do art. 4º do regulamento baixado com o Dec. 24.784, de 14 de julho de 1934, ofereceu os embargos de fls. 11, os quais deram entrada na Secretaria deste Conselho dentro do prazo legal (§ 9º, do cit. art. 4º);

Considerando, *de meritis*, que o embargante nenhum argumento novo aduz capaz de reformar o acórdão embargado, permanecendo, assim inalteráveis os seus fundamentos:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, desprezar os presentes embargos, para confirmar, como confirmam, o acórdão embargado.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *H. Smith Vasconcellos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral. Proc. 8.341-36 — Vistos e relatados os autos deste processo, em que são partes, como embargante, Francisca Maria de Paula, e embargada, a 3ª Câmara deste Conselho que, por acórdão de 13 de abril de 1937, publicado no "Diário Oficial" de 25 de maio do mesmo ano, anulou o ato da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil, que concedeu pensão à Francisca Maria de Paula, companheira do falecido ferroviário Manuel Marques da Silva:

Considerando que com essa decisão não se conformou a interessada e, com assento no parágrafo 4º do Regulamento baixado com o Dec. n. 24.784, de 14 de julho de 1934, após os embargos de fls. 90-92, os quais deram entrada na Secretaria deste Conselho dentro do prazo legal (parágrafo 9º do cit. art. 4º);

Considerando que o assunto está perfeitamente examinado nos pareceres anteriores e no acórdão recorrido e a embargante nada mais acentua no caso em exame senão repetir os mesmos argumentos anteriores;

Resolve os membros do Conselho Nacional de Trabalho, reunidos em sessão plena, desprezar os presentes embargos, para confirmar, como confirmam, o acórdão embargado.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *J. Mendes Cavalcheiro*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 6.468/38 — Visto e relatados os autos do processo em que o interventor da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Sorocabana solicita a ida à São Paulo de um engenheiro do Serviço de Engenharia para examinar as condições relativas a construção de 156 casas no bairro de Barra-Funda:

Considerando que, do relatório elaborado pelo funcionário designado para efetuar a vistoria, depreende-se que as obras estão sendo executadas, tecnicamente, dentro dos preceitos regulares;

Considerando que a Caixa, para efeito de concorrência para a construção, subdividiu as obras em grupos de vulto inferior a 300:000\$000 (trezentos contos de réis), afim de evitar o prévio pronunciamento deste Conselho;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aprovar a execução das obras e advertir os membros da Junta Administrativa da Caixa pelo seu procedimento, procurando por uma interpretação errônea do disposto na letra "b", do § 2º do artigo 7º do decreto n. 1.749, ampliar a faculdade na mesma concedida afim de executar a totalidade das obras sem a audiência deste Conselho;

Resolvem, outrossim, fixar em 40\$000 (quarenta mil réis) as diárias a serem concedidas ao ajudante técnico Afonso d'Angelo Visconti pelos serviços prestados, e, de conformidade com o parecer de fls. 34, do Dr. procurador geral, determinar seja expedida circular às instituições de previdência para que evitem procedimento idêntico ao que dá notícia este processo.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo V. Pederneiras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Pro. n. 19.207/37 — Vistos e relatados os autos do presente processo, referente à constituição da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos Urbanos em Aracaju, para o período de 1938 a 1940;

Considerando que, em ofício de fls. 28 e 29, a referida Caixa faz as duas seguintes consultas:

I — Havendo renunciado os membros representantes das empresas João Lima Monteiro e Valter Melo, respectivamente, efetivo e suplente, ambos funcionários da S.A. Empresa Tração Elétrica de Aracaju, consulta si deve convocar o suplente Antônio dos Santos, também representante das empresas, porém, funcionário dos Serviços de Águas e Esgotos da Cidade de Aracaju.

II — Tendo sido eleito membro efetivo representante dos associados Alvarim Manguiera Marques, foi, entretanto, proclamado o candidato imediatamente mais votado Alípio Oliveira, em virtude daquele ter sido exonerado pela empresa nas vésperas da apuração. Havendo, porém, o empregado demitido Alvarim Manguiera Marques requerido, dias depois, a sua continuação como associado da Caixa, visto contar mais de dez anos de serviço, pergunta a consulente si pode dar posse ao mesmo no cargo para o qual foi eleito por maioria de votos, ficando sem efeito o diploma expedido a Alípio Oliveira e cassado os seus direitos como membro;

Considerando, quanto ao primeiro caso, que o artigo 48, das Instruções, resolve perfeitamente, quando diz que não poderão ser votados e *fazer parte da Junta*, na qualidade de representante das empresas, mais de um associado como efetivo e mais de um como suplente, pertencentes a uma só empresa, e, assim sendo, si se exoneraram um membro efetivo e respectivo suplente, representantes da S.A. Empresa Tração Elétrica de Aracaju, permanecendo, portanto, um efetivo e respectivo suplente, representante dos Serviços de Águas e Esgotos da Cidade de Aracaju, evidentemente esse último não pode ser convocado, porquanto iriam fazer parte da Junta, como membros efetivos, dois empregados de uma só empresa, o que é vedado pelo citado artigo 48, das Instruções Eleitorais vigentes.

Considerando, com referência ao segundo caso, que não procede a cassação do diploma do membro Alípio Oliveira, porquanto

não tendo o ex-empregado Alvarim Mangueira Marques usado do direito que lhe confere a lei, de continuar como associado, na época das eleições, só o fazendo em data posterior, não estava ele, por ocasião da apuração, em condições de ser proclamado, por lhe faltar a condição essencial de associado da Caixa, e, assim, a proclamação do imediato em votos foi um ato perfeito e legal, que já mereceu a aprovação deste Conselho.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, responder à consultante nos termos acima.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Luiz de Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 15.100/37 — Vistos o relatado os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos por Concessão, em Rio Claro, solicita reconsideração do acórdão proferido por este Conselho, em 28-12-37, para efeito de ser elevada, na verba "Despesas de Administração-Pessoal" a dotação de 12:000\$000 (doze contos de réis), de acordo com o quadro que apresenta:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, deferir o pedido.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Luiz de Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 15.409/36 — Vistos o relatado os autos deste processo em que é embargante, o ferroviário Gabriel Pedro; e embargada, a Estrada de Ferro Central do Brasil:

Considerando que o ferroviário Gabriel Pedro oferece embargos à decisão da Primeira Câmara, de 2 de agosto de 1937 (publicada no *Diário Oficial* de 18 de setembro seguinte), com fundamento no § 4º do art. 4º do Regulamento anexo ao decreto 24.784, de 1934, decisão que não conheceu da reclamação apresentada pelo mesmo embargante contra sua demissão da Estrada de Ferro Central do Brasil;

Considerando que o acórdão ora embargado se fundou na jurisprudência firmada por este Conselho Pleno, relativamente à prescrição quinquenal do direito à qualquer reclamação contra estradas da União, dos Estados ou Municípios, *ex-vi* do disposto no artigo 178, § 1º, do Código Civil;

Considerando que os embargos, interpostos dentro do prazo legal, giram em torno da inaplicabilidade, à espécie, daquele dispositivo, invocando, para argumentar, outras decisões, não só deste próprio Conselho, como também do Sr. ministro do Trabalho, que, no pensar do embargante, podem ser adotadas na hipótese em debate;

Considerando que carecem de fundamento as razões aduzidas pelo ferroviário embargante, porquanto, ao contrário do alegado, não havendo legislação especial sobre a matéria de prescrição, regula o assunto o Código Civil, e, assim, é perfeitamente jurídica a decisão da Primeira Câmara (fls. 16);

Considerando, quanto casos invocados nos embargos, que são da mesma hipótese destes autos, pois entendem-se com duas estradas de ferro particulares, para cujos atos e contratos a prescrição é a ordinária;

Isto pôsto:

Resolveram os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, desprezar, por irrelevantes, os embargos de fls. 18.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Luiz de Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. 14.246-34 — Vistos o relatado os autos deste processo em que é embargante, "The Leopoldina Railway Company", e embargado, o ferroviário Francisco Mercadante:

Considerando que a Leopoldina Railway, com fundamento no parágrafo 4º do art. 4º do Regulamento anexo ao decreto n. 24.784, de 1934, oferece recurso de embargos à decisão da Terceira Câmara, de 15 de dezembro de 1936, que condenou a recorrente a pagar ao seu empregado Francisco Mercadante um mês de vencimentos, relativo à suspensão do serviço, por tempo superior a 90 dias;

Considerando que, embora os embargos tenham sido interpostos dentro do prazo legal, todavia não articulam matéria nova, susceptível de apreciação e que permitam a reforma da decisão embargada;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, não conhecer dos embargos de fls. 245-7.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *J. Mendes Cavaleiro*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, proc. geral.

Processo n. 13.837, de 1936 — Vistos o relatado os autos do processo relativo ao inquérito administrativo instaurado, em virtude de determinação constante do acórdão proferido por este Conselho, em sessão de 11 de março de 1937, para apurar a procedência das irregularidades verificadas com a aquisição, pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rede Paraná-Santa Catarina, de obrigações rodoviárias, por preço superior ao da cotação desses títulos:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, adotar o parecer emitido pela Procuradoria Ge-

ral, que a este acompanha, bem como as sugestões apresentadas pela comissão de inquérito, para o fim de:

a) determinar que seja expedida a todas as caixas e institutos de aposentadoria e pensões uma circular proibindo, terminantemente, que tais instituições incumbam os senhores Antônio Augusto Montenegro e Francisco Pitombo de qualquer ato, contrato ou permissão para aquisição de títulos, ou qualquer outro negócio de interesse dessas instituições;

b) ordenar que o presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rede Paraná-Santa Catarina contrate, dentro de 10 dias, sob pena de responsabilidade, advogado para cobrar, judicialmente, do Sr. Francisco Pitombo, a quantia de 13:432\$000 (treze contos quatrocentos e trinta e dois mil réis), que o mesmo recebeu, indevidamente, da caixa;

c) censurar e responsabilizar o presidente e demais membros da junta administrativa da caixa, que autorizaram a transação, por intermédio de Francisco Pitombo, e, tanto mais, ainda, pela gravidade do ato culposo do presidente, que foi avisado a ilegalidade do pagamento pelo chefe da secretaria da caixa e contador;

d) determinar que os membros da junta administrativa da caixa, que, concientemente, foram a causa do prejuízo vultoso sofrido pela instituição, não poderão jamais ser admitidos na administração da caixa, pela absoluta ineidoneidade para tão elevada investidura;

e) mandar que o presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rede Paraná-Santa Catarina contrate, dentro de 10 dias, sob pena de responsabilidade, um advogado, afim de promover a competente ação contra a Caixa Econômica, para o recebimento da importância de 92:974\$610 (noventa e dois contos novecentos e setenta e quatro mil seiscentos e dez), correspondente ao prejuízo pela mesma causado à referida caixa, com a operação dolosa constatada;

f) ordenar ao inspetor de previdência que informe, dentro de 15 dias, a este Conselho, do cumprimento regular das determinações contidas neste acórdão.

Resolvem, outrossim, cientificar o síndico da Bolsa de Corretores do Rio de Janeiro do ato do corretor Antônio Augusto Montenegro.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *H. Smith de Vasconcellos*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Parcer a que se refere a decisão

O assunto de que se ocupa o presente processo é de grande importância, não só pelo fato em si, que acarretou à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários em Paraná-Santa Catarina em prejuízo de 86:627\$, além de um injusto pagamento de corretagem ao Sr. Francisco Pitombo, que ao mesmo não fizera jus, como ao risco que as instituições de previdência poderão ficar expostas, si medidas energéticas não forem tomadas para evitar abusos semelhantes.

É desnecessário reproduzir todas as alegações já feitas, reeditar discussão sobre cada ponto do processo, que já está bem esclarecido à vista dos depoimentos e da documentação que constam dos autos.

A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Paraná-Santa Catarina anteriormente, Caixa de Aposentadoria e Pensões da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, sem um motivo ponderável, incumbiu o corretor da São Paulo Sr. Francisco Pitombo de adquirir apólices rodoviárias para aplicação do capital vultoso da Caixa que estava depositado no Banco do Brasil e que este estabelecimento bancário, não obstante reiteradas solicitações da caixa, não facilitava a inversão em títulos da dívida pública federal.

De posse da autorização da Caixa o corretor Pitombo iniciou um negócio de compra das apólices, mas descuidadamente promoveu entendimentos particulares com a Caixa Econômica Federal para aquisição de tais títulos em vez de concorrer diretamente na Bolsa e iria comprá-los a 820\$, mas acabou adquirindo pelo preço de 810\$ e 812\$, as 2.471 apólices rodoviárias, porque o Banco do Brasil, inadvertidamente, envolveu-se no negócio avisando a Caixa de Aposentadoria e Pensões.

A primeira vista a lisura da transação parece perfeita, porque sendo os títulos do valor nominal de 1:000\$ e sendo adquiridos abaixo do par, a Caixa teria praticado bom negócio.

Mas a verdade é que essas apólices não tinham cotação na Bolsa desde 1934, e assim para chegar a cotação oficial de 810\$ e 812\$, teve a Caixa Econômica que adquirir todos os títulos dessa natureza que se apresentaram a preço inferior a 800\$, afim de que a Caixa de Aposentadoria e Pensões só pudesse comprar com a cotação, majorada, porque ela a Caixa Econômica provocou a elevação uma vez que era a única vendedora e já tinha combinação prévia com o corretor Pitombo para vender à Caixa de Aposentadoria e Pensões esses títulos.

A esse bom negócio a Caixa Econômica chegou, porque o corretor Sr. Antônio Augusto Montenegro, conforme seu depoimento pessoal a fls. 153 e declaração escrita à fls. 233, foi o mesmo representante da Caixa Econômica e da Caixa de Aposentadoria e Pensões para realizar as transações. Nessas condições o corretor S. Montenegro, dando mais apreço, certamente, a Caixa Econômica fez para esta um bom negócio, e um mau negócio para a Caixa de Aposentadoria e Pensões que, por motivo da brusca elevação de cotação dos títulos referidos, provocado por ele corretor Sr. Montenegro, justamente para que a Caixa de Aposentadoria e Pensões pudesse adquirir,

de os títulos, deu-lhe o prejuízo de 80:627\$, que o mesmo Sr. Montenegro podia ter evitado e que não só não evitou, como arrastou a Caixa a sofrê-lo, sendo o corretor o mesmo que realizou o negócio pela Caixa Econômica e a Caixa de Aposentadoria e Pensões concomitantemente.

Neste ponto é digno de ser acentuado que a Caixa de Aposentadoria e Pensões nada combinou com o corretor Sr. Montenegro, visto como este agiu em nome dela por ato de subestabelecimento do Sr. Pitombo. Penso que este motivo devia pesar muito no animo do digno corretor Sr. Montenegro para com mais força defender a Caixa de Aposentadoria e Pensões, pois era um cliente que lhe chegava por intermédio de um companheiro de profissão.

O fato tornou-se escandaloso, tanto que o "Correio da Manhã" no dia 16 de novembro de 1935 comentou-o e solicitou providências.

Foram tomadas estas com toda cautela e segurança, resolvendo o Egrégio Conselho, por acórdão de 11 de março de 1937, fls. 113, determinar a abertura de um inquérito administrativo o que foi feito com todo zelo e segurança.

A comissão nomeada sob a presidência do Sr. inspetor-chefe apresentou o seu trabalho que se encontra a fls. 147 em diante.

Examinei com todo o cuidado o inquérito, verificando que ele foi feito com o maior scrupulo e realmente demonstrou com clareza tudo que ocorreu nesta lamentável caso.

A comissão de inquérito, no seu bem elaborado relatório á fls. 218, positivou, em partes destacadas, as responsabilidades diretas:

- a) da junta administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões, á fls. 49;
- b) do Banco do Brasil, á fls. 220;
- c) do corretor Antônio Augusto Montenegro á fls. 224;
- d) do corretor Francisco Pitombo á fls. 222;
- e) da Caixa Econômica á fls. 224.

Na conclusão do relatório á fls. 227, a Comissão sugere medidas acauteladoras, que me parecem aceitáveis.

Assim pois, é de se aprovar o relatório da digna comissão.

Mas considerando-se os termos e peças do inquérito, os depoimentos e documentos e muito principalmente a declaração do Sr. Antônio Augusto Montenegro, remetida pelo presidente da Camara Sindical dos Corretores do Fundo Público, á fls. 231, e 232, verifica-se que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dispendeu com essa péssima transação a quantia de 12:355\$ á fls. 201, da qual o Sr. Montenegro recebeu 6:000\$ (fls. 232).

Mas o Sr. Francisco Pitombo, nem o Sr. Montenegro podiam ter recebido essa quantia.

O decreto n. 20.465, de 1º de outubro de 1934, dispõe no artigo 20 e § 1º o seguinte:

Art. 20. A aquisição de títulos federais será determinada pelas juntas administrativas das Caixas, dentro de 90 dias ao depósito das receitas disponíveis no Banco do Brasil ou suas agências, excetuando a hipótese de outra aplicação permitida, solicitada por intermédio do Conselho Nacional do Trabalho ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e por este autorizada.

§ 1º Os títulos serão sempre adquiridos em Bolsa, por intermédio de corretor oficial de fundos públicos, devendo ser postos em custódia no Banco do Brasil ou suas agências os emitidos ao portador, permitindo o depósito em outros bancos mediante prévia autorização do Conselho Nacional do Trabalho.

Orá, assim sendo, só tem direito a corretagem pela Caixa de Aposentadoria e Pensões o corretor que esta contrata, que realmente realiza a compra de títulos da dívida pública federal na Bolsa, que, portanto, age na Bolsa diretamente.

O Sr. Francisco Pitombo não figurou na transação em Bolsa, não foi ele quem atendeu ao pregão, nenhuma intervenção direta e legítima teve ele na Bolsa no ato da aquisição dos títulos, logo não podia ter recebido da Caixa um honorário para o qual não fez jus.

Somente se o Sr. Francisco Pitombo tivesse intervindo diretamente pessoalmente na Bolsa e em nome da Caixa de Aposentadoria e Pensões tivesse comprado os 2.471 títulos é que lhe cabia direito á percentagem pelo trabalho, mas o Sr. Pitombo, pelo dispositivo expresso no § 1º do art. 20, nenhuma intervenção tendo na Bolsa, não pode perceber uma corretagem por um serviço que não fez.

Não ha lei que autorize as caixas de aposentadorias e pensões pagarem intermediários de negócios para compra de apólices ou títulos de dívida pública e como não é normal semelhante negócio, o Conselho Nacional do Trabalho jamais concedeu verba orçamentária para tais despesas, logo o Sr. Pitombo tendo agido no caso como mero agenciador de negócios e não como corretor, porque o ato do corretor é a arrematação ou compra dos títulos na Bolsa, nenhum pagamento pode exigir da Caixa.

Toda e qualquer despesa que as Caixas façam sem apoio legal e sem ordem prévia do Conselho Nacional do Trabalho são nulas e sem efeito jurídico, art. 50, § 3º do dec. n. 20.465.

Orá, portanto, que além das sugestões da comissão do inquérito administrativo se determine:

I — que seja expedida a todas as Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões uma circular proibindo que tais instituições de previdência social incumbam os Srs. Antônio Augusto Montenegro e Francisco Pitombo de qualquer contrato ou permissão para aquisição de títulos de dívida pessoal, ou qualquer outro negócio de interesse dessas instituições;

II — que se determine ao presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários de Paraná-Santa Catarina que, dentro de 10 dias, sob pena de responsabilidade, contrato advogado para cobrar judicialmente ao Sr. Francisco Pitombo a quantia de 13:432\$ que ele recebeu indevidamente da Caixa, conforme a conta de fls. 201;

III — que sejam censurados o presidente e os membros da junta administrativa da caixa que autorizaram a transação por intermédio do Sr. Francisco Pitombo e tanto mais grave o ato reprovável do presidente porque foi ele avisado da ilegalidade do pagamento pelo chefe da secretaria, como consta do documento de fls. 201;

IV — que os membros da junta da caixa que assim concientemente foram a causa do prejuízo vultoso que a instituição sofreu, não possam jamais ser admitidos na administração da Caixa pela absoluta inidoneidade para tão elevada investidura;

V — que ao inspetor de Previdência, dentro de 15 dias, informe ao Conselho se estas providências foram cumpridas regularmente.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1938. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 4.537/38 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos Oficiais, na Cidade do Rio Grande, submete ao pronunciamento deste Conselho o processo referente á redução de vencimentos sofrida por diversos associados seus, em virtude da resolução da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio Grande, que suspendeu a execução do ato n. 1.392, de 30 de dezembro de 1936, donde resultou a redução de vencimentos em apreço:

Considerando que a Caixa não tem competência legal para intervir na presente hipótese;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, não tomar conhecimento da presente reclamação.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Manoel Tiburcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 6.031/36 — Vistos e relatados os autos do presente processo, em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café solicita a este Conselho a imposição da multa de 1:000\$000 á firma Costa & Filhos:

Considerando que, de acôrdo com a lei n. 65, de 1937, já não compete a este Conselho multar as empresas por falta de recolhimento de contribuições e sim á Caixa respectiva;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, mandar devolver o presente processo á Caixa remetente.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Manoel Tiburcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 2.806/38 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto pelo Dr. Marino Bastos do ato da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Sero-cabana, que o preteriu, quando do provimento dos postos de Barra Funda e São Paulo, a ambos os quais ele concorreu, a um profissional mais recente que ele; quanto ao primeiro desses lugares, e, quanto ao segundo, a um candidato que não é especialista:

Considerando que, apesar do alegado pelo recorrente, não é possível atender á sua pretensão, pois trata-se de um ato da exclusiva competência da Junta Administrativa da Caixa, de acôrdo com as disposições do Regulamento aprovado pelo decreto n. 22.016, de 26 de outubro de 1932;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, julgar improcedente a reclamação.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Eduardo Pederneras*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Rec. 2.169-37 — Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes, como embargante Domingos Rodrigues, e, embargada — a 1ª Camara deste Conselho que, por acórdão de 12 de julho de 1937, publicado no *Diário Oficial* de 22 de setembro de 1937, resolveu dar provimento, em parte, ao presente recurso afim de, reformada a decisão da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Central do Brasil, ser revisto o processo de aposentadoria de Domingos Rodrigues e ser computado no respectivo cálculo de vencimentos, a gratificação adicional, ficando ele obrigado a indenizar a Caixa da importância de 71\$513, relativa às contribuições não descontadas, devidamente capitalizadas, devendo a Estrada recolher, também, quantia equivalente:

Considerando que com essa decisão, que, em parte, negou provimento ao recurso, não se conformou o interessado e, com assento no § 4º do art. 4º do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, ofereceu os embargos de fls. 49-50, os quais deram entrada na Secretaria deste Conselho dentro do prazo legal (§ 5º do cit. art. 4º);

Considerando de *meritis*, que o embargante nenhum argumento novo aduz capaz de reformar o acórdão embargado, reproduzindo apenas, discussão de materia já apreciada e decidida;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, rejeitar os presentes embargos, para confirmar, como confirmam, o acórdão embargado.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Gualter José Ferreira*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral

Rec. 2.616-37 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, interposto pelo Dr. Nelson Vilaga, médico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovieiros da Companhia Paulista, da decisão da respectiva Junta Administrativa que lhe indeferiu o pedido de férias regulamentares, sob alegação de falta de verba para pagamento a médico estranho substituto, fato que impede o afastamento do mérito efetivo do seu distrito correspondente:

Considerando que, em face da informação da Contadoria deste Conselho, se verifica que a dotação orçamentária para "Substituições de férias" do orçamento em 1937 foi restabelecida por acórdão do 27 de janeiro de 1938;

Considerando que, assim, não se justifica mais o indeferimento da Junta, baseado nessa falta de verba;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, dar provimento ao presente recurso, para que a Caixa conceda, nos termos regimentais, as férias a que tem direito o recorrente.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Irineu Malaguetta*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Recurso n. 2.324, de 1937 — Vistos e relatados os autos do presente recurso, em que são partes, como embargante, José Ferreira da Fonseca, e, embargada, a 2ª Câmara deste Conselho que, por acórdão de 23 de agosto de 1937, publicado no *Diário Oficial* de 22 de setembro de 1937, negou provimento ao presente recurso para confirmar o ato da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovieiros da Central do Brasil que indeferiu o pedido de averbação do tempo de serviço prestado voluntariamente à Polícia Militar do Distrito Federal e na Marinha de Guerra, pelo associado José Ferreira da Fonseca:

Considerando que com essa decisão não se conformou o interessado e, com assento no § 4º, do art. 4º do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, ofereceu os embargos de fls. 42/44, os quais deram entrada na Secretaria deste Conselho dentro do prazo legal, (§ 9º, do citado art. 4º);

Considerando, *de mérito*, que o embargante nenhum argumento novo aduz capaz de reforçar o acórdão embargando, parecendo, assim, inalteráveis os seus fundamentos;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena desprezar os presentes embargos, para confirmar, como confirmam, o acórdão embargado.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Costa Miranda*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Recursos obrigatórios julgados pela Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho:

Recurso obrigatório n. 2.672, de 1937 — C. A. P. dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de S. Paulo. Pensão concedida a beneficiária de Gabriel Moreira. — Aprovada a concessão do benefício com o parecer da Procuradoria Geral.

Recurso obrigatório n. 2.635, de 1938 — C. A. P. dos Funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Pensão concedida a D. Maria de Oliveira Máximo e filhos beneficiários de Pedro Máximo. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.597, de 1937 — I. A. P. dos Marítimos. Aposentadoria concedida a Ricardo Ramirez. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.572, de 1937 — I. A. P. dos Marítimos. Aposentadoria concedida a Porfírio Antônio Conde. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 1.950, de 1937 — C. A. P. dos Serviços de Mineração, em Tubarão. Aposentadoria concedida a Antônio Manuel Zeferino. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.527, de 1938 — I. A. P. dos Marítimos. Pensão a beneficiária D. Rosalina Guimarães dos Santos. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.502, de 1938 — II. A. P. dos Marítimos. Aposentadoria concedida ao Sr. José Euzébio da Conceição. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.186, de 1937 — C. A. P. da The San Paulo Gas Company Limited. Aposentadoria concedida a Nunziante Felippo Antônio Padillo. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.046, de 1937 — C. A. P. do Serviço de Tração, Luz, Força e Gás do Rio de Janeiro. Pensão concedida a beneficiária D. Maria Cândida de Oliveira. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.028, de 1937 — I. A. P. dos Marítimos. Aposentadoria concedida a João Filipe Roessler. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.026, de 1937 — I. A. P. dos Marítimos. Pensão concedida aos beneficiários Marina Ribeiro Barreiros e José M. Barreiros. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório 2.711-37 — C. A. P. de Serviços Urbanos por Concessão, em Ribeirão Preto. — Aposentadoria ordinária concedida ao Sr. Antônio Baltazar. — Aprovada a concessão do benefício, devendo ser observada o cálculo do S. T. A.

Recurso obrigatório n. 2.505-38 — I. A. P. dos Marítimos. — Pensão concedida a beneficiária dona Izabel Pessoa de Lima. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.513-33 — C. A. P. dos Empregados da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. — Aposentadoria por invalidez concedida a Tomas Keeman. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.664-37 — I. A. P. dos Marítimos. — Aposentadoria concedida a Eduardo Silva. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.648-37 — C. A. P. dos Empregados da Companhia Paulista de F. de Ferro. — Pensão concedida a dona Rufina Godoy Arruda, beneficiária do ex-aposentado Bento U. D. Arruda. — Aprovada a concessão, devendo ser observado o cálculo do S. T. A.

Recurso obrigatório n. 2.599-37 — I. A. P. dos Marítimos. — Aposentadoria concedida ao associado Eustáquio Antônio Alvaro. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 1.861-37 — C. A. P. da Companhia Telefônica Riograndense. — Pensão concedida aos herdeiros de Gualberto Barrios. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 1.659-37 — C. A. P. de Serviços Urbanos por Concessão, em Porto Alegre. — Aposentadoria por invalidez, concedida a Gualberto Marrios. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.511-38 — C. A. P. dos Serviços de Tração, Luz e Força e Gás do Rio de Janeiro. — Aposentadoria por invalidez concedida a Davi Augusto Fernandes Pereira. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.615-37 — C. A. P. dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo. — Aposentadoria compulsória a José Amoresano. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.664-37 — C. A. P. dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo. — Aposentadoria por invalidez concedida a Orozimbo de Almeida. — Aprovada a concessão do benefício.

Recurso obrigatório n. 2.593-37 — I. A. P. dos Marítimos. — Aposentadoria por invalidez concedida a Severiano Martins. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.640-37 — C. A. P. da Comp. Cantareira e Viação Fluminense. — Aposentadoria por invalidez concedida a Francisco Fernandes de Barros Filho. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.588-38 — C. A. P. dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo. — Aposentadoria ordinária concedida a Antônio José de Azevedo. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.610-37 — C. A. P. dos Ferrovieiros da Rede Mineira de Viação. — Aposentadoria ordinária concedida ao associado Domingos José da Silva. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.866-37 — C. A. P. de Serviços Urbanos por concessão, em Rio Claro. — Aposentadoria concedida ao Sr. Francisco Lubanchek. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.709-37 — C. A. P. da Comp. Força e Luz do Paraná e Empresas M. U. de Paranaguá. — Aposentadoria concedida ao associado José Bassan. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.833-37 — C. A. P. dos Serviços de Tração, Luz, Gás e Força do Rio de Janeiro. Pensão concedida aos herdeiros e beneficiários da ex-aposentada Arlete de B. Fonseca. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.718-37 — I. A. P. dos Marítimos. — Pensão concedida aos beneficiários de Orlando Soares de Oliveira. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.725-37 — C. A. P. dos Empregados da Comp. Paulista de Estradas de Ferro. — Pensão concedida aos beneficiários da ex-pensionista dona Josefina Silva. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.738-37 — C. A. P. dos Ferrovieiros da Rede Mineira de Viação. — Aposentadoria por invalidez concedida ao associado João Ferreira da Silva Segundo. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.726-37 — I. A. P. dos Marítimos. — Pensão concedida a beneficiária dona Isolda Anita Koenig Werner do ex-associado Henrique J. Werner. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.731-37 — C. A. P. dos Ferrovieiros da Rede Mineira de Viação. — Aposentadoria por invalidez concedida ao associado João Cardoso Nunes. — Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB-2.268-37 — I. A. P. dos Marítimos. — Aposentadoria concedida ao associado Francisco Antônio Fonseca. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB. n. 2.241-37 — C.A.P. dos Portuários de Santos. Aposentadoria por invalidez concedida a Manuel Rodrigues. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB. n. 2.799-37 — I.A. P. dos Marítimos. Pensão concedida aos beneficiários do ex-associado Sr. Francisco Costa. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB. n. 2.707-37 — C.A.P. da Companhia Força e Luz do Paraná e Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá. Aposentadoria ordinária concedida a João Casagrande. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB. n. 2.632-37 — C.A.P. dos Ferrovieiros da Rede Viação Paraná Santa Catarina. Pensão concedida às herdeiras de Antônio Correia de Oliveira. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. OB. n. 2.789-37 — C.A.P. da Companhia Cantareira e Viação Fluminense. Aposentadoria concedida a Antenor Antônio da Silva. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.812-37 — C.A.P. da Rêde Mineira de Viação. Aposentadoria por invalidez concedida a Araisio Narciso. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.595-37 — I.A.P. dos Marítimos. Aposentadoria por invalidez concedida a Manuel Batista da Silva. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.644-37 — I.A.P. dos Marítimos. Aposentadoria por invalidez concedida a Misael Ferreira dos Santos. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.638-38 — C.A.P. dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Pensão aos herdeiros de José Ferreira. Aprovado o benefício.

Rec. Ob. n. 2.604-38 — C.A.P. dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo. Aposentadoria concedida a José Alves. Aprovada a concessão, devendo, porém, ser observado o cálculo do S.T.A.

Rec. Ob. n. 2.555-37 — C.A.P. dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo. Aposentadoria ordinária concedida a Tomaz Precioso. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.674-37 — C.A.P. dos Empregados da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Pensão concedida aos herdeiros de Felisberto Feras. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.544-37 — C.A.P. dos Serviços Urbanos por concessão, em Vitória. Aposentadoria por invalidez concedida a José Mendes Pereira. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.250-37 — C.A.P. dos Ferroviários da Companhia Paulista. Aposentadoria por invalidez concedida a Francisco Barrios Barrera. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.195-37 — C.A.P. de Serviços de Mineração, em Morro Velho. Aposentadoria por invalidez concedida a Generoso Francisco Messias. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.533-38 — C.A.P. da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Pensão concedida aos herdeiros do associado Benedito d'Ávila Munhoz. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.751-37 — C.A.P. dos Ferroviários da Rêde Mineira de Viação. Aposentadoria ordinária concedida a Francisco Primo. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.508-38 — C.A.P. dos Ferroviários da Companhia Paulista. Aposentadoria por invalidez concedida a Joaquim Ribeiro Coelho. Aprovada a concessão do benefício, devendo, porém, ser observado o cálculo do S.T.A.

Rec. Ob. n. 2.638-37 — C.A.P. de Serviços Urbanos por concessão, em Campinas. Pensão concedida a pensionista Maria de Sousa Merussi. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.833-37 — I.A.P. dos Marítimos. Pensão concedida aos herdeiros e beneficiários do ex-associado Alexandre C. dos Santos. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.731-37 — C.A.P. dos Ferroviários da Rêde Mineira de Viação. Pensão concedida a D. Benedita Soares da Silva, beneficiária de Horácio A. da Silva. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 1.963-37 — I.A.P. dos Marítimos. Pensão concedida a beneficiária Maria Antônia da Cruz Caldeira. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.194-37 — C.A.P. da Rêde Mineira de Viação. Aposentadoria por invalidez concedida a Frederico Nunes Sobrinho. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.209-37 — C.A.P. dos Serviços de Mineração, em Tubarão. Aposentadoria por invalidez concedida ao associado Antônio Lino Correia. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.183-37 — C.A.P. da The San Paulo Gaz Company Limited. Aposentadoria por invalidez concedida ao associado Gasemiro Alves de Almeida. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.308-37 — C.A.P. da Companhia Ferroviários São Paulo-Paraná. Aposentadoria ordinária concedida ao associado Dr. José Esteves Manuel Filho. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.251-37 — C.A.P. da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Pensão concedida a D. Augusta Muller e Jenny Carolina Maria Helena. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.252-37 — C.A.P. da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Aposentadoria por invalidez concedida ao associado Sr. João dos Santos. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.297-37 — I.A.P. dos Marítimos. Aposentadoria concedida ao associado Bemvindo Lobão. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.103-37 — C.A.P. dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo. Aposentadoria ordinária concedida a José Scrobatz. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.750-37 — C.A.P. dos Portuários de Santos. Pensão concedida aos herdeiros de Brasiliano Vicente. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 2.812-37 — C.A.P. da Rêde Mineira de Viação. Aposentadoria por invalidez concedida a Arozimbo Teixeira de Azevedo. Aprovada a concessão do benefício.

Rec. Ob. n. 1.750-37 — C.A.P. dos Ferroviários da Leopoldina Railway. Aposentadoria por invalidez concedida a Manuel Alípio. Aprovada a concessão do benefício.

Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização

CIRCULAR N. 10

Sr. inspetor de Seguros:

Levo ao vosso conhecimento que deveis calcular a indenização das incapacidade abaixo, pelos números e índices das Tabelas de Invalidez, a seguir mencionados:

	Número	Índice
Amputação de todos os dedos exceto o polegar da mão esquerda	106	12
Nota: — A classificação acima retifica o equívoco havido na solução da consulta constante do processo DNSPC. 639-37, que motivou a circular n. 12, de 15 de julho de 1937.		
Perda da falangeta do anular e de 1/3 da falangeta do auricular direitos	288	3
Ferimento inciso infetado com lesão do tendão flexor do polegar da mão esquerda entre a 1ª e 2ª falanges, resultando daí incapacidade funcional relativa a 1/2. Perda de 1/2 da capacidade funcional do polegar da mão esquerda	124	4
Deficiência dos movimentos da articulação tibio-társica do pé direito, provocando dores quando em marcha. Incapacidade do movimento de extensão do grande artelho do mesmo pé	359	7
Perda traumática da 2ª falange do dedo indicador esquerdo e ferida contusa na extremidade do dedo polegar esquerdo, tendo como consequência — amputação e regularização da 2ª falange esquerda	142	1
Incapacidade na apreensão dos dedos indicador, médio e anular da mão esquerda com anquilose das articulações falange-falangeana e retração da pele e tendões, ficando os referidos dedos em ligeira flexão	292	7
Perda da metade da 2ª falange do polegar esquerdo e imobilidade em flexão do mesmo dedo parcial em extensão das 2ª e 3ª falanges do indicador esquerdo; imobilidade parcial em flexão das 2ª e 3ª falanges dos dedos médio, anular e mínimo esquerdos	283	15
Amputação do indicador direito, ao nível da articulação entre falange e falanginha — amputação do médio direito ao nível do 3º médio da falange — amputação do anular direito ao nível do 3º médio da falange	105	8
Perda de 3/4 da acuidade visual do lado direito (após correção)	31	15
Perda da flexão da 3ª falange do mínimo esquerdo	241	4
Perdas da 3ª e 2ª falanges do dedo indicador esquerdo e perda da 3ª falange do médio esquerdo	247	4
Amputação das segundas e terceiras falanges dos dedos médio e anular esquerdo e limitação dos movimentos (em flexão) dos dedos indicador e mínimo da mão	106	7
Cicatriz de forma alongada com quatro centímetros, aderente planos profundos, assestando limite do terço inferior com o médio da face anterior do ante-braço esquerdo, notando-se ligeira atrofia na musculatura inter-ossea da mão esquerda com regular diminuição de força dos dedos anular e mínimo, com mobilidade passiva normal dos demais dedos e extensão voluntária dos dedos anular e mínimo incompleta	295	10
Calo de consolidação da fratura do 5º metacarpiano direito, com diminuição dos movimentos de extensão e flexão do anular e mínimo direitos, com diminuição de força dos mesmos dedos	291	6
Cicatriz de bordo externo da primeira falange do indicador direito seguindo pela palma até o punho resultando retração aponevrose palmar	234	1ª Divisão das Tabelas
Perda do anular e auricular direitos e perda da 3ª, 2ª e 1/3 da 1ª falange do médio do mesmo lado	105	8
Anquilose parcial da articulação do punho direito	96	1ª Divisão das Tabelas

Número Índice

Anquilose parcial da articulação do punho esquerdo, com limitação da força dos dedos da mão esquerda

97 1ª Divisão das Tabelas

Recomendo-vos o conhecimento da presente circular às sociedades que operam em acidentes do trabalho, com sede nessa Circunscrição.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — O diretor geral, **Edmundo Perry**.

Processos:

N. 1.583-38.
N. 2.116-38.
N. 2.141-38.
N. 2.178-38.
N. 2.435-38.
N. 2.544-38.
N. 2.545-38.
N. 2.597-38.
N. 2.729-38.
N. 2.731-38.
N. 2.970-38.
N. 2.938-38.
N. 3.026-38.
N. 3.025-38.
N. 3.313-38.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados

Dia 18 de agosto de 1938

Companhia Americana de Seguros, pedindo aprovação de modelo de apólice de seguro contra roubo e furto. — Não tendo a requerente satisfeito as exigências deste Departamento, recuso aprovação.

Dia 18

The Liverpool & London & Globe Insurance Company Limited, pedindo restituição de documento constante do processo de balanço do exercício de 1937. — Restitua-se.

TRIBUNAL DE CONTAS

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

Dia 9 de agosto de 1938

Ao Sr. diretor do Serviço de Saúde Pública:

N. 1.247 — Solicitando providências afim de ser o oficial administrativo da classe K do mesmo Tribunal, bacharel Cicero Freire, submetido à inspeção de saúde para efeito de aposentadoria, inspecionado de saúde para o fim indicado, devendo ser remetido o respectivo laudo a este Tribunal.

— Ao Sr. diretor geral de Contabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

N. 1.247-A — Solicitando providências no sentido de ficar esclarecido qual o nome exato do responsável em referência ao processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de réis 1:250\$, recebido no mesmo Tesouro, pelo oficial administrativo da classe I, do Escritório de Obras desse Ministério, Dr. Luiz Ferreira das Neves, em virtude do aviso n. D. C. 2º 9-367, de 17 de fevereiro deste ano, de vez que do documento de fls. 8 consta — Luiz Ferreira das Neves e do documento de fls. 3 — Luiz José Ferreira das Neves.

— Ao Sr. oficial administrativo da classe K, bacharel Orestes Franklin Xavier de Brilo:

N. 1.248 — Comunicando que, tendo sido concedidas as férias regulamentares ao diretor interino, bacharel Mário Newton de Figueiredo, fosse designado para, interinamente, substituir o referido diretor.

— Ao Sr. superintendente da Companhia Telefônica Brasileira:

N. 1.249 — Solicitando providências afim de ser feita a retificação na fatura n. 68-J, que instruiu o requerimento dessa Companhia do dia 29 de julho próximo findo, pedindo o pagamento da importância de 3:331\$600, proveniente de serviço telefônico prestado a este Tribunal no primeiro semestre do corrente ano, visto não haver excesso de linha na lista, em relação à 2ª D.F.F.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.250 — Solicitando providências afim de ser enviado, para ser anexado ao processo relativo à comprovação da aplicação do adiantamento de 30:000\$000, recebido em 8 de dezembro de 1924, do general comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo 2º tenente Miguel Batista Cueto, para despesas a seu cargo, o conhecimento em original, referente ao recolhimento

do saldo de 11\$200, de conformidade com o que dispõe o art. 295, parágrafo único, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

— Ao Sr. presidente da Comissão da Eficiência do Ministério da Fazenda:

N. 1.251 — Declarando que está sendo organizada a relação completa de todos os funcionários do Quadro II — Tribunal de Contas, tendo já sido remetida ao Sr. ministro da Fazenda a dos oficiais administrativos das letras "K" e "J" e arquivistas "H", pelo ofício da presidência do Tribunal n. 222, de 2 de agosto atual, devendo, em breve, ser feita a remessa das demais relações.

— Ao Sr. general diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.252 — Solicitando providências afim de ser enviado, para ser anexado ao processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 150:000\$000, recebido em 28 de outubro de 1924, em virtude do ofício n. 66, do general comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo major Miguel Nei de Carvalho, para despesas a seu cargo, o conhecimento em original, referente ao recolhimento do saldo de 2\$700, de conformidade com o que dispõe o art. 295, parágrafo único, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

— Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 1.253 — Solicitando providências afim de ser recolhida aos cofres públicos a importância de 22\$269, no prazo de 30 dias, em referência ao processo de tomada de contas n. 37.462, de Ernesto Haumann, coletor das rendas federais de Hamônia, no Estado de Santa Catarina, no qual ficou também apurada a responsabilidade do escrivão Luiz Abri Júnior, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936, foi o referido coletor julgado em crédito pela quantia de réis 4\$508 e o escrivão condenado ao pagamento do alcance de 22\$269, verificado nas ditas contas, proveniente de sêlo de nomeação pago a menos, percentagens a mais extraídas e abono provisório a maior retirado.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.253-A — Solicitando providências afim de ser enviado, para ser anexado ao processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 70:000\$000, recebido em 6 de outubro de 1924, em virtude do ofício n. 10, do general comandante das Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo tenente-coronel Paulo de Araújo Bastos, para despesas a seu cargo, o conhecimento em original, referente ao recolhimento do saldo de 105\$142, de conformidade com o que dispõe o art. 295, parágrafo único, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

— Ao Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal:

N. 1.254 — Solicitando providências afim de ser cobrado o sêlo devido pelo documento de fls. 3, do processo indicado pelo requerimento, de 15 de junho último, do ex-coletor das rendas federais em Bebedouro, no Estado de São Paulo, Manuel Joaquim Rodrigues, representado por sua procuradora D. América Coltrim Antunes, no qual solicita certidão da provisão n. 902, de 8 de novembro de 1933, e devolvido, em seguida, o aludido processo a este Tribunal.

— Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 1.255 — Solicitando providências afim de, com a possível urgência, serem recolhidas aos cofres públicos, na forma estabelecida no art. 347 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, pelo coletor das rendas federais em Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, Modesto de Sousa Vilela, e escrivão Estevam Armond, respectivamente, as quantias de 1:944\$684 e 3:458\$336, provenientes de percentagens a mais retiradas, inclusive 10\$400 de renda a menos arrecadada pelo primeiro e 169\$280 de sêlo de nomeação que o segundo deixou de pagar.

— Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:

N. 1.256 — Remetendo 107 processos relativos a adiantamentos concedidos em 1930, 1931, 1932, 1933 e 1934 aos responsáveis constantes da referida relação, e comunicando que o Tribunal resolveu julgar comprovada a aplicação do adiantamento de 12:000\$000 entregue ao capitão Aurélio Alves de Sousa Ferreira, em virtude do aviso n. 90, de 19 de março de 1930, mandando que os 103 processos restantes fossem restituídos a esse Ministério, com mais três outros que vieram juntos, sem constarem da dita relação, processos esses de que o Tribunal não tomou conhecimento consoante o disposto no artigo 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934, visto se referirem a atos praticados na vigência do Governo Provisório e como tais aprovados pelo citado artigo.

— Ao Sr. Diretor de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde:

N. 1.257 — Comunicando que o Tribunal, em sessão de 5 do atual mês de agosto, resolveu recusar registro ao pagamento de 1:800\$000 ao assistente do Departamento Nacional de Educação, Silvío Cristóforo, proveniente de gratificação por serviços extraordinários prestados fora das horas do expediente, durante o mês de junho último, de acordo com o voto proferido pelo Sr. Ministro Relator.

— Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação:

N. 1.258 — Solicitando providências afim de serem remetidos documentos que comprovem que devem instruir o processo relativo ao pagamento de 1:287\$000 ao prático de engenharia, classe "H", Jaime Ferreira, proveniente de despesas realizadas pelo referido funcionário, com condução e transporte, quando removido da Administração Central desse mesmo Departamento para a Fiscalização do Porto de Manaus.

Ao Sr. Diretor de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde:

N. 1.259 — Solicitando providências afim de serem devidamente autenticados os documentos em número de seis, os quais são parte integrantes do processo relativo ao pagamento da importância de 1:700\$000 ao técnico de Educação, Artur Gaspar Viana e outros, proveniente de gratificação abonada por serviços extraordinários prestados fora das horas de expediente, no mês de maio deste ano.

Dia 10

Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineira:

N. 1.260 — Solicitando providências no sentido de ser informado se há razão de ordem técnica que justifique a rejeição do aço granulado, "Balfour", de que trata o contrato n. 199, do dia 26 anterior, celebrado com a firma Aços Roehling Buderus do Brasil Ltda., para fornecimento de aço granulado a esse Departamento, comprado pela firma Artur Balfour & Co. (South America) Ltd., na concorrência realizada para o fornecimento de que trata a requisição n. 108.042, de 22 de abril último, para o Serviço de Fomento da Produção Mineral, indicando, em caso afirmativo, qual essa razão, de vez que cabe a preferência a essa firma, dado o preço oferecido.

Ao Sr. Presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.261 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro dos termos de contratos ns. 181 e 182, do dia 11 anterior, celebrados com a firma A. Kierulf Abrahamsen, para fornecimento de material elétrico e de duas instalações Wheatstone Duplex ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

N. 1.262 — Idem idem, do contrato n. 196, do dia 22 anterior, celebrado com The Texas Co. (S. A.) Ltd., para fornecimento de querosene à Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 1.263 — Idem, idem, do termo de contrato n. 169, de 4 de julho referido, celebrado com a International Machinery Company, para fornecimento de escavadeiras mecânicas à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, e o segundo enviando outros documentos, em virtude de diligência feita pelo Tribunal.

Ao Sr. Diretor de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde:

N. 1.264 — Comunicando que o Tribunal resolveu em sessão de 5 do corrente, recusar registro à despesa na importância de réis 25:000\$000, como ao Dr. José Júlio Vello da Silva, professor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, para atender, no corrente ano, às despesas com o Curso de Tuberculose, inclusive pagamento de oito bolsas de 500\$000 mensais, cada uma, a públicos dos Estados, gratificação a auxiliares do Curso e aquisição de material, visto se verificar que a respectiva importância se destina também à aquisição de material.

Ao Sr. Diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.265 — Transmitindo o decreto de nomeação de Ewald Silveira Pinheiro, para o cargo da classe "E", da carreira de "Escritário", do Quadro II — Tribunal de Contas, e comunicando haver o aludido funcionário se apresentado a este mesmo Tribunal e assumido o exercício de seu cargo no dia nove (9) do corrente mês.

Ao Sr. Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia:

N. 1.266 — Solicitando providências afim de ser junto ao processo relativo à comprovação da aplicação dada ao adiantamento de 666:666\$609, recebido, nessa Delegacia, pelo oficial administrativo da classe "H", da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas Frederico Meyer, para atender ao pagamento de pessoal e material, nos meses de junho, julho e agosto de 1937, cópia autêntica do ofício pelo qual foi requisitado o adiantamento em causa.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais:

N. 1.267 — Comunicando que não foi autorizado o levantamento do reforço na quantia de 120\$000, em referência ao ofício desta Secretaria n. 18.669, de 24 de novembro de 1936, que autorizou a baixa da fiança, no valor de 260\$000, prestada por Augusto Pessoa de Faria, ex-agente do correio de São Gonçalo do Rio Abaixo nesse Estado, no período de 27 de abril de 1918 a 1 de agosto de 1931, visto não ter sido o mesmo aprovado pelo Tribunal.

— Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 1.268 — Solicitando providências afim de ser recolhida aos cofres públicos a importância de 350\$240, no prazo de 30 dias, em referência ao processo de tomada de contas n. 34.862, de Belmiro de Medeiros, administrador da Mesa de Rendas Federais em Asseguá, no Estado do Rio Grande do Sul, no qual ficou também apurada a responsabilidade do escrivão Alfredo Barbosa Filho, no período de 23 de fevereiro de 1931 a 2 de abril de 1934, foi o referido escrivão condenado ao pagamento de 350\$240, verificado nas contas e proveniente de sêlo de nomeação e imposto de emergência a inenos pagos.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo:

N. 1.269 — Solicitando, em referência à tomada de contas do coleitor das Rendas Federais em Casa Branca, nesse Estado, Alvaro R. Guimarães Piedade e do escrivão José de Sant' Ana Braga, referente ao período de 1 de abril a 31 de dezembro de 1934, providências no sentido de serem tomadas as contas do responsável relativas aos exercícios anteriores.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Rio de Janeiro:

N. 1.270 — Solicitando, em referência às contas de D. Geraldina Dias de Azevedo, ex-agente do correio de Natividade, nesse Estado, até dezembro de 1914, estão liquidadas, porquanto não existe débito algum da mesma ex-agente para com a Fazenda Nacional, com relação àquele período, providências no sentido de ser cumprido o disposto no art. 33, parágrafo único, das Instruções do Tribunal de 2 de fevereiro a 16 de abril de 1937.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Agricultura:

N. 1.271 — Mandando, em referência ao contrato celebrado em 22 de março último, entre o Governo da República e Paulo Afonso Horta Moraes, para servir na qualidade de sub-assistente técnico desse Serviço, em virtude de ter sido nomeado, em comissão, para o cargo de professor adjunto da Universidade do Distrito Federal, que se faça a devida anotação no seu livro de registro de contratos.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.272 — Solicitando, em referência ao processo relativo ao pagamento da importância total de 18:987\$900 a Joaquim Catrambi e outros, membros da Junta administrativa da aludida Caixa. Diretor e chefe da 1ª Seção da mesma Repartição, proveniente de assinatura de títulos da Dívida Pública, no primeiro semestre do corrente ano, de acordo com a diligência ordenada em sessão de 9 do atual mês de agosto, providências afim de ser junto ao aludido processo o referente à folha anterior, cujo pagamento o Tribunal registrou — sob reserva.

— Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.273 — Enviando o documento solicitado referente ao contrato n. 332, de 1937, celebrado com a firma Dias Amorim & Comp. Ltda., para o fornecimento de papel gomado para selos adesivos, pelo que essa Presidência fez reverter aos cofres públicos, nos termos da cláusula décima do mesmo contrato, a respectiva caução, e pedindo a devolução do conhecimento n. 329, referente a 18 apólices, ao portador, do valor nominal de 1:000\$000, cada uma, de números 286.881/4 e 286.921/34 do decreto n. 15.723, de 1932, o qual viera ao Tribunal com o ofício n. 9.979, de 3 de setembro do ano passado.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.274 — Comunicando em referência ao decreto de nomeação do bacharel José de Góis Calmon de Brito, para o cargo da classe "I" da carreira de "oficial administrativo do quadro II — Tribunal de Contas", haver o aludido funcionário se apresentado a este mesmo Tribunal e assumido o exercício de seu cargo hoje, 10 do corrente mês.

— Ao Sr. contador geral da Contadoria Central da República:

N. 1.275 — Comunicando, em referência ao crédito suplementar de cem contos de réis (100:000\$000), à verba I — Pessoal — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2 — Pessoal Extranumerário, do vigente orçamento do aludido Ministério, para reforço da dotação destinada ao pessoal da Ponte Internacional sobre o rio Uruguai, que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito suplementar de que se trata.

Dia 11

— Ao Sr. diretor do Serviço de Saúde dos Portos:

N. 1.276 — Solicitando, em referência ao adiantamento de 15:000\$000, ao Dr. Newton Augusto Rodrigues de Campos, médico sanitaria da classe "M" do quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, destinada ao custeio do funcionamento dos aéro-portos sanitários do País durante o 3º trimestre do corrente ano, — declarar qual a natureza do serviço a que se destina o mesmo.

— Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional do Povoa-

mento:

N. 1.277 — Solicitando, em referência ao pagamento de 900\$000 a "Lux-Jornal", proveniente de uma assinatura de jornais de todo o Brasil, para esse Departamento, durante os meses de janeiro a junho do corrente ano, seja enviada, para ser junta ao processo, a conta que foi restituída a esse mesmo Departamento.

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas no Ministério da Guerra:

N. 1.278 — Comunicando que o Tribunal, em referência ao decreto-lei n. 566, do dia 14 de julho último, que abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 610:176\$000 para despesas com a conclusão das instalações da Fábrica de Armas Portáteis de Itajubá, e sobre a sua distribuição à Diretoria de Fundos do Exército, resolveu, em sessão de 5 deste, ordenar o registro do mesmo e o da distribuição.

— Ao Sr. diretor da Despesa:

N. 1.279 — Comunicando que o Tribunal, em referência à concessão constante das apostilas feitas nos títulos de pensão de montepio de D. D. Ernestina, Cecília, Alaide e Olívia Schimkelpheg de Seixas, filhas do tenente-coronel do Exército, Hermenildo Augusto de Seixas, acrescendo de 47\$900 mensais a pensão de cada uma, resolveu, em sessão de 9 do atual mês, recusar registro à mesma, o, à despesa classificada, por ter sido dada em importância superior à devida.

— Ao Sr. diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação:

N. 1.2280 — Solicitando, em referência, ao pagamento de réis, 911\$600 ao oficial administrativo da classe I, Antônio Leitão, proveniente de despesas feitas com condução e transporte, quando removido da Administração Central para a Fiscalização dos Portos de Ceará, os comprovantes da despesa.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.281 — Comunicando que o Tribunal, em referência à concessão constante da apostila feita nos títulos de pensão de montepio dos menores Valdivia e Nicholson, filhos de D. Júlia Chastinet Halfeld, viúva do 1º tenente do Exército, Altivo Santos Halfeld, acrescendo da quantia mensal de 94\$100 a pensão de cada um, — resolveu, em sessão de 9 do atual mês, recusar registro à mesma e à despesa classificada, por ter sido dada em importância superior à devida, de vez que o aumento não foi calculado pela tabela constante da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1916.

N. 1.282 — Comunicando que o Tribunal, em referência à concessão das pensões de montepio e meio soldo a D. Francisca Caminha Barbieri, viúva do major referomado do Exército Antônio Maria Barbieri Filho, nas importâncias mensais, respectivamente, de 140\$ e 100\$800, resolveu, em sessão de 9 do atual, recusar registro à mesma por se haver fixado pensão de montepio em importância inferior à devida.

N. 1.283 — Comunicando que o Tribunal, em referência à concessão constante da apostila feita no título de pensão de montepio de D. Eulina Luzia Rosa Siqueira de Oliveira, viúva do capitão-tenente comissário da Armada, Eduardo Serres de Oliveira, acrescendo de 233\$300 mensais a pensão que percebia, resolveu, em sessão de 9 do atual mês, recusar registro à mesma e à despesa classificada, por ter sido dada em importância superior à devida.

— Ao Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Viação e Obras Públicas:

N. 1.284 — Solicitando, em referência ao pagamento de 600\$000 ao "Lux-Jornal", proveniente da assinatura de recortes de jornais, pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, no primeiro semestre deste ano, a 2ª via do empenho n. 49.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.285 — Restituindo o processo originado do requerimento em que o coletor, aposentando, da coletoria federal em Jaguariáiva, no Estado do Paraná, Francisco Corrêa Machado, pede revisão de seu processo de aposentadoria, afim de serem assegurados os benefícios da lei n. 583, de 9 de novembro de 1937.

— Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Piauí:

N. 1.286 — Comunicando em referência à baixa da fiança de 3:000\$000, prestada por D. Lavinia Martins Brito como garantia da responsabilidade do Jaime Pereira, no lugar de agente embarcado, de acordo com o despacho proferido pelo Sr. ministro presidente do Tribunal, em 10 do corrente, que, tendo havido a substituição da fiança primitiva, e não tendo esta vindo ao Tribunal, nada há, a resolver, não dependendo também de sua autorização a baixa da fiança nova.

Ao Sr. contador geral da Contadoria Central da República:

N. 1.287 — Comunicando que o Tribunal, em referência ao decreto-lei n. 573, de 29 de julho próximo findo, que abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 2.844:441\$700, para pagamento de fornecimentos feitos por intermédio da Comissão Central de Compras, em 1937, a diversos Ministérios, resolveu, em sessão de 9 deste mês, ordenar o registro do mesmo.

Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 1.288 — Comunicando que, por acordo de 5 de maio último, lavrado no processo de tomada de contas n. 31.770, de Felício Antônio Guida Junior, em Itarhandu, no Estado de Minas Gerais, no qual ficou também apurada a responsabilidade do escrivão Felipe Loredo, no período de 17 de setembro de 1928 a 31 de dezembro de 1934, foi o escrivão condenado ao pagamento do alance de 87\$329, proveniente de compensação entre o débito de 2:055\$978 (selo de nomeação a menos pago — 56\$380, percentagens a mais recebidas — 1:989\$829 e imposto de emergência não descontado em 1931 — 9\$769) e o crédito de 1:368\$619 (percentagens a menos recebidas em 1932 — 8\$649 e recolhido aos cofres públicos em 1935, a título de percentagens a mais recebidas — 1:360\$000), sendo essa situação confirmada por acordo de 7 de junho deste ano, que decidiu sobre os embargos interpostos pelo coletor, e solicitando seja recolhida pelo escrivão aos cofres públicos a importância de 687\$329, no prazo de 30 dias.

Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Pará:

N. 1.289 — Remetendo o processo de adiantamento de 3:000\$, recebido pelo mestre de oficina da Seção de Trabalhos de Metal da Escola de Aprendizes Artífices nesse Estado, Manuel Dias Negreiros, por ter sido comprovado.

Ao Sr. coronel diretor da Diretoria de Fundos do Exército:
N. 1.290 — Remetendo por ter sido comprovado o processo de adiantamento de 500:000\$000, feito pelo Serviço de Fundos da 5ª Região Militar, em 1 de agosto de 1934, ao 1º tenente de administração, Gumercindo Gasparelo.

Dia 12

Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.291 — Solicitando, em referência ao pagamento de 5:758\$, a Bruno Kertscher, proveniente de indenização dos danos causados pela revolução riograndense em 1923, a certidão do termo de inventário assinado pela outorgante da procuração de fls. 14 do processo D. Clara Kertscher.

Ao Sr. diretor da Diretoria do Domínio da União:

N. 1.292 — Solicitando restituição de móveis.

Ao Sr. contador geral da Contadoria Central da República:

N. 1.293 — Comunicando, em referência ao crédito especial de 1.000:000\$000, para despesas necessárias ao combate à malária nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, que o Tribunal resolveu, em sessão de hoje, 12, ordenar o registro do mesmo.

Ao Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Rio de Janeiro:

N. 1.294 — Remetendo provisão de quitação, expedida em 28 de abril último, em favor de Elisa de Castilho e Paula, agente do correio de "Ponte do Fones", nesse Estado.

Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.295 — Solicitando, em referência ao pagamento de réis 20:297\$500 à Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, proveniente de fornecimento de gaz e luz elétrica ao Hospital Nacional Psicopatas, durante os meses de novembro e dezembro de 1935.

N. 1.296 — Transmittindo as primeiras vias dos documentos comprobatórios do adiantamento de 1:000\$000, recebido pelo contínuo da classe "G" do Tribunal, Aires Câmara, para despesas com reparos nos ventiladores e comunicando que, do processo, consta o recolhimento das quantias de 5\$000 e 1\$100, provenientes de saldo verificado e taxas arrecadadas de acordo com a Lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.297 — Transmittindo os decretos de nomeação de Carlos Valdomar de Figueiredo para o cargo de oficial administrativo da classe H, de Eleonora Benedita de Vasconcelos para o da classe E, da carreira de escriturário, e de Stela Silva Rocha para o de escriturário da classe F, deste Tribunal, de cujos cargos tomaram posse nessa Diretoria, em 8 e 10 do corrente, e comunicando que os dois primeiros funcionários assumiram o exercício no dia 10 e o último no dia 11 deste.

Dia 13

Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.298 — Transmittindo os dois decretos, de 4 de agosto atual, pelos quais foram nomeados, respectivamente, para os cargos de oficial administrativo da classe H e escriturário da classe F, do quadro II, deste Tribunal, Iberê Timóteo Peixoto e Adelina de Saldanha, e comunicando que os mesmos se apresentaram ao Tribunal e assumiram o exercício de seus cargos no dia 12 deste.

Dia 15

— Ao Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

N. 1.299 — Remetendo as primeiras e segundas vias de empenho, relativas ao pagamento de 261\$300 aos Drs. Luiz de Drumond Alves e Roberto Pires de Sá, funcionários dessa Secretaria, e constantes do processo n. 11.611-38, cuja despesa fora recusada pelo Tribunal, em sessão de 31 de maio último.

— Ao Sr. diretor de Contabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

N. 1.300 — Remetendo a 2ª via de empenho, na importância de 913\$000, a favor da Panair do Brasil S/A, para pagamento de duas passagens, de ida e volta, entre esta Capital e Belo Horizonte, em proveito do Sr. ministro João Carlos Vital e do chefe de seu gabinete, Sr. José J. de Sá Freire Alvim, visto as mesmas não terem sido aprovadas.

— Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.301 — Devolvendo as segundas vias dos empenhos ns. 3.593, 4.660, 5.920, 8.057, 6.619, 6.703, 7.201, 7.084, 7.690, 9.033, 9.407, 9.977, 10.556 e 10.835, solicitadas por essa comissão.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.302 — Comunicando, em referência ao pagamento de réis 14:050\$000 ao oficial administrativo L. Custódio Menelau de Pontes e outros, funcionários da Caixa de Amortização, de gratificações pela

serviço de assinatura de notas novas do papel moeda, em julho próximo findo, que o Tribunal resolveu, em sessão de 12 do atual mês, recusar registro à despesa, visto verificar-se ter sido o serviço prestado em julho e o empenho ser feito posteriormente, em agosto.

— Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 1.303 — Solicitando, em referência ao contrato n. 198, de 25 de julho próximo findo, celebrado com a Thornycroft do Brasil S.A., para fornecimento de motor legítimo "Thornycroft" ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, as certidões relativas ao arquivamento na Junta Comercial e no Registro de Hipotecas, dos documentos a que se referem os arts. 79 e 80 do decreto n. 431, de 4 de julho de 1891.

— Ao Sr. diretor geral da Fazenda Nacional:

tos a que se referem os arts. 79 e 80 do decreto n. 431, de 4 de julho de 1891.

N. 1.304 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do contrato n. 195, de 22 de julho próximo findo, celebrado com a Standard Oil Co. of Brazil, para fornecimento de óleos à Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 1.305 — Solicitando, para que o Tribunal possa resolver sobre o processo relativo à escritura pública de compra e venda do domínio útil dos lotes ns. 413 a 425, da quadra 42, dos terrenos de acrescides de marinha do Cais do Porto, nesta Capital, assinada na Procuradoria Geral da Fazenda Pública, em 20 de julho próximo findo, por Stahlunion, Limitada, sejam satisfeitas as seguintes exigências:

a) seja feita a prova da existência legal de Stahlunion, Limitada, bem como o mandato do gerente e do procurador que assinaram o termo;

b) esclarecer a situação dos atuais locatários em relação às benfeitorias a que se refere a informação de fls. 2, verso, do processo, visto ser do maior interesse para a Fazenda Federal que na escritura fique ressaltada a sua responsabilidade, quanto à indenização das benfeitorias existentes no terreno objeto da infiteuse;

c) se foi modificado o traçado da linha férrea projetada, ligando a Estação Marítima da Leopoldina Railway às linhas férreas do cais, bem como se, no caso, foram ouvidas a Inspeção Federal das Estradas e a E. de F. Central do Brasil, com aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 306 — Comunicando que o Tribunal ordenou o registro das distribuições das importâncias de 2:400\$, 44:520\$, 64:024\$700. réis 115:620\$ e 7:620\$, respectivamente, à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Bahia, à Tesouraria da Estrada de Ferro Central do Piauí, em Parnaíba, à Tesouraria da E. de Ferro Central do Rio Grande do Norte, à Tesouraria da E. de F. de Goiás, em Araguari, e ao mesmo Tesouro, por conta da sub-consignação n. 61-01), consignação V da verba 1 — Pessoal, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, para pagamento de diferença de vencimentos de que trata o art. 3º das Disposições Transitórias da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

— Ao Sr. diretor geral da Contadoria Central da República:

N. 1.307 — Comunicando que o Tribunal resolveu ordenar o registro do crédito especial de 52:667\$900, aberto pelo decreto-lei número 575, do dia 29 de julho próximo findo, para despesas de Material, decorrentes de fornecimentos feitos à Faculdade de Medicina, nos exercícios de 1934 a 1936.

— Ao Sr. contador geral da Contadoria Central da República:

N. 1.308 — Comunicando que o Tribunal resolveu que se procedesse à anotação do ato de que trata o decreto-lei n. 571, de 28 de julho próximo findo, que retifica os dizeres do item 01) da sub-consignação II — Material de consumo, da verba 2 — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda.

— Ao Sr. encarregado do Protocolo Geral:

N. 1.309 — Comunicando haver resolvido que o escrivão da classe F, deste Tribunal, Juvenal José de Araújo, tenha exercício nesse Protocolo.

— Ao Sr. diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda:

N. 1.310 — Transmitindo o decreto de nomeação de Juvenal José de Araújo para o cargo da classe F, da carreira de escrivão do quadro II, Tribunal de Contas, e comunicando haver o mesmo assumido o exercício de seu cargo no dia 13 do corrente mês.

— Ao Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Fazenda:

N. 310 A — Solicitando informar se houve dispensa de concorrência para a aquisição de uma lancha destinada aos estudos do rio São Francisco, no 4º distrito, no Estado da Bahia, para que o Tribunal possa resolver sobre o adiantamento de 35:000\$000, ao engenheiro classe K, do Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral, Jaime Martins de Souza.

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas do Ministério da Agricultura:

N. 1.311 — Solicitando informar se há saldo para atender à despesa de 73:320\$000 na verba 3, sub-consignação 19, do vigente orçamento desse Ministério, a que se refere o contrato n. 171, de 6 de julho próximo findo, celebrado com Oscar Taves & Comp., para fornecimento de tubos de revestimento ao Departamento Nacional da Produção Mineral.

NOTICIÁRIO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE ÁGUAS

Seção de Pluviometria e Inundações

Boletim diário

Dia 19 de agosto de 1938

Bacia amazônica

Dia 18

	Obs. em 24 hrs. mts.	Dif.
Fonte Boa.	13.14	-0.06
S. Filipe.	3.94	-0.06
S. Gabriel.	7.77	0.05
Manaus.	26.33	-0.05
Humaitá.	1.45	-0.11
Parintins.	11.87	-0.13
Obidos.	5.24	-0.02
Santarém.	5.24	-0.02
Arumanduba.	3.55	-0.39

Bacia Itapicuru (Maranhão)

Dia 17

Picos.	0.84	0.00
Coroatá.	0.93	-0.01

Bacia Parnaíba

Dia 17

Santo Antônio das Balsas.	0.84	0.00
Nova York.	1.50	-0.04

Bacia Paraná-Paraguai

Dia 18

Presidente Epitácio.	0.38	0.00
Tomazina.	0.42	-0.02
Tibagi.	1.10	-0.08
S. Mateus.	1.76	-0.06
Rio Negro.	1.12	-0.10
Porto União.	2.36	-0.03
S. Luiz de Cáceres.	1.16	0.00
Forte de Coimbra.	1.76	-0.03
Porto Murlinho.	1.77	-0.02

Bacia São Francisco

Dia 19

Pirapórá.	0.73	—
S. Francisco.	0.10	-0.04
Januária.	0.20	0.16
Rio Branco.	2.02	0.00
Remanso.	0.51	-0.01
Joazeiro.	1.16	0.00
Cabrobó.	1.33	0.00
Piranhas.	0.20	-0.02
Pão de Açúcar.	0.79	-0.01
Traipu.	0.77	-0.01
Propriá.	0.20	0.00
Penedo.	1.16	-0.32

Bacia Itapicuru (Bafa)

Dia 18

Pindobassu.	0.35	-0.01
Cruz das Almas.	0.77	-0.04
Queimadas.	1.40	0.00
Cipó.	0.85	-0.01
Itapicuru.	0.80	0.00

Bacia Jequitinhonha e Pardo

Dia 19

Salinas.	1.10	0.01
Barra Pontal.	0.86	0.06
Arassuaí.	1.06	-0.03
Vigia.	0.50	0.00

Bacia Paraíba do Sul

Dia 19

Jacareí	0.57	-0.03
Caçapava	1.00	-0.10
Pindamonhangaba	1.98	-0.12
Cachoeira	1.23	-0.06
Cruzeiro	1.17	-0.05
Atesende	0.56	-0.02
Barra do Pirai	1.44	-0.04
Paraíba do Sul	0.94	-0.02
Pôrto Novo do Cunha	0.60	-0.04
S. Fidelis	2.32	-0.02
Campos	6.90	-0.07

Bacia Itajaí-Assú

Dia 19

Taió	0.75	0.13
Barração	0.48	0.00
Rio do Sul	1.23	-0.23
Nova Bremen	0.64	-0.13
Hamônia	0.95	0.08
Subida	0.70	-0.04
Indaial	1.32	0.17
Blumenau	0.10	0.00
Gaspar	1.58	0.08
Ilhota	2.23	0.00

As cótas de Manáus e Campos acham-se referidas ao nível do mar.

ESTADO E TENDÊNCIA DAS ÁGUAS DOS RIOS

Bacia Amazônica

Dia 18

Em declínio em Fonte Boa, S. Filipe, Manaus, Humaitá, Parintins, Obidos, Santarém e Arumanduba, em ascensão em S. Gabriel.

Bacia Itapicuru (Maranhão)

Dia 17

Estacionário em Picos e em declínio em Coroatá.

Bacia Parnaíba

Dia 17

Estacionário em Santo Antônio das Balsas e em declínio em Nova York.

Bacia Paraná-Paraguai

Dia 18

Estacionário em Presidente Epitácio e S. Luiz de Cáceres e em declínio em Tomazina, Tibagi, S. Mateus, Rio Negro, Pôrto União, Corumbá, Forte de Coimbra e Pôrto Murtinho.

Bacia São Francisco

Dia 19

Continuará em ascensão entre S. Francisco e Januária e em declínio no resto do curso.

Bacia Itapicuru-Baía

Dia 18

Em declínio em Pindobassu, Cruz das Almas e Cipó e estacionário em Queimadas e Itapicuru.

Bacia Jequitinhonha e Pardo

Dia 19

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Paraíba do Sul

Dia 19

Continuará em declínio em todo o curso.

Bacia Itajaí-Assú

Entrará em lento declínio em todo o curso.

Dia 20 do agosto de 1938

Bacia Amazônica

Dia 19

Estações

Obs. em 24 hrs.
Mst. Dif.

S. P. Olivença	11.20	-0.02
Fonte Boa	13.08	-0.02
S. Gabriel	7.72	-0.05
Manaus	26.27	-0.06
Pôrto Velho	82.73	-0.06
Obidos	5.18	-0.03
Santarém	5.18	-0.03
Arumanduba	3.50	-0.05

Bacia Itapicuru-Maranhão

Dia 18

Picos	0.84	0.00
Coroatá	0.82	-0.01

Bacia Parnaíba

Dia 18

Santo Antônio das Balsas	0.84	0.00
Nova York	1.50	0.00

Bacia Paraná-Paraguai

Dia 19

Jupia (Três águas)	1.03	—
Tomazina	0.41	-0.01
Tibagi	1.12	0.02
Jataí	0.96	-0.01
S. Mateus	1.75	-0.01
Rio Negro	1.22	0.10
Pôrto União	2.33	-0.03
Foz do Iguaçu	3.72	0.10
S. Luiz de Cáceres	1.16	0.00
Cuiabá	1.27	-0.01
Forte de Coimbra	1.75	-0.01

Bacia São Francisco

Dia 20

S. Francisco	0.05	-0.05
Januária	0.18	-0.02
Carinhanha	0.63	0.18
Barra do Rio Grande	0.65	-0.01
Remanso	0.51	0.00
Joazeiro	1.15	-0.01
Pão de Açúcar	0.78	-0.01
Traipu	0.77	0.00
Peopria	0.48	-0.02
Penedo	1.82	0.06

Bacia Itapicuru-Baía

Dia 19

Pindobassu	0.35	0.00
Cruz das Almas	0.70	0.00
Queimadas	1.40	0.00
Cipó	0.82	-0.03
Itapicuru	0.79	-0.01

Bacia Jequitinhonha e Pardo

Dia 20

Salinas	1.10	0.00
Itaporé	1.00	0.00
Barra Pontal	0.84	-0.02
Arassuaí	1.04	-0.02
Vigia	0.50	0.00

Bacia Paraíba do Sul

Dia 19

Jacareí	0.53	-0.04
Caçapava	0.93	-0.04
Pindamonhangaba	1.60	-0.03
Cachoeira	1.16	-0.03
Guaratinguetá	1.88	-0.01

.....	1.11	-0.00
.....	0.53	-0.03
.....	1.41	-0.03
.....	0.87	-0.07
.....	0.84	-0.04
.....	0.60	0.00
.....	2.28	-0.04
.....	6.84	-0.06

Bacia Itajaí-Assú

Dia 20

.....	1.10	0.35
.....	0.18	0.00
.....	0.86	0.22
.....	1.03	0.13
.....	0.70	0.00
.....	1.18	0.16
.....	1.14	0.26
.....	0.08	-0.02
.....	2.10	0.52
.....	2.42	0.09

As cõtas de Manaus, Porto Velho e Campos, acham-se referidas ao nível do mar.

Estado e tendência das águas dos rios

Bacia Amazônica

Dia 19

Em declínio em S. Paulo de Olivença, Fonte Boa, S. Gabriel, Manaus, Obidos, Santarém e Arumanduba e em ascensão em Porto Velho.

Bacia Itapicuru-Maranhão

Dia 18

Estacionário em Pico se em declínio em Coroatá.

Bacia Parnaíba

Dia 19

Estacionário em Santo Antônio das Balsas e Nova York.

Bacia Paraná-Paraguai

Dia 19

Em declínio em Presidente Epitácio, Tomazina, Jataí, S. Mateus, Porto União, Cuiabá e Forte de Coimbra, estacionária em S. Luiz de Cáceres e em ascensão em Tibagi, Rio Negro e Foz do Iguaçu.

Bacia São Francisco

Dia 20

Continuará em ascensão entre Carinhanha e Barra do Rio Grande e em declínio no resto do curso.

Bacia Itapicuru-Baía

Dia 19

Estacionário em Pindobassú, Cruz das Almas e Queimadas e em declínio em Cip e Itapicuru.

Bacia Jequitinhonha e Parda

Dia 20

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Paraíba do Sul

Dia 20

Continuará em declínio em todo o curso.

Bacia Itajaí-Assú

Ficará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Estações	Vento		Pressão em Mb.	Temperatura do ar	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu coberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido as 9 horas as 18 horas
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Rio Branco (X).....	C	0	13.2	25	86	0	—	—	—	≡	Sêco	34	25	0	V	
Cruzeiro do Sul (X).....	NE	3	13.5	27	85	St	0	0	4	N	Sêco	32	22	0	V	
Mandos.....	NE	3	13.0	28	75	Cu	0	0	6	B	Calmo	30	22	0.6	L	
São Gabriel (X).....	SW	2	12.7	29	45	—	—	—	—	B	—	38	19	0	B	
Belém.....																
Clevelândia (X).....																
Santarem (X).....																
São Luiz.....																
Barra do Corda (X).....																
Carolina.....																
Caxias (X).....																
Grajaú (X).....																
Imperatriz (X).....																
Turil-Assê (X).....																
Teresina (X).....																
Fortaleza (Porangaba) (X).....																
Guaramiranga (X).....																
Iguatú (X).....																
Quixeramobim.....	E	3	14.2	27	55	Cu	0	0	3	B	Sêco	32	24	0	L	
Sobral.....	S	2	13.6	27	65	Cu	0	0	4	NN	Sêco	36	21	0	L	
João Pessoa.....	SE	5	16.1	26	75	Cu-sc	Ac	0	5	NN	P. aglt.	28	20	3	Chuva	
Recife (Oitida).....	SE	2	16.6	23	98	Nb	0	0	8	Chuva	U'mido	28	19	0.5	L	
Fernando de Noronha.....	S	4	16.6	26	75	Cu-sc	0	0	8	NN	Agitado	28	19	0	V	
Garanhuns (X).....	SE	6	15.3	26	75	Cu	0	0	4	B	C/ondas	26	22	1	V	
Nazaré (X).....																
Pesqueira (X).....	W	3	18.0	24	85	Cu-sc	Ac	0	4	NN	Tranq.	27	13	0	V	
Maceió.....	SE	2	—	20	85	Sc	0	0	6	NN	Sêco	22	16	2	≡	
Aracaju.....	SE	2	17.5	26	75	0	Ac	0	3	B	U'mido	27	19	0	L	
São Salvador.....	NW	2	18.6	26	75	Cu-sc	0	0	4	NN	Sêco	28	21	29	Chuva	
Barra do Rio Grande.....	E	3	15.7	25	45	Cu	0	Cl	2	B	Calmo	34	16	0	L	
Barreiras (X).....																
Casteló.....																
Caravelas.....	C	0	13.7	20	75	—	—	—	—	≡	Sêco	29	14	0	V	
Ilhéus (X).....	NE	2	19.1	24	65	Cu	0	0	4	B	Calmo	23	16	0	L	
Remanso (X).....																
Rio Branco (X).....	NE	1	16.8	22	65	—	—	—	—	8	Sêco	31	18	0	L	
Bebo Horizonte.....	SE	3	15.1	18	65	0	Ac	0	0	L	Sêco	30	14	0	L	
Cambuquira.....	E	3	18.0	12	65	Cu	0	0	3	B	Sêco	28	15	0	V	
Caratinga.....																
Caxambu.....																
Diamantina.....	SE	4	18.6	14	92	—	As	0	8	E	Sêco	30	—	0	V	
Fortaleza.....	E	2	—	20	53	0	0	0	3	B	Sêco	27	15	0	V	
Jacuarã (X).....			17.6	21	66	0	0	0	0	L	Sêco	29	12	20	L	
João de Fôr.....	SE	2	22.2	17	85	St	As	0	8	E	Sêco	31	16	0	L	

Estações	Ventos		Pressão Mb.	Temperatura	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu encoberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido de 9 horas às 18 horas
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Lavras.....	E	3	1017.5	19	75	0	0	0	0	L	—	Sêco	31	13	0	L
Monte Alegre.....	SE	2	14.9	19	85	0	0	0	0	L	—	Sêco	34	14	0	L
Montes Claros (X).....	NE	2	23.6	15	93	0	0	0	0	L	2	Sêco	30	10	0	L
Murambinho.....	C	0	15.4	16	75	0	0	0	0	L	7	Sêco	30	13	0	L
Ouro Fino.....	—	—	15.4	24	55	—	—	—	—	88	7	Sêco	33	15	0	L
Paracatu.....	C	0	13.2	21	65	—	—	—	—	E	7	Sêco	33	13	0	E
Pirapora.....	E	1	13.8	18	85	0	As	—	8	—	7	U'mido	23	11	0	—
Poços de Caldas.....	SE	6	15.5	17	65	0	0	0	0	L	7	Sêco	30	14	0	L
S. João del Rei (X).....	E	1	19.2	19	75	0	0	Cs	8	E	4	Sêco	32	12	0	V
S. Lourenço.....	E	0	14.6	17	85	0	0	0	0	L	—	Sêco	34	12	0	L
Teófilo Otoni.....	C	2	16.7	19	85	—	—	—	—	88	3	Sêco	29	14	0	L
Uberaba.....	N	2	—	—	98	—	—	—	—	—	4	Sêco	35	10	0	L
Viçosa.....	NE	1	—	—	—	—	—	—	—	—	6	Sêco	32	14	0	L ∞°
Colônia.....	NE	2	10.2	26	35	0	0	0	0	L	—	Sêco	—	—	0	L
Catalão (X).....	NE	0	13.9	23	65	0	0	0	0	L	8	Sêco	34	16	0	L
Formosa.....	C	0	17.1	18	55	0	0	Cs	2	B	7	Sêco	32	13	0	V
Ipameri (X).....	C	0	18.7	20	93	0	0	0	0	L	6	Sêco	32	14	0	V
Porto Nacional.....	NW	2	19.3	17	45	—	—	—	—	8	6	Sêco	32	17	0	V
Pirenópolis.....	S	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Santa Luzia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Cuiabá.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Aquidauana (X).....	NE	2	21.1	13	65	0	Ac	—	5	B	7	Sêco	23	9	0	V
Bela Vista (X).....	SW	3	15.9	20	45	0	0	Ci	4	N	7	Sêco	26	19	0	V
Corumbá.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
General G. Carneiro (Meruri) (X).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Presidente Murtinho (X).....	S	2	20.2	16	—	0	0	0	0	L	7	Sêco	30	20	0	L
S. Luiz de Cáceres.....	SE	3	19.1	15	85	0	0	0	0	E	5	Sêco	26	14	0	L
Três Lagoas.....	S	3	11.9	17	55	0	0	0	0	L	5	Sêco	36	10	0	L
Utiariti.....	SW	5	20.2	23	75	Nb	Ac	—	6	E	5	Calmo	29	20	0	V
Vitória.....	C	0	19.7	28	92	Cu	0	0	3	B	7	Calmo	27	18	0	V
Barra S. Mateus.....	C	3	23.4	18	92	Nb	0	0	8	Chvs.	4	Agitado.	24	18	0	Chvs.
Rio de Janeiro.....	SW	4	24.2	20	92	Nb	0	0	8	Chvs.	0	C/onda	28	18	0	Chvs.
Angra dos Reis.....	C	0	21.8	20	93	—	—	—	—	E	4	—	27	19	0	Chvs.
Cabo Frio.....	C	0	21.1	21	—	Nb	—	—	—	A	5	Sêco	32	17	0	V
Campos.....	C	0	20.7	17	85	St	0	0	8	A	5	Sêco	28	12	0	E
Friburgo.....	W	3	20.6	20	98	Nb	0	0	8	A	6	Tranq.	29	19	0	E
Macaré.....	SW	2	22.0	16	93	St	0	0	8	Chuva	6	Ench.	25	13	0	E
Petropolis.....	SW	2	23.0	18	93	Nb	0	0	8	—	6	Sêco	30	15	0	E
Rezende.....	C	0	21.0	14	92	—	—	—	—	E	2	Sêco	32	16	0	V
Santa Maria Madalena.....	SW	2	13.0	14	—	—	—	—	—	Chvs.	3	U'mido	26	14	0.6	Chuva
Terezópolis.....	SE	2	22.6	16	92	St	0	0	8	A	4	U'mido	29	16	0.6	Chvs.
Vassouras.....	SE	2	23.8	10	—	St	0	0	8	E	—	Sêco	20	9	0.2	E
S. Paulo.....	SE	4	23.6	10	—	St	0	0	8	E	8	Sêco	22	9	0	E
Avaré.....	SE	5	23.8	13	65	St	0	0	4	B	7	Sêco	25	12	0	L
Campinas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Campes do Jordão (X).....	SE	3	20.6	11	—	Cb	Ac	0	4	N	—	Sêco	31	8	0	E
Catanduvas (X).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Faxina (X).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Iguape (X).....	SE	3	17.9	17	—	0	As	0	8	E	8	Sêco	32	16	0	V
Jau.....	S	3	26.2	16	75	Nb	0	0	8	E	6	P. agit.	22	14	17	V
Marília (X).....	SE	5	19.4	13	—	0	Ac	0	8	N	6	Sêco	29	11	0	L
Presidente Prudente (X).....	SE	2	23.9	10	—	St	0	0	8	E	6	Sêco	23	10	0	V
Ribeirão Preto.....	W	2	25.2	14	—	Nb	0	0	8	Chvs.	5	Sêco	—	—	0.2	Chvs.
Santos.....	SE	2	28.4	5	92	Nb	0	0	8	E	6	Ench.	21	4	0.7	Chuva
S. Carlos do Pinhal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Sorocaba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Taubaté.....	SE	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—
Curitiba.....	SE	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Sêco	—	—	—	—

Postos Termométricos do Distrito Federal

Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação
Catavento	18.6	13.4	—	Jardim Botânico	21.8	17.0	14.6	Campo Grande	—	—	—
Pão de Açúcar	19.1	14.7	—	Saenz Peña	18.6	17.5	21.3	Santa Cruz	—	—	—
Paqueta	—	—	—	Andaraí	23.8	—	—	Bargu	20.4	17.2	2.4
Ipameri	19.8	17.8	2.7	Taquara da Tijuca	—	15.5	—	Campo dos Afonso	—	—	—

Nota — As temperaturas são lidas às 13 horas e a chuva as 7 horas.

Estações Aerológicas	Hora legal	Altitude em metros sobre o nível médio do mar												Altura máxima				
		200		500		1 000		1 500		2 000		3 000			4 000		5 000	
		Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.		Direção	Vel. Km./H.	Direção	Vel. Km./H.
São Gabriel (X).....	8.30	E	18	E	29	ESE	25	E	31	SE	30	SE	31	ENE	31	ENE	31	750 ms.
Manaus (X).....	8.30	ENE	13	ENE	31	ESE	35	SE	35	SE	35	SE	35	ENE	31	ENE	31	2.250 ms.
Belem.....	9.30	NE	33	SE	33	SE	17	SE	23	S	03	ENE	16	ENE	31	ENE	31	2.050 ms.
São Luís.....	9.30	SSE	21	SSE	11	SE	29	SE	23	ENE	27	ENE	12	ENE	31	ENE	31	900 ms.
Quixeramobim (X).....	9.30	SSE	10	S	23	SE	34	S	31	ENE	27	ENE	12	ENE	31	ENE	31	5.580 ms.
Fernando de Noronha.....	10.30	NNE	07	NE	13	SSW	29	NE	19	SSE	19	SSE	12	SSE	31	ENE	31	800 ms.
Natal (X).....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	3.450 ms.
Maceió.....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	1.500 ms.
São Salvador (XX).....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	800 ms.
Cuiabá (X).....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	3.450 ms.
Ipameri (X).....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	1.500 ms.
Caravelas.....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	800 ms.
Belo Horizonte.....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	3.450 ms.
Vitória.....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	1.500 ms.
Campos (XX).....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	800 ms.
Rio de Janeiro (XX).....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	3.450 ms.
Rio de Janeiro (XX).....	13.00	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	1.500 ms.
Santos (XX).....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	800 ms.
Curitiba (XX).....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	3.450 ms.
Florianópolis.....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	1.500 ms.
Porto Alegre.....	9.30	SW	24	SSW	31	SSW	34	SSW	27	ENE	19	ENE	12	ENE	31	ENE	31	800 ms.

Nota — (X) Indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

(X X) — Indica que não houve sondagem.

PARTE COMERCIAL

JUNTA DOS CORRETORES

Câmara Sindical dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro — Curso de Câmbio e Moeda Metálica

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938

Preços

	Oficial	A vista	Livre
Londres.	—	—	86\$857
Paris.	—	—	\$500
Itália.	—	—	\$944
Além-mar:			
Reichsmark.	—	—	—
Reisemark.	—	—	4\$043
Verrechnungsmark.	—	—	5\$980
Unterstützungsmark.	—	—	4\$100
Portugal.	—	—	\$823
Bélgica:			
Papel.	—	—	—
Ouro.	—	—	3\$100
Espanha.	—	—	—
Suécia.	—	—	4\$111
Noruega.	—	—	—
Dinamarca.	—	—	3\$900
Tcheco-Slováquia.	—	—	—
Nova-York.	—	—	17\$623
Montevideo.	—	—	—
Buenos Aires (pêso-papel).	—	—	4\$761
Holanda.	—	—	—
Japão.	—	—	5\$215
Rumânia.	—	—	—
Canadá.	—	—	—
Austria.	—	—	—
Chile.	—	—	—

Moedas

Libra.	101\$248
Dollar.	20\$160
Franco.	\$571
Escudo.	\$966
Pêso-argentino.	5\$258
Pêso-uruguáio.	8\$269
Lira.	\$929
Zloty.	3\$880

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — Juvenal de Queiroz Viçira, síndico.

Cotações oficiais de títulos

Apólices da União:

Uniformizadas de 1:000\$, 5 %	79\$000
Uniformizadas de 1:000\$, 5 %	80\$300
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, miúdas, nom.	750\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, nom.	794\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, port.	807\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, port. (caufelas).	710\$000
Reajustamento econômico de 1:000\$, 5 %, port.	767\$000

Obrigações da União:

Tesouro Nacional de 1:000\$, 7 % (1921).	1:050\$000
--	------------

Apólices Municipais:

Empréstimo de 914. port.	157\$000
Empréstimo de 1920. port.	153\$000
Empréstimo de 7 %, port. (decreto 2.339).	175\$000
Empréstimo de 1931. port.	168\$000

Apólices Estaduais:

Minas Gerais de 1:000\$, 7 %, port. (9.716).	723\$000
Minas Gerais de 200\$, 5 %, port. (1934).	145\$000
Minas Gerais de 200\$, 9 %, port. (1934) 2ª série.	178\$500
Minas Gerais de 200\$, 7 %, port. (1934) 3ª série.	184\$000
Pernambuco de 100\$, 5 %, port.	87\$500
São Paulo de 200\$, 5 %, port.	192\$500
Uniformizadas de São Paulo de 1:000\$, 8 %, port.	983\$000

Ações de Bancos:

Português do Brasil. port.	150\$000
------------------------------------	----------

Ações de companhias:

Seguros M. e T. Argos Fluminense.	3:400\$000
Seguros M. e T. Previdente.	3:400\$000

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — Juvenal de Queiroz Viçira, síndico.

MERCADO DISPONÍVEL

N. 176

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938

Movimento do dia 19

Café

	Sacas
Entradas.	16.183
Saídas.	6.079
Consumo local.	500
Café retirado do Mercado pelo Departamento Nacional do Café.	—
Café bonificação.	1
Existência.	311.045

Preços por 10 quilos:

Tipo 3.	—
Tipo 4.	—
Tipo 5.	—
Tipo 6.	—
Tipo 7.	—
Tipo 8.	—

Açúcar

	Sacas
Entradas.	2.739
Saídas.	2.839
Existência.	3.518

Mercado sustentado.

Preços por sacos e/60 quilos:

Branco cristal.	55\$000 a 55\$500
C. amarelo.	Nominal
Mascavinho.	Não há
Mascavo.	48\$000 a 50\$000

Algodão

	Fardos
Entradas.	622
Saídas.	325
Existência.	5.173

Saídas não houve.

Mercado firme.

Preços por 10 quilos e/mercado:

Fibra longa:

Tipo Seridó:

Tipo 3.	45\$000 a 46\$000
Tipo 4.	43\$500 a 44\$500

Fibra média:

Seriões:

Tipo 3.	43\$000 a 44\$000
Tipo 5.	39\$500 a 40\$500

Ceará:

Tipo 5.	37\$000 a 38\$000
-----------------	-------------------

Fibra curta:

Paulista:

Tipo 5.	39\$000 a 40\$000
-----------------	-------------------

O síndico, Bento Dias Pereira.

MERCADO DISPONÍVEL

N. 177

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938

Movimento do dia 20

Café

	Sacas
Entradas.	11.339
Saídas.	4.000
Consumo local.	500
Café retirado do Mercado pelo Departamento Nacional do Café.	—
Café de bonificação.	—
Existência.	317.884

Preços por 10 quilos:

Tipo 3.	—
Tipo 4.	—
Tipo 5.	—
Tipo 6.	—
Tipo 7.	—
Tipo 8.	—

Açúcar

Sacas

Entradas	5.167
Saídas	3.032
Existência	5.653

Mercado sustentado.

Preços por sacos com 60 quilos:

Branco cristal	55\$000 a 55\$500
C. amarelo	Nominal
Mascavinho	Não há
Mascavo	48\$000 a 50\$000

Algodão

Fardos

Entradas não houve	
Saídas	210
Existência	4.963

Mercado estável:

Preços por 10 quilos c/mercado:

Fibra longa:

Tipo Seridó:

Preço por 10 quilos, c/mercado:

Tipo 3	41\$000 a 43\$000
Tipo 4	41\$000 a 43\$000

Fibra média:

Seridós: 6

Tipo 3	42\$000 a 44\$000
Tipo 5	42\$500 a 43\$000

Gará:

Tipo 3	38\$000 a 39\$000
------------------	-------------------

Fibra curta:

Matas:

Tipo 3	35\$500 a 36\$000
------------------	-------------------

Paulista:

Tipo 5	38\$000 a 38\$500
------------------	-------------------

O síndico, Bento Dias Pereira.

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
11 de agosto de 1938	172.031\$900
11 de agosto de 1937	417.167\$700

Receita mensal:

De 1 de agosto a 11 de agosto de 1938	2.162.353\$500
De 1 de agosto a 11 de agosto de 1937	2.422.717\$100

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937

260.363\$600

Receita global:

De 3 de janeiro a 11 de agosto de 1938	51.147.033\$200
De 3 de janeiro a 11 de agosto de 1937	43.198.831\$500

Diferença da receita arrecadada para mais em 1938

7.948.201\$700

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
13 de agosto de 1938	161.212\$200
13 de agosto de 1937	207.253\$000

Receita mensal:

De 1 de agosto a 13 de agosto de 1938	2.323.565\$700
De 1 de agosto a 13 de agosto de 1937	2.878.385\$700

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937

554.820\$000

Receita global:

De 1 de janeiro a 13 de agosto de 1937	43.654.500\$100
De 1 de janeiro a 13 de agosto de 1938	51.351.066\$100

Diferença da receita arrecadada para mais em 1938

7.696.566\$200

RENDAS PUBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal

Comparação da renda
Gera: Excluída
depósitos

Arrecadada de 1 a 20 de agosto de 1938	25.650.674\$100	25.074.406\$700
Em 22 de agosto de 1938	1.325.752\$000	1.246.107\$100
Total	26.976.426\$100	26.320.513\$800
Em igual período de 1937	20.184.199\$800	19.620.333\$100
Diferença para mais em 1938	6.792.226\$300	6.700.180\$700

Arrecadada de 2 de janeiro a 22 de agosto de 1938	290.374.138\$100	286.033.220\$400
Em igual período de 1937	218.442.181\$000	212.350.001\$400
Diferença para mais em 1938	71.931.957\$100	73.683.218\$000

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias em papel
Receita do dia:	
22 de agosto de 1938	1.044.963\$600
22 de agosto de 1937	2.751.771\$100

Receita mensal:	
De 1 de agosto a 20 de agosto de 1938	32.696.950\$800
De 1 de agosto a 20 de agosto de 1937	32.126.246\$000

Diferença da receita arrecadada para mais em 1938

570.704\$800

Receita global:	
De 3 de janeiro a 20 de agosto de 1938	314.343.740\$900
De 3 de janeiro a 20 de agosto de 1937	304.778.221\$600

Diferença da receita arrecadada para mais em 1938

9.570.519\$300

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Polícia do Distrito Federal

INSPECTORIA DO TRAFEGO

EXAME DE MOTORISTAS

Resultado dos exames efetuados no dia 22 do corrente:

Aprovados: Luiz Paulino Xavier, Aldo Jaques Soares Brandão, Michel Irani, Augusto Teixeira, Haroldo Martingil Fernandes, Manuel da Apaticida dos Santos, Osvaldo Benevenuto, Oscar João da Cruz, João da Cunha Rêgo, João Pires de Sousa, Hamilton Uchida Cavaleante, Artur Teixeira, Joaquim de Carvalho, José Rodrigues da Silva, Alberto Cardoso, Altino Rodrigues dos Santos e José Filgueiras Soares.

Reprovados, nove.

Inspeção de Tráfego, em 22 de agosto de 1938. — O inspetor,
Dr. Fausto Barreto da Cunha Durão.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Inspeção dos Centros de Saúde

De acordo com o art. 1.091 do Regulamento Sanitário vigente, fica pelo presente edital a Sra. Altair Correia da Camara Cantuária Guimarães, responsável pelo prédio n. 30 da rua Rodrigo de Brito n. 38 (ou seu representante legal), convidada a comparecer na sede do Centro de Saúde n. 1, á rua General Severiano n. 91, das 11 ás 16 horas, dentro de cinco dias a contar da data da primeira publicação deste, afim de tomar ciência do 2º termo de intimação número 44.519 e do auto de multa n. 120.

Inspeção dos Centros de Saúde, em 16 de agosto de 1938. —
Cidso Cicero Gonçalves, escuritório.

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para os editais publicados:

- a) no *Diário Oficial* de 16 do corrente, à página 16.431;
b) no *Diário Oficial* de 17 do corrente, à página 16.522;
c) no *Diário Oficial* de 18 do corrente, à página 16.608

Universidade do Brasil**FACULDADE NACIONAL DE ODONTOLOGIA****CHAMADA PARA AS PROVAS PARCIAIS**

Dia 24, quarta-feira

Histologia: 1º ano, 1ª turma, 1 a 29, às 8 horas; 2ª turma, 30 ao fim, às 9 horas.
Higiene e O. Legal: 2º ano, toda a turma, às 11 horas.

Dia 25, quinta-feira

Clínica: 3º ano, 1ª turma, 1 a 33, às 8 horas; 2ª turma, 34 ao fim, às 9 horas.

Dia 26, sexta-feira

Clínica: 2º ano, 1ª turma, 1 a 33, às 8 horas; 2ª turma, 34 ao fim, às 9 horas.

Dia 27

Ortodontia: 3º ano, 1ª turma, 1 a 33, às 8 horas; 2ª turma, 34 ao fim, às 9 horas.
Anatomia: 1º ano, 1ª turma, 1 a 33, às 9 horas; 2ª turma, 34 ao fim, às 10 horas.

Dia 29

Terapêutica: 3º ano, 1ª turma, 1 a 33, às 8 horas; 2ª turma, 34 ao fim, às 9 horas.
Metalurgia: 1º ano, 1ª turma, 1 a 29, às 8 horas; 2ª turma, 30 ao fim, às 9 horas.

Dia 30

Prótese dentária: 2º ano, 1ª turma, 1 a 29, às 8 horas; 2ª turma, 30 ao fim, às 9 horas.

Dia 31

Prótese B. Facial: 3º ano, 1ª turma, 1 a 33, às 8 horas; 2ª turma, 34 ao fim, às 9 horas.
Fisiologia: 1º ano, 1ª turma, 1 a 29, às 10 horas; 2ª turma, 30 ao fim, às 11 horas.

Dia 1

Técnica: 2º ano, 1ª turma, 1 a 29, às 8 horas; 2ª turma, 30 ao fim, às 9 horas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Por este Ministério se faz público que foi reconhecido, provisoriamente, o senhor Rolin N. Winslow, como Consul da República dos Estados Unidos da América, nesta Capital.

Rio de Janeiro, aos 11 de agosto de 1938. — *Hildebrando Accioly*, Secretário Geral.

MINISTÉRIO DA FAZENDA**Tribunal de Contas****TERCEIRA DIRETORIA — TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital fica intimado o ex-escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Casa Branca, no Estado de São Paulo, Renato da Gama Pantoja, para, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste algar o que for a bem de seus direitos constituir procurador na sede do Tribunal ou produzir documentos ou recolher aos cofres públicos a importância de 374\$880, débito verificado no processo de tomada de suas contas, do período de 12 de fevereiro a 15 de março de 1913, sob pena de revelia.

O débito provém de selo de nomeação que não pagou.

Diretoria de Tomada de Contas, 4 de agosto de 1938. — *Maria Newton de Figueiredo*, diretor de Tomada de Contas.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital, fica intimada a ex-agente postal de "Luisburgo", no Estado de Minas Gerais, D. Hermogênea de Castro Abreu, para, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste,

algar o que for a bem de seus direitos, constituir procurador na sede do Tribunal ou produzir documentos sobre a importância de 60\$480, débito verificado no processo de tomada de contas, relativo ao período de 1 de abril de 1927 a 31 de julho de 1931, sob pena de revelia.

O débito provém de selo de nomeação que deixou de pagar, na razão de 7 % sobre a gratificação anual de 86\$000.

Diretoria de Tomada de Contas, 30 de julho de 1938. — *Maria Newton de Figueiredo*, diretor de Tomada de Contas.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital, é intimado Derossi Santiago da Nóbrega, ex-agente do Correio de "Brasília", no Território do Acre, para, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste, por si, ou por seus herdeiros e sucessores, recolher aos cofres públicos a importância de 44:399\$238, alcance apurado no processo de tomada de suas contas relativo aos períodos de 26 de abril de 1913 a 21 de maio de 1921, de 16 de dezembro de 1921 a 30 de novembro de 1922 e de 14 de outubro de 1923 a 8 de outubro de 1927, a cujo pagamento, bem como aos juros da mora que forem devidos, foi condenado por acórdão de 6 de outubro de 1937, sob pena de ser feita a cobrança executiva que tornar necessária.

Diretoria de Tomada de Contas, 30 de julho de 1938. — *Maria Newton de Figueiredo*, diretor de Tomada de Contas.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital é intimado o Sr. Antônio Romão Barbat, ex-tesoureiro da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Carambá, no Estado de Mato Grosso, para, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste, recolher aos cofres públicos a importância de 103:580\$240, alcance apurado no processo de tomada de suas contas relativo ao período de 1 de janeiro de 1930 a 30 de setembro de 1935, a cujo pagamento, bem como ao dos juros da mora devidos, foi condenado por acórdão de 9 de junho de 1937, sob pena de ser feita a alienação administrativa da caução e consequente execução judiciária que se tornar necessária.

Diretoria de Tomada de Contas, 30 de julho de 1938. — *Maria Newton de Figueiredo*, diretor de Tomada de Contas.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital, fica intimado o Sr. Olavo Caribé da Rocha, ex-secretário-civil da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo, para, no prazo de trinta dias, contados da data deste, algar o que for a bem de seus direitos, sobre o alcance de 8:090\$100, sendo: 280\$700, de faltas de material e 7:809\$400, de saldo não recolhido e retido irregularmente pelo mesmo responsável, verificado no processo de tomada de suas contas, do período de 1 de janeiro a 25 de dezembro de 1935, constituir procurador na sede do Tribunal ou declarar o domicílio para ser nele notificado das decisões que forem proferidas na tomada de contas, sejam elas interlocutórias ou definitivas, sob pena de revelia.

Diretoria de Tomada de Contas, 25 de julho de 1938. — *Maria Newton de Figueiredo*, diretor de Tomada de Contas.

Diretoria do Domínio da União**EDITAL N. 7 A**

De ordem do Sr. diretor, faço público para conhecimento dos interessados, que o Sr. Guilherme Muller, requereu o aforamento do lote de terreno n. 1 da rua Miranda Rego, com a área de 26.482m2,82, na Fazenda Nacional de Santa Cruz. — *Arnaldo Fé Pinto*, escrivão.

(C 4.449 — 7-6-38 — 247\$900 — 20 vezes)

Recebedoria do Distrito Federal

Pelo presente edital, fica intimado o Sr. Francisco Maria Raimundo, que foi estabelecido na rua Marechal Rangel n. 526, a vim recolher aos cofres desta repartição, dentro do prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, a importância de sessenta e nove mil réis, relativa a impostos de vendas mercantis, cujo pagamento requereu pela petição n. 42.530, do ano de mil novecentos e trinta e seis.

Terceira Sub-Diretoria, em 22 de agosto de 1938. — *J. P. de Moura Junior*.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, convido os contribuintes abaixo mencionados, de acordo com o disposto no artigo 114 do regulamento em vigor, a prestarem dentro do prazo de dez dias da publicação deste, esclarecimentos que se tornem necessários para regularidade de sua situação junto a esta diretoria, devendo para esse fim, dirigirem-se à Secretaria:

Processo:

- N. 4.558-38 — Maria Isabel Gonçalves — Exercícios de 1933 e 1935.
 N. 845.138-L — Matos & Comp. Ltda. — Exercícios de 1935 e 1936.
 N. 9.078-35 — Saul de Barros Camara — Exercício de 1933.
 N. 10.298-38 — Alexandre de Chaves e Melo Ratisbana — Exercícios de 1933, 1936 e 1937.
 N. 10.317-37 — José de Sousa — Exercícios de 1932 e 1933.
 Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda — Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1938. — José de Magalhães Bravo, secretário.

Comissão Central de Compras

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no Diário Oficial de 18 do corrente, à página 16.609.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos Srs. interessados que, de acordo com o art. 1º do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 24 de agosto de 1938, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da Comissão, à Avenida Rodrigues Alves n. 135.

Requisição — Material

N. 902.153 — Tinta Scheron-Suisse.

Rio, 22 de agosto de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos Srs. interessados que, de acordo com o art. 1º do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 25 de agosto de 1938, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da Comissão, à Avenida Rodrigues Alves n. 135.

Requisição — Material

- N. 106.033-A — Estante de aço.
 N. 115.162 — Rolo de arame farpado, etc.
 N. 116.090 — E'etro-bomba.
 N. 116.091 — Máquina p/despachar milho.
 N. 116.092 — Automático p/arado.
 N. 122.095 — Potenciometro.
 N. 128.062-A — Esfregão p/lustrac.
 N. 128.066-A — Balde esmaltado.
 N. 128.073 — Termometro de parede.
 N. 205.039 — Armário de aço.
 N. 219.054 — Mat. de expediente.
 N. 223.076-A — Fuchsin.
 N. 228.103 — Camisolas e pijamas.
 N. 230.003-A — Válvulas Philips.
 N. 234.225 — Arame de cobre.
 N. 234.227 — Pontas de Paris.
 N. 240.080 — Balança original.
 N. 240.081 — Objetiva acromática.
 N. 240.093 — Estufa elétrica.
 N. 240.094 — Gabinete Skander.
 N. 240.095 — Papel filtro.
 N. 240.096 — Etiqueta gomada.
 N. 419.327-A — Filmes p/raios X.
 N. 603.013-A — Gazolina, sabonete.
 N. 612.196-B — Ferramentas.
 N. 624.205 — Flans, etc.
 N. 902.152 — Farolete elétrico.
 N. 903.271 — Medidor Weston.
 N. 908.067 — Aspirador de pó.
 N. 908.068 — Aço Roechling.
 N. 908.069 — Oleos.
 N. 908.072 — Magnete e catraca.
 N. 912.113 — Ap. English Electric.
 N. 912.114/5 — Eletrodos, etc.
 N. 912.116 — Esméril, rebolo, etc.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal, leva ao conhecimento dos Srs. interessados que, de acordo com o art. 1º do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 26 de agosto de 1938, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da comissão, à Avenida Rodrigues Alves n. 135.

Requisição — Material

- N. 105.123 — Microscópio, etc.
 N. 105.124 — Modelo de ouvidos, olhos, etc.
 N. 107.113 — Velas, tubos de vidro, etc.
 N. 107.114 — Papel filtro.
 N. 122.094 — Provets graduados, etc.
 N. 227.230 — Cálices graduados, etc.
 N. 234.228 — Tubo de borracha.
 N. 234.229 — Mat. para automóvel "Ford".
 N. 234.230 — Mat. para pintura, lixa, etc.
 N. 240.085 — Mat. original de "Koehler & Voickmar".
 N. 240.086 — Banho-Maria, etc.
 N. 240.087 — Mat. original de "Koehler & Voickmer".
 N. 240.088 — Mat. original de "I. E. Leybold's", etc.
 N. 240.089 — Idem, idem.
 N. 240.090 — Idem, idem.
 N. 240.091 — Idem, idem.
 N. 615.182-5 — Mat. para laboratório.
 N. 616.039 — Livros.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o artigo 1º do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 25 de agosto de 1938 ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da comissão à Avenida Rodrigues Alves n. 135.

Requisição — Stock — Material

- N. 419.223/4-A — Desinfetante.
 N. 419.234/5-A — Papel toalha.
 N. 419.303/4-A — Farinha de trigo, etc.
 N. 419.314-A — Pão mixto.
 N. 419.321-A — Camarão fresco.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Comissão Central de Compras

A Comissão Central de Compras do Governo Federal leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o artigo 1º do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 26 de agosto de 1938 ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da comissão à Avenida Rodrigues Alves n. 135.

Requisição — Material

- N. 102.045-A — Mat. de expediente.
 N. 107.103 — Caixa de cedro.
 N. 112.047 — Impressos.
 N. 113.121 — Mat. de expediente.
 N. 113.125 — Automóvel.
 N. 114.088 — Bujão de metal.
 N. 126.065 — Armário de ferramertas, etc.
 N. 126.068 — Gerador de alta voltagem.
 N. 128.053-A — Mat. de expediente.
 N. 212.065-A — Impressos.
 N. 219.053 — Impressos.
 N. 415.040 — Livro em branco.
 N. 904.736 — Máquina de furar.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — A. de Faria Filho, diretor.

Alfândega do Rio de Janeiro**EDITAL COM O PRAZO DE 30 DIAS**

De ordem do Sr. inspetor, convido o dono ou interessado em 2 sacos contendo cartas de jogar, apreendidos em 17 de agosto de 1938, ao largo no mar, a vir alegar o que entender a bem do seu direito, no prazo de 30 dias úteis, contados da publicação deste, sob pena de revolta, processo n. 34.722/38.

Alfândega do Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. — Luciano Barcellos, escrivão.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Diretoria do Ensino Naval

CONCURSO PARA ADMISSÃO AO QUADRO DE CIRURGIÕES DENTISTAS DO CORPO DE SAÚDE DA ARMADA

O vice-almirante Carlos Augusto Gaston Lavigne, diretor geral do Ensino Naval, faz público que os candidatos ao concurso para admissão ao quadro de cirurgiões dentistas do Corpo de Saúde da Armada, abaixo relacionados, deverão comparecer à Odontoclínica Naval, na Ilha das Cobras, nos dias indicados neste edital, às 14 horas, assim de serem submetidos a exame da prova de prótese:

Dia 24 de agosto:

Raimundo Rodrigues.
Antônio Afonso da Costa Pinto.
Jacob Klein.
Otacílio de Araujo.
Mário Maciel de Andrade.

Dia 25 de agosto:

Inimá Vale.
Raul Pereira Rangel.
Clovis de Sousa Medina.
Aires Inácio Valentim.
José Miranda de Oliveira.

Dia 26 de agosto:

Arquibaldo Ferreira de Omena.
Oscar Pasqualetto Martins.
Galdino R. Pessôa Muniz.
Marelo Borges.
Francisco de Paula Sousa.

Dia 30 de agosto:

Amílindo de Sousa Pereira Guemartens.
Otacílio Máximo Palhares.
Roberto Alvares Armando.
Antônio da Silva Morais.
Cícero Gomes de Sousa.

Dia 31 de agosto:

Alvaro Geraldo Lorena Martins.
Antônio de Sousa Leal.
Francisco José da Rocha.
Edson Lôbo Marques.
Bento da Gama Monteiro.

Dia 1 de setembro:

Cid Gomes Fernandes.
José Benedito Ribeiro Rezende.
Custódio Geraldo Ferraz de Barros.
George Butler Shalders.
Jorge Semi Maxnuk.

Dia 2 de setembro:

Arce Francisco de Assis.
Edmundo Leonardo d'Alexandre.
Antônio Bastos.
Elias Abbud Assis.
Fernando Rodrigues Leite Pitanga.

Dia 6 de setembro:

Rui Matos dos Santos.
Sylvio Bulkol de Oliveira.
João Alves de Oliveira.
Luiz Omar Pannain.
Carlos Valdir de Paula e Silva.

Dia 8 de setembro:

Ovidio Cavalcanti Filho.
Helio Berenger.
Walter Pereira Gonçalves.
Fuhad Semi Maxnuk.
Itaquê de Azeredo Costa.
Lincoln Salazar.

A turma escalada para exame terá como turma suplementar a dia seguinte.

Previne-se aos interessados que não haverá segunda chamada.

Em 13 de agosto de 1938.

Tribunal Marítimo Administrativo

DE CITAÇÃO A ALFREDO DE CARVALHO SENA, COM O PRAZO DE TRINTA DIAS, NA FORMA ABAIXO

O juiz do Tribunal Marítimo Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil, Doutor João Stoll Gonçalves, pelo presente edital, na forma da lei, cita a Alfredo de Carvalho SENA, no prazo de trinta dias a contar da publicação do presente, apresentar defesa em o processo número duzentos e noventa e um deste Tribunal, respondendo aos termos da representação da Procuradoria Especial que a seguir se transcreve: "Excelentíssimo Senhor presidente do Tribunal Marítimo Administrativo: A Procuradoria Especial, no exercício de suas atribuições, vem requerer a Vossa Excelência se digne fazer citar a Alfredo Murfen, comandante do vapor inglês "Natia" e o prático Nicola Cerveto, para, sob pena de lançamento e de revelia, responderem aos termos desta representação em que são apontados como responsáveis pelo abalroamento ocorrido entre o mesmo vapor e vapor norueguês "Borga", cerca das seis horas e quarenta minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e trinta e sete, no porto de Santos, no Estado de São Paulo. Segundo se verifica do inquérito a que se procedeu, demandava o "Natia" o canal do Porto de Santos, quando ao subir o canal de acesso ao mesmo porto foi sobre o vapor "Borga", então fundeado, produzindo-lhe avarias. Segundo, também, se colhe do inquérito, antes do abalroamento dois outros navios, digo, outros paquetes passaram pelo "Borga" sem que o houvessem abalroado, deixando o fato vementes indícios de que houve imperícia da parte do pessoal do "Natia", o que é tanto mais razoavelmente de supor porque em seu depoimento o segundo suplicado revelou desconhecer as regras gerais para a navegação. Sendo assim, requer esta P. E. que recebida esta se prossiga nos ulteriores termos de direito, tudo para que afinal havidos os suplicados como culpados, impenha o T. M. A. aos mesmos as penalidades de ordem administrativa em que incidiram. No curso da dilação e quando julgue útil esta P. E., apontará outros meios de prova. Nestes termos. Pede Deferimento. Rio de Janeiro, em vinte e dois de julho de mil novecentos e trinta e oito. — Carlos Américo Brasil, procurador especial, em exercício." Despacho: "Recebida em sessão de hoje para que se prossiga na forma regulamentar, ordenando, ainda, a volta do processo à P. E. para que sejam incluídos na representação o comandante e o prático do navio norueguês "Borga". Ao Senhor relator. Cinco-oito-novecentos e trinta e oito. — Darlio, presidente". Aditamento: "Excelentíssimo Senhor presidente do Tribunal Marítimo Administrativo. A Procuradoria Especial no exercício de seu ministério e em obediência ao que decidiu o Tribunal Marítimo a folhas sessenta e sete, vem requerer a Vossa Excelência a citação do capitão Gabriel Cappelen, comandante do vapor "Borga" e do prático a serviço do mesmo vapor, Alfredo de Carvalho SENA, para, sob pena de lançamento e de revelia, responderem aos termos da representação de folhas sessenta e três à qual esta se adita. E que segundo decidiu o Tribunal Marítimo para o sinistro a que alude a referida representação, concorreram os suplicados porque tinham seu navio irregularmente fundeado. Por isso requer que, recebida esta, se prossiga no feito sob as penas e cominações legais da representação de folhas sessenta e três. Nestes termos pede deferimento. Rio de Janeiro, dezessete de agosto de mil novecentos e trinta e oito. — Carlos Américo Brasil, procurador especial, em exercício". E, como esteja o citado em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente edital para os efeitos legais. Dado e passado nesta Capital Federal, aos dezoito de agosto de mil novecentos e trinta e oito. Eu, Hugo Balloussier, oficial administrativo, classe H, o datilografei. E eu, Gilberto de Alencar Sabóia, secretário do Tribunal, o subcrevi. — Dr. João Stoll Gonçalves, juiz relator.

Tribunal Marítimo Administrativo

PARA CIÊNCIA A TERCEIROS INTERESSADOS DO ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO, NA FORMA ABAIXO

O vice-almirante Dário Pais Leme de Castro, presidente do Tribunal Marítimo Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil, na forma da lei, notifica aos interessados pelo presente edital, pelo prazo de quinze dias a contar da publicação do presente, que, por este Tribunal foi proferido Acórdão em o processo número duzentos e noventa e cinco, referente à fratura da haste da válvula de admissão da máquina motora da barca "Martim Afonso", ocorrido em dezoito de abril de mil novecentos e trinta e oito, na baía de Guanabara, julgando o referido acidente fortuito, e, consequentemente, mandando arquivar o respectivo processo. E, para ciência de todos os interessados expede-se o presente edital para os efeitos legais. Dado e passado nesta Capital Federal, aos dezoito de agosto de mil novecentos e trinta e oito. Hugo Balloussier, oficial administrativo, classe H, o datilografei; e eu, Gilberto de Alencar Sabóia, secretário do Tribunal, o subcrevi. — Dário Pais Leme de Castro, vice-almirante, presidente.

MINISTÉRIO DA GUERRA**Inspetoria Geral do Ensino****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA**

EDITAL N. 9

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência, publicado no "Diário Oficial" n. 183, de 10 de agosto do corrente ano, página n. 15.954.

Quartel em Andaraí, 8 de agosto de 1938. — *Hugo de Faria*, capitão secretário.

Policlínica Militar

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência n. 3, publicado no *Diário Oficial* de 13 do corrente, à página número 16.228.

Segunda Região Militar — Segunda Divisão de Infantaria**ESTABELECIMENTO DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA**

EDITAL DE CHAMADA

De acordo com o despacho do Sr. ministro da Guerra, de 22 de julho de 1938, exarado no parecer do consultor jurídico de seu gabinete, deverá comparecer ao Estabelecimento de Material de Intendência da 2.ª Região Militar, com sede em São Paulo, o correio da classe "A", Otávio Tiago de Pinho, dentro do prazo de 30 dias, a partir da publicação do presente edital, afim de prestar declarações a respeito de sua ausência, sob pena de demissão por abandono de emprego.

E.M.I. em São Paulo, 22 de agosto de 1938. — *Amaro Bento Pessoa*, 1.º tenente de Administração secretário do E.M.I.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**Departamento Nacional da Produção Vegetal****CONCURSO DE VEÍCULOS A GASOGÊNIO**

Chamo a atenção dos interessados para o convite formulado no Edital de 15 de junho de 1938, publicado no "Diário Oficial" dos dias 14, 17 e 18 do corrente, respectivamente às páginas 12.072, 12.136 e 12.260, relativo à inscrição no concurso de veículos a gasogênio.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1938. — *Carlos de Sousa Duarte*, diretor geral.

Departamento Nacional da Produção Animal

A Diretoria Geral do D. N. P. A., convida o Sr. Rodolfo Stefen a solar sua proposta de compra de máquina de fabricar tijolos, na forma da lei.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**Departamento Nacional do Trabalho**

A firma Manuel Pereira, estabelecida com negócio de carros a gás, à rua do Riachuelo n. 136, nesta capital, porém não encontrada no local, fica notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT 27.388-34, foi multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do art. 15, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no art. 16, letra C, do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Segunda Seção, 22 de agosto de 1938. — Na ausência do diretor de Seção, *Sophia Monteiro de Barros*, oficial administrativo, classe I.

Departamento Nacional do Trabalho

A firma Sá Vieira & Comp., estabelecida com negócio de água sanitária, à rua São Luiz Gonzaga n. 161, nesta cidade, fica notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT 29.405-34, foi multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do art. 15, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no art. 16, letra C, do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Segunda Seção, 22 de agosto de 1938. — Na ausência do diretor de Seção, *Sophia Monteiro de Barros*, oficial administrativa, classe I.

Departamento Nacional do Trabalho

A firma Chindler & Adler, estabelecida à rua Ana Neri n. 224, nesta cidade, fica notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT 8.903-34, foi multado em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 15, do Decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no artigo 16, letra C, do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no Decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Segunda Seção, 2 de agosto de 1938. — Na ausência do Diretor de Seção, *Sophia Monteiro de Barros*, of. administrativo, classe I.

Departamento Nacional do Trabalho

A firma Carvalho Teixeira & Comp., estabelecida com garagem à rua General Pedra, fica notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT. 52-35, foi multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do art. 15, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto nos arts. 1.º e 16, letra C, do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Segunda Seção, 22 de agosto de 1938. — Na ausência do diretor de Seção, *Sophia Monteiro de Barros*, oficial administrativo, classe I.

Departamento Nacional do Trabalho

EDITAL

A firma Joaquim Duarte Gaspar, estabelecida com negócio de carros à frete, à rua Barroso n. 97, nesta cidade, fica notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT. 27.140, de 1934, foi multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 15, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no artigo 16, letra C, do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Segunda Seção, 22 de agosto de 1938. — Na ausência do diretor de Seção, *Sophia Monteiro de Barros*, oficial administrativo, classe I.

Departamento Nacional do Trabalho

A firma Domingos Caruso, estabelecida com negócio de auto camião, à rua De Lopes (Estado do Rio) Avenida João Pena, fica notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT. 26.928-34, foi multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 15, do Decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no artigo 16, letra C, do mencionado decreto, conforme ficou apurado, pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 2.131, de 23 de novembro de 1932.

Segunda Seção, 22 de agosto de 1938. — Na ausência do Diretor de Seção, *Sophia Monteiro de Barros*, oficial administrativo, classe I.

SOCIEDADES ANONIMAS**BANCO DO BRASIL****Carteira de Redescontos**

BALANÇETE EM 20 DE AGOSTO DE 1938

Ativo

Títulos redescontados	23.530:470\$200
Banco do Brasil — C/ corrente	5.408:124\$100
Despesas gerais	53:431\$700
	28.998:026\$000

Passivo

Fundo de reserva	28.600:897\$400
Redescontos	388:128\$600
	28.998:026\$000

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. — *Carneiro de Mendonça*, diretor. — *Frederico Rego Filho*, contador-tesoureiro.

"JORNAL DOS SPORTS" S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA S. A. "JORNAL DOS SPORTS",
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1938

As quatorze horas do dia trinta e um do mês de maio de mil e novecentos e trinta e oito, em sua sede social, à avenida Rio Branco n. 129, 2º andar, presentes na sala da Diretoria, os acionistas que esta ata firmaram, os quais representavam duzentas e quarenta e sete (247) ações, assumiu a presidência o Sr. Mário Rodrigues Filho, diretor-presidente, declarando aberta a sessão e convidando para secretários os acionistas Senhores José Bartolo da Silva e José Bastos Padilha. Em seguida, o Sr. presidente comunica que a assembléia geral vai julgar o relatório, balanço e parecer do conselho fiscal, publicados no *Diário Oficial*, n. 121, de 28 de maio de 1938. A seguir, o acionista Sr. Roberto Marinho, usando da palavra, propoz que fossem julgadas certas e boas as contas, razão por que deveria a assembléia geral aprovar o relatório, balanço e parecer do conselho fiscal. A assembléia geral aprova unanimemente a proposta do Sr. Roberto Marinho. E, por não haver quem mais usasse da palavra, o Sr. presidente encerrou a sessão, mandando, em seguida, o Sr. José Bertolo da Silva, lavrar a presente ata; que vai pelo mesmo e por todos, que estiveram presentes, assinada.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1938. — José Bartholo da Silva.
— Mário Rodrigues Filho. — Raul Dias Gonçalves, pelo Clube de Regatas Flamengo. — Roberto Marinho. — José Bastos Padilha. — Henrique Gigante.

(C-6.072 — 22-8-938 — 32\$600).

CASA BANCÁRIA "AO MUNDO LOTÉRICO"

Amâncio Rodrigues dos Santos

Rua do Ouvidor n. 139

BALANÇETE DE JULHO DE 1938

Ativo

Caixa	17:979\$100
Despesas gerais	124\$700
Selos e estampilhas	68\$000
Títulos a receber	65:874\$100
Contas correntes	28:884\$160
Banco Com. Ind. São Paulo-Rio	3:530\$400
Impostos	125\$000
Empréstimos com garantia	5:848\$700
Obrigações a receber	48:252\$700
Apólices em custódia	61:264\$000
Apólices em stock	143:000\$000
Apólices de n/ propriedade	151:098\$000
Amâncio Rodrigues dos Santos, c/ lucros	7:669\$700
Banco Boavista	29\$900
	533:748\$760

Passivo

Capital	100:000\$000
Juros e descontos	364\$500
Banco Com. Ind. São Paulo-São Paulo	2\$500
Apólices	200\$000
Saldo de prestação de apólices	271\$500
Caixa de Pensões	72\$000
Obrigações a pagar	137:303\$000
Apólices integralizadas	192:458\$000
Amâncio Rodrigues dos Santos & Comp., c/ sup.	101:147\$860
Amâncio Rodrigues dos Santos, c/ part.	1:929\$400
	533:748\$760

Contador, Abílio Rodrigues dos Santos. — Gerente, Amâncio Rodrigues dos Santos.

(C 6.082 — 22-8-938 — 75\$500)

COMPANHIA CONSTRUTORA NACIONAL, S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
29 DE JULHO DE 1938

Aos 29 dias do mês de julho de 1938, às 15 horas, na sede da Companhia Construtora Nacional S.A., à rua Dom Gerardo número 42, 3.º andar, reuniram-se em assembléia geral extraordinária acionistas representando oitenta e três por cento (83 %), do capital social, conforme livro de presença; abriu a sessão o presidente da Companhia, o Sr. Fritz Henninger, por aclamação designado pela assembléia para presidir a reunião, o qual chamou para secretário o Sr. Raimundo Nonato Paiva.

Assim constituída a mesa, o Sr. presidente depois de verificar haver número legal para deliberar, determinou que o Sr. secretário lesse o aviso de convocação desta assembléia, publicado no "Diário Oficial" e "Jornal do Comércio" desta Capital. Finda a leitura do dito aviso, o Sr. presidente mandou que o Sr. secre-

tário lesse também a carta do ex-diretor da Companhia, Sr. Jacob Baumann, que se achava sobre a mesa, tendo o seguinte teor: "Rio de Janeiro, 9 de julho de 1938. Ilmos. Srs. Diretores da Companhia Construtora Nacional S.A., Nesta — Saudações. Devido ausentar-me do país, por tempo indeterminado e não podendo por isso continuar a fazer parte da administração dessa Companhia venho, por meio desta, solicitar minha demissão do cargo de diretor que exerço. Aproveitando a ocasião para desejar as maiores prosperidades à sociedade e, particularmente, aos meus colegas de diretoria e mais colaboradores meus, subscrevo-me, com apreço e consideração, de vossas senhorias atento admirador. — Jacob Baumann". Terminada a leitura desta carta, pediu a palavra o acionista dr. José Espiridião de Carvalho, para solicitar fosse consignado na ata desta assembléia um voto de louvor ao ex-diretor, Sr. Jacob Baumann, pela sua competência demonstrada e relevante atuação na diretoria desta Companhia. Unanimemente aprovada esta proposta pela assembléia, o Sr. presidente anunciou que a assembléia deverá proceder à eleição para o cargo de um novo diretor-gerente vago em virtude da renúncia do antigo titular, cuja gestão irá até 29 de julho de 1941. Procedida à eleição e apurados os respectivos votos com a assistência dos Srs. acionistas presentes, verificou e declarou a mesa, que havia sido eleito para o cargo vago de diretor-gerente o Sr. Hermann Schroeder, o qual, por não achar presente à reunião, foi desde logo empossado no cargo pela mesa. O Sr. presidente então declarou encerrados os trabalhos da assembléia e suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavatura desta ata. Reaberta a reunião foi a presente ata lida e aprovada unanimemente, redigida e subscrita pela mesa e assinada pelos acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1938. — Raimundo Nonato Paiva, secretário. — Fritz Henninger, presidente.

(C. 6.075 — 22-8-38 — 61\$000.)

EMPRESA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL, BALANÇO E RELATÓRIO DA DIRETORIA, QUE SERÃO APRESENTADOS À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 20 DE AGOSTO DE 1938.

Parecer: — Srs. acionistas — Cumprindo o que dispõe o art. 17, dos estatutos da Empresa de Terras e Colonização, examinamos os livros e documentos sociais, sobretudo os referentes ao período de 1 de julho de 1936 a 30 de junho de 1938, tudo encontrando na melhor ordem, feito com exatidão, método e zelo, expondo-vos o relatório da diretoria o estado social. Somos, pois, de parecer, que sejam aprovados os atos e contas desse período; louvada a diretoria pelo seu empenho em bem cumprir seu mandato. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1938. — Fausto Wernherck Corrêa e Castro. — Guilherme Assunção Junior.

Relatório da diretoria: — Srs. acionistas — Não mais a diretoria desta Empresa de Terras e Colonização está esperando de vê-la indenizada dos gravíssimos prejuízos que sofreu e sofreu, em o iníquo erro judiciário, flagrante na sentença de 18 de abril de 1933, contra ela lavrada na ação intentada pelos quatro Srs. acionistas que judicialmente impugnaram a fusão realizada em 13 de dezembro de 1890, com a Empresa Industrial do Norte e Oeste do Brasil, erro esse que, totalmente fora das alegações e desejos dos autores, declarou nula a constituição das duas empresas, do que, repetimos, não cogitava a ação, intentada apenas contra a fusão, imperando essa monstruosidade até 22 de dezembro de 1933, quando as duas empresas volveram, em virtude do formal e final determinação judicial de separação, à sua primitiva situação autônoma, tendo nesse período, de quase completa acefalia administrativa social, longo de 11 anos, 4 meses e 16 dias, se conservado esta empresa em forçada estagnação, com suas terras, em Santa Catarina, invadidas e livremente ocupadas por intrusos, agravado tal erro, de modo aniquilante, pelo inqualificável abuso governamental de 29 de dezembro de 1893, publicado no *Diário Oficial* de 10 de janeiro de 1894, arbitrariamente descohecendo do impedimento legal que o citado erro havia escravizado a sua vítima, para, sem o mais leve amparo legal, ditatorialmente declarar caducas as suas concessões, negando-se o Ministério da Agricultura, autor da segunda violação, a reconsiderar seu ato, com este curioso despacho, publicado no *Diário Oficial* de 3 de abril de 1894: "cabe à petiçãoária recorrer ao Congresso Nacional", muito tendo concorrido para o fracasso da indenização, afinal judicialmente reclamada, a infeliz orientação dos patronos do nosso direito, por eles mesmos considerado tão líquido e certo que chegaram a afirmar segura, quase ajustada, a obtenção, amigavelmente, da reparação pedida, assim se mantendo eles, sortos em suas falazes esperanças, até que nos vimos surpreendidos pela passagem dos prazos para os recursos judiciais, não podendo a diretoria, que nunca cessou de pedir-lhes presteza no andamento da causa, e de expor às assembléias gerais, para qualquer providência, os perigos dessa ingenua confiança, substituí-los por outros, sumariamente, quer pela excelência da reputação profissional dos mesmos, alguns sempre em íntimo contato com o governo, ao qual cumpria, muito justa e honestamente, dar essa reparação, compensadora de sua própria violência (Dr. Soares Brandão Sobrinho, deputado Dr. Luiz Domingues, senador desembargador Cunha Machado e Dr. Eugênio de Barros Falcão de Lacerda, hoje todos falecidos) mer por que a cassação arbitrária do mandato, que lhes tinha sido outorgado por contratos escritos, podia sujeitar a empresa a grandes extorções dos substituídos, e tal responsabilidade a diretoria não podia nem devia assumir, só por isso. Desesperante de obter essa indenização, empenhamos a diretoria em operar, de muito apreciável valor

do ativo existente, o mais possível, ativo esse que, além de não responder por nenhum outro onus senão algumas parcelas das 37 distribuições já feitas, não reclamadas por Srs. acionistas retardatários, contém excelentes terras disponíveis, vultosas dívidas dos colonos, garantidas pelos bens pelos mesmos adquiridos, etc.

Distribuição: — Em fins de dezembro último fizemos a 37ª, de 500 réis por ação, e contávamos fazer agora a 38ª mas, infelizmente para os nossos desejos, diversas causas, superiores à nossa vontade, obstaram a arrecadação do numerário para tal fim necessário, muito nos empenhando para que não se prolongue esta nossa contrariedade.

Loteamento de terras: — Pelo decreto 58, de 10 de dezembro de 1937, o atual Governo da República determinou o loteamento e registro das terras passíveis de serem vendidas com pagamento parcelado, e isso ainda não fizemos com as nossas não somente em virtude das legais prorrogações dos prazos estabelecidos para tal fim, mas também pelos embaraços que vemos se oporem à realização dessa inovação. A lei visa, muito acertadamente, acautelar o comprador de boa fé contra os artifícios dos vendedores inescrupulosos que, a seu talante, sempre dentro ou nas imediações dos grandes centros populosos, retalham e vendem, quasi que exclusivamente para a edificação de modestos prédios residenciais, o que possuem e não possuem, mas esta não foi e não é a finalidade desta empresa, o seu objetivo, o seu critério administrativo, por muitas décadas afirmado, enfim, os termos de autorização legal para seu funcionamento. Lotear nossas terras em que dimensões, para vendê-las a quem, em que número e para que fim útilitário, uma vez que o terreno é vasto, plano em uns pontos e acidentado em outros, apto para diferentes empregos, mas agrícolas, pastoris, fabris? Nos aludidos centros povoados, essa cautelosa medida é de fato, conveniente, mas no interior do país, onde o que mais abunda é a mala, a terra inaproveitada ou inaproveitável, a sua realização se nos afigura impossível.

Visita à colônia: — Em setembro vindouro conta o nosso diretor-secretário, se força maior a isso não se opuser, visitar a colônia, possivelmente em companhia de um dos Srs. membros do Conselho Fiscal, e desse fato só podemos esperar bons resultados para os interesses sociais, muito deplorando a diretoria que, por enfermidade, este a repensando no Paraná, portanto, fora das suas funções, o seu antigo e estimado auxiliar Sr. Elieune Stariarski, substituído, por sua própria indicação, pelo Sr. Guilherme Elbert.

Escritório: — Para melhor instalação e menor despesa transferimos o escritório da sede social para o edifício da Avenida Rodrigues Alves (Cais do Porto) ns. 303/31.

Conselho Fiscal: — Tendês, Srs. acionistas, de eleger, por terminação do mandato, novo Conselho Fiscal, muito agradecendo a diretoria, ao que se retira, a sua sempre patética disposição de eficiência de colaborar nos nossos trabalhos administrativos.

Diretoria: — Mantem-se esta, por economia, exercida apenas por dois membros.

Conclusão: — Independentemente do exposto neste relatório encontra-se a diretoria à disposição de quem interessado for, para qualquer e outros informes legais, que desejar obter. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. — C. Leite Ribeiro, presidente.

BALANÇO GERAL EM 30 DE JUNHO DE 1938

Ativo		
Ativos em caução	8:000\$000	
Ativos de bancos e companhias	35:461\$088	
Despesas judiciais	2:463\$500	
Móveis e utensílios	2:079\$980	
Dívidas dos colonos do Grão Pará	511:749\$220	
Fiscalização de contratos	43:200\$000	
Medição de terras	126:582\$860	
Contrato Favor Cumprido	1.100:000\$000	
Colônia Grão Pará	301:232\$850	
Terras no Município do Tubarão	172:927\$908	
Garantia da cobertura do capital	1.000:000\$000	
Empresa Industrial do Norte e Oeste do Brasil	42:531\$300	
Casta:		
No caixa	2:588\$280	
No banco	3:342\$700	5:930\$980
Lucros e perdas	2.978:931\$394	
	6.861:093\$180	
Passivo		
Capital (valor de 100.000 ações integralizadas) ..	4.000:000\$000	
Caução da diretoria	8:000\$000	
Conta da Colônia Grão Pará:		
Saldo a favor desta empresa desde a sua organiza-		
ção até esta data	2.755:614\$080	
Obrigações a pagar:		
Importância não reclamada nas 37 distribuições		
feitas	96:978\$500	
Contas a liquidar:		
As guardas-livros, seu ordenado neste exercício	500\$000	
	6.861:093\$180	

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938. — Carlos Leite Ribeiro, presidente. — M. Morand, secretário. — Agenor Martins, guarda-livros.

(C. 6.079 — 22-8-38 — 224\$400.)

FABRICA DE TECIDOS SANTA ISABEL S. A.

Livro de notas 225. — Escritura pública de constituição da sociedade anônima *Fábrica de Tecidos Santa Isabel, S. A.*, com sede nesta cidade de São Luiz, capital do Estado do Maranhão.

Saibam quantos este público instrumento virem, que no ano de mil novecentos e trinta e oito, aos vinte e sete dias do mês de julho, nesta cidade de São Luiz, capital do Estado do Maranhão, em meu cartório, perante mim tabelião e as testemunhas adiante nomeadas o assinadas, compareceram partes justas e contratadas entre si, como outorgantes e reciprocamente outorgados, a saber: — Wadih Chames Aboud, libanez, casado, comerciante; doutor Eduardo Aboud, brasileiro, solteiro, comerciante; dona Malvina Aboud, brasileira, casada, comerciante, neste ato acompanhada de seu marido Wadih Chames Aboud; Miguel Mouchrek, brasileiro, solteiro, comerciante; Nagib Mouchrek, brasileiro, solteiro, comerciante; João Elias Mouchrek, brasileiro, solteiro, comerciante; Elias Mouchrek, brasileiro, casado, comerciante, todos residentes nesta cidade de São Luiz do Maranhão, e também Mianhi Aboud, brasileiro naturalizado, casado, comerciante; Cesar Aboud, brasileiro, casado, comerciante e Alexandre Aboud, brasileiro, solteiro, comerciante, residente no Rio de Janeiro, capital da República, representados os dois últimos neste ato pelo seu bastante procurador, doutor Eduardo Aboud, conforme instrumento de procuração que vai lançado a folhas noventa e seis e noventa e seis verso do livro de lançamentos número cinquenta e um e será transcrito nas certidões e traslados que desta se derem, como sua parte integrante e complementar, todos os presentes conhecidos de mim tabelião e das referidas testemunhas, do que dou fé, bem como de me haver sido esta escritura distribuída pelo bilhete que fica arquivado. E, perante as mesmas testemunhas, por todos os outorgantes e reciprocamente outorgados, falando cada um de per si, e um após outro, me foi dito que resolviam constituir, como de fato, por esta pública escritura constituída fica uma sociedade anônima, sob a denominação de *Fábrica de Tecidos Santa Isabel S. A.*, com sede nesta cidade, e com o capital social de quatro mil contos de réis (4.000:000\$000), dividido em quatro mil (4.000) ações nominativas de um conto de réis cada uma (1:000\$000), para a exploração da indústria de fiação e tecidos de algodão e de outras indústrias que de futuro forem de interesse da sociedade, utilizando-se, para esse fim, da *Fábrica Santa Isabel* que a sociedade ora constituída pretende adquirir da Caixa Econômica do Rio de Janeiro; que o capital social já foi subscrito uma oitava parte, ou sejam quinhentos contos de réis (500:000\$000), por eles outorgantes e reciprocamente outorgados; que fica depositada no Banco do Brasil, agência nesta cidade, a quantia de cinquenta contos de réis (50:000\$000), correspondente a dez por cento do capital subscrito; que a sociedade anônima ora constituída e fundada se regerá pelos Estatutos adiante transcritos e que foram lidos, acitos e assinados neste ato por todos os outorgantes e reciprocamente outorgados, que são os subscritores do capital acima referido; que, finalmente, estando por esta forma cumpridas e satisfeitas as exigências do decreto número quatrocentos e trinta e quatro de quatro de julho de mil novecentos e noventa e um, eles outorgantes e reciprocamente outorgados dão por constituída, desde já, a mencionada sociedade anônima *Fábrica de Tecidos Santa Isabel, S. A.*, a qual observadas que sejam as formalidades a que ainda está sujeita, poderá iniciar imediatamente as suas operações. **ESTATUTOS DA FABRICA DE TECIDOS SANTA ISABEL S. A.** — Capítulo Primeiro — *Da sociedade, seus fins, sede e duração.* — Artigo primeiro — Sob a denominação de *Fábrica de Tecidos Santa Isabel, S. A.*, fica constituída uma sociedade anônima brasileira que se regerá pelos presentes Estatutos, e, nos casos omissos, pelas disposições legais reguladoras das sociedades anônimas. — Artigo segundo — A sociedade tem por fim a exploração da *Fábrica Santa Isabel*, de fiação e tecidos de algodão, sita à rua Osvaldo Cruz número mil seiscientos e oito, desta cidade de São Luiz do Maranhão, a exportação de seus produtos manufaturados e outras indústrias que de futuro forem de interesse da sociedade. — Artigo terceiro — A sede e foro jurídico da sociedade é nesta cidade de São Luiz, capital do Estado do Maranhão. — Artigo quarto — A sociedade não tem prazo fixado para a sua duração, pelo que poderá ser dissolvida a qualquer momento, nos casos previstos em lei, inclusive deliberação da Assembléia Geral. — Capítulo Segundo — *Do capital, das ações e dos acionistas* — Artigo quinto — O capital da sociedade é de quatro mil contos de réis (4.000:000\$000), dividido em quatro mil ações (4.000) nominativas, do valor de um conto de réis cada uma (1:000\$000). — Artigo sexto — O capital será subscrito pela forma seguinte: quinhentos contos de réis (500:000\$000) já realizados e os restantes três mil e quinhentos contos de réis (3.500:000\$000), a serem realizados até dezembro de 1939. — Artigo sétimo — As ações poderão ser transformadas em ações ao portador, por deliberação da Assembléia Geral. — Artigo oitavo — As ações são indivisíveis perante a sociedade, que não reconhece mais de um proprietário para cada ação. — Artigo nove — Os títulos das ações são assinados pela Diretoria da sociedade e transferíveis por meio de termo assinado pelos acionistas ou seus bastantes procuradores, em livro especial, devidamente legalizado na sede da sociedade. — Artigo décimo — Todo acionista poderá discutir em Assembléia Geral os negócios da sociedade e votar, concorrer para as eleições da Diretoria, do Conselho Fiscal e de outros quaisquer cargos que sejam ou venham a ser providos por esse meio, cabendo a cada acionista tantos votos quantos forem as ações que possuir. — Artigo onze — Para que o acionista seja, porém, admitido a votar nas Assembléias Gerais é indispensável que esteja como tal inscrito no registro da sociedade com trinta dias

pelo menos de antecedência. — Artigo doze — O direito de voto pode ser exercido por meio de mandatário especial, cujo instrumento de procuração ficará no arquivo da sociedade, contanto que o mandatário seja acionista, proibido, entretanto, o exercício desse mandato a qualquer dos administradores ou membros do Conselho Fiscal. — Parágrafo único — Um só acionista pode aceitar e desempenhar vários mandatos. — Artigo treze — São admitidos a votar, independentemente de mandato, mas mediante prova de sua qualidade: a) os pais por seus filhos menores; b) os tutores por seus pupilos quando menores de dezesseis anos; c) os maridos por suas esposas, quando o casamento não for no regime da separação de bens; d) os curadores por seus curatelados, nos termos da legislação civil; e) o diretor da sociedade anônima ou gerente da firma comercial ou sociedade civil, desde que tenha atribuições para representá-las. — Capítulo Terceiro — *Do aumento do capital social* — Artigo quatorze — O capital social poderá ser aumentado de quatro mil contos de réis (4.000.000\$000), nos termos previstos em lei e por deliberação da Assembléia Geral, precedida de proposta da Diretoria e de parecer do Conselho Fiscal. — Artigo quinze — No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência na distribuição das novas ações, em proporção das que já possuírem. — Artigo dezesseis — O aumento de capital deverá ser feito pela mesma forma que é constituída a sociedade. — Capítulo quarto. — *Da administração* — Artigo dezessete. — A sociedade será administrada por uma diretoria composta de dois membros, com as denominações de diretor presidente e diretor tesoureiro, eleitos por dois anos pela Assembléia Geral, dentre os acionistas. — Artigo dezoito. — A eleição da Diretoria será por escrutínio secreto e maioria de votos. — Artigo dezenove. — Juntamente com os membros da Diretoria serão eleitos dois suplentes acionistas, para substituírem, na ordem de sua colocação, respectivamente, o diretor presidente e o diretor tesoureiro, nos seus impedimentos ou em caso de morte ou renúncia de mandato, servindo o suplente, em caso de vaga, até o fim do mandato. — Artigo vinte. — Os membros da diretoria poderão ser reeleitos. — Artigo vinte e um. — Não podem ser eleitos membros da diretoria: a) os que não puderem ser comerciantes segundo a legislação vigente; b) os diretores, gerentes ou fiscais de sociedade que explore o mesmo ramo de indústria e as pessoas que forem proprietárias de estabelecimentos congêneres no Maranhão. — Parágrafo único. — Se, não obstante a proibição acima, for eleito algum diretor em desacordo com este dispositivo, proceder-se-á a nova eleição. — Artigo vinte e dois. — Cada membro da diretoria, para garantia de sua administração, será obrigado a caucionar vinte e cinco ações, que serão consideradas desde logo inalienáveis durante todo o período do mandato e só poderão ser levantadas depois da respectiva prestação de contas. — Parágrafo único. — A caução será feita no livro especial de registro de ações, com observância das formalidades estabelecidas em lei. — Artigo vinte e três. — Cada membro da diretoria perceberá, mensalmente, a quantia de dois contos de réis (2.000\$000), que será levada à conta de despesas gerais. — Artigo vinte e quatro. — Compete aos diretores presidente e tesoureiro, em conjunto, além dos poderes gerais de administração, decorrentes da lei e dos fins especiais da sociedade: a) cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e as deliberações da Assembléia Geral; b) contratar e despedir os empregados e operários da sociedade; conceder-lhes licença e fazer-lhes os salários; c) propor à Assembléia Geral as modificações que julgarem necessárias nos presentes Estatutos; d) determinar os dividendos a serem distribuídos aos acionistas; e) assinar os títulos de responsabilidade da sociedade; f) representar a sociedade ativa e passivamente em juízo, nas suas relações com terceiros, nos atos públicos e perante os poderes constituídos; g) nomear agentes e representantes da sociedade dentro do Estado, em outros Estados da Federação Brasileira e no estrangeiro, se preciso for; h) presidir as Assembléias Gerais. — Artigo vinte e cinco. — Compete ao Diretor Presidente: a) superintender e dirigir negócios da sociedade; b) convocar a Assembléia Geral; c) apresentar à Assembléia Geral o balanço e mais documentos de todas as operações da sociedade, precedidos do relatório da Diretoria e do parecer do Conselho Fiscal; d) assinar os balanços e balancetes e a correspondência da sociedade; e) autenticar com a sua rubrica os livros de atas das reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Fiscal e o livro de presença dos acionistas nas Assembléias Gerais. — Artigo vinte e seis. — Compete ao Diretor Tesoureiro: a) comprar matéria prima e tudo que for preciso para o bom funcionamento da Fábrica Santa Izabel, vender os produtos manufaturados e receber as importâncias devidas à sociedade, seja de que procedência for; b) assinar os cheques para levantamento de dinheiro depositado em estabelecimentos bancários, destinados ao movimento dos negócios sociais; c) levantar e assinar as contas-correntes da sociedade; d) nomear sob sua responsabilidade individual prepostos para recebimento de dinheiro da sociedade fora do escritório; e) ter sob sua guarda os valores, dinheiros, livros de escrituração da sociedade; f) dirigir o serviço de contabilidade; g) lavar as atas de reuniões da Assembléia Geral e subscrevê-las. — Capítulo Quinto. — *Do Conselho Fiscal* — Artigo vinte e sete — O Conselho Fiscal será composto de três membros, que poderão deixar de ser acionistas, eleitos por um ano, pela Assembléia Geral, em sessão ordinária. — Artigo vinte e oito — Juntamente com os membros do Conselho Fiscal serão eleitos três suplentes dos mesmos, na ordem em que se acharem colocados. — Artigo vinte e nove — Além das atribuições legais que lhe são próprias, compete ao Conselho Fiscal: a) examinar, sempre que julgar conveniente, os livros de escrituração da sociedade, tanto comercial como fiscal, bem como os maquinismos da Fábrica Santa Izabel e os seus produtos; b) examinar, quando for solicitado pela Assembléia

Geral, todas as operações em curso da sociedade e apresentar relatório sobre o assunto, mencionando os livros examinados e assinalando todas as irregularidades, falhas, erros, omissões e fraudes encontradas e indicando os nomes dos responsáveis e as medidas a serem tomadas; c) dar parecer sobre o relatório da Diretoria. — Artigo trinta — Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração anual de um conto de réis (1.000\$000). — Capítulo sexto — *Da Assembléia Geral* — Artigo trinta e um — A Assembléia Geral dos acionistas da sociedade reunir-se-á, ordinariamente, no mês de maio de cada ano, na sede da sociedade, à rua Osvaldo Cruz, número mil seiscientos e oito, nesta cidade de São Luís do Maranhão, para leitura do parecer do Conselho Fiscal, exame, discussão e deliberação sobre inventário, balanço atos e contas da Diretoria, referentes ao ano anterior, bem como para eleição do Conselho Fiscal e da Diretoria, quando for caso desta eleição, bem como dos respectivos suplentes. — Parágrafo único — A Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, tantas vezes quantas se tornarem necessárias e houver convocação, de acordo com a lei e os presentes Estatutos. — Artigo trinta e dois — A Assembléia Geral, tanto ordinária, como extraordinária, será convocada com quinze dias de antecedência pelo menos, declarando-se no aviso de convocação os motivos que a determinarem e a indicação do dia, hora e lugar da reunião. — Parágrafo único — Na Assembléia Geral extraordinária não poderá ser discutido assunto extranho ao declarado no aviso de convocação. — Artigo trinta e três — A Assembléia Geral, quer ordinária, quer extraordinária, não poderá deliberar senão com a presença de acionistas representando pelo menos metade do capital social. — Artigo trinta e quatro — Se no dia e hora designados para a reunião da Assembléia Geral esta não se efetuar, será feita nova convocação pela imprensa com a declaração de que a Assembléia deliberará qualquer que seja a importância do capital representado pelos acionistas presentes. — Artigo trinta e cinco — Quando se tratar, porém, de modificação destes Estatutos ou de aumento do capital social a Assembléia Geral só poderá deliberar validamente com a presença pelo menos de dois terços dos acionistas. — Parágrafo primeiro — Se, entretanto, na primeira e na segunda reuniões não comparecerem dois terços dos acionistas, far-se-á a terceira convocação, declarando-se nos anúncios que a Assembléia deliberará validamente qualquer que seja o número de acionistas presentes. — Parágrafo segundo — Neste caso, além dos anúncios pela imprensa, a convocação será feita por meio de carta registrada aos acionistas. — Artigo trinta e seis — Em qualquer hipótese, a Assembléia Geral não poderá funcionar com menos de três acionistas, além dos membros da Diretoria. — Artigo trinta e sete — As deliberações da Assembléia Geral serão sempre tomadas por maioria de votos. — Artigo trinta e oito — O Diretor Presidente da sociedade providenciará no sentido da cópia do balanço anual ser posta à disposição dos acionistas, na sede da sociedade, trinta dias antes da reunião da Assembléia Geral ordinária. — Artigo trinta e nove — Um dos secretários da Assembléia Geral é o Diretor Tesoureiro e o outro será livremente escolhido pelo Diretor Presidente no momento de reunião dentre os acionistas. — Artigo quarenta — A presença dos acionistas na Assembléia Geral será verificada pelas suas assinaturas em livro especial. — Artigo quarenta e um. — Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão votar em deliberação sobre os seus atos. — Artigo quarenta e dois. — As atas das reuniões da Assembléia Geral serão lavradas em livro próprio e assinadas por todos os acionistas presentes. — Capítulo sétimo. — *Do balanço geral, dos lucros e dos fundos sociais*. — Artigo quarenta e três. Os balanços gerais serão levantados em trinta e um de dezembro de cada ano. — Artigo quarenta e quatro. — Os lucros líquidos apurados dos balanços anuais, depois de aprovados pela Assembléia Geral ordinária serão aplicados da seguinte forma: dez por cento para constituição do Fundo de Contas Perdidas; quinze por cento para o Fundo de Reforma de Maquinismos; cinco por cento para o Fundo de Seguros de Auxílios de Previdência e de Gratificações a Empregados e Operários e os restantes sentença por cento distribuídos pelos acionistas em dividendos. — Artigo quarenta e cinco. — No caso de dissolução da sociedade, a Assembléia deliberará sobre o destino do ativo social. — Capítulo oitavo. — *Disposições Gerais*. — Artigo quarenta e seis. — Os presentes Estatutos entrarão em vigor nesta data. — *Disposições Transitórias*. — Artigo primeiro. — Exercerão os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Tesoureiro, durante o primeiro período de administração, que ora se inicia para terminar com a posse da nova Diretoria eleita pela Assembléia Geral em sessão ordinária em maio de mil novecentos e quarenta, os senhores Eduardo Aboud e Cesar Aboud. — Parágrafo único. — Serão suplentes desses Diretores, respectivamente, os senhores Wadih Chames Aboud e João Mouchrek. — Artigo segundo — Exercerão os cargos de membros do Conselho Fiscal, durante o corrente ano, os senhores Manoel João de Moraes Rego, Arnaldo de Jesus Ferreira e Miguel Mouchrek, cessando o mandato com a eleição do novo Conselho Fiscal pela Assembléia Geral em maio de mil novecentos e trinta e nove. — Parágrafo único. — Ficam nomeados suplentes do Conselho Fiscal, pela ordem de sua colocação, os doutores Benedito Mettre, Clodomir Milet e o Sr. José Zoroastro Vieira. — Artigo terceiro. Fica a Diretoria da sociedade deste já autorizada a adquirir da Caixa Econômica do Rio de Janeiro a "Fábrica Santa Izabel" e todos os bens que pertenceram à Companhia Fabril Maranhense, nas condições e pela forma que achar mais conveniente aos interesses da sociedade, assinando todos os atos que se fizerem necessários a esta operação, inclusive os

a qualidade de incorporadores da *Fábrica de Tecidos Santa Isabel* S. A., com sede nesta cidade, vão à Alfândega deste Estado pagar o selo proporcional por verba no valor de doze contos e duzentos réis (12:000\$200), sendo doze contos de réis em estampilhas federais e duzentos réis, taxa de Educação e Saúde, referente à constituição da dita sociedade anônima *Fábrica de Tecidos Santa Isabel*, S. A., cuja escritura será lavrada no meu cartório, nesta data, com o capital de quatro mil contos de réis (4.000:000\$000), imposto este de acordo com a Tabela A, número 36, do decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936. Maranhão, vinte e sete de julho de mil novecentos e trinta e oito. Osvaldo da Silva Soares. Estava o carimbo do tabelionato. — Foi paga, pela verba n. 376, nesta data, a quantia de doze contos de réis, de acordo com o número 36 da Tabela A, combinado com o artigo número 14 parágrafo 2º, anexa ao decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936 e mais uma estampilha da taxa de Educação e Saúde. Alfândega de São Luiz. Estado do Maranhão. — Primeira seção, 27 de julho de 1938. João Sousa, escrivão. — Segunda via. Alfândega de São Luiz — Estado do Maranhão. Primeira seção, 27 de julho de 1938. — João Sousa, escrivão. N. 376 — Alfândega de São Luiz (estavam as armas da República). Selo por verba. Exercício de 1938. No livro de receita às fls., fica debitado o tesoureiro senhor Messias Augusto Nogueira, pela quantia de doze contos de réis (12:000\$000), recebida do Sr. Wadih Chames Aboud e outros provenientes do selo à constituição da sociedade anônima *Fábrica de Tecidos Santa Isabel*, S. A., conforme verba número 376 — Primeira seção, 27 de julho de 1938. O escrivão do selo — João Sousa — Alfândega do Maranhão. Recebi 12:000\$000 — Em vinte e sete de julho de 1938. — Tesoureiro M. Nogueira. Estão conformes. Em fé e testemunho da verdade assim o disseram, outorgaram, aceitaram e assinam com as testemunhas abaixo. Artur Paraiso e José Tinoco Pereira, residentes nesta cidade, que foram presentes, depois de ouvirem ler, do que dou fé; e são todos reconhecidos de mim tabelião. Eu, Homero José Mendonça escrevente, a escrevi. E eu, Osvaldo da Silva Soares, tabelião subscrevi. (aa.) — Maranhão, 27 de julho de 1938. Wadih Chames Aboud, Eduardo Aboud. Malvina Aboud. Miguel Mouchrek. Nagib Elias Mouchrek. João Elias Mouchrek. Elias Mouchrek. Manih Aboud. p.p. César Aboud — Eduardo Aboud. p.p. Alexandre Aboud — Eduardo Aboud. José Tinoco Pereira. Artur Paraiso. (Estavam coladas estampilhas federais no valor de dois mil e duzentos réis e uma taxa de Educação e Saúde de duzentos réis no total de dois mil e quatrocentos réis) — PROCURAÇÃO telegráfica aqui lançada a pedido de Eduardo Aboud. Carta Cabo. Estava o carimbo da The Western Telegraph Company Limited — XNZ 12/ CH 29/S Florianópolis, 27 19 11, 30 VF — CTN Aboud — Maranhão — Procuração César Aboud, casado, brasileiro, natural do Território do Acre, comerciante, estabelecido no Distrito Federal, à rua São Pedro n. 23, 5º, constitui pelo presente instrumento por via telegráfica seu bastante procurador na cidade de São Luiz, capital do Estado do Maranhão, o senhor Eduardo Aboud, solteiro, brasileiro, natural do Território do Acre, comerciante e residente na capital acima mencionada para o fim especial de representá-lo com plenos poderes na organização da sociedade anônima *Fábrica de Tecidos Santa Isabel*, S. A., da qual é o outorgante um dos fundadores, podendo ainda assinar escritura pública, estatutos, demais atos necessários tomar parte assembleia de acionistas, representá-lo como incorporador, votar, aceitar cargos diretoria, representá-lo em qualquer repartição pública, transigir e substabelecer a presente a quem lhe convier. Florianópolis, 19 de julho de 1938. César Aboud, sobre duas estampilhas federais no valor de 2\$200, devidamente inutilizadas. Testemunhas: Arnaldo Maranhão — Maximiliano Muller. — Reconheço as firmas supra e letras verdadeiras e dou fé. Em fé da verdade. Florianópolis, 19 de julho de 1938. O tabelião Leonardo de Campos Junior. Sobre duas estampilhas estaduais no valor de 1\$400, devidamente inutilizadas. — Firma no tabelião F. Hermes. Rio. Rosário n. 141. Certifico que as assinaturas estão devidamente legalizadas no tabelião público, Florianópolis, 19 de julho de 1938. W. G. Hawkins, gerente. The Western Telegraph Company Limited. Florianópolis. Sobre duas estampilhas federais no valor de 2\$200 devidamente inutilizadas. — Reconheço verdadeira a firma supra. — Florianópolis, 19 de julho de 1938. Em testemunho da verdade. O tabelião Leonardo Jorge de Campos Junior. Sobre duas estampilhas estaduais no valor de 1\$400, devidamente inutilizadas. — Firma no tabelião F. Hermes. Rio. Rosário n. 141. — Está conforme. Maranhão, vinte e sete de julho de mil novecentos e trinta e oito. Eu, Homero José Mendonça, escrevente, escrevi. E eu, Osvaldo da Silva Soares, tabelião, subscrevi e assino. Osvaldo da Silva Soares. PROCURAÇÃO aqui lançada a pedido de Eduardo Aboud. L. 592. Fls. 376 — República dos Estados Unidos do Brasil. — Rio de Janeiro — Rua Ouvidor n. 56 — 3º. Ofício de Notas — Telefone 23-0365 — Tabelião: Dr. Antônio Carlos Penafiel. Primeiro traslado. Procuração bastante que faz Alexandre Aboud. Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e trinta e oito, aos vinte dias do mês de julho nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, em meu cartório, perante mim, tabelião, Dr. Antônio Carlos Penafiel, compareceu como outorgante Alexandre Aboud, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, estabelecido à rua São Pedro n. 23 — 5º andar, nesta Capital, reconhecido como o próprio pelas duas testemunhas abaixo assinadas, de cuja identidade e capacidade jurídica dou fé e perante elas disse que

por este público instrumento nomeava e constituía seu bastante procurador Manih Aboud, casado, brasileiro por naturalização e temporariamente residente em São Luiz do Maranhão, conferindo-lhe poderes para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, para cujo fim constituirá advogado, e especialmente, para assinar escritura pública ou quaisquer atos de constituição da **Fábrica de Tecidos Santa Isabel**, Sociedade Anônima, comparecer às assembleias gerais de acionistas, representá-lo como incorporador da mesma sociedade, votar e aceitar cargos para a diretoria da mesma sociedade, representá-lo perante qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, transigir, dar quitação e substabelecer, ratificados os poderes impressos — concede todos os poderes em direito permitidos para que em nome dele outorgante, como se presente fosse, possa em juízo ou fora dele, requerer, alegar, defender todo o seu direito e justiça em quaisquer causa ou demandas cíveis, crimes, movidas ou por mover, em que ele outorgante for autor ou réu, em um ou outro foro; fazendo citar oferecer ações, libelos, exceções, embargos, suspeições e outros quaisquer artigos; contrariar, produzir, inquirir e reperguntar testemunhas, dar de suspeito a quem lho for, jurar decisória supletoriamente na alma dele outorgante; fazer dar tais juramentos a quem convier; assistir nos termos de inventário e partilhas, com as citações para elas; assinar autos requerimentos, protestos, contra-protestos, termos, ainda os de confissão, negação, louvação e desistência; apelar, agravar ou embargar qualquer sentença ou despacho e seguir estes recursos até maior alçada, fazer extrair sentença, requerer a execução delas, sequestros; assistir aos atos de conciliação para os quais lhe concede poderes ilimitados; pedir precatórias; tomar posse; vir com embargos de terceiro senhor e possuidor; juntar documentos torná-los a receber, variar de ações e intentá-las de novo; podendo substabelecer em um ou mais procuradores e os substabelecidos em outros, ficando-lhe os mesmos poderes em vigor e revogá-los, querendo; seguindo suas cartas de ordens e avisos particulares que, sendo preciso, serão considerados como parte desta. E tudo quanto assim for feito pelo dito seu procurador ou substabelecido, promete haver por valioso e firme, reservando para a sua pessoa toda nova citação. Assim o disse, do que dou fé, e me pede este instrumento que li, aceita e assina com as testemunhas que a tudo estiveram presentes. — Leonardo da Rocha Pinheiro e Artur Pinto Coelho, reconhecidas de mim tabelião do que dou fé. Paga de selo federal 2\$000 e \$200 da taxa de educação. Eu, Manuel José Loureiro, ajudante juramentado, a escrevi. E eu, Antônio Carlos Penafiel, tabelião a subscrevo e assino. Antônio Carlos Penafiel, Alexandre Aboud. Testemunhas: Leonardo da Rosa Pinheiro, Artur Pinto Coelho. Traslada na mesma data por mim. (Estava uma rubrica ilegível). E eu, Antônio Carlos Penafiel, tabelião, subscrevo e assino em público e razo. Em test. (Estava o sinal público do tabelião) da verdade. Antônio Carlos Penafiel. Estava o carimbo do tabelionato. — Substabeleço no Dr. Eduardo Aboud, brasileiro, solteiro, comerciante, aqui residente, sem reserva, os poderes que me foram outorgados na presente procuração. Maranhão, 25 de julho de 1938. Manih Aboud. (Estavam coladas duas estampilhas federais no valor de mil réis cada uma e uma taxa de Educação e Saúde, no valor de duzentos réis, devidamente inutilizadas). Reconheço as firmas Antônio Carlos Penafiel e Manih Aboud e letra. Mar. 25 jul. 1938. Em test. da verd. (Estava o sinal público do tabelião). Adelman Brasil Corrêa. Estavam coladas duas estampilhas estaduais no valor total de oitocentos réis e uma taxa de Educação e Saúde, no valor de duzentos réis, inutilizadas pelo carimbo do tabelionato). Estava outro carimbo do tabelionato. Está conforme. Maranhão, vinte e sete de julho de mil novecentos e trinta e oito. Eu, Hornero José Mendonça, escrevente, escrevi. E eu, Osvaldo da Silva Soares, tabelião subscrevi e assino. Osvaldo da Silva Soares. Está conforme. Maranhão, vinte e sete de julho de mil novecentos e trinta e oito. Eu, Osvaldo da Silva Soares, tabelião, subscrevi e assino em público e razo, reservando a entrelinha de folhas sete — *Eduardo Aboud*, e a de fls. 6 — e duas fls. 4, art. 27. Em testemunho (estava o sinal do tabelião) da verdade. Osvaldo da Silva Soares. Maranhão, vinte e sete de julho de mil novecentos e trinta e oito. Osvaldo da Silva Soares. (Estavam coladas dois selos estaduais na importância de vinte mil réis, dois selos federais no valor de seis mil réis e uma taxa de Educação e Saúde, de duzentos réis, devidamente inutilizados). Estava o carimbo do cartório. Pagou pelo talão n.º 1.709, na primeira via, 17\$500 réis de emolumentos. Recebedoria 3-8-38. A. Seabra. Estava o carimbo da Diretoria da Fazenda. — Mesa de Renda. Foram apresentados pelo acionista Wadih Chames Aboud os documentos exigidos pelo decreto federal n.º 344, de 17 de março de 1938, das alíneas b e c, na forma do artigo 7º do referido decreto. Junta Comercial do Maranhão, 5 de agosto de 1938. Visto. Junta Comercial, 5 de agosto de 1938. Astolfo Serra, secretário diretor. Contém esta escritura de contrato dez folhas, sob ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, que vão por mim numeradas e rubricadas com o apelido *Astolfo Serra*, de que uso. Sob o n.º 49 foi arquivado por despacho de 4 de agosto de 1938. Foi pago o selo respectivo no valor de cem mil réis, em estampilhas federais e de emolumentos quatro mil réis. Repartição da Junta Comercial do Maranhão, em 4 de agosto de 1938. O diretor, Astolfo Serra. Estava o carimbo da Junta Comercial.

(474\$400 — A pagar — 1 vez.)

(C. — N. 6.126 — 19-8-938 — 798\$700)

SUDELETRO S. A.

RETIFICAÇÃO

Na "Demonstração da Conta de Lucros e Perdas" publicada no *Diário Oficial* de 20 do corrente mês, a página 16.761, onde se lê: "Mercadorias ... 338:331\$400", leia-se: "Mercadorias ... 388:331\$400".

'A INVICTA', S. A. EMPRESA DE PUBLICIDADE

RETIFICAÇÃO

No balancete publicado no *Diário Oficial* de 20 do corrente, a página 16.781, no Passivo, onde se lê: Capital, 300:000\$000, leia-se: Capital, 30:000\$000.

SOCIEDADES CIVIS

COLÉGIO RODGER

EXTRATO DOS ESTATUTOS

Fundado nesta Capital aos quinze dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e cinco (1935), tem por fim ministrar o ensino primário, línguas, dactilografia e comercial á mocidade do Brasil; o seu patrimônio é constituído de móveis e utensílios e de rendas escolares, ou doações, que venha a possuir, sendo o tempo de duração indeterminado e a sua diretoria composta de um diretor-proprietário, um tesoureiro e um secretário. Estes cargos são de nomeação exclusiva do diretor-proprietário e demissíveis pelo mesmo. O diretor-proprietário responde ativa e passivamente por todas as obrigações assumidas e representará o Colégio em juízo e fora dele, podendo delegar poderes. Os alunos e professores não respondem nem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela diretoria em nome do Colégio. No caso de não mais preencher o Colégio a sua finalidade o seu patrimônio será de exclusiva propriedade do diretor-proprietário. A reforma dos estatutos será feita quando as exigências do momento e as leis o exigirem.

A Diretoria.

(C — 6.079 — 22-8-38 — 26\$500)

ANUNCIOS

Banco de Descontos do Rio de Janeiro

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede deste Banco, à avenida Presidente Wilson n.º 118, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n.º 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1938. — A Diretoria.

(C 5.473 — 25-7-1938 — 24\$500 — 3 vezes)

Rodrigues & Comp.

("JORNAL DO COMÉRCIO")

Para os fins declarados no art. 3º dos estatutos sociais, a sócia solidária-gerente, convida os senhores acionistas para a reunião da assembleia geral ordinária, convocada para o dia 29 do corrente mês às 15 horas, na sede social, à avenida Rio Branco n.º 117, sobre-loja.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1938. — Dora Rodrigues Pacheco.

(C 6.116 — 15-8-1938 — 39\$800 — 3 vezes)

A Praça

FERREIRA LAND & COMP., comerciantes, estabelecidos à rua Evaristo da Veiga n.º 24, nesta cidade, tendo ajustado vender todo o seu stock de mercadorias, móveis e utensílios à firma Serafim Ferreira & Comp. Ltda., também estabelecida nesta cidade, à rua Evaristo da Veiga ns. 26/28, sendo feita a mesma venda livre e desembaraçada de todo e qualquer onus ou responsabilidade, convidam todos os seus credores a apresentarem as contas ou títulos respectivos, no 1º andar do mesmo estabelecimento, de 9 às 17 horas, até o dia 31 do corrente, afim de serem logo pagos.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938. — Ferreira Land & Comp. — Serafim Ferreira & Comp. Ltda.

(C 6.062 — 19-8-1938 — 42\$800 — 3 vezes)

Companhia Minas do Rio Carvão

Comunicamos aos senhores acionistas que a **Companhia Minas do Rio Carvão**, de corrente, será pago, em seu escritório, à rua General Câmara n. 66, 1º andar, o dividendo relativo ao primeiro semestre do corrente ano, à razão de 4\$000 por ação.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938. — A diretoria.

(C 6.038 — 19-8-1938 — 24\$500 — 3 vezes)

Lavanderia Cooperativa de Responsabilidade Limitada

(SINDICATO PROFISSIONAL)

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De ordem do senhor presidente, convido os senhores acionistas a se reunirem, às 14 1/2 horas do dia 25 do corrente, em nossa sede, à rua Maxwell n. 80, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1º) Leitura e discussão do relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal e balancete encerrado em 30 de junho próximo findo;

2º) Resolver sobre o aproveitamento dos terrenos adquiridos; 3º) Interesses sociais.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938. — José da Silva Campos, secretário.

(C 6.055 — 19-8-1938 — \$1\$600 — 5 vezes)

Aéro Club do Rio de Janeiro

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Primeira convocação

Na forma do § 14 do art. 24 dos estatutos e por resolução da diretoria, ficam, por esta forma convocados os senhores sócios para a segunda assembleia geral extraordinária, em que se deliberará sobre a integração do Aéro Club do Rio de Janeiro ao Aéro Club do Brasil.

A reunião será efetuada às 5 1/2 horas do dia 2 de setembro, na sede social provisória, na avenida Rio Branco n. 62, 1º andar. — Luciano Lemos de Oliveira, diretor-presidente.

(C 6.073 — 22-8-1938 — 17\$300)

A Praça

Adlar & Comp. Ltda., levam ao conhecimento de seus amigos e conhecidos que mudaram o seu escritório para a rua da Quitanda, n. 87, 1º, onde aguardam suas prezadas ordens.

(C 6.074 — 22-8-1938 — 6\$100)

Caixa Particular de Auxílios da Irmandade de São João Batista e Nossa Senhora do Alívio

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores associados a se reunirem, no dia 25 do corrente, às 19 horas, na sede social, à rua Bela n. 377, para eleição dos novos membros da diretoria e do conselho e assuntos de interesse social.

De acordo com o art. 32 dos estatutos, na falta de número para realizar-se em primeira convocação, será convocada para às 20 horas, realizando-se com qualquer número.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1938. — José Maria de Oliveira Chaves, presidente.

(C 6.077 — 22-8-1938 — 18\$400)

A Praça

O Laboratório Venâncio Limitada, estabelecido à rua Sacadura Cabral n. 351-A, comunica a esta praça que está vendendo livre e desembaraçado de qualquer onus o seu laboratório, e quem se julgar seu credor deve apresentar os seus títulos comprobatórios para a sua liquidação.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — Laboratorio Venancio Ltda.

Reconheço a firma Laboratório Venâncio Ltda.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — Raul Sá Filho, tabelião substituto.

(C 6.080 — 22-8-1938 — 16\$300)

Linotipo do Brasil, S. A.

Aham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à rua Pharoux n. 19, todos os documentos de que trata o art. 147 da lei de sociedades anônimas.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. — A diretoria.

(C 6.081 — 22-8-1938 — 7\$100)

Fábrica Maracanã S. A.

Ficam convidados os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 23 de setembro de 1938, às 3 horas, na sede social desta sociedade, à rua Conde de Bomfim números 1.293/97, estando desde já à disposição os documentos a que atende o art. 147 do decreto n. 434, de 1891.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1938. — A diretoria.

(C 6.083 — 22-8-1938 — 30\$600 — 3 vezes)

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Agosto de 1938

PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO E MARCAS DE INDÚSTRIA E DE COMÉRCIO

Boletim n. 18

ATOS DO SR. MINISTRO

Expediente do dia 16 de agosto de 1938

Foram assinadas pelo Sr. ministro do Trabalho, as patentes de invenção, de modelo de utilidade e de melhoramento concedidas aos seguintes inventores:

PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

N. 25.837 — Heberlein & Co., A. G., por seu procurador C. Buschmann, para a invenção de "Processo para aumentar a resistência ao amarrotamento de produtos textis feitos de fibras contendo celulose". (Dep. 17.004, de 12 de junho de 1936.)

N. 25.838 — Komor Heirik-féle fénytechnikai. villamosági és mûszaki vállalat k. f. t., por seu procurador Dr. Pedro Pitta Filho, para a invenção de "Aperfeiçoamentos em lâmpadas". (Dep. 19.168, de 10 de agosto de 1937.)

N. 25.839 — Costa & Domondin, por seus procuradores Stozembach & Comp., sucessores de Leclerc & Comp., para a invenção de "Aperfeiçoamentos em radiadores de automóveis e similares". (Dep. 19.486, de 13 de agosto de 1937.)

N. 25.840 — Paulo Brant, por seus procuradores Stozembach & Comp., sucessores de Leclerc & Comp., para a invenção de "Um contador-somador". (Dep. 19.357, de 11 de agosto de 1937.)

N. 25.841 — Addressograph-Multigraph Corporation, por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Aperfeiçoamentos em chapas de impressão planográfica". (Dep. 19.486, de 2 de outubro de 1937.)

N. 25.842 — Frigorífico Wilson do Brasil, por seu procurador Dr. Walter Gastão Buttet, para a invenção de "Novo processo para a impermeabilização dos sacos destinados a conter presuntos". (Dep. 19.612, de 15 de outubro de 1937.)

N. 25.843 — Joseph Schroter, para a invenção de "Um novo aparelho para o combate à formiga saúva e à outros insetos ou animais daninhos". (Dep. 19.650, de 3 de novembro de 1937.)

N. 25.844 — James Henry Bell, por seu procurador Dr. Eduardo Dannemann, para a invenção de "Melhoramentos em dissolventes clorados estabilizados e método para a estabilização de tais dissolventes". (Dep. 19.728, de 17 de novembro de 1937.)

N. 25.845 — Emil Edwin, por sua procuradora Momsen & Harris, para a invenção de "Obtenção de metais pela redução direta de seus minérios". (Dep. 19.774, de 23 de novembro de 1937.)

N. 25.846 — W. Bauermann & Sohne, por seu procurador Walter de Campos Birnfeld, para a invenção de "Guarda-chuva encurtável". (Dep. 19.889, de 15 de dezembro de 1937.)

N. 25.847 — Dr. C. W. Paul Heylandt, por seu procurador C. Buschmann, para a invenção de "Processo para acionar motores de combustão interna". (Dep. 20.000 de 30 de dezembro de 1937.)

N. 25.848 — Natale Asborno, por seu procurador C. Buschmann, para a invenção de "Caixilhos para prensas filtros". (Dep. 20.008, de 3 de janeiro de 1938.)

N. 25.849 — Horácio Peirano, por seu procurador Dr. A. Montenegro, para a invenção de "Aparelho para inalações nasais ou buco nasais". (Dep. 20.017, de 5 de janeiro de 1938.)

Modelo de utilidade

N. 25.850 — Joaquim Floréncia Teixeira, por sua procuradora Empresa "Mercúrio", de Marcas e Patentes Ltda., para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Um aquecedor elétrico de aquecimento por impressão total". (Dep. 1.771, de 23-9-37). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (Termo 19.580).

N. 25.851 — Dr. Jaime da Costa, por sua procuradora Empresa "Mercúrio" de Marcas e Patentes Ltda., para patente de invenção como modelo de utilidade, de "Um hidro-obturador para reservatórios de águas". (Dep. 1.836, de 26-11-37). Na 14ª Inspeção Regional no Estado de São Paulo (Termo 19.885).

N. 25.852 — Rodrigues & Comp., por seu procurador Dr. J. P. Sousa Vargos, para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Novo modelo de caixa para o acondicionamento de empólas medicinais ou não". (Dep. 18.195, de 10-2-27).

N. 25.853 — Konecny, Braga & Comp. Ltda., por seu procurador Dr. Walter Gastão Buttet, para patente de invenção como modelo de utilidade, de "Novo modelo de registro de boia". (Dep. 18.669, de 19-5-37).

N. 25.854 — Rainério Caibucatti, por su procurador J. Rademaker, para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Um aparelho para produção de reclames e anúncios luminosos". (Dep. 19.749, de 4-8-37).

N. 25.855 — Mário Polo, por seus procuradores Stozembach & Comp., sucessores de Leclerc & Comp., para patente de invenção como modelo de utilidade, de "Um inalador medicamentoso". (Dep. 19.511, de 8-10-37).

N. 25.856 — Dalmiro Guiz Vilá, por seus procuradores Stozembach & Comp., sucessores de Leclerc & Comp., para patente de invenção, como modelo de utilidade, de "Uma escova dupla, para dentes". (Dep. 19.865, de 8-12-27).

Patentes de melhoramento

N. 25.857 — Frederico Reiche, por seu procurador C. Buschmann, para o melhoramento introduzido na invenção de "Novo fecho para recipientes metálicos contendo líquidos voláteis, tais como cloreto de etila", que faz objeto da patente 25.288, de 15 de fevereiro de 1938. (Dep. 17.173, de 17-7-36).

N. 25.858 — I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft, por seu procurador C. Buschmann, para o melhoramento introduzido na invenção de "Processo de fabricação de produtos de condensação que faz objeto da patente 24.975, de 17 de novembro de 1937. (Dep. 18.515, de 21-4-37).

N. 25.859 — I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft, por seu procurador C. Buschmann, para o melhoramento introduzido na invenção de "Processo de fabricação de produtos de condensação", que faz objeto da patente 25.393, de 22-3-38. (Dep. 19.621, de 26-10-37).

A próxima reunião

Realizar-se-á na próxima sexta-feira, 26 do corrente, a habitual sessão semanal do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial quando serão julgados os processos abaixo relacionados. Aos interessados nesses julgamentos, ou aos seus procuradores legalmente habilitados, será permitida a defesa oral de suas razões, pelo prazo máximo de dez (10) minutos.

Recursos

N. 2.132 — Processo n. 16.348-36 — Termo 45.300 — Marca Imobilizil — Recorrente, Sociedade Asclépias Ltda.; recorridos, Heitor José Pasquinelli e Antônio Mendes e o D. N. P. I. (Reinclusão).

N. 2.180 — Processo n. 18.466-36 — Termo 17.232 — Privilégio de concessão para obtenção de aladuras de gesso — Recorrente W. S. Cremer S. A.; recorridos, Lomaaen Aktiengesellschaft e o D. N. P. I.

N. 2.181 — Processo n. 3.662-37 — Termo 49.745 — Marca: Café da Casa de S. Paulo — Recorrentes, M. Silva Gomes & Comp. e Soares Pinheiro & Comp.; recorridos, Consórcio Paulista S. A. e o D. N. P. I.

N. 2.182 — Processo n. 23.699-36 — Termo 47.213 — Marca: Vitor — Depositante e recorrente, Vitor Saw Works Inc.; recorrido, o D. N. P. I.

N. 2.183 — Processo n. 15.757-36 — Termo 45.120 — Marca: Durial — Recorrente, Companhia Imperial de Indústrias Químicas do Brasil; recorridos, Indústrias Aliberti Ltd. e o D. N. P. I.

N. 2.184 — Processo 25.842-36 — Termo 47.758 — Marca: Kolacai — Depositantes e recorrentes, A. A. Mazza & Comp. Ltda.; recorrido, o D. N. P. I.

N. 2.185 — Processo n. 6.419-37 — Termo 50.321 — Marca: Cutolo — Depositante e recorrente, Laboratório Kaimo Ltda.; recorrido, o D. N. P. I.

N. 2.186 — Processo n. 13.595-37 — Caducidade da marca Expansit, n. 77.805, de Borna — Recorrentes, Grunzweig & Hartmann G. M. B. H.; recorridos, Sílvia de Abreu e o D. N. P. I.

N. 2.187 — Processo n. 20.324-36 — Termo 46.343 — Marca: **Deposítantes e recorrentes, Vasconcelos, Prado & Comp.** — D. N. P. I.
 N. 2.188 — Processo n. 17.891-37 — Termo 53.266 — Marca: **Recorrente, o procurador da Propriedade Industrial; recorridos Saint Clair José dos Santos e o D. N. P. I.**
 N. 2.189 — Processo n. 23.326-36 — Termo 47.107 — Marca: **Deposítante e recorrente, Manufatura Araken Ltda.; recorrido, o D. N. P. I.**
 N. 2.190 — Processo n. 23.329-36 — Termo 47.110 — Marca: **Deposítante e recorrente, Manufatura Araken Ltda.; recorrido, o D. N. P. I.**
 N. 2.191 — Processo n. 23.334-36 — Termo 47.115 — Marca: **Deposítante e recorrente, Manufatura Araken Ltda.; recorrido, o D. N. P. I.**
 N. 2.192 — Processo n. 23.336-36 — Termo 47.117 — Marca: **Deposítante e recorrente, Manufatura Araken Ltda.; recorrido, o D. N. P. I.**
 N. 2.193 — Processo n. 5.131-37 — Termo 50.089 — Marca: **Recorrente, o procurador da Propriedade Industrial; recorridos, Companhia Cervejaria Paulista S. A. e o D. N. P. I.**

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Expediente

Expediente do Diretor Geral

Dia 20 de agosto de 1938.

Privilégios de invenção

José Luiz Fróis Araújos — Marca-lor das primeiras colorações em corridas esportivas (termo 17.235). — Rejeito o pedido nos termos do art. 43 do decreto 16.264, de 1923, por ter sido formulado irregularmente.

Rockbestos Products Corporation — Condutores elétricos isolados (termo 19.294). — Deferido de acordo com o laudo técnico.

Sageb, Société Anonyme de Gestion et d'Exploitation de Brevets — Aperfeiçoamentos em materiais de artilharia (termo 19.973). — Deferido de acordo com o laudo técnico.

Seabra & Companhia — Processo de fabricação de tecido de algodão mercerizado, com desenhos imitação "Jacquard", estampado por meio de máquina de estampar com cilindros gravados e deslustrados por uma fórmula química (termo 20.503). — Deferido de acordo com os laudos técnicos.

Modelo industrial

B. F. Goodrich Company — Novo feitiço, forma ou configuração do rasto de um aro elástico para rodas de veículos (termo 19.788). — Deferido de acordo com o art. 1º do decreto 21.507 de 1934.

Modelo de utilidade

Marcovich — Novo tipo de assadeira (termo 20.570). — Deferido de acordo com os laudos técnicos.

Registro de marcas

Instituto de Ciência Aplicada Limitada — UROMANDEL — classe 41 (termo 48.475). — Registre-se.

F. Allberg — K W — classe 44 (termo 51.554). — Registre-se, acolhida qualquer reivindicação relativa aos artigos reproduzidos no clichê.

Barros, Hollnagel & Cia., — SELECTUS — classe 1 (termo 51.954). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do decreto 16.264, de 1923.

S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo — SOPRESSATA — classe 41 (termo 55.625). — Registre-se.

Paula Rosa, Corrêa & Cia. Ltda. — LADI — classe 36 (termo 58.358). — Registre-se.

João Guazzelli — KID — classe 12 (termo 56.388). — Indeferido de acordo com o art. 88 do decreto 16.264, de 1923.

Jair de Abranches — CRUZEIRO — classe 22 (termo 56.428). — Registre-se.

Luigi Guerrato — SOUTH AMERICAN OIL — classe 47 (termo 58.494). — Indeferido de acordo com os arts. 80, n. 7, e 88, do decreto n. 16.264, de 1923.

Perez & Braga — SELETO — classe 36 (termo n. 56.514). — Indeferido por colidir com a marca internacional n. 52.291.

Manuel Liberato Rocha — LEBLON — classe 41 (termo n. 56.704). — Indeferido de acordo com o art. 80, n. 6, do decreto n. 16.264, de 1923.

Antônio Braga — BIORAL — classe 3 (termo n. 56.708). — Indeferido de acordo com o art. 80, n. 7, do decreto n. 16.264, de 1923.

Laboratório Kaimo Ltda. — CALCIOQUEN-ALFA — classe 3 (termo n. 56.731). — Indeferido de acordo com o art. 8º, n. 7, do decreto n. 16.264, de 1923.

Correia de Menezes & Comp. — QUINTA DO CASTELO — classe 42 (termo n. 56.804). — Renove-se o registro.

William Hollins and Company Limited — DAY & NIGHT MEAR — classe 32 (termo n. 57.319). — Renove-se o registro.

Ferreira, Baltazar & Comp. — MINERVA — classe 37 (termo número 57.504). — Renove-se o registro.

E. I. Du Pont de Nemours and Company — DU PONT — classe 3 (termo n. 60.184). — Renove-se o registro.

Academia Científica de Belesa Madame Campos Ltda. — RAINHA DA HUNGRIA — classe 48 (termo n. 60.213). — Renove-se o registro.

Dentists Supply Company of New York — ANATOFORM — classe 10 (termo n. 60.218). — Renove-se o registro.

M. Ferreira Jorge & Comp. — CRUZ — classe 41 (termo número 60.264). — Renove-se o registro.

Reckitt & Sons, Limited — RECKITT — classe 46 (termo número 60.355). — Renove-se o registro.

Clemson Bros, Inc. — Emblemática — classe 11 (termo número 60.369). — Renove-se o registro.

Clemson Bros, Inc. — THESTAR — classe 11 (termo n. 60.370). — Renove-se o registro.

J. Carvalho Macedo Limitada — LONGA-VIDA — classe 42 (termo n. 60.373). — Renove-se o registro.

The R. L. Watkins Company — GLOSTORA — classe 48 (termo n. 60.404). — Renove-se o registro.

Bopp, Sassen, Litter & Comp., Ltd. — CONTINENTAL — classe 42 (termo n. 60.472). — Renove-se o registro.

Bopp, Sassen, Rittler & Comp., Ltd. — Emblemática — classe 42 (termo n. 60.473). — Renove-se o registro.

Suerdieck & Comp. — M. T. — classe 44 (termo n. 60.480). — Renove-se o registro.

Suerdieck & Comp. — BARONEZAS — classe 41 (termo n. 60.487). — Renove-se o registro.

Suerdieck & Comp. — SAUDADES DA PATRIA — classe 44 (termo n. 60.551). — Renove-se o registro.

Azevedo & Comp. — SIMONA — classe 44 (termo n. 60.552). — Renove-se o registro.

A. O. Tarre, Filhos Ltda. — JUDITE — classe 49 (termo número 60.559). — Renove-se o registro.

Luiz Hermann Filho & Comp., Ltda. — LOTY — classe 10 (termo n. 60.682). — Renove-se o registro.

A. S. Bakteriologisk Laboratorium Ratin — RATIN — classe 3 (termo n. 60.694). — Renove-se o registro.

Levis Irmãos & Comp. — CHRONOMERO LEVIS — classe 8 (termo n. 60.701). — Renove-se o registro.

Nomes comerciais

Laboratório Thebra Sociedade Anônima — LABORATÓRIO THEBRA SOCIEDADE ANÔNIMA — (termo 56.383). — Registre-se de acordo com os artigos n. 26, n. 2 e 28, do decreto n. 24.507, de 1934.

Indústrias Químicas de Tintas e Vernizes — SOL (fig. de) classe 1 (termo 56.457). — Registre-se de acordo com o artigo 26, n. 7, do decreto n. 24.507, de 1934.

Títulos de estabelecimentos

Graca Couto & Companhia — EDIFÍCIO OCEANICO — classe 60 (termo 55.018). — Indeferido por colidir com o título n. 56.276.

Oscar Moreira & Carvalho — A CARIOCA — classe 36 (termo 55.311). — Indeferido de acordo com o artigo n. 33 n. 7 do decreto n. 24.507, de 1934.

Augusto Pereira — AGÊNCIA SETA INDICADORA — classe 60 (termo 56.473). — Registre-se de acordo com o artigo 32 § 1º, do decreto n. 24.507, de 1934.

Desistência de marca

G. C. Starup A. S. (14.176-38 junto ao 56.819). — Anote-se a desistência restituam-se os documentos e archive-se o processo.

Alteração de nome

The Sanitol Company (5.338-38 — pede para ser anotada na marca "Sanitol" (n. 9.050) a alteração do nome). — Anote-se a alteração do nome da titular da marca.

Reconsideração de despacho

Antônio & Salvador Messina (978-38) recorreram do despacho que indeferiu o título "Casa Trinacria", termo 50.550). — Tendo em vista o recurso interposto e:

Considerando que a firma recorrente, possui, como Renovação, as marcas n. 58.427 e 52.426, para proteger artigos das classes 11 e 42;

Considerando que o título registrando destina-se ao gênero de indústria ou comércio correspondente aos artigos assinalados pelas mencionadas marcas, resolvo, na conformidade do que dispõe o artigo 11, do decreto n. 22.990, de 1933, reconsiderar o despacho publicado no *Diário Oficial*, de 17 de novembro de 1937, (Boletim do D. N. P. I. n. 255), afim de conceder registro ao título "Casa Tri-nacária", apresentado por Antônio & Salvador Messina, estabelecidos em São Paulo, para distinguir um estabelecimento destinado ao comércio de vinhos, azeites, azeitonas, conservas e sardinhas (classes 41 e 42) correspondente ao termo de depósito n. 50.550, de acordo com o artigo 32 do decreto n. 24.507, de 1934.

Arquivamento de processo

Carolina Balsimelli (termo n. 43.713 — Mérito). — Arquivar-se o processo, de acordo com o artigo 6º, do decreto n. 22.990, de 1933.

Exigências

Magalhães, Ferreira & Comp. (termo n. 60.346). — Apresentem procuração dentro do prazo máximo de trinta dias.

A. J. Renner & Comp. (termo n. 57.256) e José Augusto Jorge (termo n. 50.494). — Mantenham a exigência.

Condoroi & Paint S. A. (termo n. 55.871). — Prestem esclarecimentos quanto aos artigos compreendidos na expressão "produtos químicos usados na indústria de tintas".

Clementina Soares Wendt (termo n. 47.285). — Apresente novos exemplares da marca em nome do espólio.

Wallace & Tiernan Products, Inc. (termo n. 53.442). — Mantenha a exigência.

Francisco Antônio Giffoni Filho (termo n. 60.631). — Preste esclarecimentos.

Cremerie Caxambu Ltda. (termo n. 58.577). — Mantenha a exigência.

Böcher Verein Fur Gusstahlfabrikation Aktiengesellschaft (termo n. 56.376). — Apresente novos exemplares da marca, excluindo "âncoras", de acordo com a informação do Arquivo.

Azevedo & Comp. (termo n. 56.368). — Proven que podem fazer uso do título de estabelecimento constante do clichê.

J. Simões Dias (termo n. 52.837). — Apresente novos exemplares da marca excluindo "roupas de malha".

A. B. Astra (termo n. 56.588). — Apresente a procuração, dentro do prazo de trinta dias.

Laboratório Klaberge Limitada (termo n. 52.679). — Satisfaz as exigências da Seção.

Artur Rodrigues & Comp. (termo n. 56.520). — Preste esclarecimentos.

Firestone Tire & Rubber Company (termo n. 53.370). — Cumpra o disposto no art. 84 do decreto n. 16.264, de 1923.

Fábrica Colombo S. A. (termo n. 54.117). — Mantenha a exigência.

Laboratório de Indústria Farmacêutica Especializada Ltda (termo n. 56.164). — Satisfaz a exigência constante do art. 29, do decreto n. 24.507, de 1934.

A. J. Renner & Comp. (termo n. 56.728). — Apresentem novos exemplares da marca, excluindo roupas e mantos de banho, peugas e meias.

Prorrogações de prazos

Smith, Kline & French Laboratories (termo n. 60.405) e Aktiebolaget Keros (termo n. 60.427). — Concedo o prazo de sessenta dias em prorrogação.

Diversos

Oscar Cardoso (18.881/38). — Nada há que decidir, uma vez que não se trata de assunto de certidão.

Antônio Pinto Lapa (termo n. 56.537). — Aguarde-se solução do termo n. 56.010.

Aktiebolaget Elektrolux (termo n. 60.424). — Aguarde-se solução da exigência publicada a 2 do mês corrente.

Lino Basto (termo n. 56.474). — Aguarde-se solução da transferência da marca n. 18.214.

Luitpold-Werk (termo n. 60.211). — Restitua-se o documento, mediante recibo.

Niklaus & Comp. (termo n. 54.646). — Aguarde-se solução da caducidade da marca internacional n. 27.134.

Leonecio Zambel (termo 54.948). — Aguarde-se solução da caducidade da marca n. 68.566.

Expediente do diretor da Seção de Privilégios de Invenção

Dia 20 de agosto de 1938

Exigências

Kaloriferwerk Hugo Junkers G. m. b. H. (termo 21.323) e Todd Oil Burner & Engineering Corporation (18.542-38). — Apresentem procuração.

Associated Electric Laboratories Inc. (termo 19.641) — Aristides Correia (termo 20.010) e Ceskostrovenské Zbrojovky A. S., Brno. Sqc. An. (termo 20.235). — Cumpram a exigência do técnico

Diversos

Natale Asborno e Giovanni Battista Asborno (18.229-38). — Junte-se e encaminhe-se.

Langbein-Pfanhauser-Werke-Aktiengesellschaft (18.525-38). — Junte-se e volte ao técnico.

J. M. Fernandes & Companhia (18.491-38) — Imperial Chemical Industries Limited (18.527-38) — Edmundo Raulino (18.702) e Bandean Corporation (18.655-38). — Junte-se.

Siemens & Halske Aktiengesellschaft (18.460-38). — Junte-se ao processo e ouça-se o técnico.

Aktiengesellschaft Oederlin & Co. (18.530-38). — Junte-se ao processo.

Alves & Irmãos (18.744-38). — Junte-se ao processo, encaminhe-se ao técnico e retifique-se o título, oportunamente.

Calico Printers Association Limited (termo 21.320) e Alexandre Bitencof (termo 21.316). — Concedo o prazo.

Expediente do Diretor da Seção de Marcas

Dia 20 de agosto de 1938

Exigências

Silva, Costa & Cia. (termo 56.871). — Apresente novos exemplares da marca, excluindo torneiras, escarradeiras, chuveiros, não automáticos.

V. Oliveira & Cia. (termo 56.814). — Regularize o pedido.

Aços Roehling-Buderus do Brasil Ltda. (termo 56.895). — Apresente novos exemplares, com exclusão de garfos.

Byington & Cia. (termo 56.801) — Bogaert & Montaut (termo 56.943) — Bkington & Cia. (termo 56.802) — Laboratório Orbis Ltda. (termo 56.899). — Satisfazam a exigência do Arquivo.

Manufatura de Produtos King Ltda. (termo 56.854) e Depea S. A. (termo 57.619). — Regularizem o pedido.

Gebrüder Junghans A. G. (termo 56.830). — Apresente novos exemplares da marca, excluindo da reivindicação as "partes de relógios".

Modas Sport Limitada (termo 55.929). — Apresente novos exemplares da marca, excluindo roupas de banho, calções e "maillots" para o mesmo fim (classe 49).

Hortência B. Lisboa (termo 56.833). — Apresente novos exemplares da marca, discriminando os artigos de toucador.

S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo (termo 56.859). — Satisfaz a exigência do arquivo e legalize nesta capital, o documento de fls. 8.

Republic Steel Corporation (56.878). — Apresente novos exemplares, declarando que os artigos reivindicados são exclusivamente para escritórios.

United Aircraft (termo 56.881). — Apresente novos exemplares da marca, excluindo "partes e pertences".

Dr. Gumercindo Saraiva de Melo (termo 56.918). — Apresente novos exemplares da marca, discriminando os artigos.

Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo (termo 56.914). — Apresente novos exemplares da marca, discriminando os artigos.

Ford Motor Company. (termo 56.831). — Apresente novos exemplares da marca discriminando as "partes de automóveis".

Geraldo Magalhães (termo 56.840). — Apresente novos exemplares na forma regulamentar.

Chesro Limited (termo 55.729). — Pague a taxa de prorrogação.

NOTICIÁRIO

NOTIFICAÇÕES

É convidada Maria Candida de Passo Sena a comparecer a este Departamento, afim de revalidar o selo da petição inicial do termo 56.372.

É convidado Humberto Dorsa a comparecer a este departamento, afim de revalidar o selo do documento de fls. 2 do termo 56.433.

É convidado o Sr. Osório P. Cavalcanti, procurador de Magalhães, Resende & Comp., a comparecer a este departamento, afim de inutilizar devidamente os selos da petição 16.786-38 junto ao termo 54.841.

São convidados os requerentes abaixo mencionados a comparecerem a este departamento, afim de efetuarem, dentro do prazo de trinta dias, o pagamento da taxa para a expedição do certificado das seguintes marcas:

Eugênio Freynfeld (termo 46.680 — Florida), Ferreira Guimarães & Comp. (termo 47.505 — Mescla Minas Gerais), Rosa Marques de Aguiar (termo 45.196 — Maravilha), Ramos, Cardoso & Comp., Ltda. (termo 46.599 — Citramil), Antônio Braga (termo

44.641 — Beta-Rheuma), Renato Palestino Mammana & Comp. Ltda. (termo 48.062 — V A P), e Companhia Comissária de Café de Minas Gerais (termo 44.849 — título "Casa Goulart").
— É convidado Joaquim Correia Pinto a comparecer a este Departamento, para de efetuar o pagamento da taxa de transferência da marca "Rheuma", registrada sob o n. 48.102.

OPOSIÇÕES

Möwen-und Industrialwerke Volmals Joh Dev. Starek (18.727 de 11-8-38) e Imperial Chemical Industries Limited (18.873 de 13-3-38) apresentaram oposições ao privilégio depositado sob o n. 20.908 por Luiz Valmotti.

Milanesi & Namur (18.258 de 6-8-38) apresentaram réplica á opposição oferecida ao modelo industrial depositado sob o n. 18.522.

Luiz Shingel (18.687 de 11-8-38) apresentou opposição ao modelo de utilidade depositado sob o n. 21.150 pela Construtora Brandão S. A.

ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS DE PATENTES

De acordo com o art. 6º do decreto n. 22.990, de 26 de julho de 1933, foram mandados arquivar os seguintes processos:

Gusmão, Dourado B. Jassini Ltda. (termo 18.277 — privilégio de invenção).

Nicolau Aquilino (termo 18.714 — modelo de utilidade).

Roberto Adolf Kurt Hintz (termo 18.840 — privilégio de invenção).

Firma F. Soennecken (termo 18.924 — privilégio de invenção).

Sanji & Comp. Ltda. (termo 18.960 — privilégio de invenção).

Roberto James Shalders (termo 19.075 — modelo de utilidade).

Roberto James Shalders (termo 19.091 — modelo de utilidade).

Hélio da Rocha Pita (termo 19.410 — privilégio de invenção).

Almir de Barros Gomes (termo 19.442 — privilégio de invenção).

João Vigier Filho e Braz da Silveira Caldeira (termo 19.476 — privilégio de invenção).

Gastão Novais (termo 19.569 — modelo de utilidade).

Antônio José da Silva e João Pinto Dias (termo 19.598 — privilégio de invenção).

Rodvalho Neves (termo 19.623 — modelo de utilidade).

Sebastião Silveira (termo 19.741 — privilégio de invenção).

Emílio Ribeiro Pacheco (termo 19.775 — privilégio de invenção).

Pietro Martini (termo 19.820 — privilégio de invenção).

Luiz Carlos da Silva (termo 19.844 — privilégio de invenção).

Sayon Pisani (termo 20.330 — modelo industrial).

Caetana Impellizzieri (termo 20.561 — privilégio de invenção).

ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS DE MARCAS

De acordo com o art. 6º do decreto n. 22.990, de 26 de julho de 1933, foram mandados arquivar os seguintes processos:

Antônio Briar (termo n. 32.243 — marca PELCY).

Companhia Leitaria Leopoldinense (termo 42.887 — marca LAC).

A. Albuquerque Azevedo & Comp. (termo 46.315 — título AGEN-
CIA LUSO-BRASILEIRA).

Olavvo Cierne Vieira de Azevedo (termo 49.553 — marca TÓPICO
LAZARENO).

Química Industrial Ltda. (termo 49.807 — marca HELLAFLUXO).

Luiz de Matos Brito (termo 50.026 — marca EMEBI).

Rezende & Comp. (termo 50.566 — marca FLOR DE IPÊ).

Distribuidora de Filmes Brasileiros (termo 50.599 — marca
SAMBA DA VIDA).

Laurindo Nolascio (termo 50.734 — título PERFUMARIA
BIRASOL).

Alegrio, Campos, Ltda. (termo 50.774 — marca ALEGRIO).

Salomão Correia (termo 50.818 — título TINTURARIA ESPE-
RANÇA).

Grande Consórcio Suplementos Nacionais Ltda. (termo 50.837
— marca EDIÇÃO MARAVILHOSA).

P. Leroux (termo 50.872 — marca ELROUX).

Armindo C. Ferraz (termo 50.899 — marca CALLOPAX).

Albano M. Almeida (termo 51.151 — título ESTABELECIMENTO
MUNDIAL).

Getúlio Nogueira de Carvalho (termo 51.368 — marca RIO RA-
PIDO).

Oscar Lourenço (termo 51.600 — marca GENIL).

Enrico Bernacchi (termo 52.266 — marca PUREX).

Max Hermann Neuberger (termo 52.274 — marca GUARANI).

Albano Marques Almeida (termo 52.372 — título ACOUGUE CO-
PACABANA).

Telasco José Fernandes (termo 52.427 — marca GAZETA CA-
MOCA).

William Fait (termo 52.586 — marca BEM-LISA).

Enrico Nogueira Marques e Clovis Santiago da Nóbrega (termo
n. 52.607 — marca CRYSTAL).

Ataliba de Fonseca Barros (termo 52.619 — marca DRAGEAS
LONEL).

José Proença (termo 52.624 — marca SALVAÇÃO).

Luiz Antunes & Comp. (termo 53.363 — marca COGNAC IM-
PERIAL).

Ramiro Lopes de Sousa (termo 53.487 — título A NORMALISTAY).

Ángelo Boreggio (termo 53.891 — marca ONDOUX).

Lupércio Escobar Viegas (termo 54.049 — marca FUNCIO-
NARIO).

Joaquim Santos Júnior (termo 54.050 — marca SURPREZA).

PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

TERMOS DE DEPÓSITO

Publicação feita de acordo com o art. 41, do Regulamento
vigente (decreto n. 10.204, de 1923).

§ 2.º Da data da publicação de que trata o presente artigo,
começará a correr o prazo para o deferimento do pedido. Du-
rante 60 dias, poderão apresentar suas oposições no Departa-
mento Nacional de Propriedade Industrial, aqueles que se jul-
garem prejudicados com a concessão da patente requerida.

Termo n. 21.311, de 17 de agosto de 1938.

Luiz Fossali e Camilo Cristaldi — Rio.

Pontos característicos da invenção do processo de conservação
de frutos nacionais ou estrangeiros. (Privilegio de invenção).

São reivindicados como objeto de privilegio, o seguinte:

1. Novo processo de conservação de frutos de qualquer espécie
e para qualquer fim.

2. A caixa conservadora dos frutos poderá ter qualquer tamanho
ou forma, adaptando-se aos fins que se destina (depósitos junto à
colheitas, transportes, exportação etc.).

3. A caixa conservadora dos frutos incluindo a tampa será ex-
ternamente construída com madeira compensada, chapas de ferro ou
metal, sendo que as paredes internas serão revestidas de placas de
cortiça nacional ou estrangeira, conglomerada e impermeabilizada.

4. A cinza vulcânica ou produto similar usado no interior da
caixa como matéria de conservação aos frutos.

5. A cinza vulcânica artificial produzida com areia doce extra-
fina, granulada, nacional, aquecida em forno de alta temperatura.
Após este tratamento térmico ela será por diversas vezes peneirada,
até atingir a granulagem necessária para uma perfeita substituição
da cinza vulcânica natural.

6. A colocação dos frutos na caixa conservadora, operando para
isso em camadas sobrepostas, de acordo com a qualidade dos mesmos,
podem os frutos serem completamente envolvidos pela cinza vul-
cânica, ou produto similar, ou simplesmente encostados uns aos ou-
tros saturando-lhes completamente os vãos, com a matéria protetora
acima citada.

7. O sistema de penetração da cinza vulcânica, ou produto similar
entre os frutos, mediante um processo de vibração apropriada, apli-
cada a caixa conservadora por intermédio de um aparelho manual ou
mecânica.

Termo 21.313, de 17-8-38.

The Faultless Manufacturing Company — Estados Unidos.

Pontos característicos da invenção de: "Aperfeiçoamentos em
cós para vestuários". Priv. Inv.

1 — Um cós para vestuário, feito sobre um vestuário, e com-
preendendo uma bainha no extremo do vestuário, um forro tendo
bainhas que envolvem os bordos longitudinais de uma tira de borra-
cha em lençol, e uma pluralidade de linhas de pontos que atravessa-
sam o forro, a tira de borracha, e o material do vestuário.

2 — Um cós para vestuário, de acordo com o ponto 1, no qual
o forro que envolve a tira de borracha fica disposto pelo lado de
dentro do vestuário.

3 — Um cós para vestuário, de acordo com os pontos 1 ou 2,
no qual a bainha no extremo do vestuário avança além da bainha
superior do forro.

4 — Um cós para vestuário, de acordo com os pontos 1, 2 ou 3,
no qual o forro é feito de material esticável e o vestuário de mate-
rial inesticável.

5 — Um cós para vestuário, de acordo com o ponto 4, no qual
as partes são costuradas juntamente com a tira de borracha em len-
çol, sob tensão, de modo que a referida tira mantenha normalmente
franzido ou enrugado o material do vestuário.

6 — Um cós para vestuário, de acordo com qualquer dos pontos
precedentes, no qual linhas de pontos atravessam as bainhas do
forro e os bordos da tira de borracha em lençol, e outras linhas de
pontos se estendem ao longo da fita, entre as linhas de pontos das
bainhas do forro.

Termo 21.314, de 17-8-38.

Tristan Celis Ortiz — Rio.

Pontos característicos da invenção de: "Caixa pequena de pa-
pelão, lâmina de madeira ou material mixto, com lados e faces dobra-
veis".

das, segundo cortes incompletos nos ângulos ou cantos, armada por estrutura que se forma no próprio material e com tampa móvel por ação de elástico". Mod. Utilidade.

Caixa pequena de papelão ou de lâmina de madeira ou material misto de papelão e madeira, com tampa móvel por ação de elástico, de acordo com o modelo depositado, formada pela reunião de três lâminas ou tiras dos quaes duas isoladamente armam a estrutura das cabeceiras, por dobras convenientemente espaçadas e extremos colados e a terceira, mais longe e da largura do comprimento da caixa, que se superpõe e é colada igualmente sobre essas duas cabeceiras segundo dobras por cortes incompletamente executados para formar a parte de cima, aberta segundo um perímetro rectangular cortado e o fundo de baixo, fechado, com os dois lados ao comprido, sendo que as duas primeiras dobras da lâmina vêm formar a tampa dupla que se fecha ou abre sobre a parte de cima, sob ação de dois elásticos postos nos intervallos também cortados na folha ou lâmina, e que se apoia pela aresta da dobra interna, contra a face da parte de cima, conservando-se aberta enquanto se deseja, em virtude do recuo da dobra estreita longitudinal, somente calada pela aresta baixa, e a consequente abertura da dobra interior da tampa que forma assim um cavaleite e impede o fechamento.

Termo 21.314, de 18-8-38.

Armando Pinto Ferreira — Rio.

Pontos característicos da invenção para: "Uma nova caixa de descarga para vasos sanitários." Priv. Inv."

1° — "Uma nova caixa de descarga para vasos sanitários", caracterizada por um sifon, tipo, cuja abertura provocadora da sifonagem se acha em sentido horizontal, feita na parede do próprio tubo de sifon.

2° — "Uma nova caixa de descarga para vasos sanitários", como em 1°, caracterizada por uma haste ou alavanca vertical em cuja extremidade inferior está preso um tampo para o vedamento da entrada d'agua no sifon, pela abertura referida em 1°.

3° — "Uma nova caixa de descargas para vasos sanitários", como em 1° e 2° isenta de balanço.

4° — "Uma nova caixa de descargas para vasos sanitários", como em 1°, 2° e 3° a cuja haste ou alavanca vertical referida em 2°, se prende na extremidade superior, uma corrente que passa por sobre uma roldana colocada no alto da parede posterior da caixa e que puxada, aciona a haste ou alavanca provocando a sifonagem e respectiva descarga no vaso sanitário. Tudo como descrito e desenhado.

Termo n. 21.316, de 18-8-938.

Alexandre Bitineof — S. Paulo.

Pontos característicos da invenção para "Nova disposição em planos brinquedo, de cauda". (Modelo de utilidade):

1 — Nova disposição em planos brinquedo, de cauda, caracterizada na caixa de fundo do piano, disposta com as suas paredes perfeitamente paralelas, formando os cantos dos mesmos ângulos retos de 90 graus.

2 — Nova disposição em planos brinquedo, de cauda, como reivindicada em 1, caracterizada mais pelo fato de se sustentar a saliência livre da tampa do piano, por meio do prolongamento da parede lateral da caixa de fundo ou por um suporte colocado na parede trazeira da mesma.

3 — Nova disposição em planos brinquedo, de cauda como reivindicado até 2, substancialmente como descrito e representado nos desenhos anexos.

Termo n. 21.317, de 18-8-938.

International Latex Process Limited — Canal da Mancha.

Pontos característicos da invenção para: "Aperfeiçoamentos em processo de produção de fios de borracha consistente de três ou mais filamentos unidos". (Privilegio de Invenção).

1 — Um processo para produção de fios de borracha compostos de três ou mais filamentos unidos e dispostos em formação não-planar, e tendo esticamento regulável, que consiste em associar continuamente três ou mais filamentos em volta de um fio nuclear, afim de se produzir uma estrutura unitária.

2 — O processo de acordo com o ponto 1, em que os filamentos são produzidos diretamente de uma dispersão aquosa de borracha.

3 — O processo de acordo com o ponto 2, em que os filamentos são associados em volta de um fio de núcleo, enquanto se acham em estado coagulado, húmido.

4 — O processo de acordo com os pontos 2 ou 3, em que os filamentos são formados fazendo-se passar o latex em forma de filamentos individuais e com velocidade comum, dentro de um coagulante líquido, ou similar.

5 — O processo de acordo com os pontos 2 a 4, em que os filamentos são associados, sendo para isso dispostos mecanicamente, no número desejado, de maneira a tomarem contato entre si, à medida que deixam o coagulante, em torno de um fio de núcleo.

6 — O processo de acordo com o ponto 5, em que os filamentos e o fio de núcleo são levados a um rolo de união ou ligação.

7 — O processo de acordo com os pontos 5 ou 6, em que a disposição e a postura em contato do desejado número de filamentos e do fio de núcleo se realizam por fases.

8 — O processo de acordo com o ponto 7, em que se permite que dois filamentos se dobrem num canal de um banho coagulante, combinando-se depois o fio de filamento duplo com um filamento singelo e um fio de núcleo, de espessura relativa adequada, afim de se produzir um filamento triplo ou fio de filamento triplo em volta do fio nuclear onde, então, cada filamento se põe em contato com os outros dois.

9 — O processo de acordo com o ponto 7, em que o fio triplo é produzido, com esticamento regulável, pela formação de fios de filamento duplo num banho de coagulante líquido, e de filamentos singelos num banho de coagulante líquido situado por cima do primeiro, combinando-se os fios de filamento duplo com um fio de núcleo, e passando-se os mesmos fios de filamento duplo, já providos com os fios de núcleo e os filamentos singelos, para um rolo de união ou ligação, de forma que o fio de filamento singelo caí no topo ou parte superior do fio de filamento duplo, e de modo que os três filamentos envolvem o fio do núcleo formando assim o conjunto uma estrutura multi-filamento unitária.

10 — O processo de acordo com o ponto 1, para produção de fios de borracha compostos de três ou mais filamentos — cinco ou seis de preferência — unidos integralmente em grupo compacto e sem torção nem trançamento, que consiste: em fazer passar com velocidade comum um dado número de filamentos de latex num banho de coagulante líquido ou similar; em conduzir verticalmente um dado número de fios nucleares no mesmo coagulante, e em puxar verticalmente para fora do banho coagulante um fio nuclear e um grupo de três ou mais filamentos já coagulados — cinco ou seis preferivelmente — afim de que os filamentos húmidos tomem contato uns com os outros e formem uma estrutura unitária em volta do fio do núcleo.

11 — O processo de acordo com os pontos anteriores, em que o fio nuclear consiste de um fio textil destrutível.

12 — O processo de acordo com os pontos anteriores, em que o fio nuclear tem um grau de esticamento definido.

13 — O processo de acordo com os pontos anteriores, em que se emprega um fio nuclear consistindo de um fio destrutível por determinados solventes, enrolado em volta por um fio textil não destrutível pelos mesmos solventes.

14 — O processo para produção de fios de borracha compostos de três ou mais filamentos unidos e dispostos em formação não-planar, e tendo esticamento regulável, substancialmente como descrito.

15 — O fio de borracha composto de três ou mais filamentos dispostos em formação não-planar e tendo esticamento regulável, quando produzido pelos processos reivindicados em qualquer dos pontos anteriores.

A requerente reivindica, de acordo com a Convenção Internacional e com o artigo 38 do Regulamento n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, a prioridade do correspondente pedido depositado na Repartição de Patentes da Inglaterra, em 9 de setembro de 1937, sob número 24.579.

Termo 21.318, de 18-8-938.

International Latex Processes Limited — Canal da Mancha.

Pontos característicos da invenção para: "Aperfeiçoamentos na produção de fios de borracha". Priv. Inv.

1 — Um processo para produção, por depósito direto, do latex de borracha, de fios de borracha providos com fios de núcleo, que consiste em utilizar como fio de núcleo um fio ou elemento central que é solúvel nos mesmos solventes.

2 — O processo de acordo com o ponto 1, em que aplica um ou mais solventes ao fio de borracha, afim de dissolverem o fio ou elemento central.

3 — O processo de acordo com os pontos 1 ou 2, em que o fio composto utilizado como fio de núcleo consiste de um elemento ou fio central de celulose-acetato, em volta do qual é enrolado um fio textil como, por exemplo, de algodão.

4 — Um fio de borracha provido com um fio de núcleo composto em que este fio composto compreende um elemento ou fio central destrutível por determinados solventes, e em volta do qual se enrola um fio insolúvel nos mesmos solventes.

5 — Os fios de borracha providos com um fio de núcleo enrolado

6 — O processo para produção, com latex de borracha depositado diretamente, de fios de borracha providos com fios de núcleo, substancialmente como descrito.

7 — O fio de borracha provido com fio de núcleo, quando produzido pelo processo reivindicado em qualquer dos pontos característicos anteriores.

A requerente reivindica, de acordo com a Convenção Internacional e com o artigo 38 do Regulamento n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, a prioridade do correspondente pedido depositado na Repartição de Patentes da Inglaterra em 9 de setembro de 1937 sob número 24.580.

Termo 21.320, de 18-8-38.

The Calico Printers' Association, Limited — Inglaterra.

Pontos característicos da invenção para: "Aperfeiçoamentos referentes ao tratamento de tecidos" — Privilégio de invenção.

1 — O processo do tratamento dos materiais têxteis celulósicos com uma solução de formaldeído e um ácido inorgânico ou orgânico caracterizado por constante de desassociação de 3×10^{-1} até 10^{-4} , seguido por secagem e aquecimento, com temperatura até, ou não materialmente em excesso de, 105°C .

2 — O processo do tratamento dos materiais têxteis celulósicos com uma solução aquea de formaldeído e um dos ácidos seguintes: fosfórico, fosforoso, pirofosfórico, sulfônico a hidroximetano, triclo-rostico, oxálico, maleico, malônico, cloracético, tartárico e cítrico.

3 — A aplicação do processo de conformidade com o ponto 1 ou o ponto 2 a um material têxtil celulósico previamente tinto com um colorante normalmente fugitivo sob a ação da lavagem, mediante a qual o dito colorante adquire maior resistência à ação da lavagem.

4 — A incorporação no processo de conformidade com os pontos 1 ou 2 de um colorante solúvel na solução aquea de formaldeído e um ácido.

5 — O processo de tratar materiais têxteis celulósicos com uma solução aquea de formaldeído com um ácido conforme especificado nos pontos 1 ou 2, em duas operações separadas.

6 — A produção de efeitos de padronagem sobre materiais têxteis celulósicos a serem submetidos a tratamento com uma solução aquea de formaldeído, com um ácido de conformidade com os pontos 1 ou 2, e com uma matéria colorante, pela aplicação local a tal material têxtil de uma substância capaz de neutralizar o ácido e impedir assim a sua fixação da matéria colorante.

7 — O processo do tratamento de materiais têxteis celulósicos de conformidade com qualquer um dos exemplos exarados.

8 — Materiais têxteis celulósicos quando tratados pelos processos de conformidade com qualquer um dos pontos que antecedem.

Termo 21.322, de 18-8-1938.

Franz Skaupy e Gustav Weissenberg — Alemanha.

Pontos característicos da invenção de "Processo para fabricar filamentos de sílica pura, principalmente de Quartzo" (Privilégio de invenção).

1° — Processo para fabricar filamentos de sílica pura, principalmente de quartzo, caracterizado pelo fato de se fabricar com um composto de sílica que permita uma fiação a uma temperatura mais baixa do que seria possível com o emprego de sílica pura, um filamento intermediário, o qual, por um subsequente tratamento energético com ácidos, sais ácidos ou outros compostos adequados, é livrado dos componentes que não sejam sílica.

2° — Processo, segundo a reivindicação 1, caracterizado pelo fato de que, como material de partida para a fabricação do filamento intermediário, serve a massa em fusão de um composto de sílica facilmente fusível, como sejam, por exemplo, silicatos alcalinos, principalmente o silicato de sódio ou vidro solúvel.

3° — Processo, segundo a reivindicação 1, caracterizado pelo fato de que, para a fabricação do filamento intermediário, se emprega a solução aquosa de um silicato facilmente fusível, por exemplo, de um silicato alcalino, como seja o silicato de sódio ou vidro solúvel.

4° — Processo, segundo a reivindicação 1, caracterizado pelo fato de que, como material para a fabricação do filamento intermediário, se emprega a solução aquosa de silicato facilmente fusível, por exemplo, de um silicato alcalino, como seja o silicato de sódio, solução essa, da qual, pela ação de um ácido fraco, se precipitou uma parte da sílica sob a forma coloidal, podendo-se proceder, em seguida, eventualmente, por meio de centrifugação, a uma separação em uma parte mais pobre em sílica e outra, mais rica em sílica, sendo esta aplicada, em primeira linha, para a fabricação do filamento intermediário.

5° — Processo, segundo a reivindicação 1, caracterizado pelo fato de que a fabricação do filamento intermediário é efetuada segundo o processo de fiação por via seca ou húmida, convenientemente com aplicação do processo de fiação e estiramento.

6° — Processo, segundo a reivindicação 1, caracterizado pelo fato de que, de acordo com a espessura do filamento intermediário, se faz atuar sobre o mesmo, à temperatura do ambiente ou a uma temperatura mais elevada, ácidos ou sais ácidos, respectivamente, até uma concentração de 50 %, durante um espaço de tempo que varia de uma fração de minuto até 15 minutos.

7° — Processo, segundo qualquer das reivindicações antecedentes, caracterizado pelo fato de que o filamento de sílica é submetido, para o fim de sua vitrificação, a um aquecimento suplementar.

8° — Processo, segundo a reivindicação 6, caracterizado pelo fato de que o filamento percorre, com uma velocidade de cerca de 1.000 metros por minuto, uma chama oxidrica ou outra estreita zona de aquecimento, produzida, por exemplo, por meio de eletricidade.

9° — Processo, segundo as reivindicações 6 ou 7, caracterizado pelo fato de que, durante a passagem do fio pela zona de aquecimen-

to, se exerce uma tração sobre o filamento, afim de reduzir o diâmetro do mesmo.

Finalmente, os requerentes reivindicam, de acordo com a Convenção Internacional e com o art. 58 do Regulamento a que se refere o decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, as prioridades correspondentes aos pedidos depositados na Repartição de Patentes da Alemanha em, respectivamente, 17 de agosto de 1937 e 1 de agosto de 1938, sob os números de, respectivamente, S 128 495 VI/32 e S 133 253 VI/32.

Termo 21.323, de 18-8-1938.

Kaloriferwerk Hugo Junkers G. m. b. H. — Alemanha.

Pontos característicos da invenção de "Processo e dispositivo para construir "halls" e obras semelhantes". (Priv. de invenção).

1° — Processo para construir "halls" ou obras semelhantes, nas quais varias secções de peças de junção juxtapostas em altura igual são ligadas entre si, por meio de ligações transversais, sendo estes conjuntos levantados em um lado e montados às seguintes secções de peças de junção e suas ligações transversais, caracterizado pelo fato de que a construção se processa progressivamente, seguindo de um lado do "hall" para o outro lado, de modo que, sobre o terreno da construção, são alinhadas as secções básicas de varias peças de junção ao longo de uma linha de apoio, e ligadas entre si mediante ligações transversais (barras e peças semelhantes), e pelo fato de que outras secções de peças de junção com as suas ligações transversais são montadas progressivamente, sendo cada vez o conjunto acabado levantado à altura suficiente para permitir a montagem das secções seguintes.

2° — Processo, segundo a reivindicação 1, caracterizado pelo fato de que as peças de junção possuem a forma de arcos de duas articulações, essencialmente conhecidos.

3° — Processo, segundo as reivindicações 1 ou 2, caracterizado pelo fato de que as vigas de construção em treliça das paredes terminais são enganchadas uma por uma quando forem levantadas sucessivamente as vigas, sendo levantadas juntamente com estas.

4° — Cavalete em forma de portal, com o dispositivo de levantamento, próprio para a construção de "halls" ou obras semelhantes, segundo as reivindicações 1 a 3, caracterizado pelo fato de que o cavalete em forma de portal pode ser introduzido entre duas peças de junção vizinhas, sendo os cavaletes dotados, nas suas duas extremidades superiores, de suportes, nos quais se acham montados rolos com cordas ou "guinehos" de levantamento.

Finalmente, a requerente reivindica, de acordo com a Convenção Internacional e com o art. 38 do Regulamento a que se refere o decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, a prioridade do correspondente pedido, depositado na Repartição de Patentes da Alemanha, em 27 de agosto de 1937, sob o n. K 147 709 V-37f

Termo 21.324 de 18-8-38.

Claud Bonnaire — Inglaterra.

Pontos característicos da invenção para: "Um sistema de disposição para cartas geográficas, plantas de engenharia, cartas de roteiro, cartas topográficas e similares, de modo a poderem ser encadernadas e dobradas ou dobráveis umas sobre as outras". Priv. Inv.

1° Um sistema de disposição para cartas, geográficas, plantas de engenharia, cartas de roteiro, cartas topográficas e similares, de modo a poderem ser encadernadas, e dobradas ou dobráveis, que consiste em dobrar folhas de grandes tamanhos como as cartas geográficas, plantas topográficas, ou similares, fazendo-se o dobramento da folha por uma ou mais vezes sobre ela mesma seguindo uma primeira direção, tornando-se depois a dobrar a mesma folha numa segunda direção por uma ou varias vezes e, de preferência, perpendicularmente à primeira, efetuando-se esta segunda operação de maneira tal que os elementos de folha, ou as folhas individuais — que no momento de serem dobradas se colocam umas sobre as outras — tomam uma disposição de degraus ou escaloões que permitam a oposição de índices sobre as bordas livres das folhas individuais;

2° O sistema de acordo com o ponto 1, em que a primeira operação de dobrar é feita de tal maneira que as folhas individuais se empilham igualmente em forma de degraus como na segunda operação;

3° O sistema de acordo com os pontos 1° e 2°, em que uma dobra sobre duas numa direção de dobras é cortada sobre uma parte do seu comprimento, para se obter uma linha de corte;

4° Variante da disposição de acordo com o ponto 3, na qual todas as linhas de dobras são cortadas pelo menos numa direção, inteiramente ou parcialmente;

5° O sistema de acordo com os pontos 1 e 2, em que são introduzidas folhas individuais intermediárias em cada linha ou em certas linhas de dobrar;

6° O sistema de acordo com o ponto 5, em que as folhas individuais intermediárias são introduzidas depois da primeira operação de dobrar e dobradas no momento da segunda operação;

7.º O sistema de acordo com os pontos 1 a 6, em que sobre as bordas das folhas individuais que ficam invisíveis, depois de dobradas, se aplicam pequenos pedaços de cartão ("pastes"), ou em que são feitas incisões sobre as mesmas bordas para constituir índices suplementares eventualmente dispostos em forma de degraus;

8.º O sistema de acordo com os pontos 1 a 7, em que são encadernados, em conjunto, blocos separados de folhas dobradas;

9.º Variante da disposição de acordo com o ponto 8, na qual os diferentes blocos compoem um conjunto encadernado são dobrados diferentemente uns dos outros;

10. Como novos produtos industriais, as folhas dobradas de acordo com as reivindicações precedentes podendo conter inscrições de qualquer natureza e constituindo por exemplo, cartas geográficas, plantas topográficas, cartas de roteiros, plantas de engenharia, e similares, adaptadas para serem facilmente e rapidamente consultadas em qualquer das suas partes, depois de encadernadas.

Termo 21.325, de 18-8-38.

Companhia Ingenieros Petree Y Dorr — Estados Unidos.

Pontos característicos da invenção para: "Um processo para o tratamento dos sucos mais ricos e mais fracos, provenientes das diferentes fases do circuito de trabalho das moendas de cana de açúcar". Priv. Inv.

1.º, o processo para o tratamento dos sucos mais ricos e mais fracos, provenientes das diferentes fases do circuito de trabalho das moendas de cana de açúcar, que consiste: em decantar o suco rico; em adicionar o depósito deixado pela decantação a um suco mais fraco; em decantar em seguida este último; em separar e recuperar separadamente, os sólidos e o suco veicular que constituem o depósito deixado pela decantação do suco mais fraco sujeitando, para esse fim, o último depósito mencionado à ação de uma prensa;

2.º, o processo para tratamento dos sucos mais ricos e mais fracos provenientes das diferentes fases do circuito de trabalho das moendas de cana de açúcar, que consiste: em decantar o suco rico; em adicionar o depósito deixado pela decantação ao suco mais fraco; em decantar este último; e em sujeitar o depósito deixado pela decantação do suco mais fraco à ação de uma prensa de filtros;

3.º, o processo para tratamento dos sucos mais ricos e mais fracos provenientes das diferentes fases de circuito de trabalho das moendas de cana de açúcar, que consiste: em defecar os sucos ricos, brutos, de modo a atender especialmente às exigências do cozimento; em misturar o depósito, assim separado do suco clarificado, com o suco bruto mais fraco; em defecar esta mistura de acordo com as exigências do depósito na prensa de filtros; e em tratar pela prensa de filtros o depósito separado do suco mais fraco;

4.º, o processo para tratamento dos sucos mais ricos e mais fracos, uns e outros provenientes das diferentes fases do circuito de trabalho das moendas de cana de açúcar, que consiste: em misturar o suco bruto rico com o suco mais fraco previamente clarificado; em defecar esta mistura de sucos, tendo em vista as exigências do cozimento; em misturar o depósito, assim separado da referida mistura, com o suco bruto mais fraco; em defecar esta última mistura, tomando em consideração as exigências do depósito da prensa de filtros; e em tratar pela prensa de filtros o depósito separado do suco mais fraco, já clarificado pela última das defecações citadas.

Termo n. 21.327, de 18-8-938 — Moisés Lucareli & Irmão — São Paulo — Pontos característicos da invenção para: "Um fogão elétrico" Mod. Utilidade.

1.º — Um fogão elétrico, compreendendo o corpo de ferro usual, uma chapa superior fixada no topo do corpo e tendo uma grande abertura central, uma chapa movel ajustada na abertura central da chapa fixa, uma câmara por baixo da chapa movel, uma resistência elétrica, superior, alojada nesta câmara, um interruptor elétrico para esta resistência, e um forno, que se caracteriza: por ter uma segunda resistência elétrica, com interruptor próprio, disposta por baixo do forno e independentemente da primeira.

2.º — O fogão elétrico, de acordo com o ponto 1, em que a câmara que aloja a resistência elétrica superior, que aquece a chapa do fogão, a caixa, do fogão, em que se aloja o forno, e a câmara que aloja a resistência inferior que aquece o forno, são limitadas por paredes de barro refratário; e em que as duas resistências podem trabalhar separadamente ou em conjunto, à vontade.

3.º — O fogão elétrico, de acordo com os pontos 1 e 2, em que a parede superior do forno compreende uma série de furos que desembocam para o interior do mesmo forno; em que a distância que separa a chapa superior do fogão da parede superior e perfurada do forno é de 10 centímetros; em que o calor irradiado pela resistência elétrica, aquecendo diretamente a chapa superior do fogão, se espalha em parte na câmara ou caixa que aloja o forno e penetra no forno pelos furos praticados no topo do mesmo forno, conservando-o assim comparativamente aquecido.

4.º — O fogão elétrico, de acordo com o ponto 3, em que o forno comparativamente e indiretamente aquecido pela resistência superior, se aquecerá muito rapidamente depois de ligada eletricamente a sua correspondente resistência, para preparo de assados ou de doces,

diminuindo assim o consumo de força por esta resistência e tornando portanto o fogão elétrico consideravelmente econômico.

5.º — O fogão elétrico de acordo com os pontos anteriores, em que a tomada de corrente é comum às duas resistências; e em que a resistência superior, que aquece a chapa do fogão, pode fornecer três calores diferentes, ou um só, contanto, conforme se empregar, uma ligação elétrica dupla, ou uma ligação elétrica simples.

6.º — O fogão elétrico, de acordo com os pontos anteriores, substancialmente como descrito, com referência aos desenhos juntos.

Termo 21.328 de 18 de agosto de 1938.

José Fernandes Prieto — Rio.

Pontos característicos da invenção para: "Um paliteiro higiênico aperfeiçoado" Mod. Utilidade.

Reivindico como pontos característicos de minha invenção:

a) um paliteiro higiênico aperfeiçoado, caracterizado por um recipiente de vidro ou material análogo provido em sua base de uma tampa, pa correspondente, dotada de um orifício em sua superfície plana, orifício em alto relevo de molde a permitir fácil acesso dos palitos contidos no recipiente. Recipiente, tendo na parte oposta a sua base, no fundo, uma ligeira elevação destinada a impedir a manutenção do paliteiro com orifício de saída para cima;

b) um paliteiro higiênico aperfeiçoado, como reivindicado em a) caracterizado por uma tampa de fundo chato, em baquelite ou material análogo, provida de um orifício, revestido por um ilhós em alto relevo, de sorte a permitir a saída dos palitos pelo fundo do recipiente, um de cada vez;

c) um paliteiro higiênico, como reivindicado em a e b) caracterizado pelo orifício de saída em alto relevo no fundo do recipiente;

d) um paliteiro higiênico, aperfeiçoado, como reivindicado em a, b e c, caracterizado por ter a parte superior do recipiente ligeiramente convexa, afim de ser obrigatoriamente conservada sua posição normal;

e) um paliteiro higiênico, aperfeiçoado como substancialmente descrito, reivindicado em a, b, c, d, e demonstrado pelas amostras anexas.

TERMOS ANTERIORES

Termo 21.289, de 13-8-38.

José Watzl — Rio.

Pontos característicos da invenção de: "Aperfeiçoamentos introduzidos na máquina desfibradora de tucum, coroa, pileira, henecium, sapupe, rami, guaxima e plantas semelhantes, excluando o algodão" Priv. Inv.

Reivindicações:

1 — A plataforma ou mesa que por meio de um pino sem fim, movel, na qual são colocadas as folhas ou a matéria prima para desfibrar longitudinalmente, isto é, do ápice para a base, conforme no memorial e demonstrado no desenho.

2 — Dois cilindros de compressão, cujo fim é de trituração e compressão primar as partes componentes da matéria prima sem prejudicar a parte fibrosa, conforme descrito no memorial e demonstrado no desenho.

3 — Dois cilindros canelados mais estreitos que completam a trituração e eliminação das partes envolventes das fibras achando-se assim a matéria prima preparada para a extração das fibras pelos tambores, conforme descrito no memorial e demonstrado no desenho.

4 — Dois cilindros canelados que recebem a matéria prima preparada, vindo dos dois cilindros referido no número 3, dirigindo essa matéria prima para o tambor desfibrador, conforme descrito no memorial e demonstrado no desenho.

5 — Dois tambores que estão guarnecidos com madeiras ou qualquer outro material próprio, para esse fim, e nas quais são fixadas as pontas de aço, distribuídas em condições adequadas para o fim de desfibrar longitudinalmente a matéria prima. Estes também tem um movimento acelerado, girando um tambor da direita para a esquerda, e o outro da esquerda para a direita, isto é, em sentido contrário, conforme descrito no memorial e demonstrado no desenho.

6 — Na alavanca que move o compressor acha-se fixada, um sistema de roldanas muito flexíveis ou de outro material, que cobre primeiramente o tambor, e que pelo abaixamento da alavanca afastam o tambor a cobertura do mesmo, podendo então este tambor atuar sobre a matéria prima, desfibrando a sua parte final juntamente com o outro tambor, conforme descrito no memorial e demonstrado no desenho.

7 — Sobre o tambor, letra H, acha-se um dispositivo adequado de maneira que a matéria prima durante o percurso sobre o mesmo somente pode passar entre as pontas de aço até que as fibras são recolhidas pela roldana com a escova de aço ou de outro material, conforme descrito no memorial e demonstrado no desenho.

8 — Dois cilindros canelados que da roldana com a escova de aço ou de outro material recebem as fibras prontas, dirigindo este material para o exterior da máquina conforme descrito no memorial e demonstrado no desenho.

Termo 19.980, de 28 de dezembro de 1937.

L. G. Farbionindustrie Aktiengesellschaft, Alemanha.

Pontos característicos da invenção de "processo para resaturar soluções salinas que se precipitam na eletrolise de cloretos alcalinos.

1º) Processo para resaturar soluções salinas contendo cloro e que se obtém na eletrolise de cloretos alcalinos, caracterizado pelo fato de liberar a solução salina, antes da resaturação e antes da eliminação subsequente de quaisquer impurezas, do cloro dissolvido livre e do hipoclorito.

2º) Processo como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de resaturar as soluções salinas com ácidos, convenientemente com ácido clorídrico, afim de decompor o hipoclorito.

3º) Processo como reivindicado em 1 e 2, caracterizado pelo fato de que as soluções salinas são liberadas do gás cloro por insuflação de ar ou de outro gás, aquecimento ou pelo emprego de vácuo.

4º) Processo como reivindicado em 1 e 3, caracterizado pelo fato de que a eliminação do gás cloro é operada por insuflação de ar ou outro gás, aquecimento ou pelo emprego de vácuo, depois do tratamento com ácido.

5º) Processo como reivindicado em 1 e 3, caracterizado pelo fato de se empregar para a insuflação um gás que se dissolve parcialmente no eletrólito sob formação de ácido, por exemplo, o ácido carbônico.

6º) Processo como reivindicado em 1 e 5, caracterizado pela adição de agentes redutores, tais como ácido sulfuroso ou seus sais, hidrogênio sulfurado ou seus compostos e outros, afim de eliminar os de cloro e de cloratos porventura ainda presentes.

7º) Processo como reivindicado em 1 e 2, caracterizado pelo fato de que a solução salina a ser purificada serve para lavar o gás cloro, usando ácido clorídrico, obtido na eletrolise, caso em que a acidulação das soluções salinas se opera pela absorção do ácido clorídrico do gás cloro a ser lavado.

Finalmente, reivindica os benefícios da Convenção Internacional, de ter sido o mesmo pedido depositado na Repartição de Patentes Alemanha, em 31 de dezembro de 1936, sob o n. J 56 766 IV b/12 1.

Termo n. 19.087 de 24 de julho de 1937.

Schering Kahlbaum A. G., Alemanha.

Pontos característicos da invenção de "Processo de preparação de álcoois Polivalentes da série Ciclopentanopolihidrofenantrenica.

1 — Processo de preparação de álcoois polivalentes da série ciclopentanopolihidrofenantrenica, caracterizado pelo fato de fazer atuar agentes oxidantes sobre compostos não saturados da série etiololanica e pregnanica e eventualmente agentes hidrolisantes sobre os compostos assim formados.

2 — Processo como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de servirem como substâncias de partida compostos não saturados

da série etiololanica e pregnanica que apresentem no sistema anular uma ligação dupla de carbono-carbono.

3 — Processo como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de servirem como substâncias de partida compostos da série etiololanica com cadeia lateral não saturada no átomo de carbono 17, os quais podem conter além disso ainda uma ou diversas ligações duplas no sistema anular.

4 — Processo como reivindicado em 1 e 3, caracterizado pelo fato das substâncias de partida conterem no átomo de carbono 5 e/ou 17 grupos funcionais, por exemplo, grupos hidroxílicos ou cetônicos.

5 — Processo como reivindicado em 1 e 4, caracterizado pelo fato dos grupos funcionais presentes nos átomos de carbono 3 e/ou 17 consistirem de grupos etéricos ou estéricos ou de halogenos.

6 — Processo como reivindicado em 1 e 3, caracterizado pelo fato de ser empregado como material de partida um 17-vinil-androstandi-3,17.

7 — Processo como reivindicado em 1 e 3, caracterizado pelo fato de ser empregado como material de partida um 17-venil-androstendi-3,17.

8 — Processo como reivindicado em 1 e 2, caracterizado pelo fato de ser empregado como material de partida um composto androstenolico.

9 — Processo como reivindicado em 1 e 2, caracterizado pelo fato de ser empregado como material de partida um composto pregnenolonic.

10 — Forma de execução do processo reivindicado em 1 a 3, caracterizado pelo fato de submeter compostos não saturados da série etiololanica e pregnanica à ação de agentes oxidantes que conduzem à formação de óxidos.

11 — Forma de execução do processo reivindicado em 1 e 10, caracterizado pelo fato de proceder à incorporação de oxigênio com o auxílio de perácido benzoico ou ácido ftálico.

12 — Forma de execução do processo reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de submeter compostos não saturados da série etiololanica e pregnanica à ação de agentes oxidantes que conduzem à formação de compostos glicolicos.

13 — Forma de execução do processo reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de proceder à incorporação de dois grupos OH nas ligações duplas de carbono-carbono por meio de superóxido de hidrogênio, ácido peracético e semelhante.

14 — Forma de execução do processo reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de fazer atuar agentes hidrolisantes sobre óxidos de compostos alkenilicos da série etiololanica que contém um uma cadeia lateral no átomo de carbono 17 uma ponte de oxigênio.

15 — Forma de execução do processo reivindicado em 1 a 11 e 14, caracterizado pelo fato de aquecer os óxidos em meio aquoso em um tubo fechado a lâmpada.

MARCAS DEPOSITADAS

Publicação feita de acordo com o art. 94 do Regulamento vigente (Dec. n. 16.364, de 1928)
 para o prazo único. Da data de publicação começará a correr o prazo de 60 dias para o deferimento do pedido.
 Durante esse prazo poderão apresentar suas oposições ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial
 aqueles que se julgarem prejudicados com a concessão do registro requerido.

Termo n. 61.440, de 18-8-38

Glaxo Laboratories, Limited — Greenford, Middlesex, Inglaterra

VACINAS RICHARDSON
 DE ANTIGENOS DISSOLVIDOS

Classe 5 — Vacinas

Termo n. 61.441, de 18-8-38

National Engineering Company — Estados Unidos da América

**SIMPSON
 MIXER**

Classe 6 — Máquinas misturadoras e amassadoras

Termo n. 61.443, de 18-8-38

George Altwegg — Capital Federal

REFORM

Classe 8 — Relógios e partes de relógios

Termo n. 61.444, de 18-8-38

Francisco Farias Guimarães Júnior — Porto Alegre — Rio Grande do Sul



Classe 12 — Enxadas, pás e martelos

Termos ns. 61.445, 61.446, 61.447 e 61.448, de 18-8-38

Cunha Amaral & Comp. — Cidade do Rio — Rio Grande do Sul

**FABRICA DE CONSERVAS
 CUNHA AMARAL & C.
 ERVILHAS**

**RIO GRANDE
 RIO GRANDE DO SUL — BRASIL**
 ANALYSE N.º 3895 DO LAB. BROMATOLÓGICO DO
 RIO DE JANEIRO

Classe 41: Ervilhas em conserva (Será usada nas cores vermelha e dourada) — Classe 41: Ervilha em conserva (Será usada nas cores azul e dourada) — Classe 41: Ervilhas em conserva (Será usada nas cores verde e dourada) — Classe 41: Ervilhas em conserva (Será usada nas cores preta e dourada)

Termo n. 61.449, de 18-8-38

Erve Ferreira Filho & Comp. — Capital Federal



Classe 38 — Papel em caixinhas (Papel e seus artefactos)

Termo n. 61.450, de 18-8-38

Júlio de Oliveira — Capital Federal

Providencia

Classe 42 — Vinhos e bebidas alcoólicas

Termo n. 61.451, de 19-8-938
J. Loberinhas & Comp. Ltda. — Capital Federal



Classe 46 — Sabão

Termo n. 61.452, de 19-8-938
E. Manograsso & Comp. — São Paulo

BRANQUINHA

Classe 42 — Aguardente

Termos ns. 61.454 e 61.455, de 19-8-938
Etam S. A. São Paulo

Etam

Classe 36 — Artigos de vestuário. Roupas de malha. Pijamas, pe-
gnóirs, vestidos, saias, blusas, roupas de banho, cintos, ligas,
meias e malhas.

Classe 37 — Roupas brancas para uso pessoal, calças, camisas, combi-
nações, calça-combinação, corpinhos, sous-tiens, camisolas,
lenços.

Termo n. 61.457, de 19-8-938
Indústria Anônima "Vitivinícola y Comercial Gutierrez y de la Fuente"

ROCIO

Limitada — Buenos Aires — República Argentina
Classe 41 — Passas de uvas, de pécego, e de outras frutas, frutas em
geral em conserva ou não, doces em geral, carnes em conserva
ou não, legumes em conserva ou não, trigo, farinhas, fermentos,
balas, biscoitos, chocolates, cereais em geral, óleos comestíveis,
banha, manteiga, herba-mate, cacau, café, ovos, condimentos,
açúcar, peixes, molhos, batatas, cebolas, milho, produtos lati-
ceus, azeitonas, massas alimentícias, massa de tomate, pimenta,
canela, cravo, vinagre e ingredientes de alimentos.

Termo n. 61.458, de 19-8-938
Edifícios Vitória S. A. — Capital Federal

VICTORIA

Termo n. 61.459, de 19-8-938
Fábrica de Cigarros Marrocos Limitada — São Paulo

SIMPHONIA

Classe 44 — Cigarros

Termo n. 61.460, de 19-8-938
Fábrica de Cigarros Marrocos Limitada — São Paulo

ALLI-BABA

Classe 44 — Cigarros

Termo n. 61.461, de 19-8-938
Júlio Gomes Leal — Capital Federal

"POLAR"

Classe 55 — Cera para soalhos, pós e líquidos para limpar metais,
líquidos para limpar móveis, espelhos e artigos em geral

Termo n. 61.462, de 19-8-938
Carvalho Castro & Comp. — Passa Quatro — Est. de Minas



Classe 43 — Guaraná (refrigerante)

Termo n. 61.463, de 19-8-938
J. Torres — São Paulo

NEUROTENSIL

**J. TORRES
S. PAULO**

Classe 50 — Preparação de injeção e exploração de injeções em geral

Classe 5 — Preparado para ser usado na medicina e na farmacia

Preço do numero de hoje \$400

IMPRESA NACIONAL — INDUSTRIA DO JORNAL

PRAÇA MARECHAL ANCORÁ — PONTA DO CALABOUÇO
